

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

RITA COSTA VEIGA ZAMBONI

Organização do conhecimento, classificação e diversidade cultural:
uma análise a partir do conceito de “garantias”

São Paulo

2018

RITA COSTA VEIGA ZAMBONI

Organização do conhecimento, classificação e diversidade cultural:
uma análise a partir do conceito de “garantias”

Versão Original

Tese apresentada à Escola de Comunicações e
Artes da Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de Doutor em Ciência da
Informação

Área de Concentração: Cultura e Informação

Orientador: Prof. Dr. Marivalde Moacir Francelin

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Zamboni, Rita Costa Veiga

Organização do conhecimento, classificação e diversidade cultural: uma análise a partir do conceito de "garantias" / Rita Costa Veiga Zamboni. -- São Paulo: R. C. V. Zamboni, 2018.

197 p.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Orientador: Marivalde Moacir Francelin

Bibliografia

1. Organização do conhecimento 2. Classificação 3. Diversidade cultural 4. Garantias 5. Garantia cultural I. Francelin, Marivalde Moacir II. Título.

CDD 21.ed. - 020

Nome: ZAMBONI, Rita Costa Veiga

Título: Organização do conhecimento, classificação e diversidade cultural: uma análise a partir do conceito de “garantias”

Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Cultura e Informação

Orientador: Prof. Dr. Marivalde Moacir Francelin

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marivalde Moacir Francelin (Orientador)

Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Vânia Mara Alves Lima

Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Ivan Cláudio Pereira Siqueira

Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Ricardo Alexino Ferreira

Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Fabio Assis Pinho

Centro de Artes e Comunicação / Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Brígida Maria Nogueira Cervantes

Departamento de Ciência da Informação / Universidade Estadual de Londrina

*Para meus pais,
Renato (in memoriam) e Elza.*

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Marivalde Moacir Francelin, pela orientação atenta e segura.

À Profa. Dra. Marilda Lopes Ginez de Lara e ao Prof. Dr. Fabio Assis Pinho, pelas contribuições no exame de qualificação.

À Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, pela oportunidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

Ao Lúcio, à Simone, e à Izabela, pelo cuidado e carinho.

Ao João Eduardo, amor da minha vida, pela solidariedade com a minha “lição de casa”.

RESUMO

ZAMBONI, R. C. V. *Organização do conhecimento, classificação e diversidade cultural: uma análise a partir do conceito de “garantias”*. 2018. 197 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Os estudos sobre a diversidade cultural na Organização do Conhecimento estão imbricados na temática do local/global. Em uma sociedade da informação globalizada, aspectos culturais e éticos adquirem grande relevância nas discussões sobre as implicações da utilização de sistemas de organização do conhecimento em escala global/local. Enquanto produtos culturais, os sistemas de organização do conhecimento expressam valores, que podem ser analisados do ponto de vista das garantias sobre as quais tais sistemas se constituem. As garantias estão sempre presentes em sistemas de organização o conhecimento, embora nem sempre sejam aplicadas de modo consciente e sistemático, ou mesmo apresentadas de modo transparente para os usuários dos sistemas. Desse modo, o objetivo desta pesquisa é analisar o conceito de garantias como ferramenta teórico-metodológica que, em suas diversas formas, pode contribuir para a incorporação da diversidade cultural às práticas da Organização do Conhecimento. Parte da hipótese de que formas de garantias estão sendo desenvolvidas e/ou reformuladas para permitir a elaboração de sistemas organização do conhecimento que incorporem a diversidade cultural como valor ético. Discute os conceitos de cultura, diversidade cultural, globalização e sociedade da informação como elementos-chave em estudos voltados para as dimensões cultural e ética da Organização do Conhecimento. Discute os pressupostos teóricos dos conceitos de garantia, garantia literária, garantia cultural e garantia ética. Identifica demais formas de garantias propostas na literatura da área para verificar o contexto de uso das garantias, a precisão conceitual dos termos e identificar suas possíveis inter-relações por meio da análise de artigos publicados em periódicos acadêmicos e da construção de um glossário com os termos identificados. Verifica que as discussões de conceitos já estabelecidos, como os de garantia cultural e garantia do usuário, e a formulação de outras garantias, tais como a garantia autopoietica ou a garantia do ponto de vista podem ser relacionadas à incorporação da diversidade cultural às práticas da Organização do Conhecimento.

Palavras-chave: Organização do conhecimento. Classificação. Diversidade cultural. Garantias. Garantia cultural.

ABSTRACT

ZAMBONI, R. C. V. *Knowledge organization, classification and cultural diversity: an analysis based on the concept of "warrants"*. 2018. 197 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Research about cultural diversity in Knowledge Organization is connected to the theme local/global. In a globalized information society, cultural and ethical aspects come to the fore in discussions about the implications of using knowledge organization systems in a global/local scale. As cultural products, knowledge organization systems embody values which can be analyzed from the standpoint of the warrants on which they are based. Warrants are always present in knowledge organization systems, even though they are not always applied consistently and systematically, or even made transparent to the users of such systems. Thus, the objective of this research is to analyze the concept of warrants as a theoretical and methodological tool which, in its various forms, may contribute to the integration of cultural diversity to knowledge organization practice. The research is based on the hypothesis that forms of warrant are being developed and/or reconceptualized to allow for the design of knowledge organization systems in which cultural diversity is integrated as an ethical value. It discusses the concepts of culture, cultural diversity, globalization and information society as key elements in research about the ethical and cultural dimensions of Knowledge Organization. It discusses the theoretical framework of the concepts of warrant, literary warrant, cultural warrant and ethical warrant. It identifies other forms of warrant in the literature to analyze their context of use, their conceptual accuracy and potential inter-relations through a survey of the terms in conceptual papers to write a glossary. It was noted that research about more established concepts, such as cultural warrant and user warrant, and the development of other warrants, such as autopoietic warrant or viewpoint warrant are related to the integration of cultural diversity in knowledge organization practice.

Keywords: Knowledge organization. Classification. Cultural diversity. Warrants. Cultural warrant.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO GLOBALIZADA	14
2.1	Noções de cultura e diversidade cultural	14
2.2	Globalização	21
2.3	Sociedade da informação	26
3	CLASSIFICAÇÃO: ENTRE O LOCAL E O GLOBAL	32
3.1	Organização do conhecimento	32
3.2	Classificação e sistemas de classificação	38
3.3	Classificação global/local	47
3.4	Semelhanças e diferenças	52
3.5	Epistemologias	59
4	GARANTIAS	69
4.1	Garantia literária	69
4.2	Garantia cultural	81
4.3	Garantia ética	87
5	METODOLOGIA: PESQUISA EMPÍRICA	93
5.1	Universo da pesquisa e estratégias de busca	93
5.2	Seleção do <i>corpus</i>	95
5.3	Análise dos artigos	101
5.4	Glossário	115
5.5	Discussão dos resultados	151
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
	REFERÊNCIAS	157
	APÊNDICE A	169

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a organização do conhecimento na atualidade estão imbricados na temática do local e global. Em uma sociedade da informação globalizada, discussões sobre a elaboração, o alcance, a contextualização e as implicações da utilização de sistemas de organização do conhecimento locais/globais se fazem necessárias em suas dimensões práticas, éticas e epistemológicas (ADLER et al., 2016, p. 1).

A integração da noção de cultura nos sistemas de organização do conhecimento implica a elaboração de sistemas cuja representação e organização de conceitos sejam familiares aos usuários de diferentes culturas (LÓPEZ-HUERTAS, 2016, p. 20). Nesse sentido, observa-se o surgimento de diversas abordagens teóricas que incorporam a questão da diversidade cultural aos estudos sobre a organização do conhecimento, como os conceitos de garantia cultural, garantia ética e hospitalidade cultural. Observa-se, também, o caráter interdisciplinar de tais estudos, com a incorporação, por exemplo, das teorias pós-coloniais ao conceito de desclassificação de García Gutiérrez (2014).

Congressos recentes da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO) têm destacado a importância de se mapear os desafios e perspectivas que se colocam com a incorporação do aspecto cultural na organização do conhecimento. Em 2015, o *III Congresso Brasileiro de Organização e Representação do Conhecimento – ISKO Brasil* teve como tema “Organização do conhecimento e diversidade cultural”. No texto de apresentação de seus anais, destaca-se, na dimensão cultural da área, o desafio de “[...] se evitar o preconceito, o proselitismo e as dominações culturais assim como promover compatibilização entre a necessidade de uma comunicação global e o respeito às questões locais” (GUIMARÃES, 2015, p. 15). Em 2016, o *XIV Congresso Internacional da ISKO* teve como tema “Organização do Conhecimento para um Mundo Sustentável: Desafios e Perspectivas para o Compartilhamento Cultural, Científico e Tecnológico em uma Sociedade Interconectada”. Em 2017, o *IV Congresso Brasileiro de Organização e*

Representação do Conhecimento – ISKO Brasil foi organizado sob o tema “Memória, Tecnologia e Cultura na Organização do Conhecimento”.

Essa cronologia parece indicar que a incorporação da dimensão cultural aos estudos da área está consolidada, e que são múltiplos os desafios que tal incorporação acarreta. O elemento cultural nem sempre foi considerado uma característica desejável em sistemas de organização do conhecimento (LÓPEZ-HUERTAS, 2016, p. 14). As primeiras classificações bibliográficas se constituíram como instrumentos alheios à noção de que eram, em si, produtos culturais e que, portanto, expressavam (e ainda expressam) um *ponto de vista*. E expressar um ponto de vista é uma questão ética (BOWKER; STAR, 2000, p. 5). Nesse sentido, a incorporação da dimensão cultural à organização do conhecimento se desdobra em uma dimensão ética, na qual a diversidade é vista como um *valor* a ser respeitado. No que tange a diversidade cultural, a noção de garantia cultural se destaca por sua incidência nos estudos da área a respeito de questões éticas (GUIMARÃES; MILANI; EVANGELISTA, 2015).

A própria noção de garantia, entendida como justificativa para uma ação ou crença, expressa valores. As garantias, em suas diversas formas, estão sempre presentes em classificações, embora nem sempre sejam nomeadas (BULLARD, 2017). Desse modo, embora sempre haja justificativas para as decisões tomadas em atividades relacionadas à organização do conhecimento, nem sempre tais justificativas são aplicadas de modo consciente e sistemático, ou mesmo apresentadas de modo transparente para seus usuários.

Assim, o objeto desta pesquisa é a noção de garantia, suas formas, e implicações teórico-metodológicas na organização do conhecimento. Do ponto de vista metodológico e prático, essas interfaces são responsáveis pelo comportamento e pontos de vista de um determinado grupo social e profissional. Portanto, o objeto “garantia” se desdobra no campo da ética, dos usos e usuários, da cultura e da hospitalidade cultural. Torna-se complexo e exige que se escolha um caminho para explorá-lo.

As várias formas de garantias têm um histórico que remete à garantia literária, proposta por E. Wyndham Hulme, em 1911. Desde então, diversas outras formas de garantias têm sido elaboradas para corresponder às demandas

surgidas na área. Uma dessas demandas diz respeito à abordagem cultural na organização do conhecimento, na qual surge como desafio a incorporação da diversidade cultural, sob uma perspectiva ética, nos processos de tratamento da informação.

Esta pesquisa parte da hipótese de que formas de garantias estão sendo desenvolvidas, analisadas e/ou reformuladas, na Organização do Conhecimento, como ferramentas teórico-metodológicas para a elaboração de sistemas organização do conhecimento que incorporem a diversidade cultural como valor ético.

Para verificação da hipótese, são propostos como objetivos:

Objetivo geral: apresentar e discutir as garantias como ferramentas teórico-metodológicas que, em suas diversas configurações, podem contribuir para a incorporação da diversidade cultural às práticas da Organização do Conhecimento.

Objetivos específicos: apresentar e discutir noções de cultura, diversidade cultural, globalização e sociedade da informação como elementos-chave de uma discussão voltada para a dimensão social, cultural e ética da Organização do Conhecimento; identificar e discutir os pressupostos teóricos dos conceitos de garantia, garantia literária, garantia cultural e garantia ética; identificar demais formas de garantias propostas na literatura da área; verificar o contexto de uso das garantias e a precisão conceitual dos termos; discutir as garantias do ponto de vista de suas inter-relações (suas possíveis complementaridades, divergências ou oposições).

A metodologia da pesquisa, de natureza bibliográfica e exploratória, foi realizada em duas etapas. A primeira etapa constituiu-se na elaboração de referencial teórico sobre os sistemas de organização do conhecimento (com destaque para os sistemas de classificação bibliográfica) e os conceitos de garantias. Na segunda etapa, foi realizado um levantamento exaustivo das formas de garantias, por meio da análise de artigos publicados em periódicos acadêmicos e da construção de um glossário com os termos identificados.

A tese está organizada do seguinte modo:

O capítulo introdutório apresenta o problema de pesquisa, a hipótese de trabalho, os objetivos gerais e específicos e a metodologia da pesquisa.

O segundo capítulo discute as noções de cultura e diversidade cultural, imbricadas em um contexto de globalização e sociedade da informação. Destaca o papel das tecnologias da informação e da comunicação na temática.

O terceiro capítulo tem foco nos processos e sistemas de organização e do conhecimento. Apresenta um panorama dos desafios que se colocam para as práticas relacionadas a tais processos e sistemas em uma sociedade da informação culturalmente diversa e globalizada.

O quarto capítulo apresenta o conceito de garantias em sistemas de organização do conhecimento. Discute os conceitos de garantia literária, garantia cultural e garantia ética, e descreve suas vinculações teórico-metodológicas.

O quinto capítulo apresenta a pesquisa empírica, com o detalhamento dos procedimentos seguidos, a análise dos artigos, o glossário e a discussão dos resultados.

O sexto capítulo apresenta as considerações finais e, por fim, seguem as referências bibliográficas e o apêndice.

2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO GLOBALIZADA

Na contemporaneidade, as noções de cultura e diversidade cultural estão imbricadas no contexto da sociedade da informação (da qual as tecnologias da informação e da comunicação são parte integrante) e da globalização. Este capítulo apresenta um panorama dessas temáticas, com foco na complexidade conceitual que as acompanha. Destaca aspectos que têm ressonância na Organização do Conhecimento e na Ciência da Informação, conforme as discussões apresentadas nos capítulos seguintes.

2.1 Noções de cultura e diversidade cultural

Uma busca simples através do Google revela que o termo “diversidade cultural” está associado a uma grande variedade de temáticas, tais como representatividade nos meios de comunicação, cidadania, tecnologias da informação e da comunicação, inclusão digital, movimentos migratórios, refugiados políticos, educação, internacionalização acadêmica, comércio internacional, desenvolvimento econômico, turismo, minorias étnicas, identidades culturais, patrimônio cultural, dentre outros.

Tamanha amplitude de relações parece indicar a relevância da noção de diversidade cultural nas diversas esferas da vida social na atualidade. O caráter ideológico do conceito é evidenciado pelo modo como a noção é apropriada e utilizada de modos variados e com diferentes finalidades. Mattelart (2005) atenta para a expansão da utilização do conceito no âmbito das políticas públicas, delineando uma “geopolítica da diversidade”.

Governos o invocam em seu próprio favor. As agências do sistema das Nações Unidas trazem-no para sua ordem do dia. As associações profissionais e o movimento social se mobilizam em seu nome. As controvérsias em torno das estratégias voltadas a aplicar o potencial das novas tecnologias da inteligência a serviço da redução das disparidades mundiais refletem definições contrastadas da diversidade. (MATTELART, 2005, p. 133).

A noção de diversidade cultural pode ser discutida sob diversas perspectivas teóricas, tais como a multiculturalidade e a interculturalidade¹ que estão, por sua vez, relacionadas a diferentes noções de cultura.

A polissemia do termo “cultura” fica evidente em uma consulta ao dicionário. O dicionário *Aulete Digital* traz doze entradas para o termo, sendo que as quatro primeiras definem o termo no contexto da agricultura, e os três últimos na biologia. No contexto social, tem-se:

5. Soma das informações e conhecimentos de uma pessoa, ou de um grupo social. 6. Conjunto de costumes predominantes num grupo ou classe social. 7. Antr. Tudo o que caracteriza uma sociedade qualquer, compreendendo sua linguagem, suas técnicas, artefatos, alimentos, costumes, mitos, padrões estéticos e éticos. 8. Panorama de um país no que se refere ao movimento da criação e divulgação das artes, da ciência e das instituições a ela concernentes. 9. Antr. Conjunto dos valores intelectuais e morais, das tradições e costumes de um povo, nação, lugar ou período específico [...] (CULTURA; AULETE DIGITAL, 2017).

Bosi (1998) sugere uma definição para “cultura” a partir da recuperação das raízes da palavra. “Cultura” é derivada do verbo latino “colo”, que traz consigo as noções de morar, ocupar a terra, cultivar o campo. De “colo” deriva “culturus”, “o que se vai trabalhar, o que se quer cultivar”:

O termo, na sua forma substantiva, aplicava-se tanto às labutas do solo, a agri-cultura, quanto ao trabalho feito no ser humano desde a infância [...] O seu significado mais geral conserva-se até nossos dias. Cultura é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social (BOSI, 1998, p. 16).

Para Barité (2011a, p. 4), a *ambiguidade essencial* do termo “cultura” mobiliza tamanha controvérsia que é praticamente impossível elaborar uma única definição aplicável a todos os contextos. Barité também recorre à etimologia do termo para discutir os sentidos que o termo acumula. A noção de cultivo implica subsistência e continuidade, novas formas de vida e a ideia de

¹ Do modo semelhante ao que ocorre com a diversidade cultural, também a multiculturalidade e a interculturalidade foram conceitualizadas de modo particular e sujeitas a interpretações sob diferentes perspectivas teóricas. García Canclini, por exemplo, contrapõe a noção de multiculturalidade, enquanto justaposição de etnias ou grupos de uma nação e a aceitação do heterogêneo, com a noção de interculturalidade, que remeteria, segundo o autor, “à confrontação e ao entrelaçamento, àquilo que se sucede quando os grupos entram em relações de troca” (GARCÍA CANCLINI, 2009, p. 17).

que esse processo pode levar ao melhoramento das espécies cultivadas. No que diz respeito às sociedades humanas, essa noção pode levar a uma ideia elitista de cultura (minoría culta/maioría inculta), e associando a noção de cultura com a preservação e civilização.

Destaca-se a ideia de que “cultura” não é uma expressão neutra (BARITÉ, 2011a, p. 5). A “ambigüidade essencial” do termo não está no fato de o termo ter vários sentidos, mas no modo como tais significados são negociados e/ou impostos para servir determinados propósitos nas várias esferas da vida social.

Para Bauman (2012, p. 73), a ambigüidade do conceito de cultura “[...] provém nem tanto da maneira como as pessoas definem a cultura quando da incompatibilidade das numerosas linhas de pensamento que se reuniram historicamente sob o mesmo termo”. O termo “cultura” foi incorporado a três contextos/significados distintos, nos quais:

[...] organiza um campo semântico diverso, singulariza e denota diferentes classes de objetos, põe em relevo diferentes aspectos dos membros dessas classes, sugere diferentes conjuntos de questões cognitivas e estratégias de pesquisa. Isso significa que, em cada, o termo, embora mantendo intacta sua forma, conota um conceito diverso. (BAUMAN, 2012, p. 78).

O primeiro contexto coloca a cultura como conceito hierárquico, presente nas noções de “falta de cultura”, “transmissão de cultura”, “nível cultural”. Tal conceito parte de três pressupostos. O primeiro pressuposto é o de que a cultura é parte inseparável do ser humano, sendo “[...] ao mesmo tempo a ‘essência’ definidora e a ‘característica existencial’ descritiva da criatura humana” (BAUMAN, 2012, p. 79). O segundo pressuposto é o de que a qualidade de um ser humano pode ser trabalhada pela *téchne*, “[...] o meio pelo qual a imensidão da natureza é forçada a se ajustar às necessidades humanas” (BAUMAN, 2012, p. 80), relacionando o conceito ao ideal de educação. Por fim, o conceito hierárquico de cultura baseia-se no pressuposto de que o conceito expressa um valor (BAUMAN, 2012, p. 81). Nesse sentido, só se poderia pensar em cultura no singular, como um ideal a ser alcançado, que não admite o uso de “culturas” no plural.

O conceito diferencial de cultura “[...] é empregado para explicar as diferenças visíveis entre comunidades de pessoas (temporária, ecológica ou socialmente discriminadas)” (BAUMAN, 2012, p. 91). Apoia-se na ideia de que os seres humanos são mais do que sua biologia e que os fatores históricos têm grande peso nas realizações humanas. O conceito diferencial de cultura é incompatível com a noção de universais culturais, o que o uso do plural “culturas” logicamente indica, e corrobora a “[...] rejeição enfática da universalidade cultural” (BAUMAN, 2012, p. 94).

O conceito genérico de cultura apresenta-se como corolário do conceito diferencial: “Quanto mais êxito obtém o conceito diferencial em dividir o cenário humano numa multiplicidade de enclaves autossuficientes e sem relação entre si, mais forte é a necessidade de enfrentar o problema da unidade essencial da espécie humana” (BAUMAN, 2012, p. 114). O conceito genérico de cultura para a questão paradoxal que se apresenta para o conceito diferencial de cultura: ao relativizar a noção hierárquica de cultura, a noção diferencial corre o risco de fixar-se em suas multiplicidades.

Na Sociologia e Antropologia, as noções de cultura se multiplicam ainda mais, conforme os estudos desenvolvidos em cada área:

Para as antropologias da diferença, cultura é pertencimento comunitário e contraste com os outros. Para algumas teorias sociológicas da desigualdade, a cultura é algo que se adquire fazendo parte das elites ou aderindo aos seus pensamentos e gostos; as diferenças culturais procederiam da apropriação desigual dos recursos econômicos e educativos. (GARCÍA CANCLINI, 2009, p. 15).

Estudos apontam para uma reconceituação da noção de cultura em estudos interdisciplinares (antropológicos e sociológicos). O modelo de cultura, “[...] como entidade ou pacote de características que diferenciam uma sociedade da outra [...]” (GARCÍA CANCLINI, 2009, p. 24), daria lugar a uma concepção de cultura mais centrada nas “relações de sentido” que identificam as diferenças. Dessa forma, o autor propõe uma “definição operacional” de cultura:

Pode-se afirmar que a cultura abarca o *conjunto dos processos sociais de significação* ou, de um modo mais complexo, a cultura abarca o *conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social*. (GARCÍA CANCLINI, 2009, p. 41, grifo do autor)

A necessidade de reconceituação do termo “cultura” vai ao ponto de abandonar o termo enquanto substantivo em favor de sua forma adjetiva, numa tentativa de superar as demarcações de um conceito fechado:

[...] o *cultural* abrange o conjunto de processos mediante os quais representamos e instituímos imaginariamente o social, concebemos e administramos as relações com os outros, ou seja, as diferenças, ordenamos sua dispersão e sua incomensurabilidade por meio de uma delimitação que flutua entre a ordem que possibilita o funcionamento da sociedade (local e global) e os atores que a abrem ao possível (GARCÍA CANCLINI, 2014, p. 85-86, grifo do autor).

Note-se que a definição de García Canclini segue a opção de Appadurai (1996), que propõe tal deslocamento como um passo em direção a uma visão menos essencialista de cultura, permitindo pensá-la: “[...] menos como uma propriedade dos indivíduos e dos grupos e mais como um recurso heurístico que podemos usar para falar da diferença” (APPADURAI², 1996, p. 12-13 apud GARCÍA CANCLINI, 2014, p. 85).

Tal como ocorre com o termo “cultura”, também o termo “diversidade cultural” abarca uma multiplicidade de significados, associados a diferentes contextos.

A *Declaração Universal para a Diversidade Cultural* da UNESCO (2002) destaca o valor da diversidade cultural, colocando-a como patrimônio comum da humanidade e fator de desenvolvimento em escala global. O termo não é definido na declaração (nem no glossário da página da organização na internet), e sim comentado e/ou associado a outros termos como identidade, pluralismo, direitos humanos, herança da humanidade, criatividade e solidariedade internacional.

Diversos temas propostos pela Organização contemplam a questão sob diferentes perspectivas. O tema “Aprendendo a viver juntos” (*Learning to Live Together*) destaca o fato de que as sociedades atuais estão cada vez mais diversificadas, e a criação de sociedades pacíficas, justas e inclusivas passa pela necessidade de tornar os indivíduos cada vez mais “competentes interculturalmente” (UNESCO, 2017). O tema “Construindo Sociedades do

² APPADURAI, A. *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1996.

Conhecimento” (*Building Knowledge Societies*) enfatiza a ideia de que o compartilhamento de conhecimento e informação através das tecnologias da informação e da comunicação tem poder transformativo sobre as sociedades. Declara que o “respeito pela diversidade cultural e linguística” é um dos pilares para a construção de sociedades do conhecimento.

No campo dos estudos pós-coloniais, ambas as noções de cultura e de diversidade cultural são ressignificadas sob a perspectiva do colonialismo/imperialismo. Nesse sentido, cabe notar que não só “cultura” (conforme mencionado anteriormente), mas também “colonização”, têm raiz comum no verbo latino “colo” (BOSI, 1998, p. 11).

A noção de cultura como um ideal a ser atingido, como um conjunto de características que um determinado (e pequeno) grupo de uma única sociedade possui, que se poderia identificar com o conceito hierárquico de cultura (BAUMAN, 2012) é particularmente criticada nos estudos pós-coloniais. O mesmo ocorre com a noção de “culturas”, relacionada ao conceito diferencial de cultura (BAUMAN, 2012) e, de certo modo, à noção de cultura apresentada nos documentos da UNESCO, como multiplicidades que tendem a formar conjuntos fixos e impermeáveis. Para Said (1999), tal visão de cultura acaba por criar polarizações em torno de variações de “nós” e “eles”, muitas vezes carregadas de animosidade, como no caso da xenofobia:

A cultura, nesse sentido, é uma fonte de identidade, e aliás bastante combativa, como vemos em recentes ‘retornos’ à cultura e à tradição. Esses ‘retornos’ acompanham códigos rigorosos de conduta intelectual e moral, que se opõem à permissividade associada a filosofias relativamente liberais como o multiculturalismo e o hibridismo. No antigo mundo colonial, esses ‘retornos’ geraram vários fundamentalismos religiosos e nacionalistas (SAID, 1999, p. 13).

Assim como a noção de cultura, também a noção de diversidade cultural é ressignificada sob a perspectiva da experiência colonial. Bhabha (1998) contrapõe a noção de “diferença cultural/*cultural difference*” à noção de diversidade cultural:

Diversidade cultural é um objeto epistêmico – cultura como objeto do conhecimento empírico – enquanto diferença cultural é o processo de *enunciação* da cultura como ‘*cognoscível*’, com autoridade, adequada à construção de sistemas de identificação

cultural. [...] Diversidade cultural é também a representação de uma retórica radical de separação de culturas totalizadas, segura no Utopismo de uma memória mítica de uma identidade coletiva única.³ (BHABHA, 1998, p, 34, grifo do autor, tradução nossa).

Nessa perspectiva, a diversidade cultural está atrelada a uma noção arraigada na tradição “ocidental” de dominação pelo conhecimento, através de processos como *definir* o que é uma “cultura” ou *descrever* “culturas”.

A noção de diversidade cultural está relacionada, na atualidade, ao conjunto de processos de integração social, políticos, econômicos e tecnológicos comumente chamado de globalização. A globalização pôs em evidência a questão da diversidade cultural nas últimas décadas ao promover a intensificação do contato entre culturas, tanto por meio de deslocamentos físicos (turismo, movimentos migratórios) quanto pela proximidade trazida pelas novas tecnologias da informação e da comunicação digitais. O modo desigual como diferentes grupos culturais estão sendo afetados por tais mudanças contribuiu para que a temática da diversidade cultural ganhasse relevância nas Ciências Sociais.

Em Glissant (1996), a noção de “Diversidade/*Diversité*” implica relações entre culturas a partir de uma noção de “identidade ‘relação’/*identité ‘relation*” (não fixa ou essencialista), trabalhadas a partir da pergunta: “Como ser si mesmo sem se fechar ao outro, e como se abrir ao outro sem perder a si mesmo?”⁴ (GLISSANT, 1996, p. 23). Nesse sentido, aproxima-se da noção de diferença cultural de Bhabha (1998) enquanto visões não-essencialistas, dinâmicas e multifacetadas da diversidade cultural.

A complexidade da noção de diversidade cultural está diretamente ligada ao conjunto de fenômenos que se convencionou chamar de “globalização”.

³ “Cultural diversity is an epistemological object – culture as an object of empirical knowledge – whereas cultural difference is the process of the *enunciation* of culture as ‘knowledgeable’, authoritative, adequate to the construction of systems of cultural identification. [...] Cultural diversity is also the representation of a radical rhetoric of the separation of totalized cultures, safe in the Utopianism of a mythic memory of a unique collective identity.”

⁴ “Comment être soi sans se fermer à l'autre, et comment s'ouvrir à l'autre sans se perdre soi-même?”

2.2 Globalização

Referir-se ao termo globalização implica traçar, inicialmente, algumas considerações a respeito de sua definição e de seu uso: “[...] o conhecimento sobre globalização é substancialmente uma função de como a palavra é definida. A análise da globalização deve incluir um exame crítico cuidadoso do termo em si”⁵ (SCHOLTE, 2007, p. 1471, tradução nossa).

As diversas áreas do conhecimento que se ocupam do tema têm visões diferentes do fenômeno e, dentro de cada área, há tantas outras visões quantos forem os pesquisadores que se ocupem dele. Por vezes o termo globalização é comparado/contrastado com outros (mundialização), por vezes é deslocado em adjetivo (mundo globalizado).

As primeiras referências ao termo “globalização” (na língua inglesa) datam da segunda metade do século XX (SCHOLTE, 2007, p. 1472). O verbo “globalizar” surgiu na década de 1940, juntamente com o termo “globalismo”. Já o termo “globalização” data de 1959 e noções de “globalidade” surgiram na década de 1980. Nas últimas décadas, o vocabulário da globalização também se constituiu em outras línguas e tornou-se objeto de estudo nas mais diversas áreas do conhecimento, sem que uma definição mais “estável” do termo tenha sido alcançada.

Desde a década de 1990, globalização se tornou uma indústria acadêmica de grande desenvolvimento. O problema é agora explorado através de disciplinas, continentes, abordagens teóricas, e espectro político. [...] Contudo, ideias sobre a globalização tendem a continuar elusivas, a despeito de sua permeabilidade ⁶. (SCHOLTE, 2007, p. 1472-1473, tradução nossa).

⁵ “Knowledge of globalisation is substantially a function of how the word is defined. The dissection of globalisation must include a careful and critical examination of the term itself.”

⁶ “Since the 1990s globalisation has become a major academic growth industry. The problem is now explored across disciplines, across continents, across theoretical approaches, and across the political spectrum. [...] Yet ideas of globalisation tend to remain as elusive as they are pervasive.”

Alguns dos fenômenos comumente relacionados à globalização, como a compressão do espaço, já eram debatidos antes mesmo da introdução do termo (SCHEUERMAN, 2014). Uma conceituação mais rigorosa do termo começou a ser desenvolvida em meados da década de 1980 e, desde então, parece haver algum consenso sobre os elementos básicos do conceito.

Em primeiro lugar, analistas contemporâneos associam globalização com *desterritorialização*, a saber, uma variedade crescente de atividades sociais ocorre independentemente da localização geográfica dos participantes. [...] Em segundo lugar, teóricos recentes concebem a globalização como ligada ao crescimento da *interconexão* social através de fronteiras geográficas e sociais existentes. [...] Em terceiro lugar, a globalização deve também fazer referência à *rapidez* ou *velocidade* da atividade social. Em quarto lugar, apesar dos analistas discordarem a respeito das forças causadoras da globalização, a maioria concorda que a globalização deve ser concebida como um *processo de prazo relativamente longo*. Em quinto lugar, a globalização deve ser entendida como um processo que *envolve múltiplos elementos*, desde a desterritorialização, a interconexão social e a aceleração se manifestam em diferentes arenas da atividade social (econômica, política e cultural) [...]” (SCHEUERMAN, 2014, grifo do autor, tradução nossa).

A desterritorialização, a interconexão social e a aceleração são características comumente relacionadas à globalização. Contudo, como destaca Bauman (1999), mesmo as características aparentemente consensuais (a globalização como um destino inevitável, como um processo que afeta a todos, como compressão tempo/espaço) merecem estudo mais cuidadoso no que diz respeito a quais seriam suas implicações e suas consequências.

Uma análise da expressão “compressão tempo/espaço”, por exemplo, evidencia que:

[...] os processos globalizadores não têm a unidade de efeitos que se supõe comumente. Os usos do tempo e do espaço são acentuadamente diferenciados e diferenciadores. [...] O que

⁷ “First, contemporary analysts associate globalization with *deterritorialization*, according to which a growing variety of social activities takes place irrespective of the geographical location of participants. [...] Second, recent theorists conceive of globalization as linked to the growth of social *interconnectedness* across existing geographical and political boundaries. [...] Third, globalization must also include reference to the *speed* or *velocity* of social activity. [...] Fourth, even though analysts disagree about the causal forces that generate globalization, most agree that globalization should be conceived as a relatively *long-term process*. [...] Fifth, globalization should be understood as a *multi-pronged process*, since desterritorialization, social interconnectedness, and acceleration manifest themselves in many different (economic, political, and cultural) arenas of social activity. [...]”

para alguns parece globalização, para outros significa localização; o que para alguns é sinalizador de liberdade, para muitos outros é um destino indesejado e cruel (BAUMAN, 1999, p. 7).

A complexidade do tema acarreta a inexistência de consenso sobre o significado e alcance da globalização: “Os conhecimentos disponíveis sobre a globalização constituem um conjunto de *narrativas*, obtidas por meio de aproximações parciais, em muitos pontos divergentes” (GARCÍA CANCLINI, 2014, p. 71, grifo do autor). O uso de metáforas para descrever a globalização (tais como “sociedade amébrica”, de Kenichi Ohmae; “aldeia global”, de Marshall McLuhan; “terceira onda”, de Alvin Toffler; “Disneylandia global” e “nova Babel”, de Octavio Ianni) é um indicativo da complexidade de um processo que abarca múltiplas dimensões (GARCÍA CANCLINI, 2014, p. 73).

Também a divergência na datação do processo de globalização estaria relacionada à divergência em sua concepção (GARCÍA CANCLINI, 2014, p. 74). Alguns teóricos localizam sua origem como remontando ao início da expansão capitalista e da modernidade ocidental no século XVI, outros destacam o conjunto de inovações tecnológicas e mercantis em meados do século XX como seu ponto de origem. A datação mais antiga está relacionada a uma visão da globalização que privilegia seu aspecto econômico. A datação mais recente destaca as dimensões políticas, culturais e comunicacionais do processo.

Ao qualificar a globalização como “imaginada” e como “objeto cultural não-identificado”, García Canclini se refere justamente às dimensões políticas, culturais e comunicacionais da globalização, evidenciadas nos contatos interculturais. A globalização homogeneiza e aproxima ao mesmo tempo em que multiplica diferenças e desigualdades:

Como a globalização não consiste na disponibilidade de todos para todos, nem na possibilidade generalizada de entrar em todos os lugares, é impossível entendê-la sem os dramas da interculturalidade e da exclusão, sem as agressões ou autodefesas cruéis do racismo e as disputas, amplificadas em escala mundial, para marcar a diferença entre o outro que escolhemos e o vizinho compulsório (GARCÍA CANCLINI, 2014, p. 74).

Hall (1998, p. 67) refere-se à globalização como “um complexo de processos e forças de mudança” que atua na sociedade atual, em escala global,

alterando o modo como espaço e tempo são vivenciados e afetando a ordenação da vida social. Segundo Hall, embora a globalização não seja um fenômeno recente, parece haver um consenso sobre o fato de que, a partir da década de 1970, o ritmo da integração global tem aumentado mais intensamente.

As identidades culturais⁸ são particularmente afetadas pela aceleração dos processos globais, pela compressão de distâncias e de escalas temporais (HALL, 1998). Para Hall, tempo e espaço são as coordenadas básicas de todo meio de representação, e as identidades culturais, por estarem ligadas ao processo de representação, estão localizadas no espaço e tempo simbólicos.

[A globalização] tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas. Entretanto, seu efeito geral permanece contraditório. (HALL, 1998, p. 87).

Deste modo, no momento atual, observam-se tendências contraditórias em relação às identidades culturais, uma vez que o ritmo e os fluxos da globalização se distribuem desigualmente pelo globo. A tendência à “homogeneização cultural” convive com o surgimento de um novo interesse pela alteridade, por vezes sob formas mais fluidas e híbridas e, outras vezes, sob a forma de essencialismos e fundamentalismos (HALL, 1998, p. 95).

Para Ortiz (2000, p. 69), a questão das identidades culturais pode ser discutida hoje sob a ótica da matriz surgida com a modernidade, característica do mundo globalizado, e relacionada à ciência, à tecnologia, à urbanização e à industrialização. O vínculo entre a globalização e a questão das identidades estaria na tensão gerada pela globalização enquanto processo de integração desigual e problemático.

⁸ Hall (1998) distingue entre três concepções de identidade: a do sujeito do Iluminismo, baseada na concepção de um indivíduo “centrado” e “unificado” e que tinha na identidade seu “centro essencial”; a do sujeito sociológico, refletindo a complexidade do mundo moderno em uma identidade formada na “interação” entre o eu e a sociedade; e o sujeito pós-moderno, caracterizada como uma identidade fixa ou essencial, mas definida historicamente. Nessa concepção de identidade: “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (HALL, 1998, p. 13). Pode-se dizer que as concepções de identidade descritas por Hall possuem uma correlação com as noções de cultura apresentadas anteriormente.

A desigualdade do processo de globalização pode ser percebida no fato de que seus efeitos (positivos ou negativos) são condicionais a fatores socioeconômicos, políticos e culturais. Santos (2000), decompõe o processo de globalização e o analisa sob três perspectivas: a globalização como “fábula”, como “perversidade” e como “uma outra globalização”. A globalização como fábula corresponderia ao mundo como nos é apresentado: a aldeia global, o percebido esfacelamento das fronteiras, o tempo e espaço contraídos, a homogeneização do planeta, a ideia de uma cidadania universal e a informação e o conhecimento acessível a todos são exemplos “[...] da presença de uma ideologização maciça, segundo a qual a realização do mundo atual exige como condição essencial o exercício de fabulações” (SANTOS, 2000, p. 19).

A globalização como “perversidade”, ou o “ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (SANTOS, 2000, p. 23), expõe a desigualdade do processo na distribuição dos benefícios materiais, na unicidade técnica e na hegemonia no controle da informação. Na visão de Santos, estamos em vias de pensar “uma outra globalização”, que implica romper a subordinação do homem à política (capital) e técnica hegemônicas. Essa terceira concepção “[...] inclui uma revisão do significado das *palavras-chave* do nosso período, todas contaminadas pelo respectivo sistema ideológico” (SANTOS, 2000, p. 125, grifo nosso).

Nas perspectivas pós-coloniais, a globalização é frequentemente apresentada em relação a um contraponto (mundialidade, globalidade e outros), que refletem a noção de Santos (2000) de que o termo “globalização”, enquanto “palavra-chave do nosso período”, é contaminado ideologicamente.

A posição de Mignolo (2000) ilustra essa tentativa de pensar a globalização por outra via:

Glissant introduziu uma distinção entre ‘mondialité’ (globalidade) e ‘mondialisation’ (globalização). Do meu ponto de vista, globalização é a dimensão dos desígnios globais enquanto a globalidade é articulada em histórias locais. A globalidade, por outro lado, revela histórias locais em sua complexidade: a perspectiva dos arquitetos dos desígnios globais interagindo com a perspectiva do ‘nômade’ ou dos ‘desígnios menores’

(Deleuze e Guattari⁹ [1987] 1996, p. 361), assim como a perspectiva emergente de 'um pensamento outro' ou a Crioulização epistemológica, conforme articulada das margens da história universal do sistema mundial moderno (Khatibi, Glissant)¹⁰ (MIGNOLO, 2000, p. 77, tradução nossa).

À semelhança das noções de cultura e de diversidade cultural, também a noção de globalização sofre variações determinadas por perspectivas ideológicas que, num contexto de globalização, tendem a se agrupar sob as esferas do local e do global. Na interação entre as duas esferas, as tecnologias da informação e da comunicação se colocam com elemento ambíguo, uma ferramenta com potencial para disseminar a hegemonia ou para impulsionar a pluralidade. O desenvolvimento exponencial de tais tecnologias a partir de meados do século XX está diretamente relacionado à globalização e à noção de sociedade da informação.

2.3 Sociedade da informação

No contexto da globalização, destaca-se o papel das novas tecnologias da informação e da comunicação pelo alcance e impacto que tais tecnologias têm hoje sobre as atividades humanas.

Informação e conhecimento tornam-se fatores cruciais para o desenvolvimento e o reposicionamento estratégico dos atores no quadro mundial, ao tempo em que ocorrem mudanças significativas nas dinâmicas de produção, circulação e apropriação da informação e do conhecimento. (ALBAGLI; MACIEL, 2009, p. 1513).

Albagli e Maciel (2009) colocam que não há consenso sobre a direção que tais mudanças estão tomando, e apontam para aparentes contradições no processo. A primeira aparente contradição diz respeito à expansão das

⁹ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

¹⁰ "Glissant introduced a distinction between "mondialité" (globality) and "mondialisation" (globalization). In my view, globalization is the dimension of global designs while globality is articulated in local histories. Globality, on the other hand, reveals local histories in their complexity: the perspective of the architects of global designs interacting with the perspective of the "nomad" or "minor designs" (Deleuze and Guattari [1987] 1996, 361), as well as the emerging perspective of "an other thinking" or the epistemological Creolization, as articulated from the exterior of the universal history of the modern world system (Khatibi, Glissant)."

tecnologias da informação e da comunicação e as limitações de acesso ao conhecimento.

De um lado, tem-se o imperativo de expansão contínua da produção de informação e conhecimento, como requisito para o desenvolvimento e a competitividade, e como condição para a formulação de respostas adequadas à complexidade e urgência dos atuais desafios globais – ambientais, econômicos, sociais. [...] De outro lado, assiste-se à concentração – espacial, social e organizacional – e à privatização da informação e do conhecimento, sobretudo aqueles considerados estratégicos e/ou lucrativos. (ALBAGLI; MACIEL, 2009, p. 1514).

Outra aparente contradição diz respeito ao potencial das tecnologias da informação e da comunicação para afetar (positiva ou negativamente) a desigualdade social. Da mesma forma, pode-se mencionar o paradoxo de que tais tecnologias parecem ser capazes de trazer camadas menos privilegiadas das sociedades para a cidadania plena ou mantê-las alijadas do desenvolvimento econômico e social; para favorecer a convivência em sociedades culturalmente diversas, ou para impor a homogeneização.

Destaca-se nas perspectivas dos autores citados anteriormente a questão das tecnologias da informação e da comunicação como elemento-chave do processo de globalização. As tecnologias da informação e da comunicação provocaram alterações substanciais no modo como a informação e o conhecimento são produzidos, processados, armazenados, distribuídos e acessados.

Uma grande parte da globalidade se manifesta através das comunicações, ou seja, trocas de ideias, informação, imagens, sinais, sons e texto. Comunicação transmundial pode ser efetivada por meio do comércio de livros, serviços postais, telégrafo, telefone, fac-símile, telex, mensagens e texto, videoconferência, redes de computadores, jornais, revistas, rádio, televisão, vídeo e filme. Supraterritorialidade ocorre nas comunicações globais quando, por exemplo, certas publicações (como os livros sobre Harry Potter) e gravações (como CDs do Eminem) são lançados simultaneamente em todo o planeta. Além disso, transmissões via satélite e cabos transoceânicos permitem que a comunicação seja efetivada instantaneamente entre quaisquer pontos da Terra, independentemente das distâncias e fronteiras territoriais que haja entre eles¹¹ (SCHOLTE, 2014, p. 1485, tradução nossa).

¹¹ “A great deal of globality is manifested through communications, that is, exchanges of ideas, information, images, signals, sounds and text. Transworld communication can be effected by

Nesse contexto, no qual as novas tecnologias da informação e da comunicação parecem ter papel central na configuração da sociedade, surge a noção de “sociedade da informação”. De acordo com Kerbauy (2009, p. 61) “[...] a noção foi introduzida por Daniel Bell, em 1973, no livro *O advento da sociedade pós-industrial*”. Segundo Kerbauy (2009, p. 61), Bell argumenta que a ciência e a técnica constituem as forças produtivas predominantes de uma revolução técnico-científica a partir da qual a sociedade se sustentaria na informação. O termo “sociedade da informação” se torna corrente na década de 1990, quando entra na pauta de organizações como a ONU, a UNESCO, o Banco Mundial, e outros.

Há diversos critérios segundo os quais a sociedade atual pode ser considerada uma “sociedade da informação”. Bawden e Robinson (2012, p. 232) destacam o critério econômico, pelo qual a maior parte da atividade econômica está baseada em mercadorias intangíveis ligadas à informação; o critério ocupacional, pelo qual a maior parte do trabalho deixa de ser manual e passa a ser ligada à informação; o critério tecnológico, pelo qual as tecnologias da informação e da comunicação estão suficientemente disseminadas pela sociedade; o critério político, pelo qual as tecnologias da informação e da comunicação se tornam elementos centrais nas discussões políticas em nível local e global; e o critério sociocultural (do qual destacam a noção de “sociedade em rede” de Castells), pelo qual as redes de informação teriam o poder de afetar nossas interações sociais pela mudança em nossa percepção de tempo e espaço.

Há divergências quanto à importância das novas tecnologias da informação e da comunicação (sobretudo o digital) como o ápice revolucionário de um processo linear do progresso tecnológico (BLACK, 2014, p. 628).

A disseminação do conhecimento científico em nível nacional e internacional estaria relacionada ao surgimento da sociedade da informação.

means of the book trade, postal services, telegraph, telephone, facsimile, telex, text messaging, videoconference, computer networks, newspaper, magazine, radio, television, video and film. Supraterritoriality comes into global communications when, for example, certain publications (like Harry Potter books) and recordings (like Eminem CDs) are released simultaneously across the planet. In addition, satellite broadcasts and transoceanic cables enable communication to be effected instantaneously between any points on earth, irrespective of the territorial distances and territorial borders that lie between them.”

Nessa perspectiva, pode-se identificar o início da formação de uma sociedade do conhecimento europeia com o estabelecimento da *Royal Society*, em 1660, e a publicação do *Journal des Sçavans*, em 1665 (BLACK, 2014, p. 642).

No final do século XX surge um novo paradigma tecnológico, organizado em torno da tecnologia da informação, provocando transformações nas sociedades atuais (CASTELLS, 2012, p. 49). Para Castells, novas tecnologias da informação e da comunicação não foram a causa, mas possibilitaram as mudanças que ocorrem na atualidade. Referindo-se à década de 1990, Castells descreve o mundo como organizado em torno de sistemas de informação e comunicação que têm nas redes de computadores seu elemento central.

O impacto das novas tecnologias da informação na sociedade não advém somente do fato de tal mudança de paradigma depender de novos conhecimentos e informação, o que também pode ser dito das revoluções tecnológicas anteriores¹². Segundo o autor,

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso (CASTELLS, 2012, p. 50-51).

As novas tecnologias da informação e seus efeitos têm amplitude geográfica diversa das revoluções tecnológicas anteriores que se difundiram “[...] em uma área geográfica relativamente limitada, muitas vezes ocupando espaço e tempo isolados em comparação a outras regiões do planeta” (CASTELLS, 2012, p. 51-52).

No caso das novas tecnologias da informação, a difusão planetária se deu entre os anos 1970 e 1990, numa velocidade acelerada pela lógica que Castells descreve como característica desse novo paradigma tecnológico, que é

¹² Castells menciona duas revoluções tecnológicas anteriores à revolução da tecnologia da informação. A primeira foi a Revolução Industrial iniciada no fim do século XVIII, com a substituição de ferramentas manuais por máquinas a vapor. A segunda ocorreu aproximadamente no fim do século XIX, caracterizada “pelo desenvolvimento da eletricidade, do motor de combustão interna, de produtos químicos com base científica, da fundição eficiente de aço e pelo início das tecnologias de comunicação, com a difusão do telégrafo e a invenção do telefone” (CASTELLS, 2012, p. 53).

imediatez da aplicação da tecnologia gerada em seu próprio desenvolvimento. Isso não significa que o mundo tenha sido atingido por completo e da mesma maneira pelas novas tecnologias da informação. O autor ressalta que há grandes áreas geográficas e grupos populacionais desconectados dessa nova tecnologia: “[...] a velocidade da difusão tecnológica é seletiva tanto social quanto funcionalmente” (CASTELLS, 2012, p. 52).

As técnicas não surgem isoladamente, mas formam sistemas que se tornam representativos de determinada época (SANTOS, 2000). A técnica da informação¹³ é representativa do sistema de técnicas atual. O novo conjunto de técnicas não apaga necessariamente os conjuntos anteriores, mas causa desigualdades ao se impor hegemonicamente sobre as técnicas menos poderosas. A técnica da informação, como sistema técnico dominante no mundo de hoje, alastra-se com rapidez por todos os cantos do globo. As desigualdades geradas pelas técnicas da informação advêm de sua apropriação por um grupo limitado de atores em defesa de seus interesses particulares:

Essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle (SANTOS, 2000, p. 39).

As condições técnicas que poderiam permitir que o conhecimento do planeta fosse aumentado (criado, distribuído e acessado) de maneira igualitária e democrática, na vertente perversa da globalização, deixa uma grande parcela da população mundial ao largo do sistema de produção de conhecimento. Segundo Santos, o período atual está baseado em uma ligação estreita entre técnica e ciência. Essa “tecnociência” tem seu uso condicionado pelo mercado, sendo, portanto, “seletiva”: “Como, frequentemente, a ciência passa a produzir aquilo que interessa ao mercado, e não à humanidade em geral, o progresso técnico e científico não é sempre um progresso moral” (SANTOS, 2000, p. 65).

Desse modo, as tecnologias da informação e da comunicação podem ser vistas como elementos estratégicos na regulação das condições de

¹³ Aqui entendidas como análogas às tecnologias da informação, a “tecnociência” que caracteriza o período atual (SANTOS, 2000, p. 65).

produção, disseminação, acesso e apropriação da informação e do conhecimento.

A codificação e a digitalização crescentes do conhecimento, transformado em informação, *pari passu* ao desenvolvimento e difusão das TIC, facilitam seu acesso por um contingente crescente de pessoas, bem como a formação de redes colaborativas nas plataformas digitais. Por outro lado, contribui também para sua mercantilização e apropriação privada. Aí se expressa a tensão contemporânea entre: (a) de um lado, o imperativo de produzir mais conhecimento, informação, cultura e inovação – daí a importância de se promoverem meios para sua produção social e interativa; (b) e, de outro, o aumento da concentração, do controle e da privatização da informação e do conhecimento considerados estratégicos (concomitantemente à tendência à concentração de capitais), seja por mecanismos de produção de direitos de propriedade intelectual (DPI), seja por outros meios de apropriação do conhecimento público e socialmente produzido. (ALBAGLI; MACIEL, 2009, p. 1518-1519)

Nesse contexto de sociedade da informação globalizada, pode-se dizer que a questão da diversidade cultural está profundamente imbricada em fatores econômicos, políticos e técnico-científicos. Como coloca Mattelart (2005, p. 144):

Não há meio de tratar da diversidade cultural sem ressitua-la no contexto dos interesses divergentes que a invocam. Disso dão testemunho o enfrentamento em torno de cenários de utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação. Não por acaso a UNESCO inscreveu entre suas linhas prioritárias de ação materializadas em sua 'Declaração universal sobre a diversidade cultural' um conjunto de objetivos vinculados à democratização do ciberespaço. Promoção da diversidade linguística, 'letramento digital', acesso universal às tecnologias, luta contra a 'exclusão digital' em vista e eliminar as disparidades de acesso à informação, à cultura e ao saber entre os países industrializados e os países em desenvolvimento e no próprio interior dessas sociedades.

Conforme mencionado, a relevância das tecnologias da comunicação e da informação para a diversidade cultural é colocada como tema da UNESCO para o compartilhamento de conhecimento e informação. O modo como o "compartilhamento" ocorre, se por imposição hegemônica ou por construção coletiva, é o desafio que se coloca na atualidade.

3 CLASSIFICAÇÃO: ENTRE O LOCAL E O GLOBAL

Este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir algumas das questões que se colocam para o campo da organização do conhecimento a partir da perspectiva da cultura e da diversidade cultural. Tem como foco a representação do conhecimento nos sistemas de organização do conhecimento em geral, com destaque para os sistemas de classificação bibliográfica.

3.1 Organização do conhecimento

A primeira forma de controle do conhecimento registrado de que se tem notícia é a lista compilada por Calímaco (310 a.C. – 235 a.C.) na biblioteca de Alexandria. Seu *Pinakes*, organizado em 120 volumes, é considerado o primeiro catálogo de biblioteca (CAMPELLO, 2006, p. 57). Inspirado na classificação de Aristóteles, seu esquema de classificação de livros dividia as obras pelas profissões dos respectivos autores e seguia a ordem alfabética para os autores e uma ordem cronológica por períodos. Para indicar o lugar onde estavam os livros, utilizava a primeira palavra do texto, um recurso análogo ao atual número de chamada.

Na Idade Média europeia, os mosteiros eram os principais repositórios de livros, raros e preciosos pelo fato de serem confeccionados manualmente. Os inventários compilados nesse período tinham como objetivo a prestação de contas do conteúdo das bibliotecas às autoridades das instituições (SMIRAGLIA, 2014, p. 35).

Em 1439, Gutenberg desenvolveu um sistema de impressão por tipos móveis que viria a ampliar exponencialmente a produção de livros. De acordo com Smiraglia (2014, p. 35), as necessidades do mercado para livros surgido a partir de então contribuiu para o desenvolvimento de registros bibliográficos mais complexos. Tais registros começaram a ser elaborados a partir do século XVI, com algumas contribuições de destaque.

Em 1548, o *Pandectarum* de Conrad Gesner introduziu a referência “ver” e formas padronizadas de classificação. Em 1595, o *Catalogue of English Printed Books* de Andrew Maunsell incluía entradas de autor por sobrenome, trabalhos anônimos por título, e entradas para assunto e tradutores. Segundo Smiraglia (2014, p. 36), com a construção da nova biblioteca da Universidade de Oxford no século XVII, supervisionada por Sir Thomas Bodley e o bibliotecário Thomas James, algumas das práticas desenvolvidas por Gesner e Maunsell foram incorporadas pela primeira vez em um catálogo de biblioteca.

Em 1627, Gabriel Naudé publicou seu *Advis pour dresser une bibliothèque*, no qual “[...] afirmava que uma pilha de livros não constituía uma biblioteca, assim como um monte de soldados não constituía um exército” (BURKE, 2003 p. 98). Criticava, assim, esquemas “confusos” e “extravagantes”, argumentando que o objetivo do esquema deveria ser somente encontrar os livros sem dificuldades.

No século XIX, ocorreu uma rápida sucessão de desenvolvimentos paralelos nos catálogos de bibliotecas na Europa Continental, Grã-Bretanha e comunidades acadêmicas americanas (SMIRAGLIA, 2014, p. 36). Dentre tais desenvolvimentos, Smiraglia destaca o trabalho de Charles Cutter que, em *Rules For a Printed Dictionary Catalog* (1876) introduziu como objetivos para o catálogo:

1. Permitir que uma pessoa ache um livro do qual (A) o autor, (B) o título, ou (C) o assunto é conhecido.
2. Mostrar o que a biblioteca tem (D) de um determinado autor, (E) sobre um determinado assunto, (F) de um determinado tipo de literatura.
3. Auxiliar na escolha de um livro (G) quanto à sua edição (bibliográfica), (H) quanto ao seu caráter (literário ou atualidade)¹⁴ (CUTTER¹⁵, 1876, p. 12 apud SMIRAGLIA, 2014, p. 36, tradução nossa).

A partir desse momento, segundo Smiraglia (2014), o profissional bibliotecário assumiu a responsabilidade pela indexação universal do

¹⁴ “1. To enable a person to find a book of which either (A) the author, (B) the title, (C) the subject is known. 1. To show what the library has (D) by a given author (E) on a given subject (F) in a given kind of literature. 3. To assist in the choice of a book (G) as to its edition (bibliographically). (H) as to its character (literary or topical).”

¹⁵ CUTTER, C. A. *Rules for a printed dictionary catalog*. Special report. Part II. In United States Bureau of Education, *Public libraries in the United States*. Washington: Govt. Printing Office, 1876.

conhecimento registrado, uma vez que as bibliotecas se colocam como de curadoras do conhecimento registrado.

O século XX trouxe mais desenvolvimentos do que todo o período anterior, fomentados pela codificação e mecanização. A primeira metade do século evidenciou a incapacidade do aparato bibliográfico de dar conta da crescente produção de conhecimento e a experimentação com aparelhos mecânicos para indexação e recuperação de informação científica. Uma conferência sobre organização bibliográfica realizada na Universidade de Chicago, em 1950, discutiu a crise provocada pelo crescimento do número de publicações e a perda do controle da indexação de periódicos científicos da biblioteca para o setor privado (SMIRAGLIA, 2014, p. 38). De acordo com Smiraglia (2014, p. 38), as ideias debatidas na conferência tiveram grande impacto na formação do campo da Organização do Conhecimento, tal como se apresenta hoje.

O desenvolvimento da educação pública levou ao crescimento do número de instituições educacionais e ao desenvolvimento de ferramentas mais sofisticadas para a organização do conhecimento (SMIRAGLIA, 2014, p. 39). Nos Estados Unidos, a biblioteca pública foi, já desde o século XX, promovida pelo governo como o local para a implantação de programas de aprendizado ao longo da vida. A partir da segunda metade do século XX, com a maior parte da catalogação nos Estados Unidos sendo produzida pela Biblioteca do Congresso, os bibliotecários puderam se dedicar às necessidades sociais de suas comunidades.

O serviço da biblioteca tinha um papel público e cultural e o arranjo de livros para facilitar a pesquisa/descoberta foi um aspecto importante. Não mais depósitos de livros sem uso, as bibliotecas se tornaram a coleção de trabalho do trabalhador – livros de receita, guias de mecânica, panfletos sobre plantio e colheita, recomendações médicas – tudo isso foi centralizado e ficou disponível na biblioteca pública local. *E tudo tinha de ser controlado intelectualmente*¹⁶ (SMIRAGLIA, 2014, p. 40, grifo nosso, tradução nossa).

¹⁶ “Library service was both a public and a cultural role, and the collocation of books to facilitate browsing was an important aspect of it. No longer warehouses for unused books, libraries became the working person’s working collection – cookbooks, mechanical guides, planting and harvesting pamphlets, medical advice – all of this became centralized and available at the local public library. And all of it had to be controlled intellectually.”

Um dos artigos da conferência de 1950 sobre organização bibliográfica na Universidade de Chicago, escrito por Jesse Shera e Margaret Egan, se referiu ao “[...] papel social da bibliografia como parte do problema da comunicação intra e intergrupos”¹⁷ (SHERA; EGAN¹⁸, 1950, p. 17 apud SMIRAGLIA, 2014, p. 40, tradução nossa).

Assim, as raízes da Organização do Conhecimento como campo de estudo estão ligadas aos estudos sobre bibliografia, editoração, biblioteconomia, documentação e outros, situando-se “[...] na intersecção entre recuperação da informação e dinâmica social”¹⁹ (SMIRAGLIA, 2014, p. 40, tradução nossa).

Smiraglia (2014, p. 40-41) destaca o trabalho de Ingetraut Dahlberg na consolidação da Organização do Conhecimento como campo de estudos. Em 1974, Dahlberg fundou o periódico *International Classification (Knowledge Organization*, a partir de 1993). Em 1989, Dahlberg fundou a *International Society for Knowledge Organization (ISKO)*. Em 1993, Dahlberg criou um sistema de classificação para a literatura sobre organização do conhecimento. Smiraglia observa que Dahlberg forneceu ao campo da organização do conhecimento tudo o que este precisaria para se desenvolver: um periódico, uma sociedade internacional e uma base teórica.

Com relação aos aspectos teóricos da Organização do Conhecimento, para Dahlberg,

A organização do conhecimento pressupõe, por um lado, conhecimento de conceitos/unidades de conhecimento sob análise e questões sistemático-teóricas relacionadas com a estruturação de conceitos e classes de conceitos, de modo que seja obtido como resultado esquemas de ordenamento profissionalmente aceitáveis para o mundo científico²⁰ (DAHLBERG, 2014, p. 88, tradução nossa).

¹⁷ “[...] social role of bibliography as part of the problem of inter and between group communication.”

¹⁸ SHERA, J. H. EGAN, M. (Eds.). Bibliographic organization: papers presented before the Fifteenth Annual Conference of the Graduate Library School, July 24–29, 1950. *The University of Chicago studies in library science*. Chicago: University of Chicago Press.1950.

¹⁹ “[...] at the intersection of information retrieval and social dynamics.”

²⁰ “Knowledge organization presupposes on the one hand cognizance of concepts/knowledge units under review as well as relative system-theoretical issues connected with structuring concepts and classes of concepts, so that as a result professionally acceptable ordering schemes may be obtained for the scientific world.”

Esse breve panorama histórico traçou as linhas gerais da constituição da Organização do Conhecimento enquanto campo de estudos. Segundo Hjørland (2008, p. 86), o termo “organização do conhecimento” possui um significado amplo e um significado estrito.

No sentido amplo, a organização do conhecimento diz respeito à

[...] divisão social do trabalho intelectual, ou seja, a organização de universidades e outras instituições para pesquisa e ensino superior, a estrutura de disciplinas e profissões, a organização social da mídia, a produção e disseminação do ‘conhecimento’ etc.²¹ (HJØRLAND, 2008, p. 86).

No sentido estrito configura um campo de estudos afiliado à Biblioteconomia e Ciência da Informação (*Library and Information Science*) e diz respeito às atividades de descrever, representar e organizar documentos e representações de documentos, assuntos e conceitos (HJØRLAND, 2016, p.475).

Enquanto campo de estudos, a Organização do Conhecimento estuda e desenvolve “processos de organização do conhecimento” (“*knowledge organization processes*” ou KOP), como a catalogação, a indexação e a classificação, e “sistemas de organização do conhecimento” (“*knowledge organization systems*”, ou KOS²²), como os sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto, tesouros e ontologias (HJØRLAND, 2016, p. 475).

Hjørland (2012b, p. 5) opta pelo termo “organização do conhecimento”, em vez de “organização da informação”, baseado no fato de que, na perspectiva da análise de domínio, o termo contribui para distanciar o campo da teoria da informação e da ciência da computação (que estariam mais próximos da organização da informação) e favorecem uma “virada social” (“*social turn*”), com a aproximação aos campos da semiótica social, dos estudos da ciência e do estudo dos documentos e seu papel em atividades humanas.

²¹ “[...] KO is about the social division of mental labor, i.e., the organization of universities and other institutions for research and higher education, the structure of disciplines and professions, the social organization of media, the production and dissemination of ‘knowledge’ etc.”

²² Em um sentido estrito, “sistema de organização do conhecimento” é sinônimo de ferramenta semântica, enquanto seleções de conceitos e suas relações semânticas (HJØRLAND, 2015, p. 119).

Observa-se que o uso dos termos “organização do conhecimento” e “organização da informação” (e outras combinações) apresenta grande variação na literatura da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Uma pesquisa na base *Web of Science* pelo termo “*information organization*” no campo “tópico” (título, resumo e palavras-chave) retorna 525 resultados, dos quais 166 estão relacionados na categoria “*Information Science Library Science*” e 152 em “*Computer Science Information Systems*”. A pesquisa por “*knowledge organization*” retorna 1.141 resultados, 621 em “*Information Science Library Science*” e 212 em “*Computer Science Information Systems*”. Os resultados indicam a prevalência de uso do termo “*knowledge organization*”, sem indicar, contudo, os contextos em que cada termo é utilizado.

Na literatura brasileira, Lara (2011, p. 94) identifica que os termos “organização e/ou representação do conhecimento” e “organização e/ou representação da informação” são utilizados simultaneamente, por vezes em associação, por vezes em contraposição.

A imprecisão terminológica é destacada na introdução do *Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação*, no qual é mencionada a dificuldade de definir e enquadrar no tesauro os termos “organização da informação” versus “organização do conhecimento” (PINHEIRO; FERREZ, 2014, p. 16).

No plano geral de classificação do tesauro tem-se: 2 Organização do Conhecimento e Recuperação da Informação; 2.1 Organização do Conhecimento; 2.1.1 Representação da Informação; 2.1.2 Sistemas de organização do conhecimento; 2.2 Recuperação da Informação; 2.2.1 Medidas de avaliação de sistemas de recuperação da informação (PINHEIRO; FERREZ, 2014, p. 18).

O índice alfabético-estruturado do tesauro sugere “*organization of information*” como termo em inglês para “organização do conhecimento”. A referência não dá conta do fato de que, também em inglês, há divergências quanto ao uso dos termos. Por exemplo, em um estudo bibliométrico sobre a utilização dos termos “*knowledge organization*”, “*information organization*”, “*organization of information*” e “*information architecture*”, em artigos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Hjørland (2012b, p. 4) sugere que o

termo “*organization of information*” é utilizado sobretudo por psicólogos e cientistas cognitivos, sendo o termo, em seu estudo, com a ligação mais fraca com a Biblioteconomia e Ciência da Informação.

No item “organização do conhecimento” do tesouro, há uma nota explicativa, de autoria de Bräscher e Café²³ (2008, p. 471), na qual as autoras colocam que há uma tendência para se “[...] adotar o termo organização do conhecimento por sua institucionalização em instâncias acadêmicas e profissionais como, por exemplo, a ISKO (*International Society of Knowledge Organization*)”.

A questão da língua constitui uma camada adicional de complexidade à utilização dos termos discutidos em pesquisas na Biblioteconomia e Ciência da Informação. No âmbito deste trabalho, optou-se por utilizar os termos “organização do conhecimento” e “sistemas de organização do conhecimento” na perspectiva de Hjørland (2016). Nas citações em português, manteve-se o termo utilizado pelos autores e, para as citações em inglês, os termos foram traduzidos literalmente (“*knowledge organization*” = “organização do conhecimento”).

3.2 Classificação e sistemas de classificação

A noção de classificação tem importância central na área da Organização do Conhecimento, constituindo a base de todos os sistemas de organização do conhecimento.

O ato de classificar é, geralmente, visto como um processo inseparável da capacidade humana de fazer sentido do mundo e seus fenômenos. Enquanto processo cognitivo, a classificação teria um caráter

²³ BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB*, 11., 2008, São Paulo. Anais ... São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/1835.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

intrínseco e definidor da experiência humana. Bowker e Star (2000) destacam o caráter intrínseco do ato de classificar e afirmam:

Classificar é humano. Nem todas as classificações são formais ou estandardizadas em produtos comerciais e burocráticos. Todos nós passamos grande parte de nossos dias fazendo trabalho classificatório, em geral tacitamente, e fabricamos e usamos uma variedade de classificações ad hoc para isso²⁴ (BOWKER; STAR, 2000, p 1, tradução nossa).

Classificação e categorização são mecanismos para estabelecer ordem através de fenômenos relacionados, mas diferem quanto ao grau de sistematização formal que a classificação impõe à categorização: a categorização é um processo flexível baseado somente no reconhecimento de semelhanças entre entidades; a classificação impõe restrições para a inclusão de uma entidade em uma classe e estabelece relações hierárquicas entre elas, baseadas em princípios pré-estabelecidos (JACOB²⁵, 2004 apud HJØRLAND, 2017, p. 99).

A classificação e os esquemas de classificação podem ser definidos num sentido mais amplo e num sentido mais estrito (TENNIS, 2015, p. 245). Em sentido amplo, a classificação é o processo de identificação de conceitos e das relações entre eles. Em sentido estrito, para a recuperação de livros por assunto, a classificação é um conjunto de classes, mutuamente excludentes e exaustivas, organizadas sistematicamente e hierarquicamente.

A classificação pode ser considerada o núcleo da organização do conhecimento. De acordo com o seu propósito, as classificações podem, elas mesmas, ser classificadas em ao menos três grupos: classificação ad hoc (ou categorização), classificação pragmática, e classificação científica. (HJØRLAND²⁶, 1997, p. 46 apud SMIRAGLIA, 2014, p. 57).

A classificação ad hoc é identificada como o tipo mais desprezioso, uma classificação que ocorre em todas as atividades humanas. Já as

²⁴ To classify is human. Not all classifications take formal shape or are standardized in commercial and bureaucratic products. We all spend large parts of our days doing classification work, often tacitly, and we make up and use a range of ad hoc classifications to do so.

²⁵ JACOB, E. K. Classification and Categorization: A Difference that Makes a Difference. *Library Trends*, Baltimore, v. 52, n. 3: p. 515-540, 2004.

²⁶ HJØRLAND, B. Information seeking and subject representation: an activity-theoretical approach to information science. *New directions in information management*. v.34. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1997.

classificações pragmáticas são mais ambiciosas, buscando facilitar uma série de tarefas, como a classificação no supermercado, no exemplo de Smiraglia (2014). As classificações científicas são as mais complexas dos três tipos, originárias de pesquisa, com o objetivo de facilitar a descoberta de novos conhecimentos.

Enquanto o ato de classificar pode ser visto como um processo “cognitivo universal” (BEGHTOL, 2000), a criação de uma classificação tem propósitos diferentes em contextos diferentes. No que diz respeito à facilitação da descoberta de novos conhecimentos, Beghtol (2004b, p. 19) distingue entre classificações “profissionais” (as classificações bibliográficas), cujo propósito é classificar conhecimento pré-existente para sua recuperação, e classificações *naïve*, criadas em outras áreas com o propósito de reavaliar antigos conhecimentos ou descobrir novos conhecimentos. Os dois tipos de classificação são interdependentes. A classificação *naïve* contribuiria para o trabalho dos pesquisadores, criando literatura sobre os novos conhecimentos e um eventual consenso na área de estudos. A garantia literária e o consenso (científico e educacional) levariam à incorporação dos novos conhecimentos aos sistemas de classificação formais que, por sua vez, contribuiriam para a elaboração de novas classificações *naïve*, e assim por diante, em um processo cíclico e contínuo (BEGHTOL, 2004b, p. 21-22).

A classificação é um conceito fundamental e uma atividade presente nos processos e sistemas de organização do conhecimento²⁷:

Em organização do conhecimento e em biblioteconomia e ciência da informação, [a classificação] tem a ver sobretudo como classificar documentos, representações de documentos, e conceitos (e.g. em tesouros), e sistemas de classificação bibliográfica e ontologias são tipos de sistemas de organização do conhecimento bem conhecidos (HJØRLAND, 2017, p. 97).

As classificações bibliográficas têm “[...] por objeto o arranjo de documentos segundo o assunto de que tratam, colocando-os sob uma notação apropriada” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 84). As classificações filosóficas (ou das ciências) são aquelas criadas por filósofos para organizar, definir e hierarquizar o conhecimento. Os dois tipos de classificação distinguem-se por

²⁷ Na organização do conhecimento, o termo “sistemas de organização do conhecimento” descreve uma série de ferramentas baseadas em processos de classificação, como listas, taxonomias, tesouros e ontologias (PIERTESE; KOURIE, 2014, p. 217).

sua finalidade (classificação de livros ou classificação do conhecimento), mas diferentes sistemas de classificação bibliográfica foram influenciados, em maior ou menor grau, por classificações filosóficas.

Platão (428-347 a.C.) foi o primeiro a classificar o conhecimento segundo bases filosóficas. O sistema conhecido como “Árvore de Porfírio” (305 d.C.) dividiu os conhecimentos partindo de termos de pouca extensão e grande intensão, sendo o primeiro exemplo de uma classificação binária. Em 439 d.C., Martius Capella, em sua obra *Satyricon*, dividiu as artes liberais em sete grupos: gramática, dialética, retórica, geometria, astronomia, música e aritmética. No século VI, Cassiodoro dividiu as artes liberais em dois grandes grupos conhecidos como o Trivium e Quadrivium. O sistema foi como currículo nas escolas da Idade Média e influenciou o sistema filosófico de Conrad Gesner. Em 1545, Gesner publicou seu catálogo *Bibliotheca Universalis*, baseado no Trivium e no Quadrivium de Cassiodoro, no qual registrou os livros escritos em latim, grego e hebraico. O catálogo de Gesner é considerado o primeiro esquema de classificação bibliográfica, por ter sido a primeira tentativa de arranjo de livros de acordo com o uso científico da época²⁸.

Dentre as classificações filosóficas, destaca-se a *Partitiones Scientiarum* de Francis Bacon (1561-1626), publicada em *Advancement of Learning*, por sua influência em diversas classificações bibliográficas. Também baseada no Trivium e no Quadrivium, a classificação de Bacon dividiu as ciências segundo as faculdades humanas: a memória dá origem à história (dividida em História Natural, História Civil e História Sagrada), a imaginação dá origem à Poesia (dividida em Narrativa, Dramática e Parabólica), e a razão cria a Filosofia (dividida em Divina, Natural, Humana e Teologia) (PIEDADE, 1983, p 63).

No século XIX, surgiram classificações do conhecimento de cunho positivista, como a de Auguste Comte, que dividiu as ciências em abstratas (fundamentais) e concretas (derivadas). A ordem dos conhecimentos humanos adotada por Comte é uma ordem de generalidade decrescente e complexidade

²⁸ Em 1548, Gesner publica um suplemento intitulado *Pandectarum sive Partitionum universalium* (conforme mencionado anteriormente), no qual classificou os livros da *Bibliotheca Universalis* por assuntos.

crecente. Comte estabelece o conceito moderno de hierarquia das ciências e o princípio da filiação, segundo o qual cada ciência depende da precedente (BARBOSA, 1969, p. 47).

Entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, são desenvolvidos diversos esquemas universais de classificação bibliográfica: a Classificação Expansiva de Cutter, a Classificação Decimal de Dewey, a Classificação da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, a Classificação Decimal Universal, a Classificação de Assuntos de Brown, a Classificação Bibliográfica de Bliss, e a Classificação dos Dois Pontos de Ranganathan. A seguir, são destacadas algumas das principais características e contribuições desses esquemas para a teoria da classificação.

A Classificação Expansiva de Cutter (1891-1893) consiste em sete classificações, nas quais o nível de detalhamento é crescente.

A ideia era aplicar a primeira classificação ao iniciar-se a coleção, passar à segunda quando esta crescesse um pouco, seguir para a terceira ao aumentar o acervo, e assim sucessivamente, até que fosse necessária a utilização da sétima classificação (PIEIDADE, 1983, p. 146).

Daí o nome de classificação “expansiva”. A Classificação Expansiva de Cutter influenciou a Classificação da Biblioteca dos Estados Unidos, que segue parcialmente a ordem apresentada na classificação de Cutter em suas classes principais.

A Classificação Decimal de Dewey teve sua primeira edição em 1876. Dewey foi o primeiro a atribuir símbolos de classificação aos próprios livros, uma notação decimal expansiva. Dewey estudou as classificações do conhecimento de Aristóteles, Bacon e outros filósofos. Segundo Piedade (1983, p. 88), Dewey deve ter estudado também a classificação de Harris, que utilizou uma inversão do sistema de Francis Bacon também presente na classificação de Dewey, cujas classes são bastante semelhantes às de Harris. Também merece destaque o índice relativo, anexado por Dewey ao seu sistema, listando as entradas, suas respectivas notações, e os aspectos dos assuntos tratados.

A Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos foi criada por ato de 1800 a partir de uma coleção de 740 livros importados da Inglaterra e que

chegaram a Washington em 1801. Após um incêndio ocorrido em 1814, que destruiu quase toda a coleção, a coleção de Thomas Jefferson foi adquirida e classificada por um sistema baseado as classificações de Bacon e d'Alembert, criado pelo próprio Jefferson. O sistema foi mantido, com algumas modificações até 1899, mas já em 1897, percebeu-se que o sistema não atendia mais às finalidades da coleção que crescia constantemente ao longo de quase cem anos (PIEADDE, 1983, p. 153). Outros sistemas foram cogitados, como a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Expansiva de Cutter mas, por fim, optou-se pela criação de uma nova classificação, cujas classes foram desenvolvidas mais ou menos separadamente por diversos grupos de trabalho, usando como guia a Classificação Expansiva de Cutter, na qual foram introduzidas grandes modificações, sobretudo quanto à notação (PIEADDE, 1983, p. 154). A classificação baseia-se largamente no princípio da garantia literária, desenvolvendo-se a partir do “conhecimento como apresentado nos livros” da Biblioteca.

A Classificação Decimal Universal foi criada por Paul Otlet²⁹ e Henry La Fontaine a partir da colaboração que iniciaram em 1892, com o objetivo de organizar uma bibliografia universal, o *Répertoire Bibliographique Universel*. Convocaram, em 1895, a primeira Conferência Internacional de Bibliografia, na qual foi fundado o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) para o desenvolvimento do repertório (PIEADDE, 1983, p. 115-116). Para sua compilação, foi utilizada como base a classificação de Dewey, pelas características de sua notação decimal. A classificação de Dewey foi reescrita e sua primeira edição surgiu em 1905 com o nome de *Manuel du Répertoire Bibliographique Universel*, mais tarde conhecida como Classificação Decimal Universal.

A Classificação de Assuntos de Brown (1905) reflete seu pensamento não convencional e à frente de seu tempo sobre a classificação. Brown acreditava que todos os assuntos tinham origem em fontes específicas e não

²⁹ Em seu *Traité de Documentation* (1934), Otlet apresenta o Princípio Monográfico. Tal princípio faz parte da busca de Otlet pelos menores elementos do universo do conhecimento, através da análise dos documentos para encontrar “os menores itens de informação com identidade própria”, que seriam, então, classificados pela Classificação Decimal Universal, para serem disseminados ou recombinaados e formatos diferentes (SMIRAGLIA, 2013a, p. 363).

deveriam ser divididas de acordo com categorias artificiais (BEGHTOL, 2004a, p. 706). Brown percebeu a importância das complicadas inter-relações entre assuntos e a necessidade de acesso *interdisciplinar* aos assuntos. Para Brown, o conhecimento podia ser combinado em inúmeras formas, uma visão que, como comenta Beghtol, era bastante incomum para a época. Brown via o mundo do conhecimento como “[...] relativamente inconstante, flexível e mutável, dependendo de qual tópico era colocado na frente do interesse de alguém no momento”³⁰ (BEGHTOL, 2004a, p. 707-708).

Bliss desenvolveu sua Classificação Bibliográfica, publicada entre 1940 e 1953, como uma tentativa de lidar com os problemas que identificava na Classificação Decimal de Dewey. É considerado “[...] um sistema que apresenta um dos melhores desenvolvimentos de classes encontrado em classificações bibliográficas” (PIECADE, 1983, p. 182). Para Bliss, a distinção entre classificação do conhecimento e classificação de livros não deveria impedir que ambas fossem trabalhadas em conjunto para a construção de um sistema apoiado na organização científica do conhecimento.

Há, de fato, dois tipos de classificação, de um lado a lógica, natural e científica, de outro a prática, arbitrária, intencional; mas para a classificação bibliográfica nós devemos juntar esses dois lados; os dois propósitos devem ser combinados. Fazer a classificação se adequar à organização científica e educacional do conhecimento é torná-la mais prática. A organização lógica e científica do conhecimento deve ser adaptada para os requisitos práticos, os vários serviços bibliográficos, e as economias necessárias³¹ (BLISS, 1933, p. 36-37, tradução nossa).

Bliss concebia a classificação bibliográfica como uma “organização estrutural dos livros”, que seria mais útil através da integração com a organização do conhecimento estabelecida pelo “consenso científico e educacional”.

De acordo com Piedade (1983), a grande contribuição da Classificação dos Dois Pontos, publicada pela primeira vez em 1933, para a

³⁰ “[...] as relatively impermanent, flexible, and changeable depending on what topic was paces at the forefront of one’s interest at the moment.”

³¹ “There are indeed two kinds of classification, on the one hand the logical, natural, and scientific, on the other hand the practical, the arbitrary, the purposive; but for library classification we should join these two hands; the two purposes should be combined. To make the classification conform to the scientific and educational organization of knowledge is to make it the more practical. A logical and scientific organization of knowledge should be adapted to the practical requirements, the various bibliographic services, and the necessary economies.”

teoria da classificação foi a aplicação do conceito de análise de facetas e da classificação analítico-sintética em um esquema de classificação universal. As classes principais e as classes canônicas (para Ranganathan, subclasses que não apresentam divisão por característica definida) são subdivididas em facetas que agrupam assuntos que têm o mesmo tipo de relacionamento entre si e com a classe principal: “Cada faceta é constituída pelo número necessário de subdivisões, denominadas focos, cada uma acompanhada por algarismos arábicos decimais, constituindo seu símbolo de classificação” (PIEIDADE, 1983, p. 196). As facetas são consideradas manifestações de uma das cinco categorias: personalidade (P), matéria (M), energia (E), espaço (S) e tempo (T).

Classificações bibliográficas como a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Decimal Universal partiam do universo do conhecimento para subdividi-lo em subclasses cada vez menores. De acordo com a distinção proposta por Wilson entre o universo do conhecimento e o universo dos conceitos, tais classificações constituem sistemas *top-down* (WILSON³², 1972 apud BEGHTOL, 2008, p. 131). A Classificação dos Dois Pontos de Ranganathan foi o primeiro sistema facetado *bottom-up*, ou seja, baseado no universo dos conceitos.

Qualquer que seja o sistema de classificação, a atividade classificatória está baseada em decisões fundamentais que envolvem definir de que “tipo” uma “coisa” é, e como esse tipo se relaciona com outros tipos (HJØRLAND, 2012a, p. 307). Tais decisões envolvem questões teóricas a respeito de quais critérios podem ser utilizados. Tais critérios são determinados pelo modo como a classificação é concebida, suas características e finalidade.

A Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Decimal Universal, bastante difundidas no Brasil, partem da premissa de que a representação do conteúdo de documentos deve ser feita a partir de um parâmetro universal (LARA, 2001, p. 4). Ambas as classificações fazem parte de uma visão “tradicional” da classificação, na qual predomina a perspectiva objetivista de que *um documento contém um assunto*: “[...] a corrente principal

³² WILSON T.D. The work of the British Classification Research Group. In WELLISCH H, WILSON TD (Ed.). *Subject retrieval in the seventies: new directions*. Westport, CO: Greenwood Publishing, p. 62–71, 1972.

da pesquisa em classificação é baseada em uma ontologia realista não-declarada que poucos, ou ninguém, de fato explicou ou defendeu³³ (MAI, 2011, p. 717, tradução nossa).

Já uma visão interpretativa da classificação é baseada na noção de que o assunto não é inerente ao documento, mas lhe é atribuído por alguém para propósitos específicos (HJØRLAND, 2012a, p. 307). Em uma perspectiva interpretativa, a tarefa da classificação é criar o assunto e expressar tal interpretação em uma linguagem de indexação (MAI, 2011, p. 722).

Nas humanidades e nas ciências sociais, grande parte das pesquisas sofreu influência da “virada interpretativa” das décadas de 1970 e 1980, que afirmava que fenômenos são abertos para a interpretação e do movimento pós-moderno das décadas de 1980 e 1990, que preconizava o fim das meta-narrativas (MAI, 2011, p. 719).

Na Biblioteconomia e Ciência da Informação, embora se possa identificar pesquisadores que têm trabalhado na promoção de visões interpretativas da classificação como Andersen (2004), Feinberg (2008), Mai (2011) e Olson (2001, 2002), tal visão ainda não é muito influente e ainda não resultou na formação de uma abordagem teórica coerente (HJØRLAND, 2012a, p. 307).

A classificação na visão tradicional é reflexo de livros e assuntos que ela trata de *descobrir* e arranjar de acordo com um sistema cuja objetividade e neutralidade são construídas através do apagamento do sujeito que classifica (não importa quem classifica, o assunto está no texto, basta seguir as regras para *encontrar* o assunto), e pela descontextualização do conhecimento e do processo de organização do conhecimento.

Uma visão interpretativa e social da classificação revela a subjetividade e a noção de que os sistemas de classificação trazem consigo um grau de intencionalidade imbricada no contexto em que operam.

Do mesmo modo que as [classificações] concebidas por filósofos como Bacon ou Foucault são criadas para influenciar a

³³ “Unfortunately, mainstream classification scholarship is based on an unspoken realist ontology that few, if any, have actually explicated and defended.”

compreensão do conhecimento, classificações bibliográficas são criadas para influenciar a organização do conhecimento registrado. Embora profissões como a biblioteconomia se apoiem em classificações bibliográficas como rotas primárias para recuperação da informação, é fato que as pressuposições epistemológicas que formam a base de suas estruturas contribuem tanto para inibir a descoberta de recursos quanto para *influenciá-la*³⁴ (SMIRAGLIA, 2014, p. 60, grifo nosso, tradução nossa).

A noção dos sistemas de classificação como elementos não-neutros que podem influenciar a disseminação do conhecimento tem diversas implicações para as questões relacionadas ao respeito à diversidade cultural, sobretudo ao se levar em consideração o alcance hoje cada vez mais “global” de tais sistemas.

3.3 Classificação global/local

A ideia de um sistema de classificação universal (em abrangência de conhecimento e/ou em alcance geográfico) impulsionou a elaboração de diversos sistemas de classificação, como a Classificação Decimal Universal. Tal projeto esbarra na dificuldade de se criar uma sintaxe ou uma semântica universalmente válida (BEGHTOL, 1986a, p. 98), embora esse ideal continue permeando os estudos em organização do conhecimento.

Para ser universal, um sistema de classificação precisaria encontrar modos de definir ou classificar conceitos de modo que fossem compreendidos em diferentes disciplinas e culturas (SZOSTAK, 2011, p. 2247). Szostak (2015, p. 593) propõe uma estratégia para a redução de ambiguidade através da redução de conceitos complexos a unidades simples que seriam compreendidas em diferentes disciplinas e grupos. Para Szostak (2014), uma classificação universal (“universal” entendida como “integrada”, por usar a mesma abordagem

³⁴ “Just as those devised by philosophers such as Bacon or Foucault are designed to influence the comprehension of knowledge, bibliographic classifications are designed to influence the organization of recorded knowledge. Although professions such as librarianship rely on bibliographic classifications as primary pathways to information retrieval, the fact is that the epistemological assumptions that underlie their structures do as much to inhibit resource discovery as to influence it.”

e a mesma terminologia em toda a classificação) seria possível e desejável, pois refletiria e apoiaria a diversidade cultural.

Bowker e Star definem classificação como:

[...] *segmentações espaciais, temporais, ou espaço-temporais do mundo*. Um ‘sistema de classificação’ é um conjunto de caixas (metaforicamente ou literalmente) nas quais coisas podem ser colocadas para fazerem algum tipo de trabalho – produção de burocracia ou conhecimento³⁵ (BOWKER; STAR, 2000, p. 10, grifo dos autores, tradução nossa).

O fato de as classificações estarem imbricadas de forma tão profunda nas atividades humanas faz com que sejam invisíveis, na maior parte do tempo. São *infraestruturas* que só se tornam mais visíveis em algumas instâncias, como quando deixam de funcionar ou se tornam objeto de disputa: “Sistemas bons e utilizáveis desaparecem quase que por definição”³⁶ (BOWKER; STAR, 2000, p. 33, tradução nossa).

Pode-se argumentar que, nas últimas décadas, as dinâmicas interculturais têm trazido à tona a questão da “invisibilidade” dos processos de classificação no campo da organização do conhecimento. Fluxos migratórios intensos (de refugiados, estudantes em intercâmbio, negociantes, turistas) tornam ainda mais evidente a marginalização do usuário que não se encaixa no “usuário coletivo” para o qual são criados os padrões e serviços nas bibliotecas e em outras instituições (OLSON; FOX, 2010, p. 303).

No mundo globalizado, as classificações são parte integrante das infraestruturas de informação digital globalizadas. Isso implica que estudos sobre a organização do conhecimento têm implicações sociais, culturais e políticas para além da esfera das bibliotecas. Em 2015, na conferência *Global and Local Knowledge Organization*³⁷ a questão da interação constante entre o global e o local foi colocada nos seguintes termos:

A sociedade da informação digital contemporânea globalizou estruturas de informação e facilitou o acesso à informação entre bibliotecas, instituições culturais, e a Internet. Embora isso tenha

³⁵ “[...] *a spatial, temporal, or spatio-temporal segmentation of the world*. A “classification system is a set of boxes (metaphorical or literal) into which things can be put to then do some kind of work – bureaucratic or knowledge production.”

³⁶ “Good, usable systems disappear almost by definition.”

³⁷ Conferência organizada por Jens-Erik Mai (Universidade de Copenhague), em 12 de agosto de 2015, em Copenhague.

ajudado a dar forma a discursos globais, isso foi frequentemente feito às custas de sentidos e éticas locais³⁸ (ANDERSEN; SKOUVIG, 2017, p.1, tradução nossa).

A globalização de sistemas de classificação padronizados está relacionada à ideia de que é possível descontextualizar a informação e o conhecimento, criando sistemas universalmente aplicáveis. Conforme mencionado, a prática tradicional da classificação tem sido norteadada pela concepção realista de que é possível classificar de modo neutro e objetivo:

Muito trabalho de classificação é baseado na noção de que o que está sendo classificado existe independentemente dos humanos e de que o trabalho dos classificacionistas e classificadores é descobrir as essências reais e representar os tipos e fenômenos como eles realmente são, representar sobre o que são realmente os documentos³⁹ (MAI, 2011, p. 711, tradução nossa).

Tal classificação corresponderia ao ideal de uma classificação bibliográfica única⁴⁰ e que serve para todos os propósitos, abrangendo todo o universo do conhecimento (MAI, 2011, p. 243). A classificação funcionaria como uma ferramenta para coletar e organizar o que já existe e que pode ser aperfeiçoada até o ponto de uma única classificação universal que dê conta de todo o conhecimento humano.

Nesse sentido, a classificação faz parte do projeto da modernidade⁴¹, enquanto a “filosofia ou cultura do mundo moderno”. Para Mai (2011, p. 718), a modernidade propagou três princípios que fortaleceram as práticas universalizantes de organização do conhecimento: o dualismo pressupõe a

³⁸ “Contemporary digital information society has globalized information structures and facilitated easier access to information across libraries, cultural institution, and the Internet. While this has helped shaped global discourses, it has often done so at the expense of localized meaning and ethics.”

³⁹ “Much classification work is built on the notion that what is being classified exists independently of humans and that the work of classificationists and classifiers is to discover the real essences and represent the kinds and phenomena as they really are, to represent what documents are actually about.”

⁴⁰ A ideia de sistemas de classificação universais vem sendo discutida há séculos, conforme demonstram a *Bibliotheca Universalis* de Conrad Gesner, o Repertório Bibliográfico Universal e a Classificação Decimal Universal de Paul Otlet, até a visão do Google de organização da informação mundial (ANDERSEN; SKOUVIG, 2017).

⁴¹ O termo “modernidade” é ambíguo e de difícil definição. Mai (2011, p. 718), considera suficiente caracterizar a modernidade como “[...] os modos de vida social ou organização que surgiram na Europa por volta do século XVII e que acabaram tendo influência mais ou menos mundial” (GIDDENS, 1990, p. 1) / “[...] modes of social life or organization which emerged in Europe from about the seventeenth century onwards and which subsequently became more or less worldwide in influence.”

separação do conteúdo da informação do leitor; a destraditionalização pressupõe que os documentos podem ser representados independentemente das atividades que os produzem; e a globalização pressupõe que documentos podem ser representados independentemente de tempo e espaço.

Tais princípios orientaram grande parte da atividade de classificação e deram origem às práticas atuais, “[...] nas quais grandes instituições internacionais, padrões e sistemas governam a organização e representação de documentos”⁴² (MAI, 2011, p. 718). Esse alcance global afeta o local:

Os sistemas globais de organização do conhecimento produzem e dependem de padronização e uniformidade para facilitar o acesso amplo à informação entre instituições culturais e educacionais, indústrias, governo e internet. Isso traz importantes implicações práticas e éticas para o discurso e as trocas globais, incluindo a perda de sentidos e práticas localizados.⁴³ (ADLER et al., 2016, p. 1, tradução nossa)

O processo de globalização acentua esse caráter universalizante dos sistemas de classificação ao descontextualizar informação e conhecimento, atribuindo-lhes as mesmas características e valores em tempo e espaços diferentes.

[...] Andersen (2006, p. 109) coloca que a globalização moderna tem um profundo efeito ‘na produção, no armazenamento e na circulação de informação (ou conhecimento) e outros materiais simbólicos’ ao desconectar informação e conhecimento do contexto específico no qual é produzido e, portanto, supor que a mesma informação e conhecimento tem o mesmo significado e efeito independentemente de tempo e espaço⁴⁴ (MAI, 2011, p. 712, tradução nossa).

A adoção de sistemas de classificação padronizados em escala mundial é justificada, via de regra, por apresentar vantagens tais como a redução de custos e maior rapidez na catalogação. Entretanto, tais sistemas trazem

⁴² “[...] in which large international oriented institutions, standards, and systems govern the organization and representation of documents.”

⁴³ “Global knowledge organization systems produce and rely upon standardization and uniformity to facilitate wide-ranging access to information across cultural and educational institutions, industry, government, and the Internet. This carries important practical and ethical implications for global discourse and exchange, including the loss of localized meaning and practices.”

⁴⁴ “[...] Andersen (2006, p. 109) argues that modern globalization has profound effect on the “production, storing and circulation of information (or knowledge) and other symbolic material” by decoupling information and knowledge from the particular context in which it is produced and thereby assuming that the same information and knowledge have the same meaning and effect regardless of time and space.”

consigo pressupostos culturais que afetam as culturas locais, levantando uma questão ética (LEE, 2015, p. 302).

Em uma perspectiva global/local a noção de cultura deve ser indissociável dos sistemas de classificação. Tanto a característica escolhida como base para um sistema de classificação quanto a finalidade de sua construção fazem com que tais sistemas sejam culturalmente determinados.

Em Classificação, a noção de cultura tem implicações significativas e diversas sobre a representação do conhecimento e sobre a maneira como os usuários se relacionam com os termos de indexação e com as formas de organização dos documentos⁴⁵ (BARITÉ, 2011a, p. 6, tradução nossa).

A perspectiva da cultura e da diversidade, em um contexto de interação entre o global e o local, pode contribuir para equilibrar a relação, evidenciando o apagamento de sentidos e éticas locais que a globalização da classificação promove ao substituir o contexto e as necessidades de uma comunidade local pelo foco na padronização e interoperabilidade.

Em um contexto global/local, a língua é um elemento intrinsecamente ligado à questão da diversidade e apresenta grandes desafios para a unificação e padronização de sistemas de organização do conhecimento. Destacam-se dois dos problemas apontados por Hudon (1997, p. 111) na construção de tesouros multilíngues, que também se aplicam aos sistemas de classificação: “esticar” a língua para fazê-la “caber” em outra estrutura conceitual ao ponto de não ser reconhecível e transferir toda a estrutura conceitual de uma cultura para outra quer isso seja apropriado ou não. Tais dificuldades práticas estão relacionadas a aspectos éticos, considerando-se que existe a tendência de que uma língua (do grupo dominante) predomine sobre a outra, com consequências em todos os campos da esfera social.

[...] classificações tradicionais, originalmente desenvolvidas em um país específico (como a Classificação Decimal de Dewey), ou mesmo para uma coleção específica (como a Classificação da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos), estão agora sendo esticadas, nas palavras de Hudon, para incluir artefatos e conceitos culturais e linguísticos muito diferentes daqueles que

⁴⁵ “En Clasificación, la noción de cultura tiene implicancias significativas y diversas respecto a la representación del conocimiento y a la manera en que los usuarios se relacionan con los términos de la indización y con las formas de organización de los documentos.”

pretendia [incluir] originalmente⁴⁶ (KWASNIK; RUBIN, 2003, p. 34, tradução nossa).

A linguagem está intrinsecamente ligada ao modo como os indivíduos percebem e interagem com a realidade: “[...] é simplista acreditar que tudo no mundo pode ser organizado em categorias distintas umas das outras, reconhecidas em cada cultura, e adotada como base para cada língua”⁴⁷ (HUDON⁴⁸, 1999, p. 158 apud GUIMARÃES; PINHO; MILANI, 2016, p. 342).

Observa-se a existência de duas tendências contraditórias na construção de sistemas de organização do conhecimento, conforme indicado por Barité (2017). Uma tendência aponta para a construção de sistemas de organização do conhecimento e linguagens universais, influenciada pela globalização dos sistemas e canais de informação. A outra tendência aponta para a construção de sistemas de organização do conhecimento de valor local, para facilitar “[...] a comunicação e eficiência de um grupo mais ou menos fechado de usuários”⁴⁹ (BARITÉ, 2017, tradução nossa). Essas tendências expressam visões divergentes sobre a universalidade e “tradutibilidade” de sistemas de organização do conhecimento em um contexto global/local e suscitam uma série de questões.

A construção de um sistema de organização do conhecimento universalmente aplicável (sem prejuízo de valores locais) é possível? É desejável? Do ponto de vista da mundialidade (GLISSANT, 1996) e da globalidade (MIGNOLO, 2000), pode-se pensar na construção de *sistemas de organização do conhecimento locais que estabeleçam diálogos globais?*

3.4 Semelhanças e diferenças

⁴⁶ “[...] traditional classifications, originally designed in a particular country (such as the Dewey Decimal Classification), or even for a particular collection (such as the Library of Congress Classification), are now being stretched, in Hudon’s words, to cover cultural and linguistic artefacts and concepts quite different from those originally intended.”

⁴⁷ “[...] it is simplistic to believe that everything in the world can be organized in categories or classes distinct from one another, recognized in every culture, and adopted as a basis for each language.” HUDON, M. Accessing Documents and Information in a World without Frontiers. *The Indexer*, v. 21, p. 156-159, 1999.

⁴⁸ HUDON, M. Accessing Documents and Information in a World without Frontiers. *The Indexer*, v. 21, p. 156-159, 1999.

⁴⁹ “[...] the communication and efficiency of a more or less closed group of users.”

Os sistemas de classificação desenvolvidos em Biblioteconomia e Ciência da Informação foram baseados na visão aristotélica de classificação, associada aos princípios da mútua exclusão, da teleologia e da hierarquia (OLSON, 2002, p. 382). Desses princípios derivaram, na classificação bibliográfica, “certos princípios classificatórios convencionais”, como as noções de essencialismo, objetividade, neutralidade e universalidade.

A classificação costuma ser vista como um aspecto essencial e natural no processo de conhecer (OLSON, 2002). A ideia de que “[...] não podemos raciocinar, nem mesmo do modo mais simples, a menos que tenhamos em maior ou menor grau a capacidade de classificar”⁵⁰ (SAYERS⁵¹, 1926, p. 21 apud OLSON, 2006, p. 377, tradução nossa) é frequentemente associada ao pressuposto de que há um modo “correto” de classificar, independente de contexto: “A essência é definida por características essenciais: inata, imutável, independente de contexto”⁵² (ZHANG; OLSON, 2015, p. 540, tradução nossa).

Um desses princípios, na visão de Olson (2002), é o de que classificações devem ser universais. Olson questiona tal princípio, destacando que a classificação é um sistema que tem fronteiras e que, portanto, exclui. É também um sistema com especificidade cultural: “A difusão das classificações aristotélicas faz com que pareçam essenciais e naturais. [...] Entretanto, a noção de que esse modelo de classificação foi inventado sugere que ele deve ser culturalmente específico.”⁵³ (OLSON, 2002, p. 385, tradução nossa).

Segundo Olson (2002, p. 377), diversos autores desenvolveram uma postura crítica em relação à classificação sem, contudo, questionar seu essencialismo. A autora cita como exemplo a posição de Michel Foucault em *A Ordem das Coisas*, obra na qual o autor coloca a classificação como culturalmente específica e dependente de um contexto determinado,

⁵⁰ “We cannot reason, even in the simplest manner, unless we possess in a greater or less degree the power of classifying.”

⁵¹ SAYERS, W. C. B. *A Manual of Classification for Librarians & Bibliographers*. London: Grafton, 1926.

⁵² “Essence is defined by essential characteristics: innate, immutable, independent of context. “

⁵³ “The penetration of Aristotelean classifications make them seem essential and natural. [...] However, the notion that this model of classification was invented suggests that it may be culturally specific.”

reconhecendo que há mais de um modo de classificar. Olson também faz referência ao trabalho da cineasta, feminista e teórica pós-colonial Trinh T. Minh-ha, que parte da ubiquidade da classificação para mostrar que sua natureza autoritária é uma ferramenta da cultura dominante.⁵⁴ Esses trabalhos revelam uma postura crítica em relação à classificação, associada à noção de que os critérios a partir dos quais a classificação é desenvolvida indicam sua base ideológica (OLSON, 2002, p. 384).

O *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia* define a classificação segundo dois campos de aplicação, a Psicologia (1) e a Filosofia (2):

1. 'Processo mental pelo qual as coisas são reunidas de acordo com suas semelhanças e separadas conforme suas diferenças' (SAY, 79)⁵⁵. 2. Agrupamento real, ou ideal, daquilo que é semelhante e a separação do que é diferente. Em geral, a classificação é o ato da divisão, em várias classes, de um conjunto de objetos. É também o produto que resulta da operação precedente, quando esta dá como resultado um sistema coerente e estruturado [...] (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 84).

A dualidade semelhança/diferença remete à Grécia antiga (OLSON, 2001b, p. 116). Aristóteles aplicou a noção proposta por Parmênides de que algo “ou é ou não é” à noção de categorias. No par, a semelhança é o fator privilegiado (“X”), enquanto a diferença é definida pela negativa (“não-X”). Tal dualidade pode ser considerada o primeiro princípio de uma classificação na cultura ocidental: “Para nós, classificações, como sua função principal, juntam coisas que são as mesmas e separam coisas que são diferentes.”⁵⁶ (OLSON, 2001b, p. 116).

A questão que se coloca é que “semelhante” não é a mesma coisa que “o mesmo”. Agrupar por semelhanças levanta a questão: o que é a semelhança⁵⁷? (OLSON, 2001b, p. 118). Olson utiliza como exemplo, na Classificação Decimal de Dewey, a inclusão/exclusão de determinadas obras

⁵⁴ FOUCAULT, Michel. *The Order of Things: An Archaeology of the Human Sciences*. New York: Pantheon Books, 1970.

TRINH T. MINH-HA. *Woman, Native, Other: Writing Postcoloniality and Feminism*. Bloomington: Indiana University Press, 1989.

⁵⁵ SAYERS, W. C. B. *A manual of classification for librarians and bibliographers*. London: Grafton, 1955.

⁵⁶ “For us, classifications, as their most fundamental function, gather things that are the same and separate things that are different.”

⁵⁷ Olson (2001b) utiliza o termo “sameness” para “semelhança”. Segundo Hjørland (2003, p. 103), o conceito de semelhança (em seu texto, “likeness”) pode ser expresso por diversos termos como “sameness”, “similarity”, “resemblance” ou “equivalence”.

como “literatura” ou “literatura folclórica”. O modo como cada categoria é definida reflete valores culturais predominantemente estadunidenses e europeus. Essa definição de literatura valoriza o indivíduo e a produção individual, segrega literaturas nas quais tal fator não é relevante. Definir a semelhança é, portanto, um processo culturalmente determinado.

A maior parte daquilo que se classifica apresenta mais de uma faceta, o que implica privilegiar uma delas no processo de classificação e criar um arranjo hierárquico (OLSON, 2001b, p. 119). Olson utiliza novamente como exemplo a classe “literatura” na Classificação Decimal de Dewey, cujo arranjo prioriza língua, em seguida gênero e período.

No exemplo de Olson, para o usuário interessado em literatura alemã, encontrar toda a literatura escrita em alemão em um mesmo conjunto pode ser adequado. Contudo, um usuário interessado em literatura canadense poderia preferir um agrupamento por origem geográfica como faceta primária. Pelo arranjo por língua, a literatura canadense espalha-se por três entradas (inglês, francês, inuíte). Assim, a escolha da faceta principal “língua” reflete, segundo Olson, a perspectiva colonial na classificação da literatura: “O problema demonstrado aqui é que o contexto cultural influencia não só como definimos nossas semelhanças, mas quais semelhanças são primárias para a organização da classificação”⁵⁸ (OLSON, 2001b, p. 119).

A perspectiva dualista e hierárquica da classificação oferece dificuldades para a incorporação de novos conhecimentos, sobretudo quando a faceta primária da classificação é a disciplina: “Classificar a partir de disciplinas é uma abordagem que parte de ‘pontos fixos de enunciação’ e, por isso mesmo, não permite considerar as várias possibilidades de análise e uso da informação” (LARA, 2001, p. 4). O discurso das disciplinas (refletindo o discurso dos especialistas), associado ao recurso da garantia literária (refletindo os padrões de publicação dos especialistas) configuram uma estrutura que exige conformidade (OLSON, 2001b, p. 117).

⁵⁸ “The problem demonstrated here is that the cultural background influences not only how we define our samenesses but which samenesses are primary for the organization of the classification.”

O conhecimento disciplinar está associado ao conhecimento nos moldes do paradigma em crise da racionalidade científica dominante: “Sendo um conhecimento disciplinar, tende a ser um conhecimento disciplinado, isto é, segrega uma organização do saber orientada para policiar as fronteiras entre as disciplinas e reprimir os que as quiserem transpor” (SANTOS, 1988, p. 64).

Novos conhecimentos produzidos apresentam justamente o elemento “novo” (uma diferença), ou seja, um traço que não estaria em total conformidade com as categorias previamente estabelecidas. Em muitos casos, as disciplinas agem como “[...] ‘superestruturas’, acrescentando uma perspectiva desnecessária ao conteúdo em si. De fato, o conhecimento cada vez mais se desenvolve de maneira interdisciplinar”⁵⁹ (GNOLI, 2010, p. 223, tradução nossa). Assuntos que são estudados por meio de várias disciplinas ou de um campo em desenvolvimento não serão devidamente contemplados pelo sistema.

Em esquemas de classificação cuja faceta primária (“a semelhança fundamental”) é a divisão em disciplinas, essa dificuldade fica evidente em todo material classificado que não se está em conformidade com as categorias dadas, o que ocorre frequentemente no caso do conhecimento multidisciplinar e do conhecimento produzido fora dos circuitos de produção já consagrados.

A organização do conhecimento traz consigo vieses de gênero, raça, idade, nacionalidade, língua, religião, dentre outros. Uma consequência de tais vieses (*biases*) é a dificuldade que um usuário pode ter ao pesquisar assuntos à margem das disciplinas eleitas como universais. Nesse sentido, instituições que organizam a informação “[...] refletem as marginalizações e exclusões da sociedade que servem”⁶⁰ (OLSON, 2001c, p. 639).

A noção de hierarquia que permeia grande parte da cultura ocidental é ilustrada por Olson (2004b) através da metáfora exército⁶¹/multidão (“army/mob”) utilizada por Charles Cutter e Melvin Dewey. A metáfora é utilizada por ambos para justificar a imposição de uma estrutura hierárquica.

⁵⁹ “[...] ‘superstructure adding an unnecessary perspective to the content itself. Indeed, knowledge increasingly develops in interdisciplinary ways.’”

⁶⁰ “[...] reflect the marginalizations and exclusions of the society they serve.”

⁶¹ Note-se que a mesma imagem havia sido utilizada por Naudé no *Advis pour dresser une bibliothèque*, conforme mencionado anteriormente.

Ao criar *Rules for a Dictionary Catalog*, Cutter via na ordem alfabética o “absurdo” a ser dominado pela hierarquia. Para Cutter, o catálogo dicionário poderia se beneficiar de algumas vantagens da classificação. Em sua visão, as entradas alfabéticas são “uma massa de partículas totalmente desconectadas”, mas, por meio de uma rede de referências cruzadas, “a multidão se torna um exército (CUTTER⁶², 1904, p. 79 apud OLSON, 2004b, p. 605). A visão dualista de Cutter permite apenas a escolha entre a estrutura “absurda” (a justaposição da estrutura alfabética, a “multidão”) e a estrutura lógica (representando a eficiência de um “exército”).

Segundo Olson (2004b), a visão pragmática de Dewey o levou a desenvolver sua classificação decimal como um sistema que deveria ser lógico (evitar a confusão) e universal. O uso da metáfora exército/multidão exemplifica sua visão de que o “cérebro inteligente” (“*clever brain*”) deve usar a razão e a lógica e predominar sobre a subjetividade. A classificação deveria ser como um exército bem disciplinado (ou um homem bem-sucedido, em outra de suas comparações), e não uma multidão, imprevisível e confusa (OLSON, 2001b, p. 649). Para Olson, Dewey estende seu uso de metáforas para reforçar sua visão de que a classificação, num sentido amplo, é necessária para superar o caos. Dewey oferece duas escolhas (mutuamente exclusivas): multidão ou exército, tijolos ou um prédio; palavras sem sentido ou uma obra de arte (OLSON, 2004b, p. 605).

Olson (2001c) também aponta a metáfora da “estrada de ferro” (“*railroad*”), utilizada por Dewey para defender o critério arbitrário da divisão do conhecimento, em sua classificação, em dez classes, como um exemplo de que, na visão de Dewey, a hierarquia e a ordem deviam se sobrepor a qualquer outro critério de classificação. Segundo Olson (2001c), Dewey utiliza a metáfora da estrada de ferro para se defender da crítica e que seu sistema de classificação seria “procusteano”⁶³ (“Procrustean”), termo que se refere a algo que visa produzir rígida conformidade por meio de métodos violentos e arbitrários.

⁶² CUTTER, C. A. *Rules for a Dictionary Catalog*. 4th ed., rewritten. Washington: Govt. Printing Office, 1904.

⁶³ O termo está relacionado ao “leito de Procusto”. Na mitologia grega, o salteador Procusto torturava suas vítimas estendendo-as sobre seu leito e cortando a parte excedente dos pés e pernas dos que eram mais compridos do que o leito ou esticando o corpo dos que eram menores, até alcançarem suas medidas (cf. “Leito de Procusto em “LEITO”, AULETE Digital).

Segundo Olson, Dewey compara sua classificação a uma estrada de ferro que, justamente por estar presa à estrutura rígida dos trilhos) seria capaz de fazer seu trabalho melhor, mais rápido, mais barato e em larga-escala. (OLSON, 2001c, p. 650).

De acordo com Olson, o pensamento de Dewey criou uma classificação arbitrária e rígida que tem capacidade reduzida de se adaptar a contextos, que têm como características a diferença e a mudança (OLSON, 2004b, p. 612). A Classificação Decimal de Dewey seria um exemplo de ferramenta epistemológica que traz benefícios para os que nela estão incluídos (o trem e seus passageiros, na metáfora de Dewey), deixando de lado os que não se encaixam, os “Outros”: “Quando os números começam a ficar escassos, sobras de tópicos, tópicos menores, ‘são agrupados juntos como *Outros*, em geral numerados como 9”⁶⁴ (DEWEY⁶⁵, 1932, p. 14 apud OLSON, 2001c, p. 651, tradução nossa).

A ordem, a lógica e a eficiência dependem da exclusão sistemática do Outro. A visão de Cutter e Dewey reforça a oposição binária entre universalidade/diversidade. A universalidade (“exército”) seria necessária para “domar a subjetividade da linguagem”, enquanto que a diversidade (“multidão”) seria a causa das falhas de comunicação (OLSON, 2001a, p. 4). Há de se contextualizar as visões de Cutter e Dewey sobre a classificação em seu contexto sociocultural e histórico. Pode-se dizer que o que está em discussão é a utilização de tais sistemas de classificação na atualidade, e o modo como tais sistemas correspondem às visões atuais sobre cultura e diversidade cultural.

Ainda de acordo com Olson, a classificação da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos também contém uma variedade de decisões classificatórias que podem ser utilizadas para ilustrar de que modo uma classificação pode ser utilizada para perpetuar relações de marginalização e exclusão (OLSON, 2012). Para a autora, o Cabeçalho de Assunto da Biblioteca do Congresso é um sistema limitado (enquanto vocabulário controlado) que pode

⁶⁴ “When numbers start to run short, leftover topics, minor ones, ‘ar groupt together as *Other*, uzually numberd 9”. Note-se, na citação de Dewey, seu uso de um inglês “simplificado”, parte de seu conceito de uma língua universal que evitasse a “confusão”.

⁶⁵ DEWEY, M. *Decimal Clasification and Relativ Index*. 13th ed. Essex County, N.Y.: Forest, 1932.

ser visto como uma autoridade cultural cujas fronteiras definem o que é incluído ou excluído. Olson ressalta que considerar o cabeçalho de assuntos da Biblioteca do Congresso simplesmente como uma ferramenta hegemônica é uma visão simplista. Olson prefere caracterizá-lo como um espaço ambivalente, com potencial para mudança.

Nesse sentido, Olson (2012, p. 58) recorre à noção de “diferença cultural” de Bhabha (1998) para demonstrar que as exclusões impostas pela autoridade cultural: “o conceito de diferença cultural concentra-se no problema da ambivalência da autoridade cultural: a tentativa de dominar em nome de uma supremacia cultural que é em si mesma produzida apenas no momento da diferenciação⁶⁶” (BHABHA, 1998, p. 34). A diferenciação seria o que define as fronteiras do que a autoridade cultural impõe: “Diferenciação é, então, a definição do que está *incluído* em uma autoridade cultural pela definição do que está *excluído*⁶⁷” (OLSON, 2000 p. 59, grifo da autora, tradução nossa). A diferenciação revela exclusões (assuntos que não são incorporados, apesar de haver literatura sobre eles), marginalizações (diferenciações que essencializam grupos concentrando-se na(s) característica(s) que tornam um determinado assunto “outro”, omitindo as similaridades) e distorções (assuntos são incluídos no cabeçalho de forma a alterar seu sentido em determinada direção).

A discussão apresentada aponta para alguns dos desafios que a organização hierárquica de um sistema de classificação apresenta para a inclusão de tópicos originalmente não contemplados em sua estrutura. Nesse sentido, deve-se destacar a visão de tais sistemas como *espaços ambivalentes*, nos quais novas perspectivas podem ser incorporadas.

3.5 Epistemologias

⁶⁶ “The concept of cultural difference focuses on the problem of the ambivalence of cultural authority: the attempt to dominate in the name of a cultural supremacy which is itself produced only in the moment of differentiation.”

⁶⁷ “Differentiation is, then, the definition of what is *included* in a cultural authority by defining what is *excluded*.”

A epistemologia, ou estudo do conhecimento (científico), está, segundo alguns autores, diretamente relacionada à organização do conhecimento e, por conseguinte, ao processo de classificação e aos sistemas de organização do conhecimento. “Antes de podermos entender como o conhecimento é intrinsecamente organizado, devemos, primeiramente, entender o ponto de vista pelo qual o conhecimento é percebido”⁶⁸ (SMIRAGLIA, 2014, p. 4, tradução nossa).

Na definição de Smiraglia (2014, p. 20, tradução nossa):

Epistemologia é o ramo da filosofia que investiga a natureza e origem do conhecimento. Na filosofia como um todo, a epistemologia é central porque envolve a própria teoria do conhecimento em si. Os problemas centrais para a epistemologia são a definição de conhecimento e os meios de sua aquisição.⁶⁹

A filosofia identificou diversas abordagens para a epistemologia. Na organização do conhecimento, utiliza-se, com frequência, o modelo de Hjørland (HJØRLAND⁷⁰, 1998, p. 608 apud SMIRAGLIA, 2014, p. 20). Hjørland lista quatro posições epistemológicas: empiricismo, racionalismo, historicismo e pragmatismo.

O empiricismo deriva da observação, percepção e experiência e abrange, em particular, o que se sabe através da experiência nas ciências positivistas. O racionalismo deriva do conhecimento extraído da razão; não há evidências, e sim explicações que parecem lógicas em conjunto. O historicismo interpreta a evidência de um ponto de vista cultural, baseando-se especialmente em experiências passadas. O pragmatismo deriva de suposições sobre qual é o melhor meio para atingir um determinado fim (SMIRAGLIA, 2014, p. 21, tradução nossa).

Segundo Smiraglia, a epistemologia é uma ferramenta essencial na organização do conhecimento: “[...] a epistemologia nos leva a perguntas de

⁶⁸ “Before we can understand how knowledge is intrinsically ordered we must first understand the point of view from which knowledge is perceived.”

⁶⁹ “Epistemology is the division of philosophy that investigates the nature and origin of knowledge. In philosophy at large, epistemology is central because it embraces the theory of knowledge itself. The central problems for epistemology are the definition of knowledge, and the means of its acquisition.”

⁷⁰ HJØRLAND, B. Theory and metatheory of information science: a new interpretation. *Journal of Documentation*. v. 54, p. 606–621, 1998.

pesquisa sobre a natureza essencial do conhecimento”⁷¹ (SMIRAGLIA, 2014, p. 21, tradução nossa).

Para García Gutiérrez (2006, p. 106), a epistemologia e a lógica contribuíram para a perpetuação de “dogmas e repressões múltiplos e abundantes” ao longo da história. A epistemologia, destituída de uma dimensão sociocultural, ética e política, apoia-se na crença na pureza ontológica do conhecimento e na ideia de uma lógica única e universal para afirmar a hegemonia da ciência e a racionalidade como forma de pensamento. Uma forma de pensamento universalizante e totalizante, que deixa de lado todo e qualquer conhecimento produzido fora de seu circuito legitimado. Nesse contexto, a classificação é frequentemente vista como um elemento neutro e não-ideológico, apesar de produzir ideologia e cultura: é uma “[...] operação gnoseológica e epistemológica de primeira ordem que impregna a totalidade e totalmente as nossas relações com o mundo”⁷² (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011, p. 6, tradução nossa).

Enquanto a classificação ocorreria em todas as culturas, a epistemologia seria um fenômeno exclusivo da cultura ocidental. Para García Gutiérrez, a classificação é “[...] uma ferramenta epistemológica fornecida pela racionalidade moderna cujas estruturas internas e modos de inferência são derivados das reduções metonímicas, dicotômicas e analógicas da diversidade dos mundos atuais” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011, p. 5).

A classificação tal como foi planejada e utilizada até agora teria em seu caráter redutor metonímico um elemento poderoso de conversão das culturas do mundo em visões parciais e tendenciosas: a classificação consistiria em operações essencialistas que organizariam o mundo a partir de uma lógica reducionista, segundo a qual as partes (segundo a divisão colocada pela classificação) corresponderia ao todo.

Os processos de classificação, reclassificação e ressignificação promovidos pela cultura ocidental são potencializados na rede digital, “[...] um

⁷¹ “[...] epistemology leads us to research questions about the essential nature of knowledge.”

⁷² “[...] first-order gnoseological and epistemological operation that impregnates totality, and totally our relationship with the world.”

instrumento com alcance simbólico que transmite os códigos da cultura que o desenhou de modo *imperceptível*⁷³ (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011, p. 6, grifo nosso, tradução nossa).

Nesse sentido, a rede digital é vista como infraestrutura, nos termos de Bowker e Star (2000), invisível em seu modo de funcionamento. Assim, o processo de classificação tem seu caráter universalizante duplamente reforçado, enquanto operação epistemológica e técnica.

Classificações são tecnologias poderosas. Embutidas em infraestruturas adequadas elas se tornam relativamente invisíveis sem perder nada do seu poder. [...classificações] devem ser reconhecidas como o terreno significativo de trabalho político e ético que são. Elas deveriam ser *reclassificadas*.⁷⁴ (BOWKER; STAR, 2000, p. 319, grifo nosso, tradução nossa).

A epistemologia moderna lida com conceitos tais como categoria, classificação, ordem, método, conhecimento, representação e outros. Contrapondo-se à epistemologia, está a epistemografia interativa⁷⁵⁷⁶, “[...] uma configuração transdisciplinar que tem como objeto a organização horizontal e interativa dos conhecimentos e, por extensão, da *exomemória*”⁷⁷ (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 104).

García Gutiérrez levanta a questão da legitimidade na constituição das fronteiras epistemológicas e sugere que “[...] na elaboração de cartografias do saber e mapas conceituais, na classificação dos conhecimentos e na organização das memórias, evidenciam-se muitos inconfessáveis epistemológicos” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 104). Um desses “inconfessáveis epistemológicos” é a crença disseminada na:

[...] pureza ontológica do conhecimento e do valor, seja como resultado do itinerário racional ou empírico corretamente

⁷³ “[...] an instrument with a symbolic reach that imperceptibly transfers the codes of the culture that designed it.”

⁷⁴ “Classifications are powerful Technologies. Embedded in working infrastructures they become relatively invisible without losing any of that power. [... classifications] should be recognized as the significant site of political and ethical work that they are. They should be reclassified.”

⁷⁵ Para García Gutiérrez, na perspectiva da epistemologia prática, segundo expressão de J.C Gardin: GARDIN, J.C. et al. *La logique du plausible*. Essais d’Epistémologie pratique en Sciences humaines. 2.ed. Paris: Maison des Sciences de l’Homme, 1987.

⁷⁶ A epistemografia interativa “promove a inclusão de visões culturais diferentes e suas relações, estabelecendo uma ética transcultural da mediação” (GUIMARÃES; PINHO; MILANI, 2016, p. 341).

⁷⁷ “A exomemória abarca todas as inscrições humanas, em suporte físico ou digital, sejam eles conhecimentos ou lembranças” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 104)

aplicado, seja em referência ao processo mesmo da cognição, sejam eles os defensores do objetivismo positivista ou da subjetividade presente em seu processo construtivo (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 108).

A classificação, enquanto operação epistemológica, está incluída nesse contexto, configurando-se em torno de categorias essencialistas e fechadas.

Para superar as barreiras positivistas impostas por uma noção estrita de área de conhecimento, é necessário ampliar as redes de comunicação entre a Organização do Conhecimento e outros campos de estudo, e incorporar uma perspectiva transdisciplinar. García Gutiérrez propõe um diálogo com enfoques críticos tais como as teorias pós-coloniais, as posições feministas e o pensamento complexo, dentre outros, para “[...] abrir um diálogo que promova a revisão profunda dos conceitos, procedimentos, relações e ações em torno da organização do conhecimento”⁷⁸ (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011, p. 6, tradução nossa).

A perspectiva dos estudos pós-coloniais ao campo da Organização do Conhecimento pode trazer contribuições significativas, na medida em que incorpora o pluralismo interpretativo em seu discurso (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2014, p. 400).

Na perspectiva da teoria pós-colonial, as posições de García Gutiérrez vão ao encontro do *pensamento de fronteira* de Mignolo (2000, p. 12), que aponta para a “subalternização do conhecimento” imposta pela experiência colonial como a origem da dicotomia entre as sociedades que produzem conhecimento e as sociedades que absorvem o conhecimento ou sobre os quais o conhecimento é produzido (“objetos de estudo”).

Não basta, portanto, *incluir* conhecimentos *sobre* uma determinada cultura e dar-lhe mais espaço em um sistema de classificação sem levar em consideração o polo de *produção* de tais conhecimentos. Como coloca Bhabha, a produção de conhecimentos sobre o colonizado é o grande objetivo do discurso colonial (BHABHA, 1998, p. 70).

⁷⁸ “[...] open a dialogue that promotes the in-depth revision of the conceptions, procedures, relationships and actions revolving around KO.”

Nesse sentido, o lugar do qual se produz conhecimento vai determinar como (ou se) este será incorporado pelas instituições “guardiãs” do conhecimento. A estrutura imposta pela compartimentalização em sistemas de classificação potencializa os conhecimentos que neles se encaixam, e elevam tais conhecimentos à condição de verdades, ao mesmo tempo que desqualificam ou apagam aqueles que não se encaixam na agenda de poder pelos quais são sustentados.

Nesse contexto, Mignolo teoriza o pensamento de fronteira como um pensamento a partir de uma perspectiva subalterna, um meio de atingir a descolonização intelectual que implica pensar a partir de termos aparentemente contraditórios, em vez de organizar o mundo em dicotomias (MIGNOLO, 2000, p. 85).

O pensamento de fronteira permitiria transcender a diferença colonial e a ideia de que alguns lugares (de produção de conhecimento) seriam privilegiados em relação a outros:

Por ‘pensamento de fronteira’ eu entendo os momentos nos quais o imaginário do sistema mundial moderno se quebra. ‘Pensamento de fronteira’ está ainda dentro do imaginário do sistema mundial moderno, mas reprimido pela dominância da hermenêutica e epistemologia como palavras-chave controlando a conceitualização do conhecimento⁷⁹ (MIGNOLO, 2000, p. 23, tradução nossa).

Segundo Mignolo, Grosfoguel (2008) destaca que a filosofia e as ciências ocidentais foram influenciadas por paradigmas eurocêntricos e hegemônicos que ignoraram perspectivas subalternas. O apagamento do sujeito no fazer científico em nome de uma suposta neutralidade seria responsável pela ideia de um conhecimento universal (único e verdadeiro).

O essencial aqui é o *locus* da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala. Na filosofia e nas ciências ocidentais, aquele que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise. A ‘egopolítica do conhecimento’ da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito de um ‘Ego’ não situado [...]. Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero, a filosofia e

⁷⁹ “By ‘border thinking’ I mean the moments in which the imaginary of the modern world system cracks. ‘Border thinking’ is still within the imaginary of the modern world system but repressed by the dominance of hermeneutics and epistemology as keywords controlling the conceptualization of knowledge.”

as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal Verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia (GROSFOGUEL, 2008, p. 119).

Em contraposição ao discurso do pensamento hegemônico e universalisante, Glissant (1996), propõe a noção de “pensamento do vestígio” (*“pensée de la trace”*):

O pensamento do vestígio me parece ser uma dimensão nova em relação àquilo que se deve opor na situação atual do mundo, ao que eu chamo de pensamentos de sistema ou sistemas de pensamento. Os pensamentos de sistema ou sistemas de pensamento foram prodigiosamente fecundos e prodigiosamente conquistadores e prodigiosamente mortais. O pensamento do vestígio é aquele que se coloca hoje mais validamente à falsa universalidade dos pensamentos de sistema.⁸⁰ (GLISSANT, 1996, p. 17, tradução nossa)

O apagamento do sujeito criando o mito do conhecimento único, universal e verdadeiro, também ocorre nos sistemas de classificação. García Gutiérrez argumenta que as classificações transmitem seu caráter de neutralidade e universalidade por meio dos processos de redução metonímica, redução dicotômica e redução analógica. A redução metonímica utiliza a parte pelo todo⁸¹, formando categorias a partir da simplificação e fragmentação. A redução dicotômica constrói uma lógica de classificação em torno de pares, nos quais o elemento que ocupa a primeira posição é favorecido em relação ao segundo: norte vs. sul, rico vs. pobre, centro vs. periferia (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011, p. 8). A redução analógica classifica por meio da semelhança tudo o que não se encaixa na ordem preestabelecida.

A classificação constituída por tais reduções se impõe como visão única de mundo que exclui o outro (ou o inclui como estereótipo). Pensar uma alternativa para a classificação hegemônica implica introduzir a hermenêutica

⁸⁰ “La pensée de la trace me paraît être une dimension nouvelle de ce qu’il faut opposer dans la situation actuelle du monde à ce que j’appelle les pensées de système ou les systèmes de pensée. Les pensées de système ou les systèmes de pensée furent prodigieusement féconds et prodigieusement conquérants et prodigieusement mortels. La pensée de la trace est celle qui s’oppose aujourd’hui les plus valablement à la fausse universalité des pensées de système.”

⁸¹ A metonímia significa também identificar uma coisa pelo nome de outra, o efeito pela causa, o continente pelo conteúdo.

como o elemento que redefine a epistemologia como uma interpretação possível, e não a única (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011).

Nesse sentido, a desclassificação se apresenta como alternativa à classificação convencional. A classificação não pode ser evitada, na medida em que é condição para o conhecimento. A desclassificação é “[...] uma hermenêutica da Organização do Conhecimento que recupera a crítica, a retórica, a reflexão, as emoções, a afeição e até a contradição como bases dos processos sistemáticos de produção do conhecimento”⁸² (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2014, p. 393, tradução nossa). A desclassificação é uma operação que requer a consciência da incompletude e da subjetividade explícita. Implica introduzir o princípio da contradição na classificação, admitindo que “[...] uma coisa também é sempre outra coisa [...]”/ “[...]uma coisa pode sempre ser outra coisa”⁸³ (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011, p. 11, tradução nossa).

A contradição permitiria ver a lógica como uma estrutura determinada culturalmente, inserindo o pluralismo lógico na classificação. García Gutiérrez (2014, p. 394) descreve a contradição como um dos maiores tabus para o pensamento sistemático. O autor coloca que todas as culturas e matrizes cognitivas buscam evitar a contradição em seu interior ao mesmo tempo em que a utilizam para apontar a falha no pensamento (do) outro. É no espaço da contradição que García Gutiérrez instala a desclassificação:

[...] desclassificar, isto é, desmontar uma estrutura de ordenação dominante – geralmente hierárquica –, implica reclassificar com parâmetros diferentes aos dessa estrutura. Como consequência, desclassificar suportaria, no limite, classificar (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, 110).

Enquanto a classificação tem um caráter hermético, a desclassificação caminha em direção ao pluralismo lógico, ético, cultural, ideológico e cognitivo.

Santos (2000, p. 38) atribui à informação no período atual um “caráter despótico”, uma vez que seu uso é apropriado por um grupo limitado de atores que a manipulam para servir aos seus interesses particulares. A informação

⁸² “[...] a hermeneutics of KO that recuperates criticism, rhetoric, reflection, emotions, affection and even contradiction as the cornerstones of systematic knowledge production processes.”

⁸³ “[...] a thing is also always another thing [...] / [...] a thing could always be another thing.”

totalitária é disseminada pela mídia para produzir um discurso que legitime a unicidade da técnica e seu uso hegemônico. De modo semelhante, a classificação mostra um lado perverso: “Classificar supõe enviar ao exílio todas as ordens possíveis, salvo as autorizadas pelo poder (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 111). Organizar conhecimento é, ao mesmo tempo, o processo de revelar e ocultar conhecimento.

Nesse sentido, cabe cogitar se as tecnologias da informação e da comunicação, com todo o seu poder para levar adiante um projeto hegemônico e universalizante de imposição de determinada(s) cultura(s) sobre outra(s), têm também o potencial de se tornar um apoio às mudanças estruturais que tornariam o contato entre as culturas mais justos e democráticos. A “violência da informação” (SANTOS, 2000) e a “violência da classificação” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006) poderiam ser transformadas por meio da utilização democrática das técnicas da informação:

A expansão do digital e da tecnocultura obriga, sem dúvida, a um exercício de pluralismo ético, que consiste em criar ferramentas que não apenas auxiliem na organização dos ‘conhecimentos dominantes’, mas, especialmente, que promovam a resistência dos conhecimentos considerados subalternos (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 105).

Na perspectiva de Mai (2013, p. 246), considerando-se que o mundo é pluralístico e diverso, uma postura ética da classificação nesse mundo deve, necessariamente, contemplar o pluralismo e a diversidade.

O ideal de neutralidade buscado pela classificação tradicional não condiz com esse contexto. Não se trata somente de identificar juízo de valor em questões específicas (tratamento de determinadas religiões, línguas, e outros), e “corrigir” o viés⁸⁴ (para atingir a neutralidade), mas de perceber que toda e qualquer atividade classificatória expressa juízo de valor. A neutralidade supõe

⁸⁴ Note-se que o termo “viés” (“bias”, em inglês) pode assumir conotações diferentes. A noção de que a organização do conhecimento deve ter a diversidade e a pluralidade como objetivos está ligada a uma visão hoje aceita de que toda classificação possui viés cultural (MAI, 2016). A forma como a noção de viés é tratada, contudo, varia. Em determinados textos/autores, o viés está relacionado à tendenciosidade e ao preconceito, um traço negativo a ser evitado e/ou eliminado (seja porque uma classificação “bem-feita” deve ser “neutra”, seja porque o viés é uma marca da marginalização e exclusão de determinados indivíduos ou grupos). Em outros casos, o viés é considerado um traço inevitável e, nesse sentido, a questão em torno do viés gira em torno do reconhecimento, da consciência de que ele existe e das implicações que traz, além da formulação de estratégias para negociar sentidos e mitigar marginalizações e exclusões.

que há um único ponto de vista que pode ser alcançado (o correto), superior a todos os demais (MAI, 2011, p. 723).

Em vez de buscar a neutralidade, Mai sugere que a classificação adote uma “postura crítica (*critical stance*)”, através do pluralismo (em seu sentido epistemológico), para reafirmar a ideia de que há “[...] várias descrições conflitantes, porém verdadeiras do mundo”⁸⁵ (MAI, 2011, p. 722-3).

Destaque-se, nas discussões apresentadas, a ideia de que a classificação, enquanto elemento constitutivo de infraestruturas não neutras, expressa *juízos de valor* e exige a adoção de uma *postura crítica* em relação à sua constituição e utilização, fatores diretamente relacionados aos conceitos de garantias, conforme apresentado a seguir.

⁸⁵ “[...] several conflicting but true descriptions of the world.”

4 GARANTIAS

Este capítulo tem como objetivo apresentar as noções de garantia, garantia literária, garantia cultural e garantia ética, além de identificar outras formas de garantia desenvolvidas na literatura da área. Discute a ideia de que a garantia cultural e a garantia ética podem contribuir para incorporar a noção de diversidade cultural aos sistemas de organização do conhecimento.

4.1 Garantia literária

Na Organização do Conhecimento, o termo “*warrant*” é utilizado para designar a justificativa que respalda decisões na elaboração de um sistema de organização do conhecimento. Em inglês, o sentido do termo é contemplado no dicionário: “*warrant*” é a justificativa ou autoridade para uma ação ou crença, uma autorização ou sanção (“*warrant*”, OED). Em português, o termo utilizado na área é “garantia”, um termo especializado que não possui, no dicionário correspondência exata ao sentido de “justificativa”. Na filosofia, o termo está ligado à noção de justificação epistêmica: garantia como razões lógicas para acreditar e aceitar premissas (MARTÍNEZ-ÁVILA; BUDD, 2017, p. 708).

Na definição de Beghtol (1986b), são destacados os sentidos de “justificar” e “validar” do termo:

[...] a garantia de um sistema de classificação pode ser pensada como a autoridade que um classificador invoca, primeiramente, para justificar e, posteriormente, para validar decisões sobre quais classes/conceitos incluir no sistema, em qual ordem as classes/conceitos devem aparecer nas tabelas, em quais unidades as classes/conceitos estão divididas, até que ponto a subdivisão deve continuar, quanta síntese está disponível e onde, se as ordens de citação são estáticas ou variáveis e questões similares⁸⁶ (BEGHTOL, 1986b, p. 110, tradução nossa).

⁸⁶ “[...] the warrant of a classification system can be thought of as the authority a classificationist invokes first to justify and subsequently to verify decisions about what classes/concepts to include in the system, in what order classes/concepts should appear in the schedules, what units

Destacam-se as noções de autoridade, justificação e validação, relacionadas às decisões sobre o que deve ser incluído no sistema, em qual ordem, e em qual divisão. A garantia abarca, assim, a grande maioria das decisões tomadas na elaboração e utilização, embora nem sempre seja nomeada. A Organização do Conhecimento pressupõe a tomada de tais decisões, que têm justificativa (são tomadas por alguma razão). A noção de garantia faz parte do processo, implicitamente ou como um parâmetro explícito.

Garantia é um elemento de toda classificação, não importando se é nomeada como tal e não importando a base tecnológica específica do sistema. [...] Garantia é, ao mesmo tempo, um aspecto cotidiano e corriqueiro da classificação, e um aspecto que gera profundas discussões sobre o propósito dos sistemas e das alegações de ‘verdade’ ou objetividade dos classificadores, ligando a prática diária a duradouras questões teóricas na pesquisa em classificação⁸⁷ (BULLARD, 2017, p. 76, tradução nossa).

A garantia pode fornecer informação sobre as bases epistemológicas, as pressuposições sobre os objetivos do sistema e outros aspectos da construção e avaliação do sistema de classificação (BULLARD, 2017, p. 76). Como tal, o estudo de sua aplicação oferece um ponto de vista privilegiado para a discussão de aspectos epistemológicos e éticos da classificação.

O termo “garantia” foi primeiramente utilizado por E. W. Hulme⁸⁸ para descrever a “garantia literária”, ou a noção de que os termos integrantes de um sistema de classificação devem ser selecionados a partir da literatura a ser classificada.

classes/concepts are divided into, how far the subdivision should proceed, how much and where synthesis is available, whether citation orders are static or variable and similar questions.”

⁸⁷ “Warrant is an element of all classification design, regardless of whether it is named as such and regardless of the particular technological basis of the system. [...] Warrant is simultaneously an everyday, mundane aspect of classification design and one that necessarily spawns deep discussions of the purpose of systems and the designers’ claims to “truth” or objectivity, connecting daily practice to longstanding theoretical concerns in classification research.”

⁸⁸ Edward Wyndham Hulme nasceu em 1859 na Inglaterra e faleceu em 1951. Graduou-se pela Universidade de Oxford. Foi oficial no Escritório Britânico de Patentes (“British Patent Office). Foi o primeiro a utilizar o termo bibliografia estatística, sendo considerado um dos precursores da bibliometria (BARITÉ, 2011b, p. 36). Alguns de seus trabalhos: *Leather for Libraries* (1908, livro sobre encadernação); *Class Catalogue of Current Serial Digests and Indexes of the Literature of Pure and Applied Science* (1912, catálogo); *Ideals: Old and New. An address to young librarians* (1913, palestra inaugural); “*Principles of Book Classification*” (publicado em forma seriada de seis capítulos entre 1911 e 1912); (*Statistical Bibliography in Relation to the Growth of Modern Civilization* (1923, palestras proferidas na Universidade de Cambridge).

Hulme introduziu o termo “garantia literária” em *Principles of Book Classification*, publicado em forma seriada entre 1911 e 1912. Para Hulme, o princípio que deveria informar o sistema de classificação seria a literatura de uma determinada área, em vez de considerações sobre a natureza do assunto ou o universo do conhecimento.

Na introdução de seu texto, Hulme destaca o caráter pragmático de uma classificação (bibliográfica) enquanto “um meio para um fim” (HULME, 1911, p. 354). Destaca, também, que tanto os objetivos quanto os princípios de uma classificação devem ser estabelecidos antes de sua construção. Coloca, então, as questões: “Quais são, então, os objetivos de uma classificação bibliográfica? Quais seus princípios de construção? Para essas questões não há resposta adequada ou consistente na literatura do assunto”⁸⁹ (HULME, 1911, p. 354, tradução nossa).

Em sua análise para compreender quais seriam os objetos e os princípios de uma classificação bibliográfica, Hulme afirmou que ainda não havia sido formulada uma definição precisa de classificação bibliográfica:

Assim sistemas abundam, enquanto nenhuma teoria de construção sólida foi formulada. Até que isso seja feito, o ensino consistente do assunto não é possível e o advento de algum esquema de classificação universal indefinidamente adiado”⁹⁰ (HULME, 1911, p. 355, tradução nossa).

As duas citações anteriores de Hulme são utilizadas por Bliss (1933) como epígrafe da primeira parte de *The Organization of Knowledge in Libraries*. Os dois trechos são precedidos por uma citação de Paul Otlet (*Manuel de la bibliothèque*, s.d.), coerente com seu pensamento sobre a importância da organização do conhecimento para a classificação bibliográfica: “Assim a classificação deve ser fundamental no espírito e é mais necessário ainda organizar os conhecimentos em nossa inteligência do que classificar livros em nossa biblioteca ou as notas em nosso repertório”⁹¹. As considerações de Bliss

⁸⁹ “What then are the objects of a book classification? What its principles of construction? To these questions we can find no adequate or consistent answer in the literature.”

⁹⁰ “Hence systems abound, while as yet no sound theory of construction has been formulated. Until this has been done no consistent teaching of the subject is possible and the advent of any scheme of universal classification indefinitely deferred.”

⁹¹ “Ainsi la classification doit être fondamentale dans l’esprit et il est plus nécessaire encore de ranger les connaissances dans notre intelligence que de classer les livres dans notre bibliothèque et les notes dans notre répertoire. ”

sobre os princípios de classificação, o levam a propor que a classificação do conhecimento deve ocorrer de modo consistente com o consenso científico e educacional (hoje colocada como uma garantia, seguindo o termo de Hulme).

Hulme, entretanto, considerava que o desenvolvimento de teorias da construção de classificações bibliográficas havia sido prejudicado pelo que ele descrevia como uma “confusão” existente entre as classificações bibliográficas e as classificações filosóficas. A partir de tais ressalvas, Hulme propôs uma definição para classificação bibliográfica: “[...] uma operação mecânica de economia de tempo para *descoberta de conhecimento* na literatura”⁹² (HULME, 1911, p. 356, grifo nosso).

Para Hulme, as classificações bibliográficas seriam baseadas em uma série de características pelas quais os itens serão agrupados, e as relações estabelecidas entre tais características. Tendo como objetivo a “descoberta do conhecimento”, Hulme destaca a importância de as características utilizadas na classificação de uma coleção correspondam às aquelas usadas pelos usuários em suas pesquisas⁹³, bem como a relevância das relações estabelecidas entre elas. Nesse sentido, continua sua discussão a partir de duas perguntas: “(a) Por quais atributos os livros deveriam ser classificados? e (b) Por qual princípio a definição dos cabeçalhos de classe deve ser determinada?”⁹⁴ (HULME, 1911, p. 358, tradução nossa).

As considerações de Hulme sobre essas questões o levam ao que ele considera o ponto crucial da classificação bibliográfica: “[...] a natureza dos cabeçalhos de classe e o princípio pelo qual sua abrangência ou área deve ser determinada”⁹⁵ (HULME, 1911, p. 444). Para Hulme, os cabeçalhos de classe são “[...] definições de áreas específicas do campo literário”⁹⁶ (HULME, 1911, p. 444, tradução nossa). Para o autor, encontrar um método para basear tais definições seria essencial para garantir uniformidade na prática.

⁹² “[book classification] is a mechanical time-saving operation for the discovery of knowledge in literature.”

⁹³ Prenunciando aqui, de certo modo, a garantia de usuário.

⁹⁴ “(a) By what attributes should books be classified? (b) On what principle is the definition of class headings to be determined.”

⁹⁵ “[...] the nature of class headings and the principle upon which their scope or area is to be determined.”

⁹⁶ “[...] definitions of specific areas of the literary field.”

Para prosseguir com a busca de tal método, Hulme propôs trabalhar somente do ponto de vista do assunto (*subject-matter*) e introduziu, pela primeira vez, o termo “garantia”: “Qual, então, deve ser a garantia para as áreas do cabeçalho de classe?”⁹⁷ (HULME, 1911, p. 445, tradução nossa).

Hulme afirmou que o melhor modo de garantir os cabeçalhos seria trabalhar com “o fato físico da agregação do assunto em livros”⁹⁸ (HULME, 1911, p. 445), o que implicaria basear as definições exclusivamente em uma “garantia literária”:

De acordo com esse princípio [da garantia literária] uma definição é tão somente o resultado de uma análise e mensuração precisas das classes na literatura. Um cabeçalho de classe é garantido somente quando demonstrou-se existir uma literatura no formato de livros, e o teste de validade de um cabeçalho é o grau de precisão com o qual ele descreve a área do assunto comum à classe. Uma definição, portanto, pode ser descrita como o mapeamento de áreas pré-existentes na literatura. Um valor quantitativo pode ser atribuído a essa garantia literária assim que a bibliografia de um assunto for definitivamente compilada⁹⁹ (HULME, 1911, p. 447, tradução nossa).

Apresentada a garantia literária, Hulme sugere que algumas adaptações podem vir a ser necessárias com relação à junção de trabalhos de áreas ligeiramente diversas sob a mesma definição e ao registro duplicado de trabalhos nos quais a associação de assuntos seja infrequente. Para Hulme, tais apreciações “[...] não afetam materialmente a função da definição, para qual a garantia é essencialmente *literária e quantitativa* – a força da garantia variando de acordo com o número de trabalhos que se encaixam ao tipo de cada definição de classe”¹⁰⁰ (HULME, 1911, p. 445, grifo nosso, tradução nossa).

Segundo Barité et al. (2010, p. 125), a garantia literária, tal como proposta por Hulme, transfere “[...] a fonte de autoridade (entendida como fonte

⁹⁷ “What, then, is to be the warrant for the areas of class headings?”

⁹⁸ “[...] the physical fact of the aggregation of subject-matter in books.”

⁹⁹ “According to this principle definition is merely the result of an accurate survey and measurement of classes in literature. A class heading is warranted only when a literature in book form has been shown to exist, and the test of the validity of a heading is the degree of accuracy with which it describes the area of subject-matter common to the class. Definition, therefore, may be described as the plotting of areas pre-existing in literature. To this literary warrant a quantitative value can be assigned so soon as the bibliography of a subject has been definitely compiled.”

¹⁰⁰ “[...] does not materially affect the function of definition, the warrant for which is essentially literary and quantitative – the strength of the warrant varying with the number of works conforming to the type of each class definition.”

de legitimação) dos compiladores, tal como ocorria nos primeiros sistemas de classificação [...] para o conjunto documental em uma dada área temática”.

Para os autores, Hulme foi o primeiro a estabelecer uma distinção entre a classificação do conhecimento e a classificação bibliográfica. Os autores enfatizam que tal distinção não negava o valor das classificações científicas, mas propunha “[...] um novo enfoque, centrado antes na documentação propriamente dita que na ciência, na tecnologia ou nas disciplinas humanas e sociais” (BARITÉ; FERNÁNDEZ-MOLINA; GUIMARÃES; MORAES, 2010, p. 126).

A classificação do conhecimento e a classificação bibliográfica são tipos de classificação com muitos pontos em comum, o que dificulta uma distinção teórica. Para Langridge (2006) a garantia literária seria o elemento que distingue a classificação do conhecimento da classificação bibliográfica. O princípio da garantia literária, uma prática de exame “conhecida como USO CORRENTE NA LITERATURA” (em maiúsculas no original) (LANGRIDGE, 2006, p. 52) constituiria um elemento diferenciador entre classificação do conhecimento e classificação bibliográfica.

Foskett identifica uma série de características que os sistemas de classificação bibliográfica devem possuir para atingir o objetivo de suprir a necessidade informacional dos usuários da biblioteca na qual o sistema é utilizado, dentre elas a utilização do princípio da garantia literária. Na visão do autor, a garantia literária é usada para indicar “[...] que o sistema deve basear-se no material que nele introduzimos, e não em considerações puramente teóricas (FOSKETT, 1973, p. 19).

Taylor (1999) também destaca que o princípio da garantia literária faz a distinção entre classificação do conhecimento e classificação bibliográfica. Para a autora, a classificação de uma coleção particular deve ser baseada no acréscimo de “pacotes de informação” acrescentados a uma coleção usando o conceito de garantia literária.

A separação completa que Hulme propôs entre o sistema de classificação e qualquer teoria sobre o universo do conhecimento fez da garantia literária a única “justificativa” para a inclusão de determinado assunto. Desse modo, se não há publicações em número suficiente o assunto não é incluído “[...]”

influenciando o estudo, a promoção e o número de publicações sobre o assunto de modo circular”¹⁰¹ (MARTÍNEZ-ÁVILA, 2017, p. 702).

O princípio da garantia literária pode ter diversas aplicações como ferramenta de validação, como identificadora de conceitos centrais e periféricos de um domínio, como qualificadora para a recuperação temática de informação especializada e como dispositivo de avaliação de linguagens ou estruturas conceituais (BARITÉ, 2007). A transferência da fonte de validação dos termos de uma linguagem documentária para o próprio conjunto documental operada pelo princípio da garantia literária implica uma série de questões. Barité (2007), discute algumas delas, elencadas a seguir.

A primeira questão diz respeito aos tipos documentais nos quais a garantia literária deve se basear. As respostas dadas por diversos autores a essa questão são, segundo Barité (2007), insuficientes, pela falta de critérios nas opções, por exemplo, de se considerar ou não somente tipos documentais específicos.

A segunda questão está relacionada aos critérios de análise da documentação que devem ser privilegiados para a aplicação da garantia literária. Aqui a discussão aponta para critérios quantitativos, sendo sugeridos como critérios de análise a frequência com que um termo é usado e o critério da revisão por pares.

A terceira questão tem a ver com a utilização da garantia literária de forma sincrônica ou diacrônica, ou seja, levando em consideração somente a literatura mais recente ou a literatura de diferentes épocas. Está relacionada à evolução do conhecimento que leva à substituição de termos obsoletos com relativa rapidez.

A quarta questão discute o tipo de conhecimento que deve ser legitimado pela garantia literária. Categorias como conhecimento leigo e conhecimento especializado e a distinção entre o conhecimento supostamente universal e os de alcance local devem ser levadas em consideração.

¹⁰¹ “[...] influencing the study, promotion, and [...] number of publications on the topic in a circular way.”

A questões levantadas por Barité (2007) a respeito da garantia literária têm repercussões dentro de uma perspectiva cultural. A escolha dos tipos documentais, os critérios de análise, o recorte cronológico e a seleção do tipo de conhecimento configuram um quadro no qual o viés cultural e ético não pode ser desconsiderado. Ademais, as exclusões e distorções encontradas nos sistemas de classificação também são encontradas na literatura em si, tanto no polo da produção quanto naquilo que é selecionado por uma determinada instituição.

Pode-se dizer que o trabalho de Hulme está baseado em uma perspectiva pragmática e utilitária do processo de classificação. Hulme chega a afirmar que, seguindo-se o princípio da garantia literária, os autores dos livros seriam os reais classificadores; e os profissionais classificadores, por outro lado, seriam menos “registradores” (HULME, 1911, p. 447). Tal afirmação reflete uma visão da classificação bibliográfica, enquanto processo ou produto, como neutra, objetiva e quantitativa.

Smiraglia (2014, p. 60) observa que a classificação decimal de Dewey é objeto de críticas pelo modo como organiza conhecimento a partir da perspectiva cultural do homem branco ocidental, e que a literatura que é deliberadamente coletada reflete as marginalizações decorrentes desta perspectiva. Nesse sentido, a regra da garantia literária perpetua o círculo vicioso: “[...] a regra da garantia literária insiste que apenas o conhecimento contido em livros colecionados em bibliotecas pode ser incluído, e pode somente ser incluído de modo que reflita a opinião dos autores dos livros envolvidos”¹⁰² (SMIRAGLIA, 2014, p. 61, tradução nossa).

A ênfase de Hulme em estabelecer princípios objetivos não dá conta de uma série de elementos essenciais na tarefa de organizar o conhecimento. Segundo Martínez-Ávila e Budd (2017, p. 701), associar organização de classes de um sistema de informação somente aos conceitos usados nas publicações,

¹⁰² “[...] the rule of literary warrant insists that only knowledge held in books collected by libraries may be included, and it must be included in a way that reflects the opinion of the authors of the books involved.”

descartando o conhecimento apriorístico ou quaisquer teorias, cria um princípio que exclui o conhecimento de determinadas áreas.

Este princípio se mostrou problemático e foi refutado, por exemplo, em campos emergentes ou campos com terminologia e estruturas fluidas como a teoria *queer*, na qual foi demonstrado que, apesar dos conceitos e termos existentes que são discutidos e usados por acadêmicos, tais termos não estão incluídos os padrões da Biblioteca do Congresso¹⁰³ (MARTÍNEZ-ÁVILA, 2017, p. 702, tradução nossa)

Para Martínez-Ávila e Budd (2017, p. 701), o fato de a garantia literária desconsiderar o conhecimento contextual acarreta inconsistências teóricas e incerteza sobre sua utilidade e posicionamento. Para os autores, o surgimento de outras garantias (usadas, em geral, em combinação) veio da necessidade de se lidar com tais questões.

Para Olson (2000, p. 37, tradução nossa), “A garantia literária contribui para reforçar o cânone do ‘pensamento do centro’ em qualquer domínio”¹⁰⁴. Olson coloca que a Classificação da Biblioteca do Congresso, que faz uso da garantia literária, a posição de que a biblioteca somente “reflete” o uso (não o estabelece) contribui para reforçar a corrente principal de pensamento e rejeitar as margens.

Desde sua elaboração até o momento, o princípio da garantia literária como ferramenta teórica e metodológica parece ter se consolidado (BARITÉ, 2010, p. 135). Por outro lado, suas limitações como base única na construção de estruturas conceituais levaram ao desenvolvimento de outras formas de garantia: garantia de usuário¹⁰⁵, garantia cultural, garantia organizacional, garantia ética, garantia científica, dentre outras.

Por isso, diversos autores propõem outras formas de garantia (garantia de usuário, garantia cultural, garantia organizacional, opinião de especialistas, etc.) para melhorar a qualidade de

¹⁰³ “This principle has been proved problematic and refuted, for instance, in emergent fields or fields with fluid terminology and structures such as queer theory, in which it has been shown that, in spite of existing concepts and terms that are discussed and used among scholars, these terms are not included in the Library of Congress standards.”

¹⁰⁴ “Literary warrant contributes to the reinforcement of a mainstream canon in any particular domain.”

¹⁰⁵ Olson e Fox (2010, p. 303) identificam no conceito de “conveniência do público” os primórdios da garantia de usuário. Para Cutter (1904, p. 6), a “conveniência do público” deve sempre vir em primeiro lugar, e o catalogador deve se habituar a priorizar “o modo habitual do público de ver as coisas”, por vezes em detrimento de uma adesão estrita às regras ou à uniformidade.

sistemas de classificação, de vocabulários controlados e de outras linguagens (BARITÉ et al., 2010, p. 136).

Os estudos a respeito da noção de garantia, em si, surgiram a partir dos estudos sobre a garantia literária e seus limites e levaram à elaboração de outras garantias. Barité (2011b, p. 145) afirma que não se pode dizer se tais outras garantias são subordinadas ou dependem da garantia literária e opta pelo termo “derivação”, no sentido de “separação de uma parte do todo”.

[...] o que é inegável é que a garantia literária foi a primeira em se conceitualizar no tempo, e as demais não constituem extensões da mesma, mas derivações que não pretendem substituir o princípio de Hulme, e sim integrar outros aspectos metodológicos associados como perspectivas diferentes daquela da documentação¹⁰⁶ (BARITÉ, 2011b, p. 148).

A norma Z39.19-2005 (*Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies*) da NISO inclui dois outros tipos de garantia, além da literária: a garantia organizacional e a garantia de usuário.

Na norma, além da garantia literária, estão incluídas a garantia organizacional e a garantia de usuário. As garantias incluídas são definidas como “[...] justificativa para a representação de um conceito em uma linguagem de indexação ou para a seleção de um termo preferencial por causa de [...]” (ANSI/NISO Z39.19-2005). O recurso remete à “garantia” como raiz comum de todos os termos. Os colchetes são preenchidos com os porquês, ou seja, o princípio que cada uma das garantias utiliza para a seleção de termos. Na norma, a garantia literária justifica a seleção do termo por sua ocorrência frequente na literatura. A garantia organizacional justifica a seleção do termo pelas características e contexto da organização. E a garantia de usuário justifica a seleção do termo por sua recorrência nas buscas dos usuários. A norma não inclui a garantia cultural, fazendo menção ao contexto cultural somente no caso de vocabulários controlados multilíngues.

¹⁰⁶ “[...] lo que es innegable es que la garantía literaria fue la primera en conceptualizarse en el tiempo, y las restantes no constituyen extensiones de la misma sino derivaciones que no intentan sustituir al principio de Hulme, sino más bien, integrar otros aspectos metodológicos asociados con perspectivas diferentes a la de la documentación.”

O *Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação* (2014) contempla a garantia literária (UP garantia bibliográfica e garantia documental) e a garantia de usuário.

Martínez-Ávila e Budd (2017, p. 704) compilaram o seguinte quadro de garantias na literatura da Biblioteconomia e Ciência da Informação:

Warrant	Reference(s)
Literary warrant	Hulme (1950)
Scientific/philosophical/ consensus warrant	Bliss (1939)
Structural warrant	Kent <i>et al.</i> (1975)
Cultural warrant	Lee (1976) and Austin (1976); according to Beghtol (1986), cultural warrant might be rooted in a series of lectures between 1921 and 1922 by Hulme (1923)
Concrete institutional warrant	Coates (1978)
Logical warrant	Fraser (1978)
User warrant	Fraser (1978); according to some authors (e.g. Barité, 2011) an early reference to user warrant was used by Lancaster (1977), labeled by Greenberg (2001) as "end-user warrant"
Enquiry warrant	CRG (1984, cited in Beghtol, 1986)
Education/Academic warrant	Beghtol (1986)
Gender warrant	Olson and Ward (1998)
Phenomenological warrant	Ward (2000)
Use warrant	Svenonius (2000)
Ethical warrant	Beghtol (2002b)
Organizational warrant	National Information Standards Organisation (2005)
Autopoietic warrant	Mai (2011)
Market warrant	Martinez-Ávila (2012)

Table I.
Warrants referred
in the literature

Fonte: MARTÍNEZ-ÁVILA; BUDD, 2017, p. 704)

O quadro seguinte foi compilado (versão editada) por Barité (2017) para a entrada sobre garantia literária da *Encyclopedia of Knowledge Organization* no site da ISKO.

Type of warrant	Author and year
"Common usage"	Cutter 1876, 69
Literary warrant	Hulme 1911
Scientific/philosophical & educational warrant (consensus)	Bliss 1929
Cultural warrant	Lee 1976
User warrant	Lancaster 1977
Logical warrant	Fraser 1978
Request oriented warrant	Soergel 1985, 230
Semantic warrant	Beghtol 1986
Phenomenological warrant	Ward 2000
Ethical warrant	Beghtol 2002
Structural warrant	Svenonius 2003
Gender warrant	Olson and Ward 2003
Academic warrant (also named scholarly warrant)	Sachs and Smiraglia 2004
Organizational warrant	National Information Standards Organization 2005
Autopoietic warrant	Mai 2011
Textual warrant	Tennis, Thornton and Filer 2012
Market warrant	Martínez Ávila 2013
Indigenous warrant	Doyle 2013
Genre warrant	Andersen 2015
Epistemic warrant	Budd & Martínez Ávila 2016; Martínez-Ávila and Budd 2017
Policy warrant (corresponding to policy based indexing)	Hjørland 2017, → 2.4

Fonte: BARITÉ, 2017 (editado).

Os quadros mostram uma preocupação em estender a noção de garantia para diversos aspectos teórico-metodológicos na Organização do Conhecimento. A noção de garantia parece ser um campo produtivo para o estudo dos sistemas de organização do conhecimento por meio de perspectivas diversas e interdisciplinares. Nesse sentido, pode funcionar como uma “[...] lente através da qual podemos avaliar a medida em que uma classificação tem sentido e utilidade para os propósitos para os quais foi criada¹⁰⁷” (KWASNIK, 2010, p. 107, tradução nossa).

Desse modo, as diversas garantias podem ser vistas como perspectivas da noção de garantia, considerando-se que, com frequência, apresentam convergências e intersecções (KWASNIK, 2010, p. 107) e, por vezes, contradições.

¹⁰⁷ “[...] lens through which we can assess the extent to which a classification has meaning and utility for the purposes it was created.”

A seguir, as noções de garantia cultural e garantia ética serão aprofundadas como pontos focais para a discussão dos desafios que a sociedade da informação diversa e globalizada trazem para o campo da organização do conhecimento.

4.2 Garantia cultural

Beghtol (1986b, p. 109) identifica as garantias literária, científica/filosófica, educacional e cultural (dentre outras, que não nomeia) como o “eixo semântico” da classificação bibliográfica. Beghtol distingue entre garantia científica/filosófica e garantia educacional. Os termos remetem a Bliss (1933, p. 36, tradução nossa):

Uma classificação está mais bem qualificada para servir se se adapta fundamentalmente à organização do conhecimento estabelecida no consenso científico e educacional. Se não, será deficiente em adequação, eficiência e valor educacional¹⁰⁸.

Bliss considerava que garantia científica e educacional seriam quase-sinônimos, e que ambos deveriam estar presentes para que a classificação fosse “significativa e prática” (BEGHTOL, 1986b, p. 116). A garantia cultural seria uma designação abrangente (*umbrella concept*) que cobriria as demais garantias semânticas.

De acordo com Beghtol, o termo garantia cultural foi cunhado por J. M. Lee no artigo *E. Wyndham Hulme: a reconsideration*¹⁰⁹. Para a autora, ao discutir a visão de Austin de que “a base semântica ou categorial de uma dada classificação é o produto da cultura que a produziu”¹¹⁰, Lee sugere que a ideia seja chamada de “garantia cultural”. De acordo com Beghtol,

¹⁰⁸ “A classification is best qualified to serve thus, if it conforms fundamentally to the organizations of knowledge established in the scientific and educational consensus. If it does not, it will lack adequacy, efficiency, and educational value.”

¹⁰⁹ LEE, J. M. E. *Wyndham Hulme: A Reconsideration*. *The Variety of Librarianship*. Sydney: Library Assn. of Australia, 1976.

¹¹⁰ “[...] the semantic or categorial basis of a given classification is the product of the culture which produced it [...]” / AUSTIN, D. *Citation Order and Linguistic Structure*. IN RAYWARD, W. B. (Ed.) *The Variety of Librarianship*, Sydney: Library Assn. of Australia, 1976, p.45.

O ponto de Austin era que [...] não há conteúdo cultural universalmente aplicável. Lee vê o conceito de garantia cultural de Austin como *uma manifestação estendida da garantia literária de Hulme* porque um sistema de classificação bibliográfica embasado na literatura já existente deve necessariamente refletir as tendências e preocupações intelectuais da sociedade na qual a literatura é publicada¹¹¹ (BEGHTOL, 1986b, p. 119, grifo nosso, tradução nossa).

Note-se que, no texto de Lee, a garantia literária de Hulme é colocada como uma manifestação da garantia cultural, enquanto aplicação prática.

Esta análise sugere que um tipo de ‘garantia cultural’ para nossa definição de cabeçalho de assunto pode ser discernido. Nesse contexto, a ‘*garantia literária*’ de Hulme pode ser percebida como *uma manifestação da ‘garantia cultural’*: uma aplicação prática de valores culturais na literatura produzida por aquela cultura. Portanto, o conceito de uma classificação bibliográfica baseada na literatura existente tem validade ainda maior, fazendo a classificação realmente refletir a cultura. Não pode haver ‘ordem das ciências’ mais verdadeira do que aquela garantida, de fato, exigida, pela literatura de sua própria sociedade¹¹² (LEE, 1976, p. 111, grifo nosso, tradução nossa).

Segundo Beghtol (1986b), a utilidade de um exame da garantia cultural em sistemas de classificação teria sido delineada pelo próprio Hulme, embora não tivesse nomeado a questão como tal. Hulme profere uma série de palestras na Universidade de Cambridge em 1921 e, em uma delas, apresenta assim sua proposição:

Minha tese é descobrir e verificar por dados bibliográficos os vários estágios de desenvolvimento da mecânica da civilização. Desse modo, enquanto filósofos tratam a civilização como produto final, eu lido com a civilização como um crescimento orgânico na medida em que esse crescimento pode ser correlacionado com as atividades intelectuais registradas dos diversos períodos¹¹³ (HULME, 1923, p. 7, tradução nossa).

¹¹¹ “Austin’s point was that [...] there is no such thing as a universally applicable cultural content. Lee sees Austin’s concept of cultural warrant as an extended manifestation of Hulme’s literary warrant because a library classification system rooted in the existing literature will necessarily reflect the intellectual tendencies and preoccupations of the society in which the literature is published.”

¹¹² “This analysis suggests that a kind of ‘cultural warrant’ for our definition of class headings can be discerned. In such a context, Hulme’s ‘literary warrant’ can be perceived as a manifestation of ‘cultural warrant’: a practical application of cultural values to the literature produced by that culture. Therefore, the concept of a library classification based on existing literature has an even greater validity, making the classification truly reflect the culture. There can be no truer ‘order of sciences’ than that warranted, indeed demanded, by the literature of one’s own society.”

¹¹³ “My thesis is to ascertain and illustrate by bibliographical data various stages in the development of the mechanics of civilization. Hence while philosophers treat civilization as an end-product I deal with it as an organic growth so far as this growth can be correlated with the recorded intellectual activities of the several periods.”

A análise de Beghtol dos argumentos levantados por Hulme a leva a concluir que Hulme teria sido o primeiro a identificar a garantia cultural (sem nomeá-la) como uma das bases semânticas de um sistema de classificação bibliográfica e sugerir “[...] que o estudo de classificações pode acrescentar uma dimensão extra ao estudo histórico de um campo de conhecimento, cultura ou época”¹¹⁴ (BEGHTOL, 1986b, p. 120, tradução nossa).

Deve-se salientar que Hulme (1923, p. 7) se refere à “civilização” (e à cultura) por uma perspectiva tradicional de seu tempo. As contribuições da classificação ao estudo de um determinado campo de conhecimento estariam ligadas à garantia cultural, enquanto a ideia de que um sistema de classificação está baseado nas premissas da cultura que o origina, configurando uma visão de garantia cultural enquanto a “herança cultural e bibliográfica do sistema de classificação” (BEGHTOL, 1986a, p. 98).

Para Beghtol (2002a, p. 509, tradução nossa), o conceito de cultura é transdisciplinar e “[...] descreve, em geral, os vários fenômenos que constituem as crenças e atividades coletivas de um grupo de pessoas”¹¹⁵. Tal perspectiva abarca discussões sobre valores compartilhados, história, memória coletiva, memória nacional, culturas étnicas e outras. Como esses fatores não são estanques, um indivíduo pertence a diferentes culturas ao mesmo tempo, remetendo à ideia de Hall (1998), discutida anteriormente, de que o efeito pluralizante da globalização sobre as identidades tende a torná-las mais fluidas e diversas, alterando as noções de “pertencimento” a um (ou somente um) grupo social.

O conceito de garantia cultural, na concepção de Beghtol (2002b), traz os aspectos sociais e culturais da globalização e o impacto das tecnologias da informação e da comunicação para o campo da organização do conhecimento. Por um lado, o conceito de garantia cultural dá visibilidade ao fato de que um sistema de classificação é um produto cultural:

[...] garantia cultural pressupõe que todo sistema de classificação é baseado nas premissas e preocupações de uma

¹¹⁴ “[...] that the study of classifications can add an extra dimension to the historical study of a field of knowledge, a culture or an epoch.”

¹¹⁵ “[...] describes in general the various phenomena that make up the collective beliefs and activities of some group of people.”

determinada cultura, seja a cultura de um país, ou uma unidade social maior ou menor (e.g. grupo étnico, disciplina acadêmica, domínio, partido político, religião e/ou língua)¹¹⁶ (BEGHTOL, 2002b, p. 45, tradução nossa).

Por outro, a garantia cultural afirma a necessidade de se pensar sistemas de classificação para múltiplas culturas.

Na literatura sobre organização e representação do conhecimento, a suposição de que indivíduos em diferentes culturas precisam de diferentes tipos de (e diferentes acessos à) informação tem sido chamada de 'garantia cultural'¹¹⁷ (BEGHTOL, 2002a, p. 511, tradução nossa).

Desse modo, a garantia cultural afasta os sistemas de classificação das pressuposições de universalidade, neutralidade e objetividade, movendo-os para a esfera da pluralidade cultural. Como coloca Olson (2001b), ter em mente a ideia de diversidade pode contribuir para diminuir o viés de um sistema de classificação. "Eu gostaria de trabalhar com a ideia de diversidade, em vez de universalidade, como meio de atender nossos diversos usuários e coleções e, assim, diminuir níveis de viés"¹¹⁸ (OLSON, 2001b, p. 121).

A ideia de diversidade levanta a questão do usuário e dos modos como a garantia de usuário pode ser repensada sob o ponto de vista da garantia cultural. Beghtol (2002a, p. 511) define a garantia de usuário como a colaboração de potenciais usuários no desenvolvimento e uso de sistemas de organização do conhecimento¹¹⁹. Ao colaborar no desenvolvimento e uso de sistemas de informação, o usuário atua também como representante de sua(s) cultura(s). Nesse sentido, deve-se levar em conta que:

Desde Charles Ammi Cutter, a 'conveniência do público' tem direcionado decisões sobre classificação, e ainda assim o público singular teve de incorporar uma multiplicidade de diferenças étnicas, raciais e de gênero, sem mencionar as características influenciadas por status socioeconômico, nível de

¹¹⁶ "[...] cultural warrant posits that every classification system is based on the assumptions and preoccupations of a certain culture, whether the culture is that of a country, or of some smaller or larger social unit (e.g. ethnic group, academic discipline, arts domain, political party, religion and/or language."

¹¹⁷ "In the literature of knowledge representation and organization, the supposition that individuals in different cultures need different kinds of (and avenues to) information has been called 'cultural warrant'."

¹¹⁸ "I would like to build on the idea of diversity rather than universality as a way of accommodating our diverse users and collections and, thus, decreasing levels of bias."

¹¹⁹ Seguindo a definição de Patterson *et al*, 2000. A NISO descreve a garantia de usuário somente como justificativa para a seleção de determinado termo por sua recorrência nas buscas de usuários (cf. mencionado anteriormente).

educação, profissão ou muitas outras variáveis¹²⁰ (OLSON; FOX, 2010, p. 303, tradução nossa).

A garantia do usuário implica pensar em quem é o usuário. Nos grandes esquemas de classificação, o usuário é o sujeito “universal”, “[...] branco, cristão (em geral especificamente protestante), homem e heterossexual”¹²¹ (MARSHALL¹²², 1972 apud OLSON, 2002, p. 7, tradução nossa). Na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, por exemplo, tem-se como princípio que “[...] o ‘usuário’ é o árbitro da linguagem usada para acesso ao assunto”¹²³ (OLSON, 1999, p. 244, tradução nossa), afirmação que já foi usada para justificar a presença de viés na classificação, uma vez que os usuários estariam acostumados à linguagem tendenciosa.

Desse modo, a garantia cultural pode contribuir para que a aplicação da garantia de usuário seja feita a partir do ponto de vista da diversidade, inclusive dos grupos “não-branco”, “não-cristãos”, “não-homem” e “não-heterossexual” nas decisões do sistema de classificação.

Nesse sentido, pode-se questionar se a garantia cultural deve ir adiante, ou seja, passar da identificação do viés no sistema de informação à promoção das ideias e valores ligados ao respeito pela diversidade cultural, o que alinharia a garantia literária com os princípios defendidos na *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* da UNESCO (BARITÉ, 2011a). Esse posicionamento está relacionado ao “viés positivo” que Colombo e Barité (2015, p. 9) identificam na organização do conhecimento. O viés negativo é aquele que se manifesta através de visões que podem ser consideradas ofensivas; o viés neutro está relacionado a um ponto de vista; e o viés positivo constitui uma posição intencional que tem por objetivo contemplar as necessidades de um determinado grupo.

¹²⁰ “As far back as Charles Ammi Cutter, the ‘convenience of the public’ has driven classification decisions, yet the singular public was meant to embody a multitude of ethnic, racial, and gender differences, not to mention characteristics influenced by socioeconomic status, education level, occupation or a host of other variables.”

¹²¹ “[...] white, Christian (often specifically Protestant, male and straight.”

¹²² MARSHALL, J. LC Labeling: An Indictment. *Revolting Librarians*. (Ed.) WEST, C.; KATZ, E. São Francisco: Booklegger Press, 1972.

¹²³ “[...] ‘the user’ is the arbiter of the language used for subject access.”

A garantia cultural pode ser considerada a base de métodos éticos de tomada de decisão (BEGHTOL, 2005). Partindo do pressuposto de que os termos, categorias ou classes de um sistema de representação e organização do conhecimento são garantidos por culturas pessoais e profissionais de usuários e profissionais da informação, “[...] a garantia cultural fornece a fundamentação e a autoridade para decisões sobre quais conceitos e quais relações entre eles são apropriados para um determinado sistema”¹²⁴ (BEGHTOL, 2005, p. 904, tradução nossa).

Partindo da noção de cultura como um conjunto de crenças, valores, histórias e atividades compartilhadas por um determinado grupo de pessoas (BEGHTOL, 2005, p. 904), uma das implicações para sistemas de organização do conhecimento está no fato de que tais elementos idiossincrásicos são invisíveis para a própria cultura. Considerando-se que não há conteúdos culturais que sejam universalmente aplicáveis (BEGHTOL, 1986b, p. 119), segue que a garantia cultural está também relacionada à suposição de que a cultura na qual um determinado sistema de organização do conhecimento está baseado facilitaria o acesso de membros dessa mesma cultura e, por outro lado, dificultaria o acesso de membros de outras culturas, criando um problema ético.

Nesse contexto, Beghtol (2002a) propõe a utilização e ampliação do conceito de hospitalidade cultural para dar conta de tais desafios éticos. Na literatura sobre classificação bibliográfica, hospitalidade diz respeito “[...] à habilidade de uma notação classificatória de incorporar novos conceitos e de estabelecer relações semânticas e sintáticas apropriadas entre conceitos antigos e novos”¹²⁵ (BEGHTOL, 2002a, p. 518, tradução nossa).

A hospitalidade cultural se volta para a capacidade de um sistema de organização do conhecimento de incorporar conceitos deixados de lado (intencionalmente ou não), por uma visão hierárquica e hegemônica de cultura: “*Hospitalidade cultural* significa que um sistema de representação e organização do conhecimento idealmente pode acomodar as várias garantias de diferentes

¹²⁴ “[...] cultural warrant provides the rationale and authority for decisions about what concepts and what relationships among them are appropriate for a particular system.”

¹²⁵ “[...] to the ability of a classification notation to incorporate new concepts and to establish appropriate semantic and syntactic relationships among the old and the new concepts.”

culturas e refletir apropriadamente as crenças de quaisquer indivíduos, grupos ou comunidades”¹²⁶ (BEGHTOL, 2005, p. 905, grifo da autora, tradução nossa). Beghtol destaca o fato de que a hospitalidade deve funcionar como uma *garantia ética*, cuja intenção é respeitar indivíduos e culturas de modo que seja possível um debate informado sobre questões éticas entre eles.

Nesse sentido, partindo do princípio de que todas as atividades e relações humanas deveriam ser pautadas por posturas e perspectivas éticas, surge o desafio de incorporar a ética às práticas de organização do conhecimento de modo a contemplarem as necessidades informacionais de um mundo globalizado, influenciado pelas tecnologias digitais da informação e da comunicação e culturalmente diverso.

[...] precisamos agora acrescentar os problemas de prover acesso à informação globalmente e localmente em qualquer língua, para qualquer indivíduo, cultura, grupo étnico ou domínio, em qualquer localização, a qualquer hora e para qualquer propósito. Estas necessidades têm componentes socioculturais que não foram largamente ou plenamente antecipados quando a era da informação se iniciou¹²⁷ (BEGHTOL, 2002a, 507, tradução nossa)

Pode-se observar que a noção de garantia, conforme a discussão apresentada, inicialmente colocada como a constatação de que todo sistema de classificação é baseado nas premissas de uma determinada cultura, passou a incorporar a ideia de que indivíduos de diferentes culturas precisam de diferentes acessos à informação, uma visão da garantia cultural *baseada em perspectiva*, que se desdobra na garantia ética.

4.3 Garantia ética

¹²⁶ “*Cultural hospitality* means that a knowledge representation and organization system can ideally accommodate the various warrants of different cultures and reflect appropriately the assumptions of any individual, group, or community.”

¹²⁷ “[...] we need now to add problems of providing access to information globally and locally in any language, for any individual, culture, ethnic group or domain, at any location, at any time and for any purpose. These requirements have socio-cultural components that were not widely or fully anticipated when the information age began.”

Garantia cultural e garantia ética têm diversos pontos de intersecção: “De certo modo, a garantia cultural introduz o fator ético na Organização do Conhecimento”¹²⁸ (BARITÉ, 2011a, p. 6, tradução nossa).

A noção de que as justificativas que guiaram a elaboração e uso de um sistema determinado de classificação devem ser apoiadas na ética está relacionada ao reconhecimento da subjetividade tanto na elaboração da classificação quanto no impacto que tais sistemas têm em usuários. Nesse sentido, Beghtol (2002a), propõe a hospitalidade cultural para estabelecer a ligação entre a garantia cultural e a garantia ética.

A hospitalidade cultural pode servir de base conceitual para a garantia ética, entendida como respeito por indivíduos e culturas que permita que discussões sobre questões éticas ocorram entre tais indivíduos e culturas (BEGHTOL, 2002a, p. 519). Na perspectiva de Beghtol, a hospitalidade cultural e seu potencial como garantia ética está centrada nos princípios da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e no conceito de “justiça da informação global”¹²⁹ e seria capaz de recontextualizar o objetivo da neutralidade¹³⁰ na área como eticamente desejável.

Segundo Francelin (2012, p. 83), “O registro e o armazenamento do conhecimento, tal como sua produção, ao longo da história, são realizados a partir de premissas éticas vigentes a cada momento”. Na atualidade, a questão da ética informacional se torna exponencialmente mais intrincada conforme o contato entre culturas se intensifica e as tecnologias da informação e da comunicação infiltram-se por todos os aspectos da vida humana (social, política,

¹²⁸ “De algún modo, la garantía cultural introduce el factor ético en la Organización del Conocimiento.”

¹²⁹ SMITH, Martha. Global Information Justice: Rights, Responsibilities and Caring Connections. *Library Trends*, v. 49, n. 3, p. 519-537, 2001.

¹³⁰ Milani e Guimarães (2011) discutem a interferência causada pelo “mito da neutralidade” no exercício profissional na área de informação: [...] por muito tempo os profissionais da informação acreditaram e divulgaram a liberdade de acesso à informação com a ausência de censura e a não interferência dos seus próprios valores morais em seus fazeres, consagrado, segundo Vergueiro (1994, p. 9), pela expressão de Foskett: *no politics, no religion, no moral.*” (MILANI, GUIMARÃES, 2011, p. 3, grifo dos autores). A noção de neutralidade como mito deriva do fato de que somente o uso da técnica garantiria resultados neutros (desconsiderando, portanto, que uma visão de mundo está sempre, necessariamente, por trás de qualquer atividade humana). Milani e Guimarães colocam, como possível auxílio à garantia cultural, [...] a abordagem da análise de domínio que, conforme atesta Hjørland (2008b), foi formulada como uma alternativa para a visão cognitiva dominante na Biblioteconomia e Ciência da Informação (MILANI, GUIMARÃES, 2011, p. 12-13).

econômica, cultural, científica)¹³¹. Na mesma medida, a construção de sistemas de organização do conhecimento deve lidar com desafios éticos cada vez mais complexos.

A página da UNESCO sobre ética da informação (“infoética”) na internet coloca que:

[...] os princípios éticos para sociedades do conhecimento derivam da Declaração Universal dos Direitos Humanos e inclui o direito à liberdade de expressão, ao acesso universal à informação, ao direito à privacidade e ao direito de participar da vida cultural¹³² (UNESCO, [2014?], tradução nossa).

Embora as tecnologias da informação e da comunicação estejam se tornando parte integral da vida nas sociedades do mundo desde o século XX, elas são criadas, distribuídas e gerenciadas de modo desigual entre essas sociedades (CAPURRO, 2010). O acesso às tecnologias da informação e da comunicação por diferentes grupos culturais aponta para enormes desigualdades.

Capurro (2010) enfatiza a necessidade da criação de espaços de reflexão que permitam a manifestação democrática das culturas do mundo, propondo um questionamento do *ethos* comunicacional e informacional, alterado em um contexto de globalização acelerada pela evolução cada vez mais rápida das novas tecnologias da informação e da comunicação. Esse contexto digital implica questões tais como a privacidade, o acesso livre ao conhecimento, o direito de expressão, questões de identidade, excesso informacional e outros.

Em sua análise, Capurro (2010, p. 3) coloca como caminho metodológico uma “reflexão intercultural crítica e comparada” que pressupõe diferenças nas tradições morais e nas fundamentações éticas, mas que também busca descrever a diversidade cultural por meio de seus traços subjacentes comuns. O autor alerta para o fato de que a busca por princípios comuns não deve perder de vista a complexidade das culturas. O princípio comum seria o elo

¹³¹ Sua distribuição, contudo, é desigual, refletindo desigualdades socioeconômicas entre indivíduos, sociedades e regiões do globo.

¹³² “Ethical principles for knowledge societies derive from the Universal Declaration of Human Rights and include the right to freedom of expression, universal access to information, particularly that which is in the public domain, the right to education, the right to privacy and the right to participate in cultural life.”

de comunicação entre as culturas que seriam capazes de manter intercâmbios com outras culturas e, ao mesmo tempo, manter suas identidades e independência. A ética intercultural da informação deve permitir que tal diálogo aconteça através da criação de redes locais e globais interculturais.

O essencial é aquilo que está entre as culturas. Os fenômenos, amiúde violentos, de exclusão cultural são um indício de que um *ethos* cultural perdeu contato com a fonte comum, fechando-se em si mesmo, incapaz de redefinir suas fronteiras tomando novos elementos alheios como base para processos comunicacionais e informacionais abertos¹³³ (CAPURRO, 2010, p. 15, tradução nossa).

Olson (2001c) destaca que incluir a questão da ética na elaboração e utilização de sistemas de informação é um caminho para que tais sistemas sejam capazes de representar conhecimento de modo menos essencialista e totalizante. Com o objetivo de tornar esses sistemas mais permeáveis, a autora concorda com a visão de Cornell¹³⁴ de que é necessário desenvolver uma relação ética com o outro. Olson propõe “[...] a adoção de uma postura ativa criando-se espaços em nossos limites para as vozes dos que foram excluídos”¹³⁵ (OLSON, 2001c, p. 659). Para Olson, técnicas que tornem os sistemas de informação atuais mais permeáveis podem contribuir para o desenvolvimento de relações éticas com o outro.

Nesse sentido, a ética transcultural de mediação¹³⁶ (GARCÍA-GUTIÉRREZ, 2002), a garantia cultural e a hospitalidade cultural (BEGHTOL, 2002a) e o multilinguismo (HUDON, 1997) são importantes contribuições para que valor ético da diversidade cultural seja respeitado (GUIMARÃES; PINHO, 2007).

¹³³ “Lo esencial es aquello que está entre las culturas. Los fenómenos, a menudo violentos, de exclusión cultural son un indicio de que un *ethos* cultural ha perdido el contacto con la fuente común, cerrándose em si mismo, incapaz de redefinir sus fronteras tomando nuevos elementos ajenos em base a procesos comunicacionales e informacionales abiertos.”

¹³⁴ CORNELL, Drucilla. *The Philosophy of the Limit*. New York: Routledge, 1992.

¹³⁵ “[...] to adopt an active stance by creating spaces in our boundaries for the voices of those who have been excluded.

¹³⁶ Pela ética transcultural de mediação, todas as “vozes sociais envolvidas” participam do processo. O profissional da Organização do Conhecimento se coloca como um agente participante de um processo democrático, que não tenta nem suprimir nem ignorar sua posição ideológica (ARBOIT; GUIMARÃES, 2015, p. 329).

Tais abordagens contribuem para trazer à tona a noção de que os sistemas de organização do conhecimento não são elementos neutros, mas “criadores ativos de categorias no mundo”:

Esses sistemas são criadores ativos de categorias no mundo assim como simuladores de categorias existentes. Lembrando disso, nos mantemos abertos e podemos explorar espaços para mudança e flexibilidade que estariam de outro modo perdidos para sempre¹³⁷ (BOWKER; STAR, 2000, p. 321, tradução nossa).

As classificações refletem a realidade, que é tendenciosa, injusta e cheia de contradições (MAI, 2013, p. 242). É tarefa do profissional da informação procurar minimizar o dano causado por essa característica intrínseca das classificações, que são sistemas relativos, atrelados a contextos específicos e culturalmente motivados.

Nesse sentido, introduzir a garantia ética em um sistema de classificação implicaria questionar impacto das demais garantias: “Garantia ética é menos um material para o design da classificação do que uma *posição* sobre a responsabilidade do designer na aplicação de qualquer tipo de garantia”¹³⁸ (BULLARD, 2017, p. 81, grifo nosso, tradução nossa).

Considerando-se que toda classificação implica um ponto de vista, questionar continuamente seu impacto é imprescindível: “Cada padrão e cada categoria valoriza um ponto de vista e silencia outro. Isso não é inerentemente ruim – de fato, é inescapável. Mas é uma escolha ética, e como tal é perigosa – não ruim, mas perigosa.”¹³⁹ (BOWKER; STAR, 2000, p. 5-6, tradução nossa).

E o perigo não estaria no fato de que um sistema de informação expressa um ponto de vista, mas no fato de tal sistema não ser aberto sobre sua postura *interpretativa* (FEINBERG¹⁴⁰, 2011, apud MAI, 2016, p. 328-329).

¹³⁷ “These systems are active creators of categories in the world as well as simulators of existing categories. Remembering this, we keep open and can explore spaces for change and flexibility that are otherwise lost forever.”

¹³⁸ “Ethical warrant is less a material for classification design than a position on the responsibility of the designer in applying any type of warrant.”

¹³⁹ “Each standard and each category valorize some point of view and silences another. This is not inherently a bad thing – indeed it is inescapable. But it *is* an ethical choice, and as such it is dangerous – not bad, but dangerous.”

¹⁴⁰ FEINBERG, M. Organization as Expression: Classification as Digital Media. In *Digital Media: Technological and Social Challenges of the Interactive World*, (Ed.). WINGET, M. A.; ASPRAY, W. Lanham: Scarecrow Press, p.115-133, 2011.

Através de suas políticas, as instituições que elaboram informação documentária têm papel preponderante no processo de inclusão/marginalização de conhecimentos. Contudo, tais políticas nem sempre são colocadas de maneira clara para o usuário, que se encontra diante de um sistema de organização e representação do conhecimento e da informação sem ter noção de seus processos constitutivos.

Nesse sentido, Smit (2012) sugere que é necessário “[...] informar o usuário sobre o tratamento que é dado a estes documentos para representá-los, as políticas adotadas, as opções exercidas; deve-se fornecer o mapa da mina ao usuário” (SMIT, 2012, p. 98). O acesso claro e aberto aos princípios organizacionais de um determinado sistema de comunicação (suas escolhas e pontos de vista) estaria, portanto, intrinsecamente ligado à ética da informação.

Segundo Mai (2009, p. 638, tradução nossa), “[...] as classificações não devem se esforçar para serem corretas, mas para serem confiáveis”¹⁴¹. Para atingirem tal objetivo, os usuários devem ter acesso às decisões, princípios e filosofia, bem como às pessoas e organizações por trás do sistema. “O princípio da transparência diz que qualquer classificação deve deixar disponível para seus usuários declarações sobre a base na qual o sistema é projetado”¹⁴² (MAI, 2009, p. 638).

Assim, a ética da informação teria a dupla tarefa de orientar as escolhas de um determinado sistema de informação e de garantir que tal sistema adote uma postura transparente quanto às visões de mundo e perspectivas culturais que adotam.

¹⁴¹ “[...] classifications should not strive towards being correct, but towards being trustworthy.”

¹⁴² “The principle of transparency says any classification should make available to it users statements about the basis on which the system is designed.”

5 METODOLOGIA: PESQUISA EMPÍRICA

A pesquisa empírica realizou um mapeamento de termos relacionados à noção de garantia em artigos de periódicos acadêmicos da área de biblioteconomia e ciência da informação para (1) identificar termos relacionados não encontrados na revisão da literatura; (2) verificar o contexto de uso dos termos e sua precisão conceitual; e (3) identificar nas garantias a presença (ou ausência) de uma perspectiva cultural e ética que leve em conta o contexto de diversidade (cultural) da sociedade da informação globalizada.

Para a revisão da literatura, foram realizados levantamentos bibliográficos não exaustivos, baseados em pesquisas por palavras-chave e nomes de autores. Os textos recuperados foram analisados (palavras-chave, conteúdo, autores citados) para expansão da pesquisa. O ciclo repetiu-se por diversas vezes, conforme a necessidade de aprofundamento das temáticas para a elaboração do referencial teórico da tese. Parte dos resultados desses primeiros levantamentos (aqueles referentes às garantias) foram incorporados à pesquisa empírica, servindo de base para a seleção dos termos de busca.

Para a pesquisa empírica, foram realizados levantamentos exaustivos da literatura referente às garantias, conforme os parâmetros a seguir.

5.1 Universo da pesquisa e estratégias de busca

O universo de pesquisa constituiu-se de artigos publicados em periódicos acadêmicos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Para a definição do *corpus* foram utilizadas as bases de dados *Web of Science (Core Collection)*, *Scopus* e *Library and Information Science Abstracts (LISA)*. Optou-se pelo uso de mais de uma base (e pela redundância nas estratégias de busca) para garantir a recuperação do maior número possível de resultados.

Para as buscas, foram selecionados termos em inglês, considerando que a maior parte da literatura científica é publicada e/ou indexada nesse idioma.

Todas as buscas foram limitadas por língua (inglês), tipo de documento (artigos), fonte do documento (periódicos acadêmicos) e área de pesquisa (Biblioteconomia e Ciência da Informação). Não foram aplicadas limitações cronológicas.

O termo “*warrant*” é o equivalente em inglês de “garantia”, no sentido utilizado na Ciência da Informação. Uma busca pelo termo “*warrant*” em bases de dados apresenta algumas dificuldades pela amplitude de significados do termo. Na área do Direito, o termo tem o significado específico de mandado judicial. Na base *Scopus*, por exemplo, Direito e Biblioteconomia e Ciência da Informação estão dentro da área de pesquisa “Ciências Sociais”, o que requer o uso de diversos outros filtros para a pesquisa. O termo é também parte de expressões como “*warrant(s) further investigation*”, muito utilizadas em resumos científicos para indicar a necessidade da realização de mais estudos sobre um assunto. Tendo em vista as particularidades do termo, foi utilizada uma combinação de estratégias de busca para atingir resultados consistentes.

Inicialmente, foi realizada uma busca (a) pelo termo “*warrant*” no campo “título do artigo” em todas as bases, com o objetivo de identificar artigos específicos sobre a noção de garantia em si ou suas formas (garantia literária e garantia cultural, por exemplo).

Em seguida, foi feita uma busca (b) pelos termos associados a “*warrant*” que já haviam sido identificados campo “título/resumo/palavras-chave” nas bases *Scopus* e *Web of Science* e no campo “texto completo” na base LISA. Para essa busca, foi compilada uma lista a partir dos termos levantados pela revisão bibliográfica, dos termos da tabela de garantias de Barité (2017) e da tabela de garantias referenciadas na literatura de Martínez-Ávila e Budd (2017). Os termos selecionados foram: *literary warrant* (garantia literária), *cultural warrant* (garantia cultural), *ethical warrant* (garantia ética), *scientific warrant* (garantia científica), *educational warrant* (garantia educacional), *philosophical warrant* (garantia filosófica), *epistemological warrant* (garantia epistemológica), *user warrant* (garantia de usuário), *semantic warrant* (garantia semântica), *structural warrant* (garantia estrutural), *organizational warrant* (garantia organizacional), *autopoietic warrant* (garantia autopoietica), *market warrant* (garantia de mercado), *indigenous warrant* (garantia indígena), *epistemic warrant* (garantia epistêmica), *policy warrant* (garantia da política), *gender warrant*

(garantia de gênero – identidade), *genre warrant* (garantia de gênero – literatura), *academic warrant* (garantia acadêmica), *logical warrant* (garantia lógica), *phenomenological warrant* (garantia fenomenológica), *enquiry warrant* (garantia da consulta).

Em todas as buscas foram utilizadas estratégias de truncamento, como o uso do asterisco para recuperar as variações do termo (e.g. “warrant*”) e do ponto de interrogação em palavras com ortografias divergentes (e.g. “organi?ation”).

As buscas foram realizadas nas três bases segundo os parâmetros acima, mas foram adaptadas e/ou refinadas de acordo com filtros oferecidos por cada base. Por exemplo, a base *Scopus* oferece a ferramenta de visualização para os campos utilizados para refinar a pesquisa, o que permite identificar textos classificados em outras áreas de pesquisa (um dos textos selecionados estava na área “engenharia”), e que não teriam sido recuperados caso tal filtro fosse aplicado. Já na base *Web of Science* o filtro “área de pesquisa” foi aplicado, mas não o filtro “categoria *Web of Science*”, pois foi verificado que alguns textos não haviam sido recuperados por terem sido indexados na categoria “ciência da computação interdisciplinar”.

Foram organizadas listas dos registros recuperados em cada base, contendo os dados dos documentos com resumos e listas com as referências bibliográficas para a seleção do *corpus* da pesquisa.

5.2 Seleção do *corpus*

As listas de registros foram utilizadas para a seleção final dos artigos. A Tabela 1 mostra o número de documentos recuperados por cada busca em cada base (busca “a”, somente com o termo “*warrant*” no título, e busca “b”, com outros termos associados a “*warrant*” no título, resumo e palavras-chave dos artigos), antes da seleção final.

Tabela 1 - Número de documentos recuperados nas bases.

Base de Dados	Número de artigos – Busca (a)	Número de artigos – Busca (b)
LISA	21	44
<i>Scopus</i>	7	30

<i>Web of Science</i>	12	19
-----------------------	----	----

Fonte: dados da pesquisa.

Nessa fase, observou-se que, apesar da aplicação de filtros, alguns registros não correspondiam aos critérios da pesquisa. Desse modo, a seleção final foi feita pela leitura e análise do título, palavras-chave e resumos. No caso dos textos recuperados pela busca no texto completo, a ferramenta “Localizar texto” do *Adobe Acrobat Reader DC* foi utilizada para localizar os termos de busca no texto. Foram mantidos apenas os textos que apresentaram algum tipo de qualificação e/ou discussão dos termos. Foram mantidos, também, textos nos quais algum dos termos selecionados foi mencionado sem nenhuma qualificação ou discussão quando essa garantia foi encontrada somente naquele artigo.

Desse processo chegou-se a um conjunto de 34 artigos, dos quais oito contêm o termo “*warrant*” no título, 11 contêm o termo “*warrant*” no resumo e/ou palavras-chave (mas não no título), e 15 contêm o termo “*warrant*” somente no texto. O Quadro 1 elenca as referências dos artigos selecionados para análise.

Quadro 1 - Artigos selecionados para análise.

Artigos selecionados para análise
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALBRECHTSEN, H.; JACOB, E. K. The dynamics of classification systems as boundary objects for cooperation in the electronic library. <i>Library Trends</i>, Baltimore, v. 47, n. 2, p. 293-312, 1998. Disponível em: http://hdl.handle.net/2142/8212. Acesso em: 18 nov. 2017. 2. BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. <i>Journal of Documentation</i>, Bradford, v. 58, n. 5, p. 507-532, May 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1108/00220410210441. Acesso em: 18 nov. 2017. 3. BEGHTOL, C. Bibliographic Classification Theory and Text Linguistics: Aboutness Analysis, Intertextuality and the Cognitive Act of Classifying. <i>Journal of Documentation</i>, Bradford, v. 42, n. 2, p. 84-113, 1986a. Disponível em: https://doi.org/10.1108/eb02678. Acesso em: 18 nov. 2017. 4. BEGHTOL, C. Domain analysis, literary warrant, and consensus: the case of fiction studies. <i>Journal of the American Society for Information Science</i>, v. 46, n. 1, p. 30-44, Jan. 1995. Disponível em: <a href="https://10.1002/(SICI)1097-4571(199501)46:1<30::AID-ASI4>3.0.CO;2-F">https://10.1002/(SICI)1097-4571(199501)46:1<30::AID-ASI4>3.0.CO;2-F. Acesso em: 18 nov. 2017. 5. BEGHTOL, C. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. <i>Journal of the American Society for Information Science and Technology</i>, v. 56, n. 9, p. 903-912, Jul. 2005. Disponível em: https://10.1002/asi.20184 6. BEGHTOL, C. Semantic validity: Concepts of warrant in bibliographic classification systems. <i>Library Resources and Technical Services</i>, v. 30, n. 2,

- 1986b. Disponível em: <http://downloads.alcts.ala.org/lrts/lrtsv30no2.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.
7. BISWAS, P. Rooted in the past: Use of “East Indians” in Library of Congress Subject Headings. *Cataloging and Classification Quarterly*, v. 56, n. 1, p. 1-18. 2018. Disponível em: <https://10.1080/01639374.2017.1386253>. Acesso em: 18 nov. 2017.
 8. BULLARD, J. Warrant as a means to study classification system design. *Journal of Documentation*, Bradford, v. 73, n. 1, p. 75-90, Jan. 2017. Disponível em: <https://10.1108/JD-06-2016-0074>
 9. CAMPBELL, D. G. Tensions Between Language and Discourse in North American Knowledge Organization. *Knowledge Organization*, v. 37, n. 1, p. 51-57, Jan. 2010. Disponível em: <https://http://dx.doi.org/10.7152/nasko.v2i1.12808>. Acesso em: 18 nov. 2017.
 10. DESROCHERS, N. Bilingual Conundrums: A Study of the Use of Subject Headings Pertaining to Québec as a Distinct Society.: Équivalences énigmatiques: représentation du Québec en tant que société distincte dans les systèmes de vedettes-matière. *Canadian Journal of Information & Library Sciences*, v. 37, n. 1, p. 1-23, Mar. 2013.
 11. FEINBERG, M. Two kinds of evidence: How information systems form rhetorical arguments. *Journal of Documentation*, Bradford, v. 66, n. 4, p. 491-512, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/00220411011052920>. Acesso em: 18 nov. 2017.
 12. GNOLI, C. Ten Long-Term Research Questions in Knowledge Organization. *Knowledge Organization*, v. 35, n. 2/3, p. 137-149, Apr. 2008. Disponível em: <https://www-dimat.unipv.it/gnoli/gnoli2008b.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.
 13. GOKHALE, P.; DEOKATTEY, S.; BHANUMURTHY, K. Ontology development methods. *DESIDOC Journal of Library & Information Technology*, v. 31, n. 2, 2011. Disponível em: <https://http://dx.doi.org/10.14429/djlit.31.2.860>. Acesso em: 18 nov. 2017.
 14. HIDER, P. A Survey of the Coverage and Methodologies of Schemas and Vocabularies Used to Describe Information Resources. *Knowledge Organization*, v. 42, n. 3, p. 154-163, June 2015.
 15. HUVILA, I. Ecological framework of information interactions and information infrastructures. *Journal of Information Science*, v. 35, n. 6, p. 695-708, Dec. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0165551509336705>. Acesso em: 18 nov. 2017.
 16. JOHNSON, M. Transgender Subject Access: History and Current Practice, *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 48, n.8, p. 661-683, 2010. Disponível em: <https://10.1080/01639370903534398>. Acesso em: 18 nov. 2017.
 17. KWASNIK, B. H. Semantic Warrant: A Pivotal Concept for Our Field. *Knowledge Organization*, v. 37, n. 2, p. 106-110, Apr. 2010.
 18. LEE, J. M. E. Wyndham Hulme: A reconsideration. *The Variety of Librarianship: Essays in Honour of John Wallace Metcalfe*. Edited by W.B. Rayward. Sydney, Library Association of Australia, p. 101-113, 1976.
 19. LEE, W-C. Culture and Classification: An Introduction to Thinking about Ethical Issues of Adopting Global Classification Standards to Local Environments. *Knowledge Organization*, v. 42, n. 5, p. 302-307, 2015.
 20. MAI, J-E. Folksonomies and the New Order: Authority in the Digital Disorder. *Knowledge Organization*, v. 38, n. 2, p. 114-122, 2011. Disponível em: http://jenserikmai.info/Papers/2011_folksonomies.pdf. Acesso em: 18 nov. 2017.
 21. MARTÍNEZ-ÁVILA, D; BUDD, J. M. Epistemic warrant for categorizational activities and the development of controlled vocabularies. *Journal of Documentation*, Bradford, v. 73, n. 4, p. 700-715, Jul 2017. Disponível em: <https://10.1108/JD-10-2016-0129>. Acesso em: 18 nov. 2017.

22. MIKSA, F. The Legacy of the Library Catalogue for the Present. *Library Trends*, Baltimore, v. 61, n. 1, p. 7-34, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/lib.2012.0023>. Acesso em: 18 nov. 2017.
23. MILLS, J. Faceted classification and logical division in information retrieval. *Library Trends*, Baltimore, v. 52, n. 3, p. 541-570, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2142/1687>. Acesso em: 18 nov. 2017.
24. OLSON, H. A. The ubiquitous hierarchy: An army to overcome the threat of a mob. *Library Trends*, Baltimore, v. 52, n. 3, p. 604-616, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2142/1688>. Acesso em: 18 nov. 2017.
25. SANTINI, M. Zero, single, or multi? Genre of web pages through the users' perspective. *Information Processing & Management*, v. 44, n. 2, p. 702-737, Mar 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ipm.2007.05.011>. Acesso em: 18 nov. 2017.
26. SCHROEDER, C. D. Digital Warrant: Revised DDC 004-006 in a public library. *Library Resources and Technical Services*, v. 32, n. 4, p. 367-377, Oct. 1988.
27. SCHWING, T; McCUTCHEON, S; MAURER, M. B. Uniqueness Matters: Author-Supplied Keywords and LCSH in the Library Catalog. *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 50, n. 8, p. 903-928, 2012. Disponível em: <https://10.1080/01639374.2012.703164>. Acesso em: 18 nov. 2017.
28. SMIRAGLIA, R. P. Bibliocentrism, Cultural Warrant, and the Ethics of Resource Description: A Case Study. *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 47, n. 7, p. 671-686, Sept. 2009. Disponível em: <https://10.1080/01639370903112013>. Acesso em: 18 nov. 2017.
29. SMIRAGLIA, R. P. Empirical Methods for Knowledge Evolution across Knowledge Organization Systems. *Knowledge Organization*, v. 43, n. 5, p. 351-357, Sept. 2016.
30. SPITERI, L. F. Social discovery tools: extending the principle of user convenience. *Journal of Documentation*, Bradford, v. 68, n. 2, p. 206-217, Mar. 2012. Disponível em: <https://10.1108/00220411211209195>. Acesso em: 18 nov. 2017.
31. STRADER, C. R. Author-assigned keywords versus library of congress subject headings: Implications for the cataloging of electronic theses and dissertations. *Library Resources & Technical Services*, Chicago, v. 53, n. 4, p. 243-250, 2009. Disponível em: <https://journals.ala.org/index.php/lrts/article/view/5183/6292>. Acesso em: 18 nov. 2017.
32. TENNIS, J. T. Extending the Simple Knowledge Organization System for Concept Management in Vocabulary Development Applications. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 59, n. 1, p. 25-37, 2008. Disponível em: <https://10.1002/asi.20702>. Acesso em: 18 nov. 2017.
33. TENNIS, J. T. Three Creative Tensions in Document Interpretation Theory Set as Evidence of the Need for a Descriptive Informatics. *Knowledge Organization*, v. 36, n. 4, p. 190-199, Oct. 2009.
34. YEE, M. M. Two Genre and Form Lists for Moving Image and Broadcast Materials: a comparison. *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 31, n. 3/4, p. 237-295, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1300/J104v31n03_06. Acesso em: 18 nov. 2017.

Fonte: dados da pesquisa.

Como é possível verificar no Quadro 1, Claire Beghtol é a autora com mais artigos selecionados. Essa observação é necessária, pois, como veremos nas fichas terminológicas, Beghtol é citada por diversos outros autores selecionados. Em seguida, tem-se dois artigos de Smiraglia e dois de Tennis.

De acordo com o Quadro 2, o periódico *Knowledge Organization* concentra o maior número de artigos sobre o tema, seguida por *Journal of Documentation*, *Cataloging & Classification Quarterly* e *Library Trends*, conforme a distribuição abaixo.

Quadro 2 - Número de artigos por periódico.

Periódicos	Número de artigos
<i>Knowledge Organization</i>	8
<i>Journal of Documentation</i>	6
<i>Cataloging & Classification Quarterly</i>	5
<i>Library Trends</i>	4
<i>Library Resources & Technical Services</i>	3
<i>Journal of the American Society for Information Science and Technology</i>	2
<i>Journal of the American Society for Information Science</i>	1
<i>DESIDOC Journal of Library & Information Technology</i>	1
<i>Canadian Journal of Information & Library Sciences</i>	1
<i>Journal of Information Science</i>	1
<i>Information Processing & Management</i>	1
<i>Library Association of Australia*</i>	1

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 2 indica o número de artigos publicados por ano. O número de artigos em cada ano foi dividido em três categorias, de acordo com o lugar no documento onde o termo “*warrant*” é mencionado pela primeira vez: no título do documento, no resumo e/ou palavras-chave, ou no próprio texto. Desse modo, o documento que contém o termo “*warrant*” no seu título foi adicionado a esse grupo, ainda que o termo também seja utilizado em seu resumo e no próprio texto.

Tabela 2 - Número de artigos publicados por ano.

Número de artigos publicados por ano – Termo “*warrant*” em:

Ano	Total	Título	Resumo e/ou palavra-chave	Texto
1976	1		1	
1986	2	1		1
1988	1	1		
1995	1	1		
1998	1			1
2001	1			1
2002	1	1		
2004	2			2
2005	1		1	
2008	3		2	1
2009	4	1	1	2
2010	4	1	1	2
2011	2			2
2012	3		1	2
2013	1		1	
2015	2		1	1
2016	1		1	
2017	2	2		
2018	1		1	
Totais:	34	8	11	15

Fonte: dados da pesquisa.

A garantia indígena, garantia da política, e a garantia de gênero – literatura não foram recuperadas nas buscas¹⁴³.

¹⁴³ De acordo com as referências apresentadas no quadro de Barité (2017) – utilizado para a seleção dos termos de pesquisa, conforme mencionado – a garantia indígena é discutida em

Segue a análise dos artigos selecionados.

5.3 Análise dos artigos

Para a análise dos artigos, optou-se por seguir a sequência cronológica de publicação. Partiu-se do princípio de que os artigos selecionados formam, em conjunto, um “texto” para uma (dentre outras possíveis) interpretação do desenvolvimento da noção de garantia nesse período.

Primeiramente, os artigos selecionados foram processados para a confecção de documentos de apoio para a análise: uma lista de referências em ordem alfabética, uma lista de referências em ordem cronológica, e uma lista de referências contendo os resumos e palavras-chave dos artigos (separados pela primeira ocorrência do termo “*warrant*” no texto e por ordem cronológica). Os textos completos foram agrupados em um arquivo por ordem cronológica.

Em seguida, os artigos foram lidos para a localização dos termos selecionados. Foram destacadas todas as ocorrências de “*warrant*” nos textos e dos termos relacionados (“*literary warrant*”, “*cultural warrant*”, por exemplo). Foram destacadas também definições e descrições dos termos. Este conjunto formou um documento que, por sua vez, foi novamente filtrado para a seleção dos trechos mais significativos. Nessa versão, nem todos os elementos destacados foram mantidos. Por exemplo, foram eliminadas repetições, termos “soltos” (sem algum contexto ou referência no texto) e ocorrências nas palavras-chave e resumos. O critério para seleção foi relevância aos objetivos da pesquisa. Assim, de alguns artigos foram extraídos trechos bastante extensos, de outros, apenas fragmentos. Note-se que os próprios textos por vezes forneceram mais ou menos material, considerando-se que os textos têm objetivos diferentes, alguns se propõem a discutir as garantias em si (são mais conceituais), outros as utilizam para discutir determinado aspecto da organização do conhecimento e/ou aplicações das garantias.

uma tese de doutorado (Doyle, 2013), a garantia de política é discutida como “indexação baseada em política” na entrada de Hjørland para “Assunto (de documentos)” na enciclopédia online a ISKO, e a garantia de gênero – literatura é discutida no livro *Gender Theory in Information Studies* (Andersen, 2015).

Desse processo, constituiu-se o levantamento final que serviu de base para a análise dos artigos e para a elaboração das fichas terminológicas para a organização do glossário. Esse levantamento dos trechos relevantes para análise, em inglês no original, juntamente com os resumos e palavras-chave dos artigos, está no Apêndice A.

Segue a análise dos artigos, organizados cronologicamente, conforme mencionado. Os artigos estão identificados por autor, título e ano de publicação. Os números dos artigos remetem às referências completas, apresentadas anteriormente, e às informações complementares (Apêndice A). Foram incluídas informações breves sobre o conteúdo do texto e uma relação das garantias citadas, para contextualizar as análises. O foco da análise é a contribuição de cada artigo para elaboração, desenvolvimento e conceituação das diversas formas de garantias.

Artigo 18 – LEE, J. M. E. Wyndham Hulme: A reconsideration. 1976.

- ❖ Apresenta e discute a obra de Hulme, com destaque para *Principles of Book Classification* e as noções de garantia literária e cultural.
- ❖ Termos: garantia literária, garantia da informação, garantia cultural.

A análise destaca dois aspectos da noção de garantia literária tal como formulada por Hulme. O primeiro diz respeito ao fato de a garantia aplicar-se somente à literatura no formato de livros. Um novo conceito é proposto para abarcar outros tipos de documentos – a garantia informacional/da informação (*information warrant*) de Olding – uma *extensão* da garantia literária.

O segundo aspecto diz respeito à relação que a garantia literária estabelece com a cultura. É nesse texto que Lee cunha o termo garantia cultural (cf. 4.2), e afirma que a garantia literária, tal como proposta por Hulme, pode ser considerada uma *manifestação* da garantia cultural. Esta afirmação tem diversas implicações para ambas as noções, conforme apontado nos demais artigos.

Artigo 3 – BEGHTOL, C. Bibliographic Classification Theory and Text Linguistics: Aboutness Analysis, Intertextuality and the Cognitive Act of Classifying. 1986a.

- ❖ Discute a noção de tematicidade (“aboutness”) pelo trabalho de Van Dijk e suas implicações para a teoria da classificação bibliográfica.

❖ Termos: garantia literária, garantia cultural, garantia classificatória.

O texto elabora a noção de garantia cultural, conforme proposta por Lee. Beghtol argumenta que o próprio Hulme teria indicado a relação entre a classificação bibliográfica, a literatura que ela organiza e a cultura da qual fazem parte, argumento que a autora vê como um *desenvolvimento* do conceito de garantia literária. Beghtol também usa no texto o termo garantia classificatória, como uma forma para a classificação contribuir com elementos de relevância contextual que fazem parte do processo de leitura do usuário, mas não oferece maiores detalhes.

Artigo 6 – BEGHTOL, C. Semantic validity: Concepts of warrant in bibliographic classification systems. 1986b.

❖ Argumenta que o eixo semântico de sistemas de classificação bibliográfica pode ser encontrado nas várias garantias que justificam a utilidade de tais sistemas.

❖ Termos: garantia, garantia semântica, garantia literária, garantia científica/filosófica, garantia educacional, garantia cultural, garantia acadêmica, garantia institucional concreta, garantia da consulta.

O texto discute a garantia do sistema de classificação como um *princípio para* (autorizar, justificar, avaliar) um sistema de classificação bibliográfica. Argumenta que os *tipos* básicos de garantias semânticas (literária, científica/filosófica, educacional e cultural) não são mutuamente exclusivos, mas produzem a garantia semântica através de sua *interação*. Beghtol considera a garantia cultural um *conceito guarda-chuva* que explicaria (ao menos parcialmente) as modificações nos outros tipos de garantias.

Artigo 26 – SCHROEDER, C. D. Digital Warrant: Revised DDC 004-006 in a public library. 1988.

❖ Descreve a aplicação das tabelas “phoenix” para revisão de classes sobre computação em uma biblioteca pública de Boston com resultados positivos para os usuários.

❖ Termos: garantia digital.

A garantia digital é nomeada logo no título desse texto. Porém, essa é a única vez que o termo é mencionado. Seu sentido pode tentar ser

depreendido da leitura do texto, que relata a experiência de aplicação de uma revisão de classes relacionadas à tecnologia digital, mas não há maiores informações para propor uma conceituação.

Artigo 4 – BEGHTOL, C. Domain analysis, literary warrant, and consensus: the case of fiction studies. 1995.

❖ Discute pesquisa que utilizou os subcampos de descritores no formato bibliográfico MLA para quantificar a garantia literária no domínio de obras acadêmicas sobre ficção.

❖ Termos: garantia literária, consenso, garantia cultural, garantia do usuário, garantia lógica, garantia social.

Os conceitos de “garantia literária” e “consenso” são utilizados como referencial teórico da pesquisa de Beghtol. Beghtol apresenta uma definição aproximada da garantia literária, adaptada aos propósitos do projeto. Nesse sentido, o conceito teria certa *plasticidade*, ou *graus de especificidade*, podendo ser adaptado às necessidades metodológicas de cada pesquisa. Beghtol usa o termo “consenso” nesse texto como sinônimo de garantia científica e educacional de Bliss. Apresenta o consenso como a preocupação com o arranjo (a descrição das estruturas) para a organização dos tópicos, em contraste com a garantia literária, que enfatizaria a descrição de um conjunto de documentos. Como sua pesquisa está relacionada à academia enquanto instituição social e à visão de sistemas de classificação como instituições sociais, Beghtol *nomeia* a garantia social para indicar que tal aspecto deve ser considerado. Apresenta uma visão das garantias como *limites (constraints)* a serem aplicados às categorias.

Artigo 1 – ALBRECHTSEN, H., & JACOB, E. K. The dynamics of classification systems as boundary objects for cooperation in the electronic library. 1998.

❖ Discute a noção do esquema de classificação como um elemento transicional ou *boundary object*. A biblioteca deve participar ativamente da produção do conhecimento e a classificação deve evoluir em interação cooperativa.

❖ Termos: garantia do usuário, garantia terminológica, garantia literária.

Coloca o empiricismo como epistemologia prevalente na construção de tesouros baseados em garantia do usuário, terminológica ou literária,

especialmente quando o processo não está baseado em uma teoria do conhecimento.

Artigo 34 – YEE, M. M. Two Genre and Form Lists for Moving Image and Broadcast Materials: A Comparison. 2001.

- ❖ Comparação entre o *Moving Image Genre-Form Guide* e o Cabeçalho de Assuntos da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. Sugere melhorias para o acesso a gêneros no cabeçalho de assuntos e recomenda seu uso.
- ❖ Termos: garantia literária.

O texto apresenta uma visão da garantia literária como um *princípio* e um *método* para a escolha de termos em cabeçalhos de assunto.

Artigo 2 – BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. 2002.

- ❖ Analisa as dificuldades de criar sistemas de representação e organização do conhecimento baseados na ética, acessíveis globalmente e aceitáveis culturalmente.
- ❖ Termos: garantia ética, garantia cultural, garantia do usuário, garantia literária.

Associa os conceitos de garantia cultural e garantia do usuário para encaminhar seu argumento sobre os aspectos éticos na organização do conhecimento. A preocupação ética surge da necessidade de *incorporar* diferentes garantias culturais, promover *integração* e *negociar prioridades* entre elas. A perspectiva ética acrescenta uma dimensão de complexidade às garantias, revelando potenciais conflitos. Beghtol menciona nesse texto *garantias culturais baseadas em perspectivas* como forma de lidar com tais complexidades e conflitos.

Artigo 23 – MILLS, J. Faceted classification and logical division in information retrieval. 2004.

- ❖ Tem como objetivo demonstrar o papel da classificação na recuperação da informação e a construção de estruturas de classificação pela aplicação de divisão lógica para uma classificação facetada.
- ❖ Termos: garantia institucional, garantia literária.

O texto define a garantia institucional no contexto do *Broad System of Ordering* (1978). A garantia institucional é vista como uma forma mais restrita do que a garantia literária, aplicada somente ao conhecimento no contexto da instituição.

Artigo 24 – OLSON, H. A. *The ubiquitous hierarchy: An army to overcome the threat of a mob*. 2004.

❖ Explora as conexões entre Dewey e o hegelianismo e entre Cutter e os filósofos do *Common Sense* escocês. Traça a prática da hierarquia desses filósofos a Dewey e Cutter através da metáfora do exército e da multidão.

❖ Termos: garantia literária.

O texto apresenta exemplos de circunstâncias nas quais a hierarquia se sobrepõe ao princípio da garantia literária no cabeçalho de assuntos da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.

Artigo 5 – BEGHTOL, C. *Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use*. 2005.

❖ Descreve métodos éticos de tomada de decisão para criar, revisar e manter sistemas de organização e representação do conhecimento.

❖ Termos: garantia, garantia cultural, garantia ética, garantia do usuário, garantia moral.

O texto consolida a noção de hospitalidade cultural como forma de acomodação de garantias de diferentes culturas. Beghtol afirma que o conceito de hospitalidade cultural contribui para *operacionalizar* uma garantia moral fundamental para sistemas de representação e organização do conhecimento de utilidade global, mostrando uma preocupação com a aplicação do conceito.

Artigo 12 – GNOLI, C. *Ten Long-Term Research Questions in Knowledge Organization*. 2008.

❖ Propõe dez questões para serem discutidas numa perspectiva de longo prazo pela organização do conhecimento no século XXI.

❖ Termos: garantia de ponto de vista.

Uma das questões que Gnoli considera importantes e de longo prazo na organização da informação é: Como a garantia de *ponto de vista* pode ser

respeitada? A noção remete a Beghtol e à necessidade de se criar sistemas de classificação que incorporem múltiplas perspectivas. Estaria relacionada à noção de garantia cultural baseada em perspectivas (Beghtol, 2002)?

Artigo 25 – SANTINI, M. Zero, single, or multi? Genre of web pages through the users' perspective. 2008.

- ❖ Apresenta estudo sobre até que ponto a classificação de uma página na internet por um único gênero está de acordo com a perspectiva dos usuários.
- ❖ Termos: garantia do usuário.

Santini propõe a adaptação da garantia do usuário para incorporar a perspectiva do usuário à classificação de sua pesquisa. Para isso, recorre a definições de garantia de usuário de normas e diretrizes. A autora interpreta a falta de consenso entre os usuários como motivação para a criação de um sistema de classificação mais flexível.

Artigo 32 – TENNIS, J. T. Extending the Simple Knowledge Organization System for Concept Management in Vocabulary Development Applications. 2008.

- ❖ Descreve o desenvolvimento de uma extensão para sistema simples de organização do conhecimento para acomodar as necessidades de aplicações de desenvolvimento de vocabulário gerenciando esquemas de metadados.
- ❖ Termos: garantia literária, garantia do esquema, garantia do usuário.

Coloca a garantia literária, a garantia do esquema e a garantia do usuário como “textos” através dos quais conceitos são elaborados.

Artigo 15 – HUVILA, I. Ecological framework of information interactions and information infrastructures. 2009.

- ❖ Propõe um quadro para explicar a interação contextual de interações da informação e infraestruturas da informação e, mais especificamente a interface do trabalho com informação e sistemas de organização do conhecimento.
- ❖ Termos: garantia.

A noção de garantia é discutida de modo amplo como o critério intelectual da organização do conhecimento. Considera que os sistemas de organização do conhecimento precisam ser garantidos para existir. Tal necessidade gerou uma multiplicidade de garantias que podem ser

complementares ou divergentes. Remete ao conceito de hospitalidade cultural de Beghtol para a incorporação de diferenças *intra-garantias* e *inter-garantias*. Aponta para o fato de que os conceitos de garantia podem ser divergentes em si (sujeitos a modificações e adaptações contextuais) e também entre si.

Artigo 28 – SMIRAGLIA, R. P. Bibliocentrism, Cultural Warrant, and the Ethics of Resource Description: A Case Study. 2009.

❖ Tem como objetivo descobrir como padrões para descrição de recursos podem apresentar ameaças à ética da informação pelas perspectivas do bibliocentrismo, da teoria da atividade, da garantia cultural e do poder abusivo (*exploitative power*).

❖ Termos: garantia cultural, garantia ética.

Smiraglia destaca o contraste entre a garantia cultural, restrita ao ambiente dos usuários, e a garantia ética, na qual a hospitalidade cultural é adaptada para permitir a *interpolação* de diferentes ambientes culturais, uma base teórica fundamental para avaliação ética.

Artigo 31 – STRADER, C. R. Author-assigned keywords versus Library of Congress Subject Headings: Implications for the cataloging of electronic theses and dissertations. 2009.

❖ Examina a sobreposição de palavras-chave de autores e termos atribuídos por catalogadores no Cabeçalho de Assunto da Biblioteca do Congresso em teses e dissertações eletrônicas, concluindo que são complementares.

❖ Termos: garantia, garantia literária, garantia do usuário, garantia organizacional.

Descreve a garantia como um conceito *fundamental*.

Artigo 33 – TENNIS, J. T. Three Creative Tensions in Document Interpretation Theory Set as Evidence of the Need for a Descriptive Informatics. 2009.

❖ Descreve três tensões na literatura teórica da indexação: indexação por principais fontes de evidência, processos de indexação e posição filosófica dos pesquisadores sobre indexação.

❖ Termos: garantia literária.

Afirma que o conceito de *bibliografia estatística* é hoje conhecido como garantia literária. Em outro trecho, coloca a bibliografia estatística como as *fundações* da garantia literária e da *bibliometria*.

Artigo 9 – CAMPBELL, D. G. Tensions Between Language and Discourse in North American Knowledge Organization. 2010.

- ❖ Usa a distinção de Paul Ricoeur entre língua e discurso para definir uma agenda de pesquisa norte-americana em organização da informação.
- ❖ Termos: garantia, garantia do usuário.

A garantia como um dos *princípios universais* da prática de classificação.

Artigo 11 – FEINBERG, M. Two kinds of evidence: How information systems form rhetorical arguments. 2010.

- ❖ Examina como sistemas de organização da informação constroem argumentos retóricos para uma interpretação específica de seu assunto.
- ❖ Termos: garantia, garantia literária, garantia semântica.

Descreve a garantia semântica como uma *base* para incluir ou excluir conceitos de um sistema de organização do conhecimento. Recorre à filosofia e à argumentação para analisar a garantia seguindo o modelo de Toulmin.

Artigo 16 – JOHNSON, M. Transgender Subject Access: History and Current Practice. 2010.

- ❖ Avalia a representação de pessoas e experiências transgênero no cabeçalho de assuntos da Biblioteca do Congresso.
- ❖ Termos: garantia literária.

Apona para o conservadorismo do uso da garantia literária como *regra prática* para o desenvolvimento de cabeçalhos de assunto. Críticas à garantia literária têm sido relacionadas à existência de outros tipos de garantias como tentativas de lidar com as questões das quais a garantia literária não dá conta.

Artigo 17 – KWASNIK, B. H. Semantic Warrant: A Pivotal Concept for Our Field. 2010.

❖ Discute as garantias semânticas de Beghtol como ferramentas conceituais que podem ser utilizadas para compreender, analisar, avaliar e projetar sistemas de representação do conhecimento.

❖ Termos: garantia, garantia semântica.

Descreve a garantia como *conceito nuclear*. A garantia não é uma característica, mas uma *lente* ou uma *ferramenta* para avaliar a utilidade de um sistema de classificação. É uma *noção crucial*, e um modo de capturar o contexto, pois representa a relação entre a classificação e o mundo. Destaca a existência de garantias *misturadas, mal compreendidas, mal aplicadas* e em fase de *modificação*.

Artigo 13 – GOKHALE, P.; DEOKATTEY, S.; BHANUMURTHY, K. *Ontology development methods*. 2011.

❖ Descreve diferentes ferramentas e métodos para o desenvolvimento de ontologias, e sua relação com a inteligência artificial.

❖ Termos: garantia literária, garantia institucional, garantia cultural, garantia nacional.

O artigo afirma que a garantia literária, a garantia institucional, a garantia cultural, e a garantia nacional são pré-requisitos para a construção de ontologias. Não detalha o que seria uma garantia nacional.

Artigo 20 – MAI, J-E. *Folksonomies and the New Order: Authority in the Digital Disorder*. 2011.

❖ Explora a noção de autoridade e o papel dos profissionais num ambiente onde mais pessoas participam da organização e representação da informação e do conhecimento.

❖ Termos: garantia, garantia autopoietica.

O texto explora as noções de autoridade e confiabilidade num contexto digital e democrático. Nesse contexto, a garantia vem de uma interpretação construtiva de seus usuários, um acordo coletivo que transfere a autoridade do sistema dos profissionais para os usuários, o que requer uma *concepção alternativa de garantia*. Nessa concepção, a autoridade é criada vem de dentro do sistema, um fenômeno que Mai chama de garantia autopoietica, no

sentido de que o sistema mantém sua organização (e opera sua transformação) a partir da produção contínua dos seus componentes.

Artigo 22 – MIKSA, F. The Legacy of the Library Catalogue for the Present. 2012.

❖ Discute temas históricos relacionados ao catálogo de biblioteca moderno e levanta questões sobre mudanças no futuro próximo.

❖ Termos: garantia, garantia cultural.

A garantia cultural é mencionada no contexto do século XIX em uma conjectura a respeito da missão bibliotecas públicas em disseminar a educação. No contexto do século XX, a garantia cultural é parte de um questionamento sobre a distinção entre obras e livros como uma possível garantia cultural “geral” ou como uma vontade de um pequeno número de especialistas.

Article 27 – SCHWING, T; McCUTCHEON, S; MAURER, M. B. Uniqueness Matters: Author-Supplied Keywords and LCSH in the Library Catalog. 2012.

❖ Examina a sobreposição de palavras-chave de autores e termos atribuídos por catalogadores no cabeçalho de assunto da Biblioteca do Congresso, discutindo as noções de singularidade, combinação e complementaridade de Stradler.

❖ Termos: garantia literária, garantia do usuário, garantia científica, garantia educacional, garantia cultural.

O texto está diretamente relacionado ao artigo 31, Stradler (2009). Na mesma linha, discute as garantias literária, do usuário, científica e educacional e cultural enquanto *diretrizes* para a construção de cabeçalhos de assunto da biblioteca.

Artigo 30 – SPITERI, L. F. Social discovery tools: extending the principle of user convenience. 2012.

❖ Examina as dimensões éticas da criação de registros catalográficos. Sistemas sociais de descoberta podem contribuir para criar registros que reflitam a garantia cultural do usuário.

❖ Termos: garantia cultural, garantia do usuário.

O texto baseia-se nas noções das garantias tais como propostas por Beghtol (2002, 2005). Inclui o *princípio* da garantia do usuário na garantia cultural

e descreve a hospitalidade cultural como um *componente* importante da garantia cultural.

Artigo 10 – DESROCHERS, N. Bilingual Conundrums: A Study of the Use of Subject Headings Pertaining to Québec as a Distinct Society. 2013.

- ❖ Examina o espaço discursivo do sistema de catalogação bilíngue canadense em sua aplicação de cabeçalhos de assunto a documentos que discutem Québec como sociedade distinta.
- ❖ Termos: garantia literária, garantia histórica.

O resumo desse artigo apresenta o termo “garantia histórica”. Porém, o termo não é mencionado no texto, e um possível conceito de garantia histórica pode ser depreendido do termo em si (“justificativa para a ação” e “baseada em aspectos históricos”) e do levantamento histórico do uso do termo “sociedade distinta” no Canadá.

Artigo 14 – HIDER, P. A Survey of the Coverage and Methodologies of Schemas and Vocabularies Used to Describe Information Resources. 2015.

- ❖ Pesquisa sobre padrões de metadados com funções específicas (de esquemas e vocabulários) publicados online para qualquer domínio ou comunidade para indicar sub-representação de áreas.
- ❖ Termos: garantia, garantia semântica, garantia educacional e científica, garantia literária, garantia cultural, garantia do usuário, garantia do recurso, garantia do especialista.

Visão de garantia como uma lente para comparação de padrões de metadados, uma tipologia que pode ser aplicada facilmente e de modo consistente. O autor se refere às (quatro principais) garantias semânticas de Beghtol (1986) mas, para os propósitos de sua pesquisa, “adapta” as garantias. Concentra as garantias filosófica, científica e educacional sob “garantia do especialista” e usa o termo “garantia do recurso” para descrever uma garantia literária aplicada não somente a livros, mas também outros tipos de recursos.

Artigo 19 – LEE, W-C. Culture and Classification: An Introduction to Thinking about Ethical Issues of Adopting Global Classification Standards to Local Environments. 2015.

❖ Discute a necessidade ética de esclarecer o modo como cultura é definida na literatura e propõe uma definição de base de cultura para a pesquisa em organização do conhecimento.

❖ Termos: garantia, garantia semântica.

Coloca a importância das garantias semânticas de Beghtol (1986) para uma discussão do conceito de cultura na organização do conhecimento. Destaca a ideia de que as garantias carregam *valores intrínsecos*.

Artigo 29 – SMIRAGLIA, R. P. Empirical Methods for Knowledge Evolution across Knowledge Organization Systems. 2016.

❖ Apresenta exemplos de pesquisas para demonstrar o uso de abordagens empíricas para compreender a evolução do conhecimento através de sistemas de organização do conhecimento.

❖ Termos: garantia, garantia literária.

Um sistema de organização do conhecimento pode ser testado através de seus conceitos garantidos (garantia como avaliação). Descreve a garantia como a “justificação para o uso de um termo específico para representar um determinado conceito” (p. 351).

Artigo 8 – BULLARD, J. Warrant as a means to study classification system design. 2017.

❖ Examina o papel da garantia em classificações, sua coexistência e o uso de uma garantia secundária para resolver questões, sobretudo de natureza ética.

❖ Termos: garantia, garantia literária, garantia científica ou consenso, garantia do usuário, garantia ética, garantia autopoietica.

O texto é dedicado à análise das garantias. Destaca o fato de as garantias estarem sempre presentes em sistemas de organização do conhecimento, embora nem sempre sejam nomeadas. A autora discorre sobre diversas formas de garantias e suas premissas para discutir situações nas quais há divergências quanto aos objetivos da classificação. Bullard cita exemplos de situações nas quais uma *garantia primária* pode ser ampliada por uma *garantia secundária* ou situações nas quais uma garantia primária é substituída por uma garantia secundária.

Artigo 21 – MARTÍNEZ-ÁVILA, D; BUDD, J. M. Epistemic warrant for categorizational activities and the development of controlled vocabularies. 2017.

❖ Revisa o conceito de garantia na literatura e introduz o conceito de garantia epistêmica.

❖ Termos: garantia, garantia literária, garantia epistêmica, garantia terminológica, garantia científica/filosófica, garantia educacional, garantia cultural, garantia acadêmica, garantia institucional concreta, garantia da consulta, garantia do mercado, garantia estrutural, garantia fenomenológica, garantia autopoietica, garantia lógica, garantia de gênero, garantia organizacional, garantia institucional, garantia do usuário, garantia do uso, garantia ontológica, garantia epistemológica.

O texto faz uma revisão extensa dos diversos tipos de garantias e propõe a garantia epistêmica como uma combinação para garantias existentes. A garantia epistêmica deriva da argumentação e da teoria do conhecimento, uma visão (filosófica) da garantia como como razões lógicas para aceitação de premissas.

Artigo 7 – BISWAS, P. Rooted in the past: Use of “East Indians” in Library of Congress Subject Headings. 2018.

❖ Discute o uso do cabeçalho de assunto “East Indians” no cabeçalho de assunto da Biblioteca do Congresso como vestígio problemático do colonialismo e uma falha do princípio da garantia literária.

❖ Termos: garantia literária, garantia cultural.

Descreve o princípio da garantia literária como base de sistemas de classificação. Destaca a visão da garantia literária como uma *manifestação* da garantia cultural. A garantia cultural é entendida como uma garantia inclusiva (deve incorporar múltiplas realidades locais na organização do conhecimento para que seus sistemas sejam apropriados). Por extensão, a garantia literária deve seguir o mesmo princípio de inclusão, o que nem sempre ocorre, segundo a autora nos cabeçalhos de assunto da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.

Nas análises dos artigos, pode-se observar que o conceito de garantia e suas formas são frequentemente utilizados com diferentes sentidos e

diferentes objetivos. A garantia é descrita como: conceito (básico, fundamental, “guarda-chuva”), noção (crucial), princípio (universal), base, ideia, método, delimitação, lente, estrutura conceitual, ferramenta, diretriz, tipologia, abordagem. Suas formas podem ser/estar: complementares, opostas, divergentes, combinadas, agrupadas, extensões/manifestações (umas das outras). O glossário proposto a seguir tem como objetivo sistematizar algumas das questões encontradas em relação à conceituação do termo “garantia” e dos termos que descrevem suas formas.

5.4 Glossário

Nessa etapa da pesquisa, o *corpus* selecionado foi lido para a coleta de termos e definições. O trabalho foi realizado com fichas terminológicas com o objetivo de confeccionar um glossário. Os termos localizados e selecionados no *corpus* foram: garantia (*warrant*), garantia acadêmica (*academic warrant*), garantia autopoietica (*autopoietic warrant*), garantia científica e educacional (*scientific and educational warrant*), garantia científica e filosófica (*scientific and philosophical warrant*), consenso (*consensus - warrant*), garantia da consulta (*enquiry warrant*), garantia cultural (*cultural warrant*), garantia digital (*digital warrant*), garantia educacional (*educational warrant*), garantia epistêmica (*epistemic warrant*), garantia epistemológica (*epistemological warrant*), garantia do esquema (*scheme warrant*), garantia ética (*ethical warrant*), garantia do especialista (*expert warrant*), garantia fenomenológica (*phenomenological warrant*), garantia de gênero (*gender warrant*), garantia histórica (*historical warrant*), garantia da informação (*information warrant*), garantia institucional concreta (*concrete institutional warrant*), garantia institucional (*institutional warrant*), garantia literária (*literary warrant*), garantia lógica (*logical warrant*), garantia de mercado (*market warrant*), garantia moral (*moral warrant*), garantia nacional (*national warrant*), garantia ontológica (*ontological warrant*), garantia organizacional (*organizational warrant*), garantia do ponto de vista (*viewpoint warrant*), garantia do recurso (*resource warrant*), garantia semântica (*semantic warrant*), garantia social (*social warrant*), garantia terminológica (*terminological warrant*), garantia do uso (*use warrant*), garantia do usuário (*user warrant*) e

hospitalidade cultural (*cultural hospitality*). O termo “hospitalidade cultural”, embora não seja uma garantia em si, foi incluído por sua estreita relação com a garantia ética.

As fichas terminológicas de síntese (BARROS, 2004) foram estruturadas com o objetivo de coletar definições e características dos termos listados acima. Como os artigos selecionados estão em inglês, optou-se pela tradução dos termos e dos trechos selecionados para coleta. Assim, as fichas comportam os termos em português e em inglês¹⁴⁴. O número que precede a indicação da fonte remete às referências bibliográficas completas, e é o mesmo utilizado na análise dos artigos e no apêndice.

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia		
	<i>warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“Um desses fundamentos semânticos para um sistema de classificação pode ser identificado no conceito de garantia na qual o sistema é baseado.”	6. Beghtol (1986b, p. 110)	possui fundamento semântico
	“[...] a garantia de um sistema pode ser concebida como a autoridade que o classificacionista invoca primeiramente para justificar e subsequentemente para verificar decisões sobre quais classes/ conceitos incluir no sistema, em qual ordem classes/ conceitos são divididos, até onde a	6. Beghtol (1986b, p. 110)	a autoridade que o classificacionista invoca primeiramente para justificar e subsequentemente para verificar decisões

¹⁴⁴ As dificuldades desse processo foram apresentadas e discutidas ao longo do referencial teórico da tese, pois têm fortes implicações no campo da linguagem e da terminologia. Porém, esse não foi o objetivo principal desta pesquisa. Para análises sobre esses problemas de tematicidade e tradução ver os estudos de Guedes (2009), e Teixeira e Almeida (2017): GUEDES, Emanuel Guedson Ferreira. *O conceito de aboutness na Organização e Representação do Conhecimento*. 2009. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Marília, SP, 2009. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/guedes_egf_me_mar.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2017. TEIXEIRA, Joice Rodrigues; ALMEIDA, Maurício Barcellos. Revisita a noção de *aboutness*: uma investigação teórica para aplicação em ontologias. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18, 2017, Marília, SP. *Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Marília, SP: ENANCIB/UNESP, 2017. Disponível em: <<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/view/459>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

subdivisão deve ir, quanta síntese está disponível e onde, se as ordens de citação são estáticas ou variáveis e questões similares.”		
“A garantia inclui pressuposições e decisões sobre que tipos e que unidades de análise são apropriados para representar e para carregar o significado ou uso de uma classe para o classificador, que deve interpretar ambos o documento e o sistema de classificação para classificar o documento pelos recursos sintáticos disponíveis.”	6. Beghtol (1986b, P. 110)	pressuposições e decisões sobre que tipos e que unidades de análise são apropriados para representar
“A estreita correlação entre significado e função ou uso que é implícita no conceito de garantia pode ser justificado filosoficamente pelos argumentos de Wittgenstein de que linguagem não tem significado a priori, mas adquire significado somente através do uso.”	6. Beghtol (1986b, p. 111)	correlação entre significado e função ou uso que é implícita no conceito de garantia
“Uma classificação bibliográfica deve expressar relações de assunto significativas para usuários dos documentos que são classificados por um sistema específico, e a significação fundamental e utilidade do sistema derivam inicialmente de sua garantia.”	6. Beghtol (1986b, p. 111)	relações de assunto significativas para usuários
“O sistema de organização do conhecimento precisa ser garantido para existir.”	15. Huvila (2009, p. 699)	necessidade do sistema de organização do conhecimento
“Apesar de alguma crítica, o conceito de ‘garantia’ foi adotado amplamente como um conceito praticável para denotar o critério intelectual da OC.”	15. Huvila (2009, p. 699)	denota o critério intelectual da organização do conhecimento
“Garantia é um conceito fundacional que forma a base da apresentação e buscabilidade de termos em sistemas como catálogos de biblioteca e bases de dados.”	31. Strader (2009, p. 239)	conceito fundacional que forma a base da apresentação e buscabilidade de termos

	<p>“Além disso, eles [os participantes da Conferência da ISKO North America - Syracuse, 2009] demonstraram profunda percepção de que toda prática, seja global ou local, deriva não somente de conhecimento contextual, mas de princípios universais tais como hierarquia, sinonímia, garantia, estrutura sindética e classificação facetada.”</p>	9. Campbell (2010, p. 51)	toda prática deriva de conhecimento contextual e princípios universais tais como garantia
	<p>“A garantia define as fontes potenciais e o fundamento pelo qual um classificacionista determina o conteúdo da classificação.”</p>	11. Feinberg (2010, p. 492)	define as fontes potenciais e o fundamento
	<p>“No modelo de Toulmin, uma alegação é a conclusão do argumento, os fundamentos são a evidência, e a garantia representa o método pelo qual os fundamentos podem ser conectados à alegação. A estrutura primária do argumento envolve o movimento da evidência (fundamentos) para a alegação (ponto final ou conclusão) baseado no raciocínio fornecido pela garantia.”</p>	11. Feinberg (2010, p. 497)	a garantia representa o método pelo qual os fundamentos podem ser conectados à alegação (filosofia)
	<p>“Beghtol identifica quatro perspectivas para garantia. Eu uso propositalmente o termo perspectivas em vez de tipos já que essa não é uma lista mutuamente exclusiva e, de fato, os diferentes aspectos da garantia podem com frequência ser interpretados como expansões umas das outras.”</p>	17. Kwasnik (2010, p. 107)	garantias como perspectivas
	<p>“O que eu tiro do argumento de Beghtol é que a garantia não é uma característica de uma classificação como, digamos, as classes são, mas sim age como uma lente através da qual podemos avaliar até que ponto uma classificação tem sentido e utilidade para os propósitos para os quais foi criada.”</p>	17. Kwasnik (2010, p. 107)	uma lente através da qual podemos avaliar até que ponto uma classificação tem sentido e utilidade para os propósitos para os quais foi criada

	<p>“Desse modo a garantia, como conceito, adquire relevância como uma noção crucial, aberta para muitas interpretações e aplicações, mas rica na sua habilidade de capturar qualidades essenciais.”</p>	<p>17. Kwasnik (2010, p. 107)</p>	<p>noção crucial, aberta para muitas interpretações e aplicações</p>
	<p>“A garantia é um modo de capturar o contexto porque representa a relação da classificação com o mundo.”</p>	<p>17. Kwasnik (2010, p. 109)</p>	<p>um modo de capturar o contexto</p>
	<p>“Como DNA ou datação por carbono, a garantia pode servir como ferramenta para avaliar sistematicamente como a classificação corresponde ao seu mandato.”</p>	<p>17. Kwasnik (2010, p. 109)</p>	<p>ferramenta para avaliar sistematicamente</p>
	<p>“[Em uma abordagem democrática] a autoridade e a confiabilidade do sistema vêm do acordo coletivo entre os usuários sobre os melhores termos para representar um determinado objeto e, como tal, a garantia do sistema é a interpretação que os usuários fazem do objeto. Isso não somente transfere a autoridade do sistema dos profissionais para os usuários, mas também introduz uma concepção alternativa de garantia.”</p>	<p>20. Mai (2011, p. 117-118)</p>	<p>a garantia do sistema é a interpretação que os usuários fazem do objeto</p>
	<p>“A garantia, como definida, justifica as pressuposições e decisões feitas por classificacionistas.”</p>	<p>19. Lee (2015, p. 302)</p>	<p>justifica as pressuposições e decisões feitas por classificacionistas</p>
	<p>“A garantia é a justificativa para usar um termo específico para representar um determinado conceito.”</p>	<p>29. Smiraglia (2016, p. 351)</p>	<p>a justificativa para usar um termo específico para representar um determinado conceito</p>
	<p>“Em vez disso, classificacionistas expressam sua lealdade a determinadas teorias da classificação através de apelos à garantia - o corpo de evidência e terminologia considerado como autoridade no projeto (design) de um sistema de classificação (Beghtol, 1986).”</p>	<p>8. Bullard (2017, p. 76)</p>	<p>o corpo de evidência e terminologia considerado como autoridade</p>
	<p>“A garantia é um elemento de todo projeto (design) de classificação,</p>	<p>8. Bullard (2017, p. 76)</p>	<p>independentemente de ser nomeado como tal e independentemente da</p>

	independentemente de ser nomeado como tal e independentemente da base tecnológica específica do sistema.”		base tecnológica específica
	“A garantia é ao mesmo tempo um aspecto quotidiano e mundano do projeto (design) de classificação e um aspecto que necessariamente gera profundas discussões sobre o propósito dos sistemas e das alegações dos classificacionistas de ‘verdade’ ou objetividade, conectando a prática diária a preocupações teóricas duradouras na pesquisa em classificação.”	8. Bullard (2017, p. 76)	conectando a prática diária a preocupações teóricas duradouras na pesquisa em classificação
	“Hoje, garantias podem também ser consideradas componentes metodológicos do desenvolvimento de classificação e outros sistemas de organização do conhecimento (como evidenciado pela inclusão do conceito nas diretrizes da NISO para a construção de vocabulários controlados.”	21. Martínez-Ávila e Budd (2017, p. 708)	componentes metodológicos do desenvolvimento de classificação e outros sistemas de organização do conhecimento
Proposta de definição:	justificação das pressuposições e decisões em sistemas de representação e organização do conhecimento.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia acadêmica		
	<i>academic warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“Embora Osborn [1976, p. 4] não dê uma fonte para essa informação, a Biblioteca do Congresso pode então ter sido ao menos parcialmente baseada em uma garantia acadêmica.”	6. Beghtol (1986b, p. 117).	provavelmente sinônimo de garantia educacional, conforme 21. Martínez-Ávila e Budd (2017, p. 703).
Proposta de definição	VER garantia educacional		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia autopoietica		
	<i>autopoietic warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“Eu proponho chamar esse fenômeno de garantia autopoietica. Aqui usuários do	20. Mai (2011, p. 119)	usuários do sistema estabelecem de maneira auto-referencial os termos

	sistema estabelecem de maneira auto-referencial os termos e classes a serem incluídos no sistema e a autoridade do sistema surge do seu uso.”		e classes a serem incluídos no sistema.
	“Em folksonomias, usuários individuais podem usar uma variedade de formas de garantia em seu processo de tomada de decisão; uma ‘garantia autopoietica’ surge na qual a autoridade deriva da agregação de escolhas de usuários.”	8. Bullard (2017, p. 81).	autoridade deriva da agregação de escolhas de usuários
Proposta de definição	forma de garantia na qual usuários do sistema estabelecem de maneira auto-referencial os termos e classes a serem incluídos no sistema. Sua autoridade deriva da agregação de escolhas de usuários.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia científica e educacional		
	<i>scientific and educational warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
garantia científica e educacional	“Para Bliss a concordância geral de cientistas e educadores sobre uma ordenação do conhecimento que fosse notavelmente favorável ao estudo sistemático, ao estudo acadêmico e à pesquisa constituía a única garantia aceitável para um sistema de classificação, e ele baseou sua própria Classificação Bibliográfica (CB) nessa premissa, enquanto também permitindo ordens alternativas em circunstâncias especiais.”	6. Beghtol (1986b, p. 114).	concordância geral de cientistas e educadores sobre uma ordenação do conhecimento; favorável ao estudo sistemático, ao estudo acadêmico e à pesquisa; premissa
consenso	“Bliss (1939) usou o termo ‘consenso’ para as visões de que cientistas (concebidos em sentido amplo para incluir humanistas) e educadores compartilham sobre as estruturas de suas disciplinas. Bliss afirmou que o consenso deveria embasar sistemas de classificação bibliográfica [...]”	4. Beghtol (1995, p. 31)	deveria embasar sistemas de classificação bibliográfica
consenso	“Consenso, portanto, está relacionado a como os tópicos em uma garantia literária específica são arranjados, e a expressão do consenso em uma linguagem de documentação dependeria de técnicas e conceitos sintáticos e estruturais.”	4. Beghtol (1995, p. 32)	

consenso	“[...] e o consenso enfatiza a descrição de estruturas necessárias para organizar os tópicos do mesmo conjunto de documentos apropriadamente.”	4. Beghtol (1995, p. 32)	
Proposta de definição:	garantia baseada na premissa de que o consenso entre cientistas e educadores sobre a organização do conhecimento é favorável à pesquisa e ao ensino, e deve embasar sistemas de classificação bibliográfica.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia científica e filosófica		
	<i>scientific and philosophical warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“A dependência de Bliss do conceito do pensamento científico/filosófico como a garantia semântica para sistemas de classificação bibliográfica, embora extensamente desenvolvido em ‘The Organization of Knowledge’ e ‘The Organization of Knowledge in Libraries’, nunca se alterou fundamentalmente de opiniões que ele expressou muito antes.”	6. Beghtol (1986b, p. 115)	conceito do pensamento científico/filosófico como a garantia semântica para sistemas de classificação bibliográfica
Proposta de definição:	justificativa para escolha de termos e classes baseada no pensamento científico e filosófico como garantia semântica para um sistema de classificação bibliográfica.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	(garantia do) consenso		
	<i>consensus</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“Bliss (1939) usou o termo "consenso" para as visões de que cientistas (concebidos em sentido amplo para incluir humanistas) e educadores compartilham sobre as estruturas de suas disciplinas. Bliss afirmou que o consenso deveria embasar sistemas de classificação bibliográfica [...]”	4. Beghtol (1995, p. 31)	deveria embasar sistemas de classificação bibliográfica
	“Consenso, portanto, está relacionado a como os tópicos em uma garantia literária específica são arranjados, e a expressão do consenso em uma linguagem de documentação dependeria de técnicas e conceitos sintáticos e estruturais.”	4. Beghtol (1995, p. 32)	

	"[...] e o consenso enfatiza a descrição de estruturas necessárias para organizar os tópicos do mesmo conjunto de documentos apropriadamente."	4. Beghtol (1995, P. 32)	
Proposta de definição:	VER garantia científica e educacional		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia da consulta		
	<i>enquiry warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	"As mudanças do CRG nas diversas garantias surgem como reações aos pedidos de usuários em bibliotecas e serviços de informação por sistemas de recuperação da informação mais precisamente delineados e racionalmente justificáveis. Pode-se especular que respostas diretas a requisições de usuários podem resultar em aumento na investigação teórica do conceito de garantia da consulta que foi discutida na ducentésima quinquagésima reunião do CRG em dezembro de 1984."	6. Beghtol (1986b, p. 121)	reações aos pedidos de usuários por sistemas de recuperação da informação mais precisamente delineados e racionalmente justificáveis; respostas diretas a requisições de usuários
	"A garantia da consulta pode ser identificada como o fundamento semântico por trás da criação de sistemas [...]"	6. Beghtol (1986b, p. 121)	fundamento semântico
Proposta de definição:	fundamento semântico que visa atender aos pedidos de usuários para o desenvolvimento de sistemas de recuperação da informação precisamente delineados e racionalmente justificáveis.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia cultural		
	<i>cultural warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	"[...] a herança cultural e bibliográfica de um sistema de classificação - sua garantia cultural [...]"	3. Beghtol (1986a, p. 98)	herança cultural de um sistema de classificação
	"No caso de classificação de documentos, esses elementos (cognitivo, social, comunicativo) de relevância contextual seriam contribuídos pela garantia cultural e classificatória do sistema de classificação e pela biblioteca específica para a qual a classificação é feita."	3. Beghtol (1986a, p. 104)	contribui com elementos de relevância contextual

	<p>“Lee vê o conceito de garantia cultural de Austin como uma manifestação estendida da garantia literária de Hulme porque um sistema de classificação de biblioteca estabelecido na literatura existente vai necessariamente refletir as tendências e preocupações intelectuais da sociedade na qual a literatura é publicada.”</p>	<p>6. Beghtol (1986b, p. 119)</p>	<p>sistema de classificação reflete as tendências e preocupações intelectuais da sociedade na qual a literatura é publicada</p>
	<p>“Garantia cultural é um conceito ‘guarda-chuva’ que abrange e pelo menos parcialmente explica as mudanças de desenvolvimento nos tipos de garantia semântica que foram delineados aqui.”</p>	<p>6. Beghtol (1986b, p. 121)</p>	<p>conceito abrangente que explica mudanças nas demais garantias semânticas</p>
	<p>“Na literatura da organização e representação do conhecimento, a suposição de que indivíduos em diferentes culturas precisam de diferentes tipos de (e caminhos para a) informação tem sido chamada de ‘garantia cultural’.”</p>	<p>2. Beghtol (2002, p. 511)</p>	<p>suposição de que indivíduos em diferentes culturas precisam de diferentes tipos de (e caminhos para a) informação</p>
	<p>“A garantia cultural significa que qualquer tipo de sistema de representação e/ou organização do conhecimento pode ser maximamente apropriado e útil para os indivíduos em uma cultura somente se for baseado nos pressupostos, valores e predisposições daquela mesma cultura.”</p>	<p>2. Beghtol (2002, p. 511)</p>	<p>apropriado e útil para os indivíduos em uma cultura; baseado nos pressupostos, valores e predisposições daquela mesma cultura</p>
	<p>“Nesse artigo, para reconhecer a complexidade das relações entre indivíduos e culturas, o termo ‘garantia cultural’ é entendido como incluindo o conceito de ‘garantia de usuário’.</p>	<p>2. Beghtol (2002, p. 511)</p>	<p>inclui a garantia de usuário</p>
	<p>“A inclusão da garantia do usuário na garantia cultural é justificada pela suposição de que indivíduos são considerados membros de determinada(s) cultura(s), como discutido acima, e que eles agem como representantes de uma ou outra cultura quando participam no desenvolvimento</p>	<p>2. Beghtol (2002, p. 511)</p>	<p>representantes de uma ou outra cultura quando participam no desenvolvimento e uso de sistemas de informação</p>

	e uso de sistemas de informação.”		
	“A garantia cultural significa que as culturas pessoais e profissionais de usuários de informação e trabalhadores da informação garantem o estabelecimento de campos, termos, categorias ou classes apropriadas em um sistema de representação e organização do conhecimento.”	5. Beghtol (2005, p. 904)	as culturas pessoais e profissionais de usuários de informação e trabalhadores da informação garantem o estabelecimento de campos, termos, categorias ou classes apropriadas
	“Assim, a garantia cultural fornece o fundamento e a autoridade para decisões sobre quais conceitos e quais relações entre eles são apropriados para um determinado sistema.”	5. Beghtol (2005, p. 904)	fornece o fundamento e a autoridade para decisões sobre quais conceitos e quais relações entre eles são apropriados para um sistema
	“Essa garantia [cultural] tradicionalmente surge das necessidades de informação presumidas de potenciais usuários do sistema.”	5. Beghtol (2005, p. 904)	necessidades de informação presumidas de potenciais usuários
	“Além disso, a garantia cultural significa que um determinado sistema de organização e representação do conhecimento é mais útil para algumas pessoas do que para outras porque cada sistema é predicado nos pressupostos de uma comunidade discursiva, domínio do conhecimento ou cultura específicos, grandes ou pequenos.”	5. Beghtol (2005, p. 904-905)	mais útil para algumas pessoas do que para outras
	“Ela [Beghtol] contrasta garantia cultural - o meio pessoal e profissional de usuários de informação - com garantia ética - na qual o conceito de hospitalidade cultural é adaptado para permitir interpolações de diferentes culturas e meios.”	28. Smiraglia (2009, p. 674-675)	o meio pessoal e profissional de usuários de informação
	“Foi comentado aqui que uma ênfase na abordagem do item completo para acesso teve ao menos alguma garantia cultural no século XIX, uma garantia que estava relacionada a como o movimento da biblioteca pública percebia sua missão de ajudar as pessoas a praticarem	22. Miksa (2012, p. 27)	missão de ajudar as pessoas a praticarem auto-desenvolvimento e auto-educação

	auto-desenvolvimento e auto-educação.”		
	“Em sua discussão dos imperativos éticos para organização e representação do conhecimento, Beghtol (2002, 2005) se refere ao conceito de garantia cultural, o qual sugere que qualquer sistema de organização e representação do conhecimento deve refletir as pressuposições, valores, e predisposições da(s) cultura(s) em que existe.”	30. Spiteri (2012, p. 209)	deve refletir as pressuposições, valores, e predisposições da(s) cultura(s) em que existe
	“Incluído em garantia cultural está o princípio da garantia do usuário, da onde indivíduos são considerados membros de certa(s) cultura(s) e representam aquela(s) cultura(s) quando participam no desenvolvimento e uso de sistemas de organização do conhecimento.”	30. Spiteri (2012, p. 209)	indivíduos são considerados membros de certa(s) cultura(s) e representam aquela(s) cultura(s)
Proposta de definição:	garantia que fornece o fundamento e a autoridade para decisões sobre quais conceitos e quais relações entre eles são apropriados para um sistema a partir da suposição de que indivíduos em diferentes culturas precisam de diferentes tipos de (e caminhos para a) informação. Inclui a garantia de usuário.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia educacional		
	<i>educational warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“Embora Osborn [1976, p. 4] não dê uma fonte para essa informação, a Biblioteca do Congresso pode então ter sido ao menos parcialmente baseada em uma garantia acadêmica.”	6. Beghtol (1986b, p. 117)	sinônimo de garantia educacional
	“Para Bliss, então, parte da garantia semântica conclusiva de uma classificação de biblioteca se apoiava na sua conformidade com as necessidades práticas de instituições educacionais e essa utilidade prática tornava a biblioteca relativamente permanente ao responder ao melhor pensamento consensual das comunidades científica e educacional.”	6. Beghtol (1986b, p. 117)	garantia semântica apoiada na conformidade com necessidades práticas de instituições educacionais

Proposta de definição:	garantia semântica apoiada no pensamento consensual das comunidades científica e educacional para atender às necessidades práticas de instituições educacionais.
-------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia epistêmica		
	<i>epistemic warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“A garantia epistêmica pode ser usada para avaliar o conteúdo de uma obra; e portanto, pode ser um complemento para garantias, como a garantia literária, no desenvolvimento de vocabulários controlados.”	21. Martínez-Ávila e Budd (2017, p 700)	usada para determinar o conteúdo de uma obra; pode ser um complemento para garantias
	“Para sermos mais específicos, propomos a garantia epistêmica como uma sólida combinação para garantias existentes, tais como a garantia literária, para desenvolver vocabulários controlados e mecanismos de classificação.”	21. Martínez-Ávila e Budd (2017, p 702)	uma combinação de garantias existentes para desenvolver vocabulários controlados e mecanismos de classificação
	“O que segue é uma proposta que declara que a garantia epistêmica é um meio que pode auxiliar usuários de informação a localizar conteúdo que corresponda proximamente ao propósito desejado das buscas.”	21. Martínez-Ávila e Budd (2017, p 708)	meio que pode auxiliar usuários de informação a localizar conteúdo que corresponda proximamente ao propósito desejado das buscas
	“A garantia epistêmica tem um pedigree substancial em vários sentidos, incluindo argumentação e a teoria do conhecimento. Stephen Toulmin (1958) desenvolveu um esquema para atribuir garantia em argumentação.”	21. Martínez-Ávila e Budd (2017, p. 708)	garantia em argumentação (filosofia)
	“Como tal, a garantia epistêmica - como tematicidade - é uma descrição de um enunciado e suas alegações epistêmicas, não necessariamente do mundo como é.”	21. Martínez-Ávila e Budd (2017, p. 710)	é uma descrição de um enunciado e suas alegações epistêmicas
Proposta de definição:	garantia utilizada para determinar o conteúdo de uma obra em combinação com outras garantias para auxiliar usuários de informação a localizar conteúdo que corresponda às suas necessidades.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia epistemológica		
	<i>epistemological warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“Hope Olson (224, p. 3-4) traçou uma distinção entre garantias ontológicas e	21. Martínez-Ávila e	distinção entre garantias ontológicas e garantias epistemológicas

	garantias epistemológicas para classificações bibliográficas, apoiando-se na identificação por Francis Bacon de lacunas no conhecimento humano.”	Budd (2017, p. 708)	
	“[...] enquanto a garantia epistemológica seria uma escolha melhor para formular uma classificação que possa contribuir para a descoberta do conhecimento.”	21. Martínez-Ávila e Budd (2017, p. 708)	formular uma classificação que possa contribuir para a descoberta do conhecimento
Proposta de definição:	justifica a definição de termos e classes com o objetivo e contribuir para a descoberta do conhecimento.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia do especialista		
	<i>expert warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“Para os propósitos dessa pesquisa, os conceitos de garantia filosófica, científica e educacional foram condensados pelo superordenado ‘garantia do experto’.”	14. Hider (2015, p. 156)	garantia filosófica, científica e educacional
Proposta de definição:	garantia que condensa os conceitos de garantia filosófica, científica e educacional.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia do esquema		
	<i>scheme warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“Apesar de nossos sistemas de indexação pedirem para apresentarmos documentos sobre um determinado assunto, Wilson postulou que nossa tarefa é sempre incompleta e indefinida. Ele afirmou que nossa tarefa é justificável somente porque nós fornecemos um sentido de posição - relativa a outras declarações do assunto. Aqui, ele invocou um tipo de garantia - a garantia do esquema. Nós sabemos onde alguma coisa está em relação a onde ela não está.”	32. Tennis (2008, p. 30-31)	sabemos onde alguma coisa está em relação a onde ela não está
Proposta de definição:	garantia baseada na noção de que, no esquema de classificação, sabe-se onde alguma coisa está em relação a onde ela não está.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia ética
---------------	----------------

<i>ethical warrant</i>		
Contexto/Definição	Fonte	Características
“Nós buscamos, então, combinar algumas das grandes considerações éticas dos dois campos [globalização cultural e sistemas de organização e representação do conhecimento] para criar o que pode ser chamado de uma fundação multiética que constituiria uma garantia ética para sistemas de representação e organização do conhecimento globalizados.”	2. Beghtol (2002, p. 513)	uma fundação multiética que constituiria uma garantia ética
“Hospitalidade cultural que permite escolha individual e comunitária então parece fornecer um termo útil e uma base conceitual produtiva para o quadro teórico de uma garantia ética para sistemas e teorias de representação e organização do conhecimento.”	2. Beghtol (2002, p. 518)	Hospitalidade cultural [...] uma base conceitual
“A garantia ética abrangente de um sistema de informação que foi sugerida é baseada em dois princípios da DUDH e GIJ [<i>global information justice</i>] que especificam os direitos de acesso, comunicação e informação dos indivíduos e os os direitos de acesso, comunicação e informação de comunidades.”	2. Beghtol (2002, p. 523)	baseada em dois princípios da DUDH e GIJ [<i>global information justice</i>]
“Aderência a uma garantia ética articulada através do conceito de hospitalidade cultural requer que se evitem representações tendenciosas ao prover acesso à informação e encorajar sua disseminação por e para indivíduos e comunidades baseadas em quaisquer pressupostos, pontos de vista, ou característica de qualquer cultura.”	2. Beghtol (2002, p. 523)	requer que se evitem representações tendenciosas ao prover acesso à informação e encorajar sua disseminação por e para indivíduos e comunidades baseadas em quaisquer pressupostos, pontos de vista, ou característica de qualquer cultura
“Ela [Beghtol] contrasta garantia cultural - o meio pessoal e profissional de usuários de informação - com garantia ética - na qual o conceito de hospitalidade cultural é adaptado para	28. Smiraglia (2009, p. 674-675)	o conceito de hospitalidade cultural é adaptado para permitir interpolações de diferentes culturas e meios

	permitir interpolações de diferentes culturas e meios.”		
	“A virada em direção ao reconhecimento da subjetividade da elaboração da classificação e dos impactos dos sistemas em usuários e coleções estimulou a urgência de se considerar uma garantia ética, a noção de que a justificação final para decisões de terminologia e estrutura devem ser eticamente sólidas. Considerar a garantia ética como um componente (<i>input</i>) do sistema significa questionar o viés e o impacto de todos os outros componentes [...]”	8. Bullard (2017, p. 81)	a noção de que a justificação final para decisões de terminologia e estrutura devem ser eticamente sólidas
	“A garantia ética é menos um material para a elaboração da classificação do que uma posição sobre a responsabilidade do classificacionista em aplicar qualquer tipo de garantia.”	8. Bullard (2017, p. 81)	uma posição sobre a responsabilidade do classificacionista em aplicar qualquer tipo de garantia
Proposta de definição:	a noção de que a justificação para decisões sobre terminologia e estrutura devem ter uma fundamentação multiética quer requer que sejam evitadas representações tendenciosas em sistemas de informação. É uma posição sobre a responsabilidade do classificacionista ao aplicar qualquer tipo de garantia.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia histórica		
	<i>historical warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“Dado o fato de que os termos ‘distinct society’ e ‘société distincte’ não são apresentados em vocabulários, outros termos usados para tentar representar a tematicidade de documentos pertencentes a esse assunto foi estudada. Uma revisão histórica e cultural do conceito de ‘distinct society’ (sociedade distinta) foi conduzido pela consulta a documentos históricos, acadêmicos e políticos sobre a história do Canada como nação e Québec, percebido como uma ‘nação sem estado’ (Fricker, 2005, p. 169), coletados pesquisas por título e palavra-	10. Desrochers (2013, p. 4)	revisão histórica e cultural do conceito

	chave por 'distinct society' e 'société distincte'.		
Proposta de definição:	justificativa para a seleção de termos baseada na revisão histórica e cultural do conceito.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia da informação		
	<i>information warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	"[...] deve prover para o estabelecimento de classes "informação sobre" ou "entradas de catálogo para informação sobre" quaisquer assuntos sobre os quais temos informação <i>que desejamos indicar</i> ."	18. Lee (1976, p. 110)	prover para o estabelecimento de classes "informação sobre" ou "entradas de catálogo para informação sobre"
	"Esta visão implica que o catalogador não precisa ficar restrito, como Hulme acreditava que ele deveria, a livros como unidades de análise, mas que a garantia da informação pode ser aplicada à análise de assunto para qualquer tipo de material e mesmo seções de livros, contanto que a literatura - e a necessidade de sua indicação no catálogo - realmente existam."	18. Lee (1976, p. 110)	garantia da informação pode ser aplicada à análise de assunto para qualquer tipo de material e mesmo seções de livros
Proposta de definição:	garantia baseada na noção de que a análise de assunto pode ser aplicada a qualquer tipo de material ou a partes do material.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia institucional concreta		
	<i>concrete institutional warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	"Coates, entretanto, trabalhando para o UNISIST, baseou recentemente um esquema geral no que ele chama de 'garantia institucional concreta'."	6. Beghtol (1986b, p. 118)	baseou recentemente um esquema geral
	"Segundo Coates, a garantia institucional concreta produz classes que são na maior parte baseadas em disciplinas, mas também outras, baseadas em	6. Beghtol (1986b, p. 118-119)	produz classes que são na maior parte baseadas em disciplinas, mas também outras, baseadas em

	fenômeno ou em missão, que podem acomodar instituições orientadas para um certo fenômeno ou guiadas por uma certa missão.”		fenômeno ou em missão
Proposta de definição:	justifica a escolha de classes no sistema baseadas em fenômeno ou missão de instituições.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia institucional		
	<i>institutional warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“O <i>Broad System of Ordering</i> (1978), ou <i>BSO</i> como é geralmente chamado, foi inicialmente projetado como uma linguagem de troca - ou seja, um intermediário através do qual classificações poderiam traduzir-se umas nas outras. Sua falta de detalhe provém do fato de que foi inicialmente baseado em uma garantia institucional - ou seja, de assuntos mostrando fundamentação em organizações institucionais em vez da mais ampla garantia literária de coleções de bibliotecas.”	23. Mills (2004, p. 549)	assuntos mostrando fundamentação em organizações institucionais
Proposta de definição:	justificação para a escolha de termos a partir de assuntos baseados em organizações institucionais.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia literária		
	<i>literary warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“Nesse contexto, a ‘garantia literária’ de Hulme pode ser percebida como uma manifestação da ‘garantia cultural’.”	18. Lee (1976, p. 110)	manifestação da garantia cultural
	“Numa série de palestras proferidas na Universidade de Cambridge, Hulme aconselhou historiadores a estudar classificação bibliográfica como indicadores culturais porque, ele argumentou, análises estatísticas da garantia literária expressa através do sistema de classificação iluminariam o pensamento e	3. Beghtol (1986a, p. 98)	análises estatísticas da garantia literária iluminariam o pensamento e a estrutura da sociedade para a qual o sistema foi elaborado

	<p>a estrutura da sociedade para a qual aquele sistema em particular havia sido especialmente elaborado. Esse argumento pode ser visto como um desenvolvimento do conceito de garantia literária de Hulme.”</p>		
	<p>“Um cabeçalho de classe está garantido somente quando uma literatura em forma de livro demonstrou existir, e o teste da validade de um cabeçalho é o grau de precisão com o qual ele descreve a área do assunto comum à classe.”</p>	<p>6. Beghtol (1986b, p. 112)</p>	<p>cabeçalho de classe está garantido somente quando uma literatura em forma de livro demonstrou existir</p>
	<p>“Bury, por exemplo, afirma que não há outra escolha a não ser basear esquemas de classificação no modo como assuntos aparecem em documentos e comenta que a garantia literária é em geral entendida como ‘basear um esquema de classificação no acervo efetivo de uma biblioteca, e a BC é citada como assim baseada’.”</p>	<p>6. Beghtol (1986b, p. 112)</p>	<p>basear esquemas de classificação no modo como assuntos aparecem em documentos</p>
	<p>“Langridge chama a garantia literária de uma ‘checagem prática’ necessária da multiplicidade de distinções teóricas que potencialmente existem entre assuntos e diferencia essa visão da garantia literária de Hulme.”</p>	<p>6. Beghtol (1986b, p. 112)</p>	<p>“checagem prática” da multiplicidade de distinções teóricas que potencialmente existem entre assuntos</p>
	<p>“Embora a visão de Hulme sobre garantia literária como básica para um sistema de classificação fosse bastante abrangente, sua ideia de classificação de assunto estava confinada à literatura publicada em formato de livro.”</p>	<p>6. Beghtol (1986b, p. 112)</p>	<p>classificação de assunto estava confinada à literatura publicada em formato de livro</p>
	<p>“Para os propósitos desse projeto, garantia literária pode ser geralmente caracterizada como os tópicos em torno dos quais uma literatura se estabeleceu.”</p>	<p>4. Beghtol (1995, p. 31)</p>	<p>tópicos em torno dos quais uma literatura se estabeleceu</p>
	<p>“A expressão da garantia literária em uma linguagem</p>	<p>4. Beghtol (1995, p. 32)</p>	<p>expressão da garantia literária depende de</p>

	de documentação dependeria primariamente de técnicas e conceitos semânticos e verbais.”		técnicas e conceitos semânticos e verbais
	“Assim, no nível mais geral, a garantia literária enfatiza a descrição do conteúdo de um conjunto de documentos [...]”	4. Beghtol (1995, p. 32)	ênfatisa a descrição do conteúdo de um conjunto de documentos
	“Como Fraser (1978) sugeriu, a ‘garantia literária’, a ‘garantia de usuário’, e a ‘garantia lógica’ podem ser vistas como restrições nas categorias que devem ser estabelecidas em um sistema de acesso a assunto [...]”	4. Beghtol (1995, p. 41)	restrição aplicada às categorias
	“E, porque a manutenção e desenvolvimento desses esquemas de classificação foi frequentemente baseado na garantia literária, refletindo apenas os assuntos representados em grandes coleções nacionais, eles podem ser interpretados como impondo uma visão implicitamente empiricista do conhecimento.”	1. Albrechtsen e Jacob (1998, p. 7)	reflete apenas os assuntos representados em grandes coleções nacionais; visão empiricista do conhecimento
	“O princípio da garantia literária se refere à prática de derivar a linguagem de um cabeçalho de assunto da literatura que ele está sendo usado para indexar.”	34. Yee (2001, p. 24)	prática de derivar a linguagem de um cabeçalho de assunto da literatura que indexa
	“A teoria que é o princípio da garantia literária fornece um método pelo qual o termo comumente conhecido por usuários de biblioteca para um conceito específico pode ser escolhido para o cabeçalho de assuntos usado nos catálogos para obras sobre aquele conceito.”	34. Yee (2001, p. 24)	método pelo qual o termo comumente conhecido por usuários pode ser escolhido
	“O que é interessante sobre essa regra é que o cabeçalho de assuntos da Biblioteca do Congresso opera na base da garantia literária, que requer que um cabeçalho de assunto seja estabelecido ‘para um tópico que represente um conceito distinto e identificável quando ele é primeiramente	24. Olson (2004, p. 614)	criação de um cabeçalho de assunto para um conceito distinto e identificável quando ele é primeiramente encontrado numa obra sendo catalogada

	encontrado numa obra sendo catalogada (...).“		
	“Uma prática dentre várias embasa interpretação válida no documento [...] e está relacionada ao conceito de bibliografia estatística de Hulme, que é hoje comumente entendido como garantia literária (Hulme, 1923; Svenonius, 2001). Nessa prática, conceitos podem ser reconhecidos do texto em mãos.”	33. Tennis (2009, p. 192)	conceito de bibliografia estatística de Hulme, que é hoje comumente entendido como garantia literária
	“O [método] <i>Objective Way</i> conta referências de itens selecionados do documento (Wilson, 1968, p. 83-86) e é reminiscente da bibliografia estatística de Hulme (Hulme 1923), as fundações da garantia literária e da bibliometria (Pritchard, 1969). O item que tem maior contagem indica sobre o que é o documento.”	33. Tennis (2009, p. 194)	bibliografia estatística de Hulme (Hulme 1923), as fundações da garantia literária e da bibliometria
	“Um conceito chave na formulação de cabeçalhos de assunto da Biblioteca do Congresso (e de fato de muitos conjuntos de termos descritivos) é a garantia literária.”	16. Johnson (2010, p. 662)	conceito chave na formulação de cabeçalhos de assunto da BC
	“O uso da garantia literária como método prático para o desenvolvimento de cabeçalhos de assunto da Biblioteca do Congresso é marcado por seu conservadorismo.”	16. Johnson (2010, p. 662)	uso como método prático para o desenvolvimento de cabeçalhos de assunto
	“Se uma ontologia tem de ser desenvolvida, o primeiro pré-requisito deveria ser que ela deve ser baseada no conceito de garantia literária, o que quer dizer que somente conhecimento do domínio seria utilizado para desenvolver uma ontologia.”	13. Gokhale, Deokattey e Bhanumurthy (2011, p. 81)	somente conhecimento do domínio seria utilizado para desenvolver uma ontologia

	<p>“Para mostrar o efeito da garantia literária nos cabeçalhos de assunto da Biblioteca do Congresso, considere que garantia literária, de acordo com Hjørland significa que o indexador ou classificador tem de fornecer base adequada para incluir um termo em um vocabulário controlado.”</p>	<p>27. Schwing, Mccutcheon e Maurer (2012, p. 915)</p>	<p>fornecer base adequada para incluir um termo em um vocabulário controlado</p>
	<p>“A premissa básica da garantia literária é que as decisões da classificação são derivadas da área acadêmica que está sendo organizada.”</p>	<p>8. Bullard (2017, p. 78)</p>	<p>premissa básica; decisões da classificação são derivadas da área acadêmica organizada</p>
	<p>“Os exemplos de Hulme deixam claro que ele pretendeu a garantia literária para determinar não somente a terminologia de um sistema, mas sua lógica de organização incluindo seu nível de especificidade.”</p>	<p>8. Bullard (2017, p. 78)</p>	<p>determinar não somente a terminologia de um sistema, mas sua lógica de organização</p>
	<p>“Hoje, a definição de garantia literária da ANSI/NISO Z39.19-2005 (mais preocupada com ‘palavras e frases’ do que com ideias) parece estar na linha ‘terminológica’ do CRG também.”</p>	<p>21. Martínez-Ávila e Budd (2017, p. 703)</p>	<p>garantia literária na linha terminológica (ANSI/NISO)</p>
	<p>“De modo prescritivo, a ANSI/NISO Z39.19-2005 define a garantia literária nessa veia como a ‘Justificação para a representação de um conceito em uma linguagem de indexação ou para a seleção de um termo preferencial por causa de sua ocorrência frequente na literatura’.”</p>	<p>21. Martínez-Ávila e Budd (2017 p. 703)</p>	<p>"Justificação para a representação de um conceito em uma linguagem de indexação ou para a seleção de um termo preferencial por causa de sua ocorrência frequente na literatura".</p>
	<p>“Como destacado por Elaine Svenonious, a garantia literária é operacionalizada em termos de número de ocorrências, ou seja, termos são considerados para a inclusão em vocabulários controlados baseados no número de ocorrências na literatura existente. Garantia</p>	<p>7. Biswas (2018, p. 7)</p>	<p>operacionalizada em termos de número de ocorrências na literatura existente; ligada ao princípio do usuário</p>

	literária nesse sentido é diretamente ligada à teoria do princípio do usuário.”		
	“A garantia literária de Hulme tem sido percebida como uma manifestação da ‘garantia cultural’ no sentido de que os cabeçalhos de assunto baseados nesse princípio refletem valores culturais representados na literatura de uma cultura.”	7. Biswas (2018, p. 7)	manifestação da "garantia cultural" no sentido de que os cabeçalhos de assunto baseados nesse princípio refletem valores culturais
Proposta de definição:	justificação para a seleção de um termo ou classe em sistema de classificação baseada em sua ocorrência frequente na literatura. Determina a terminologia do sistema e sua lógica de organização.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia lógica		
	<i>logical warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“Como Fraser (1978) sugeriu, a ‘garantia literária’, a ‘garantia de usuário’, e a ‘garantia lógica’ podem ser vistas como restrições às categorias que devem ser estabelecidas em um sistema de acesso a assunto [...]”	4. Beghtol (1995, p. 41)	restrição aplicada às categorias a serem estabelecidas
Proposta de definição:	uma restrição (lógica) que deve ser aplicada às categorias a serem estabelecidas.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia de mercado		
	<i>market warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“Em relação ao BISAC, Martínez-Ávila propôs o conceito de ‘Garantia de Mercado’ (Martínez-Ávila, 2012, 2016 et al. 2013; Martínez-Ávila e Kipp, 2014). De acordo com Martínez-Ávila (2016), ‘garantia de mercado’ seria a ‘justificação para a inclusão de termos em um vocabulário controlado baseados nas atividades de publicação e demanda do mercado’ (p. 658).”	21. Martínez-Ávila e Budd (2017, p. 706)	justificação para a inclusão de termos em um vocabulário controlado baseados nas atividades de publicação e demanda do mercado (p. 658)
Proposta de definição:	a "justificação para a inclusão de termos em um vocabulário controlado baseados nas atividades de publicação e demanda do mercado".		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia moral		
	<i>moral warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“Desse modo, o conceito de hospitalidade cultural ajuda a operacionalizar uma garantia moral fundamental para sistemas de representação e organização do conhecimento globalmente úteis.”	5. Beghtol (2005, p. 905)	hospitalidade cultural ajuda a operacionalizar uma garantia moral
	“Além disso, essa base de nível mais alto para análise ética pode ser considerada uma base moral, como discutido acima (Tolman, 2003, p. 39)”	5. Beghtol (2005, p. 905)	base de nível mais alto para análise ética pode ser considerada uma base moral
Proposta de definição:	embasamento moral para a seleção de termos e classes em um sistema de classificação.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia ontológica		
	<i>ontological warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“Hope Olson (224, p. 3-4) traçou uma distinção entre garantias ontológicas e garantias epistêmicas para classificações bibliográficas, apoiando-se na identificação por Francis Bacon de lacunas no conhecimento humano.”	21. Martínez-Ávila e Budd (2017, p. 708)	distinção entre garantias ontológicas e garantias epistemológicas
	“Olson conclui que uma garantia ontológica tem como objetivo refletir estados de ser em vez de alcançar conhecimento [...]”	21. Martínez-Ávila e Budd (2017, p. 708)	tem como objetivo refletir estados de ser em vez de alcançar conhecimento
Proposta de definição:	descreve garantias que têm como objetivo refletir estados de existência em vez de produzir conhecimento.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia organizacional		
	<i>organizational warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“Quanto à garantia organizacional listada pela ANSI/NISO Z39.19-2005, ela é definida como a ‘Justificação para a representação de um conceito em uma linguagem de indexação ou para a seleção de um termo preferencial por causa de características e contexto da organização’.”	21. Martínez-Ávila e Budd (2017, p. 706)	"Justificação para a representação de um conceito em uma linguagem de indexação ou para a seleção de um termo preferencial por causa de características e contexto da organização."

Proposta de definição:	Justificação para a representação de um conceito em uma linguagem de indexação ou para a seleção de um termo preferencial por causa de características e contexto da organização. (ANSI/NISO Z39.19-2005)
-------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia do ponto de vista		
	<i>viewpoint warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“Para lidar com tais problemas, Beghtol (1998b) propôs a noção de garantia do ponto de vista, que ‘teria presumivelmente a vantagem de fornecer hospitalidade infinita para adicionar qualquer ponto de vista - cultural, multidisciplinar ou subdisciplinar - que possam surgir no futuro’ para ser capaz de apoiar múltiplas perspectivas em uma estrutura flexível.”	12. Gnoli (2008, p. 141-142)	fornecer hospitalidade infinita para adicionar qualquer ponto de vista; apoiar múltiplas perspectivas em uma estrutura flexível
Proposta de definição:	garantia que tem como objetivo fornecer hospitalidade infinita para adicionar pontos de vista em uma estrutura flexível.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia do recurso		
	<i>resource warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“Embora focada no conteúdo textual originalmente, a garantia literária poderia ser, como eventualmente foi aplicada em uma grande variedade de recursos informacionais; eu uso o termo garantia do recurso para representar a aplicação mais ampla.”	14. Hider (2015, p. 156)	aplicada em uma grande variedade de recursos informacionais; termo garantia do recurso para representar a aplicação mais ampla
Proposta de definição:	garantia que amplia o alcance da garantia literária para todo tipo de recurso informacional.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia semântica		
	<i>semantic warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“A garantia semântica de um sistema então fornece a principal autorização para supor que uma classe ou conceito ou recurso de notação será útil para classificadores e em última instância para usuários do documento.”	6. Beghtol (1986b, p. 111)	fornece a principal autorização para supor que uma classe ou conceito ou recurso de notação será útil para classificadores e usuários

	“Uma garantia semântica inevitavelmente governa as técnicas e recursos sintáticos, do mesmo modo que na linguagem natural o sentido pretendido de uma sentença deve ser entendido antes que uma sintaxe apropriada possa ser escolhida.”	6. Beghtol (1986b, p. 122)	garantia semântica governa as técnicas e recursos sintáticos
	“A base pela qual um classificacionista inclui ou exclui conceitos de um esquema organizacional, ou a garantia semântica, também envolve uma forma de evidência [...]”	11. Feinberg (2010, p. 492)	A base pela qual um classificacionista inclui ou exclui conceitos de um esquema organizacional, ou a garantia semântica
	“Beghtol identifica (1986) quatro tipos de garantias semânticas para sistemas de classificação, ou seja, bases nas quais esquemas de classificação bibliográfica poderiam ser construídos: literária, filosófica/científica, educacional e cultural.”	14. Hider (2015, p. 156)	quatro tipos de garantias semânticas
	“A cultura foi listada como uma das quatro garantias semânticas de teorias e sistemas de classificação por Beghtol (1986).”	19. Lee (2015, p. 302)	A cultura foi listada como uma das quatro garantias semânticas
Proposta de definição:	fornece a principal autorização para selecionar conceitos de um esquema organizacional.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia social		
	<i>social warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“Do mesmo modo, de Grolier (1982) destacou que sistemas de classificação podem eles mesmos ser vistos como artefatos culturais que refletem preocupações sociais. Além disso, por extensão, sistemas de acesso ao assunto estabelecidos em geral podem ser vistos como instituições sociais que ao mesmo tempo refletem e formam visões da estrutura da busca intelectual.”	4. Beghtol (1995, p. 33)	sistemas de classificação podem eles mesmos ser vistos como artefatos culturais que refletem preocupações sociais; sistemas de acesso ao assunto como instituições sociais
	“No caso da MLA Bibliography, aspectos da garantia cultural ou social dos estudos de literatura, incluindo ficção, presumivelmente seriam	4. Beghtol (1995, p. 33)	aspectos da garantia cultural ou social dos estudos de literatura

	evidentes pela análise dos tópicos que constituem a garantia literária do domínio.”		
Proposta de definição:	baseada na noção de que os sistemas de classificação são artefatos culturais que refletem preocupações sociais.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia terminológica		
	<i>terminological warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“O CGR, entretanto, refinou a ideia original de Hulme de ‘literária’ para o que poderia ser chamado de ‘garantia terminológica’. Ou seja, em vez de basear sistemas em assuntos de livros, os membros do Grupo basearam sistemas na terminologia do campo do assunto.”	6. Beghtol (1986b, p. 113)	refinou a ideia original de Hulme de "literária"; sistemas baseados na terminologia do campo do assunto
Proposta de definição:	justificativa para seleção de termos e classes baseada na terminologia do campo do assunto.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia do uso		
	<i>use warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“Um conceito similar a ‘garantia do usuário’ é a ‘garantia de uso’ proposta por Svenonius (2000) e também listada em Mai (2011), que considera o vocabulário daqueles que buscam por literatura e não somente o vocabulário daqueles que criam a literatura como na garantia literária. A garantia de uso deriva dos princípios de Charles Cutter da conveniência do público e da pesquisa empírica sobre os termos comuns que são usados por usuários (uso comum). “	21. Martínez-Ávila e Budd (2017, p. 706)	considera o vocabulário daqueles que buscam por literatura; deriva dos princípios de Charles Cutter da conveniência do público e da pesquisa empírica sobre os termos comuns que são usados por usuários (uso comum)
Proposta de definição:	garantia que considera o vocabulário dos usuários. É derivada dos princípios da conveniência do público de Cutter e do uso comum determinado por pesquisas.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia do usuário		
	<i>user warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características

<p>“Como Fraser (1978) sugeriu, a ‘garantia literária’, a ‘garantia do usuário’, e a ‘garantia lógica’ podem ser vistas como restrições às categorias que devem ser estabelecidas em um sistema de acesso a assunto [...]”</p>	<p>4. Beghtol (1995, p. 41)</p>	<p>restrições às categorias</p>
<p>“A inclusão da garantia do usuário na garantia cultural é justificada pela pressuposição de que indivíduos são considerados membros de determinada(s) cultura(s), como discutido acima, e que eles agem como representantes de uma ou outra cultura quando participam no desenvolvimento e uso de sistemas de informação.”</p>	<p>2. Beghtol (2002, p. 511)</p>	<p>inclusão da garantia do usuário na garantia cultural</p>
<p>“De acordo com a norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (NISO, 2005): ‘A garantia do usuário é geralmente refletida pelo uso dos termos em pedidos de informação sobre o conceito ou por buscas pelo termo por usuários de um sistema de armazenamento e recuperação da informação’.”</p>	<p>25. Santini (2008, p. 706)</p>	<p>uso dos termos em pedidos de informação sobre o conceito ou por buscas pelo termo por usuários</p>
<p>"A garantia do usuário se refere à justificativa para selecionar termos baseados em palavras ou frases usadas por usuários de recursos de informação para recuperação da informação ou gestão da informação. Evidência de tal uso pode ser derivada de históricos de máquinas de busca ou entrevistas. A garantia do usuário assegura que a linguagem do vocabulário combine com a linguagem da comunidade de usuários"</p>	<p>25. Santini (2008, p. 706)</p>	<p>selecionar termos baseados em palavras ou frases usadas por usuários; derivada de históricos de máquinas de busca ou entrevistas; linguagem do vocabulário combine com a linguagem da comunidade de usuários</p>
<p>“Enquanto a garantia do usuário parte do pressuposto de que o sistema de classificação deve servir seus usuários - que o sistema ideal é aquele que é compatível com os modelos mentais do usuário (López-Huertas, 1997)</p>	<p>8. Bullard (2017, p. 87)</p>	<p>o sistema de classificação deve servir seus usuários; o sistema ideal é aquele que é compatível com os modelos mentais do usuário; a terminologia do sistema deve se</p>

	e que a terminologia do sistema deve se adaptar à linguagem do usuário (Bates, 1986).”		adaptar à linguagem do usuário
	“Quanto ao conceito de ‘Garantia do Usuário’, Beghtol se refere à definição de Patterson et al. (2000): ‘a colaboração de potenciais usuários, direta ou indiretamente, no desenvolvimento e uso de qualquer sistema de gestão de conhecimento, incluindo sistemas de representação e organização do conhecimento’.”	21. Martínez-Ávila e Budd (2017, p 705)	a colaboração de potenciais usuários no desenvolvimento e uso de sistemas de representação e organização do conhecimento
	“Quanto à definição prescritiva de ‘garantia do usuário’ da ANSI/NISO Z39.19-2005, essa é a “Justificação para a representação de um conceito em uma linguagem de indexação ou para a seleção de um termo preferencial por causa de pedidos frequentes de informação sobre o conceito ou pesquisas por texto livre sobre o termo por usuários de um sistema de armazenamento e recuperação da informação’.”	21. Martínez-Ávila e Budd (2017, p 705)	"Justificação para a representação de um conceito em uma linguagem de indexação ou para a seleção de um termo preferencial por causa de pedidos frequentes de informação sobre o conceito ou pesquisas por texto livre sobre o termo por usuários de um sistema de armazenamento e recuperação da informação"
Proposta de definição:	justificativa para selecionar termos baseados nas buscas dos usuários e em sua colaboração com o sistema de representação, sendo compatível com seus modelos mentais e linguagem.		

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	hospitalidade cultural		
	<i>cultural hospitality</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“O conceito de "hospitalidade cultural", que pode agir como um quadro teórico para a garantia ética de sistemas de representação e organização do conhecimento [...]”	2. Beghtol (2002, p. 507)	um quadro teórico para a garantia ética
	“Uma hospitalidade cultural que permita escolha individual e comunitária então parece fornecer um termo útil e uma base conceitual produtiva para o quadro teórico de uma garantia ética para sistemas e teorias de	2. Beghtol (2002, p. 518)	base conceitual produtiva para o quadro teórico de uma garantia ética

	representação e organização do conhecimento.”		
	“Ao contrário, a intenção do conceito de hospitalidade cultural como uma garantia ética é respeitar indivíduos e culturas em um nível que permita que um debate informado sobre questões éticas entre aqueles indivíduos e culturas ocorra.	2. Beghtol (2002, p. 519)	a intenção [...] é respeitar indivíduos e culturas em um nível que permita que um debate informado sobre questões éticas
	“Hospitalidade cultural significa que um sistema de representação e organização do conhecimento pode acomodar idealmente as várias garantias de diferentes culturas e refletir apropriadamente as pressuposições de qualquer indivíduo, grupo ou comunidade.”	2. Beghtol (2005, p. 905)	acomodar as várias garantias de diferentes culturas e refletir apropriadamente as pressuposições de qualquer indivíduo, grupo ou comunidade
Proposta de definição:	base conceitual de um quadro teórico da garantia ética que permite acomodar as várias garantias de diferentes culturas e refletir apropriadamente as pressuposições de qualquer indivíduo, grupo ou comunidade. Sua intenção é respeitar indivíduos e culturas em um nível que permita que um debate informado sobre questões éticas.		

Outras garantias mencionadas nos artigos

Ficha Terminológica de Síntese.

Termo:	garantia digital		
	<i>digital warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
	“Garantia Digital: CDD 004-006 revisada em uma biblioteca pública. Esse artigo descreve a aplicação da Classificação Decimal de Dewey ‘phoenix’ para processamento de dados, ciência da computação, e engenharia da computação (004-006) para um conjunto de materiais classificados de acordo com tabelas mais antigas [...] As tabelas revisadas foram fáceis de aprender e aplicar mesmo por usuários iniciantes [...]”	26. Schroeder (1988)	atualização da classificação em área de tecnologia
Proposta de definição:	Não há elementos suficientes para uma definição.		
Termo:	garantia de gênero – identidade		
	<i>gender warrant</i>		

	Contexto/ Definição	Fonte	Características
	"[...] garantia de gênero (Olson e Ward, 1998, Olson, 2003, 2007, citado por Barité, 2011) [...]"	21 Martínez-Ávila e Budd (2017)	
Proposta de definição:	Não há elementos suficientes para uma definição.		
Termo:	garantia fenomenológica		
	<i>phenomenological warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Característica
	"[...] garantia fenomenológica (Ward, 2000) [...]"	21. Martínez-Ávila e Budd (2017)	
		15. Huvila (2009, p. 699)	ref. (WARD, 2000) - M. Ward, Phenomenological warrant: The case for working from the user's viewpoint, <i>Managing Information</i> , 7(9) (2000) 68–71.
Proposta de definição:	Não há elementos suficientes para uma definição.		
Termo:	garantia nacional		
	<i>national warrant</i>		
	Contexto/Definição	Fonte	Características
		13. Gokhale, Deokathey e Bhanumurthy, (2011, p. 82)	
Proposta de definição:	Não há elementos suficientes para uma definição.		

Depois da coleta das definições e da confecção das fichas terminológicas, ficou evidente a existência de muitos termos relacionados ao termo "garantia". Essas formas de garantia constituem diversas aplicações do conceito de garantia, algumas já consolidadas, como garantia cultural (*cultural warrant*), outras pouco conhecidas, como garantia nacional (*national warrant*) e garantia digital (*digital warrant*). Não foi possível encontrar elementos para uma definição para esses dois últimos casos. O mesmo foi verificado em outras

situações, como no caso da garantia fenomenológica, citada em um dos artigos selecionados, mas não definida.

Pode-se verificar que os conceitos de garantia, garantia literária, garantia cultural, e garantia ética apresentaram o maior número de características. Também o conceito de garantia científica e educacional, se considerado em conjunto com seus desdobramentos (garantia científica e filosófica, garantia acadêmica/garantia educacional) apresentou diversas características. Nesse caso, observa-se que a garantia científica e educacional (mais abrangente) contém características que outros autores (e.g. Beghtol, 1986b) optaram por desdobrar em dois outros conceitos, garantia científica e filosófica e garantia educacional.

No que diz respeito à conceituação do termo “garantia” em si, o grande número de características indica que, nos artigos selecionados, o conceito é aberto e sujeito a várias interpretações. Desse modo, para o glossário, optou-se por uma definição baseada no significado literal do termo (justificativa para uma ação/crença), conforme suas múltiplas utilizações na organização do conhecimento.

O glossário apresentado a seguir tem como objetivo sistematizar os conceitos identificados nos artigos selecionados. As definições propostas devem ser entendidas no contexto da literatura selecionada para a pesquisa, uma vez que a análise dos artigos indica a existência de literatura a respeito das garantias (livros ou anais de eventos, por exemplo) que não fizeram parte do *corpus* dessa pesquisa. Além disso, as análises realizadas também parecem indicar que a multiplicidade de características e de definições são, em si, uma característica desses conceitos, ainda fluidos e abertos. Nesse sentido, as fichas terminológicas e o glossário podem ser vistos como suplementares.

Glossário

garantia (*warrant*)

1. justificção das pressuposições e decisões em sistemas de representação e organização do conhecimento.

garantia acadêmica (*academic warrant*)

1. VER garantia educacional

garantia autopoietica (*autopoietic warrant*)

1. forma de garantia na qual usuários do sistema estabelecem de maneira auto-referencial os termos e classes a serem incluídos no sistema. Sua autoridade deriva da agregação de escolhas de usuários.

garantia científica e educacional (*scientific and educational warrant*)

1. garantia baseada na premissa de que o consenso entre cientistas e educadores sobre a organização do conhecimento é favorável à pesquisa e ao ensino, e deve embasar sistemas de classificação bibliográfica.

garantia científica e filosófica (*scientific and philosophical warrant*)

1. justificativa para escolha de termos e classes baseada no pensamento científico e filosófico como garantia semântica para um sistema de classificação bibliográfica.

(garantia do) consenso (*consensus*)

1. VER garantia científica e educacional

garantia da consulta (*enquiry warrant*)

1. fundamento semântico que visa atender aos pedidos de usuários para o desenvolvimento de sistemas de recuperação da informação precisamente delineados e racionalmente justificáveis.

garantia cultural (*cultural warrant*)

1. garantia que fornece o fundamento e a autoridade para decisões sobre quais conceitos e quais relações entre eles são apropriados para um sistema a partir da suposição de que indivíduos em diferentes culturas precisam de diferentes tipos de (e caminhos para a) informação. Engloba a garantia do usuário.

garantia digital (*digital warrant*)

1. Não há elementos suficientes para uma definição.

garantia educacional (*educational warrant*)

1. garantia semântica apoiada no pensamento consensual das comunidades científica e educacional para atender às necessidades práticas de instituições educacionais.

garantia epistêmica (*epistemic warrant*)

1. garantia utilizada para determinar o conteúdo de uma obra em combinação com outras garantias para auxiliar usuários de informação a localizar conteúdo que corresponda às suas necessidades.

garantia epistemológica (*epistemological warrant*)

1. justifica a definição de termos e classes com o objetivo e contribuir para a descoberta do conhecimento.

garantia do esquema (*scheme warrant*)

1. garantia baseada na noção de que, no esquema de classificação, sabe-se onde alguma coisa está em relação a onde ela não está.

garantia ética (*ethical warrant*)

1. a noção de que a justificação para decisões sobre terminologia e estrutura devem ter uma fundamentação multiética quer requer que sejam evitadas representações tendenciosas em sistemas de informação. É uma posição sobre a responsabilidade do classificacionista ao aplicar qualquer tipo de garantia.

garantia do especialista (*expert warrant*)

1. garantia que condensa os conceitos de garantia filosófica, científica e educacional.

garantia fenomenológica (*phenomenological warrant*)

1. Não há elementos suficientes para uma definição.

garantia de gênero (*gender warrant*)

1. Não há elementos suficientes para uma definição.

garantia histórica (*historical warrant*)

1. justificativa para a seleção de termos baseada na revisão histórica e cultural do conceito.

garantia da informação (*information warrant*)

1. garantia baseada na noção de que a análise de assunto pode ser aplicada a qualquer tipo de material ou a partes do material.

garantia institucional concreta (*concrete institutional warrant*)

1. justifica a escolha de classes no sistema baseadas em fenômeno ou missão de instituições.

garantia institucional (*institutional warrant*)

1. justificação para a escolha de termos a partir de assuntos baseados em organizações institucionais.

garantia literária (*literary warrant*)

1. justificação para a seleção de um termo ou classe em sistema de classificação baseada em sua ocorrência frequente na literatura. Determina a terminologia do sistema e sua lógica de organização.

garantia lógica (*logical warrant*)

1. uma restrição (lógica) que deve ser aplicada às categorias a serem estabelecidas.

garantia de mercado (*market warrant*)

1. a justificação para a inclusão de termos em um vocabulário controlado baseados nas atividades de publicação e demanda do mercado.

garantia moral (*moral warrant*)

1. embasamento moral para a seleção de termos e classes em um sistema de classificação.

garantia nacional (*national warrant*)

1. Não há elementos suficientes para uma definição.

garantia ontológica (*ontological warrant*)

1. descreve garantias que têm como objetivo refletir estados de existência em vez de produzir conhecimento.

garantia organizacional (*organizational warrant*)

1. Justificação para a representação de um conceito em uma linguagem de indexação ou para a seleção de um termo preferencial por causa de características e contexto da organização. (ANSI/NISO Z39.19-2005)

garantia do ponto de vista (*viewpoint warrant*)

1. garantia que tem como objetivo fornecer hospitalidade infinita para adicionar pontos de vista em uma estrutura flexível.

garantia do recurso (*resource warrant*)

1. garantia que amplia o alcance da garantia literária para todo tipo de recurso informacional.

garantia semântica (*semantic warrant*)

1. fornece a principal autorização para selecionar conceitos de um esquema organizacional.

garantia social (*social warrant*)

1. baseada na noção de que os sistemas de classificação são artefatos culturais que refletem preocupações sociais.

garantia terminológica (*terminological warrant*)

1. justificativa para seleção de termos e classes baseada na terminologia do campo do assunto.

garantia do uso (*use warrant*)

1. garantia que considera o vocabulário dos usuários. É derivada dos princípios da conveniência do público de Cutter e do uso comum determinado por pesquisas.

garantia do usuário (*user warrant*)

1. justificativa para selecionar termos baseados nas buscas dos usuários e em sua colaboração com o sistema de representação, sendo compatível com seus modelos mentais e linguagem.

hospitalidade cultural (*cultural hospitality*)

1. base conceitual de um quadro teórico da garantia ética que permite acomodar as várias garantias de diferentes culturas e refletir apropriadamente as pressuposições de qualquer indivíduo, grupo ou comunidade. Sua intenção é respeitar indivíduos e culturas em um nível que permita que um debate informado sobre questões éticas.

5.5 Discussão dos resultados

A análise dos textos e a elaboração do glossário evidenciam que apenas um pequeno número de artigos propõe discussões teórico-conceituais aprofundadas sobre as garantias. Nove textos tratam especificamente de garantias, sendo que cinco deles são de Beghtol. Nos demais textos, observam-se diferentes níveis de profundidade no tratamento dos conceitos. O artigo 26 (SCHROEDER, 1988) cita a garantia digital no título, mas não faz qualquer outra referência ao conceito no texto. Nesse caso, a desconexão entre o uso do termo no título e o conteúdo do texto não chegou a permitir que uma possível definição fosse delineada. O mesmo ocorre no artigo 13 (GOKHALE; DEOKATTEY; BHANUMURTHY, 2011), no qual uma garantia nacional é apenas citada sem maiores explicações ou indicação de referência a outros artigos. No artigo 10 (DESROCHERS, 2013), uma garantia histórica é citada, também sem maiores detalhes. Nesse caso foi possível elaborar uma definição provisória, baseada no sentido fornecido pelo texto e pela discussão da autora em relação à garantia literária. Assim, pode-se supor que o sentido da garantia proposta possa ser depreendido literalmente de seus termos tomados individualmente. Por exemplo, a garantia histórica pode ser definida como justificativa para a seleção de termos (garantia), baseada na revisão histórica e cultural do conceito (histórica). Pode-se levantar, ainda, a hipótese de que o termo “garantia” têm seu sentido na

literatura fortemente associado à garantia literária, enquanto “justificação para a seleção de um termo ou classe em sistema de classificação baseada em sua ocorrência na literatura”, cujo significado é bastante difundido na literatura. Desse modo, não haveria necessidade de se definir uma “nova” garantia, uma vez que seu significado estaria claro por associação ao conceito de garantia literária. De fato, dos trinta e quatro artigos analisados, vinte e dois deles fazem referência à garantia literária.

Problemas identificados originalmente em relação à garantia literária parecem ter contribuído para o desenvolvimento de novas formas de garantias (MARTÍNEZ-ÁVILA; BUDD, 2017). Pode ser vista desse modo a proposta de Olding (citado por LEE, 1976, artigo 18) de uma garantia da informação, que eliminaria a restrição imposta pela garantia literária, tal como originalmente proposta por Hulme, de se ater aos livros como unidades de análise. Também pode ser lida sobre esse prisma a necessidade de uma garantia histórica, indicando que a garantia literária, por si mesma, não daria conta que tal aspecto. No artigo 16 (JOHNSON, 2010), é discutido o conservadorismo associado à garantia literária, e é apontado o problema de uma terminologia “[...] idiossincrática, anacrônica, etnocêntrica e até mesmo questionável (JOHNSON, 2010). O mesmo problema é apontado no artigo 10 (DESROCHERS, 2013), conforme mencionado anteriormente.

Dentre as dificuldades encontradas para a formulação de definições para as formas de garantias destaca-se a existência de certo grau de inconsistência na utilização dos termos, bastante evidente no que tange a garantia científica e educacional. O “consenso” proposto por Bliss (1939) incluía tanto o aspecto científico quanto o educacional. A distinção entre uma garantia científica (e filosófica) e garantia educacional é colocada por Beghtol em 1986 (artigo 6). Nesse artigo, é utilizado o termo garantia acadêmica, como um (possível) sinônimo da garantia educacional. No artigo 4 (BEGHTOL, 1995), Beghtol utiliza o termo “consenso” com o sentido encontrado em Bliss (ou seja, garantia científica e educacional). Já no artigo 8 (BULLARD, 2017), o consenso é associado à garantia científica somente (“garantia científica ou consenso). Nesse caso, não fica claro se o termo se refere ao consenso tal como formulado por Bliss, ou à garantia científica tal como colocada por Beghtol.

Outra dificuldade encontrada diz respeito a termos utilizados em associação a outros, como (quase) sinônimos, e sem definição própria. A garantia social mencionada no artigo 4 (BEGHTOL, 1995), não ocorre em nenhum dos outros textos. No artigo 4, ocorre em conjunto com a garantia cultural, em um contexto onde uma visão dos sistemas de classificação como “instituições sociais” é destacada. Nesse artigo, pode ser entendido como uma ênfase ou extensão do conceito de garantia cultural.

Verifica-se também que alguns autores optam por utilizar termos próprios para (re)definir as garantias, como por exemplo, a garantia do recurso e a garantia do especialista, no artigo 14 (HIDER, 2015). A garantia do recurso daria conta do fato de a garantia literária de Hulme, originalmente, estar centrada em livros. Está próxima, assim, da garantia da informação de Olding, podendo ser considerada um sinônimo desta. Quanto à garantia do especialista, o autor justifica a escolha do termo por condensar os conceitos de garantia filosófica, científica e educacional. Contudo, se tais conceitos remetem a Bliss (garantia científica e educacional) e, nesse caso, seria desnecessário formular um novo termo, ou se há alguma especificidade no uso do termo “filosófica”, que justificaria um agrupamento dos termos sob um novo termo (garantia do especialista).

Outro ponto destacado nas análises foi a plasticidade do termo “garantia” para diferentes usos. Nos artigos selecionados, conforme já mencionado, a garantia é descrita como conceito, princípio, diretriz, método, ferramenta, dentre outros termos, indicado as possibilidades de utilização do conceito para determinados objetivos.

Pode-se observar, nos artigos analisados, que a presença de uma perspectiva cultural e ética concentra-se nas garantias cultural e ética, conforme esperado, mas também na garantia do ponto de vista (artigo 12, GNOLI, 2008), na garantia histórica (artigo 10, DESROCHERS, 2013), na garantia de usuário e na garantia literária. Na garantia de usuário, a questão da diversidade cultural se coloca pelo fato de que os usuários fazem parte de diversas culturas o que, necessariamente, implica uma garantia cultural, conforme artigo 2 (BEGHTOL, 2002). Já na garantia literária, a perspectiva cultural está relacionada à sua interpretação enquanto uma *manifestação* da garantia cultural. Nos artigos

analisados, porém, a perspectiva cultural na garantia literária é criticada por sua ausência ou deficiência como, por exemplo, no artigo 16 (JOHNSON, 2010) e no artigo 7 (BISWAS, 2018).

Em conjunto, observa-se que o aspecto cultural está presente, com maior ou menos ênfase, em diversas garantias. No caso específico da garantia cultural, pode-se observar uma modificação no conceito a partir de sua formulação. Seguindo a cronologia estabelecida pelos artigos selecionados, tem-se, nos primeiros artigos (com destaque para LEE, 1976, BEGHTOL, 1986a, 1986b, 1995), a garantia cultural como *constatação* de que sistemas de classificação são imbuídos de valores culturais. No artigo 2 (BEGHTOL, 2002), a autora propõe uma garantia ética para “sistemas globais de representação e organização do conhecimento”. Nesse artigo, Beghtol se refere a *garantias culturais baseadas em diferentes perspectivas*, no qual uma noção pluralista de cultura se coloca juntamente com a garantia ética e a hospitalidade cultural para garantir que o valor ético da diversidade seja respeitado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dar visibilidade aos sistemas de organização do conhecimento (BOWKER; STAR, 2000), torná-los mais permeáveis (OLSON, 2001c), contemplar as necessidades informacionais de indivíduos de diferentes culturas em um contexto de globalização (BEGHTOL, 2002a) e adotar o princípio da transparência com os usuários (MAI, 2009) são alguns dos desafios para a elaboração de sistemas de organização do conhecimento globais/locais na atualidade.

Nesta pesquisa, no que tange a integração da diversidade cultural às práticas inerentes à Organização do Conhecimento, a garantia cultural se apresentou como eixo central da temática, demonstrando adaptabilidade em sua evolução como conceito. A garantia cultural, em um primeiro momento, baseava-se na constatação de que sistemas de organização do conhecimento são baseados nas premissas de uma determinada cultura. Nos artigos analisados, observou-se que a garantia cultural passou a discutir as implicações de tal constatação. Uma das implicações diz respeito às dificuldades impostas a usuários não familiarizados com a cultura na qual o sistema foi constituído. Outra implicação está relacionada aos valores que um sistema de classificação necessariamente expressa. Desse modo, em sua trajetória, a garantia cultural incorporou uma dimensão ética, pela via da hospitalidade cultural, vinculando-se à garantia ética. Pode-se dizer que a garantia cultural, em sua configuração atual, seria mais especificamente descrita pelo termo *garantia cultural baseada em perspectivas*.

O conceito de “garantias” destacou-se, como ferramenta teórico-metodológica, por sua “plasticidade”, conforme demonstrado nas diversas formas que o conceito adquire. Das garantias sistematizadas no glossário, observou-se que a garantia autopoiética e a garantia do ponto de vista estão diretamente relacionadas à garantia cultural baseada em perspectivas.

Observou-se que o conceito de garantia do usuário também está sendo trabalhada do ponto de vista cultural e ético, ao ser incluída como parte integrante da garantia cultural (o usuário transita entre diversas culturas). De

fato, a concepção do usuário parece estar se distanciando do “usuário ideal” (fixo e passivo), em direção a uma concepção aberta, na qual o usuário tem papel mais ativo e colaborativo nas práticas da Organização do Conhecimento.

Esta pesquisa indicou que o conceito de garantias pode ser visto como elemento privilegiado a partir do qual podem ser trabalhados diversos aspectos da Organização do Conhecimento. Os limites da pesquisa permitiram que diversas questões fossem colocadas, mas que poucas fossem aprofundadas. A necessidade de mais estudos e maior aprofundamento do conceito e suas formas oferece campo fértil de pesquisa para os que consideram a organização do conhecimento uma das facetas mais interessantes das atividades humanas.

REFERÊNCIAS¹⁴⁵

ADLER, M.; TENNIS, J.T.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; GUIMARÃES, J. A. C.; MAI, J-E.; OLESEN-BAGNEWUX, O.; SKOUVIG, L. Global/Local Knowledge Organization: Contexts and Questions. *Proceedings of the Association for Information Science and Technology*. Copenhagen, v. 53, n. 1, p. 1-4, Oct. 2016.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Novas condições de circulação e apropriação da informação e do conhecimento: questões no debate contemporâneo. In *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 10*, 2009: João Pessoa, Anais do X ENANCIB. João Pessoa: UFPb, 2009. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/314>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

ANDERSEN, J.; SKOUVIG, L (Ed.). *The Organization of Knowledge: Caught Between Global Structures and Local Meaning*. Bingley: Emerald Publishing Limited, 2017.

ARBOIT, A.E.; CHAVES GUIMARÃES, J. A. The Ethics of Knowledge Organization and Representation from a Bakhtinian Perspective. *Knowledge Organization*. 42, 5, 324-331, Oct. 2015. ISSN: 09437444. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=izh&AN=110307632&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

BARBOSA, A. P. *Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica*. Rio de Janeiro: IBBD, 1969.

BARITÉ, M. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. *Palabra Clave (La Plata)*. v.1, n.1, p. 2-11. 2011a. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4899/pr.4899.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016.

BARITÉ, M. *La garantía literaria como herramienta de revisión de sistemas de organización del conocimiento: modelo y aplicación*. 2011. 382f. Tese (Doutorado em Informação Científica) – Facultad de Comunicación y Documentación, Universidad de Granada. Granada, 2011b. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10481/17583>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

BARITÉ, M. La garantía literaria: vigência y proyección teórico-metodológica. *VIII ENANCIB*, Salvador, 2007. Disponível em:

¹⁴⁵ Elaboradas conforme a ABNT NBR 6023.

<<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--068.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

BARITÉ, M. Literary warrant. In Encyclopedia of Knowledge Organization. 2017. Disponível em: < http://www.isko.org/cyclo/literary_warrant>. Acesso em 17 nov. 2017.

BARITÉ, M.; FERNÁNZES-MOLINA, J. C.; GUIMARÃES, J. A. C.; MORAES, J. B. E. Garantia literária: elementos para uma revisão crítica após um século. *Transinformação*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 123-138, mai./ago. 2010. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/490>. Acesso em: 04 mar. 2015.

BARROS, L. de A. Metodologia do Trabalho Terminológico. In: *Curso básico de Terminologia*. São Paulo: EDUSP, 2004. p. 189-256.

BAUMAN, Z. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BAUMAN, Z. *Globalização: as Consequências Humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAWDEN, D; ROBINSON, L. *Introduction to Information Science*. Chicago: Neal Schuman, 2012.

BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation systems. *Journal of Documentation*, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002a. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/00220410210441>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

BEGHTOL, C. Bibliographic Classification Theory and Text Linguistics: Aboutness Analysis, Intertextuality and the Cognitive Act of Classifying. *Journal of Documentation*, Bradford, v. 42, n. 2, p. 84-113, 1986a. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1108/eb026788>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

BEGHTOL, C. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, New York, v. 56, n. 9, 2005, p. 903-912. Disponível em: <<http://dx.10.1002/asi.20184>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

BEGHTOL, C. Exploring New Approaches to the Organization of Knowledge: The Subject Classification of James Duff Brown. *Library Trends*, Baltimore, v. 52, n. 4, p. 702-718, 2004a. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2142/1694>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

BEGHTOL, C. From the Universe of Knowledge to the Universe of Concepts: The Structural Revolution in Classification for Information Retrieval.

Axiomathes, v. 18, p. 131-144, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1007/s10516-007-9021-0>>. Acesso em: 10 fev; 2015.

BEGHTOL, C. Naïve classification systems and the global information society. *Advances in Knowledge Organization*, v. 9, p. 19-22, 2004b.

BEGHTOL, C. Semantic Validity: concepts of warrant in bibliographic classification systems. *Library Resources and Technical Series*, v. 30, n. 2, p. 109-125, abr.-jun.1986b. Disponível em:<<http://downloads.alcts.ala.org/lrts/lrtsv30no2.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

BEGHTOL, C. Universal concepts, cultural warrant and cultural hospitality. In LÓPEZ-HUERTAS, M. J., (Ed.). *Proceedings of the 7th International ISKO Conference*, p. 45-49, Granada. Würzburg: Ergon-Verlag, Jul. 2002b.

BHABHA, H. *The location of culture*. London: Routledge, 1998.

BLISS, H. E. *The Organization of Knowledge in Libraries – and the subject-approach to books*. New York: The H. W. Wilson Company, 1933.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOWKER, G. C.; Star, S. L. *Sorting things out: Classification and its consequences*. Cambridge: The MIT Press, 2000.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. M. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In LARA, M. L. G. de; SMIT, J. W. (Org.) *Temas de Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil*. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/ USP, 2010, p. 87-103.

BURKE, P. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CAMPELLO, B. *Introdução ao controle bibliográfico*. Brasília, DF: Brique de Lemos, 2006.

CAPURRO, R. Desafios teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información. *Conferência inaugural no I Simpósio Brasileiro de Ética da Informação*, João Pessoa, 18 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.capurro.de/paraiba.html>>. Acesso em: 17 set. 2014.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2005. v. 1.

COLOMBO, S.; BARITÉ, M. Tres enfoques de bias en Organización del Conocimiento: bias neutro, bias negativo y bias positivo. *Brazilian Journal of Information Studies Research Trends*. v. 10, n. 2, p. 9-13, 2015.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos/ Livros, 2008.

CUTTER, C. A. *Rules for a printed dictionary catalog*. Special report. Part II. In United States Bureau of Education, Public libraries in the United States. Washington: Govt. Printing Office, 1876.

CUTTER, C. A. *Rules for a Dictionary Catalog*. 4th ed., rewritten. Washington: Govt. Printing Office, 1904.

DAHLBERG, I. Brief Communication: What is Knowledge Organization? *Knowledge Organization*, v. 41, n. 1, p. 85-91, 2014. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=lih&AN=93913698&lang=pt-br&site=eds-live>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

DAVIES, C.; SHAW, D. (Ed.). *Introduction to Information Science and Technology*. New Jersey: ASIST, 2011.

FEINBERG, M. Organization as Expression: Classification as Digital Media. In ASPRAY, B.; WINGET, M. (Ed.). *Digital Media: Technological and Social Challenges of the Interactive World*, Lanham: Scarecrow Press, p. 115-133, 2011. Disponível em: <<https://www.ischool.utexas.edu/~feinberg/Feinberg%20digital%20media.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2017.

FOSKETT, A. C. *A Abordagem Temática da Informação*. São Paulo: Ed. Univ. de Brasília/ Ed. Polígono, 1973.

FRANCELIN, M. M. Espaços de significação. *Ponto de Acesso*. Salvador, v. 6, n.1, p. 75-91, abr. 2012. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4981/4344>>. Acesso em: 05 out. 2015.

GARCÍA CANCLINI, N. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GARCÍA CANCLINI, N. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2014.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. *TransInformação*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 103-112, maio/ago., 2006. Disponível em: <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/672>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Declassification in Knowledge Organization: a post-epistemological essay. *TransInformação*, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, jan./abr., 2011. Disponível em: <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/475>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Declassifying Knowledge Organization. *Knowledge Organization*, v. 41, n. 5, p. 393-409, 2014.

GLISSANT, E. *Introduction à une Poétique du Divers*. Paris: Gallimard, 1996.

GNOLI, C. Classification Transcends Library Business. *Knowledge Organization*, v. 37, n. 3, p. 223-229, 2010.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 2008. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/697>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F.A. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. *Informação & Informação*, v. 12, n. 1, jan./jun. 2007. DOI: <<http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2007v12n1p19>>.

GUIMARÃES, J. A. C. PINHO, F.A, MILANI, S. O. Theoretical Dialogs About Ethical Issues in Knowledge Organization: García Gutiérrez, Hudon, Beghtol and Olson. *Knowledge Organization*, v. 43, n. 5, p. 338-350, 2016.

GUIMARÃES, J. A. C.; MILANI, S. O.; EVANGELISTA, I. V. Valores éticos na organização e representação do conhecimento. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*. Florianópolis, p. 19-32, jan. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2015v20nesp1p19>>. Acesso em: 30. ago. 2016.

HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HJØRLAND, B. Is classification necessary after Google? *Journal of Documentation*, v. 68, n. 3, p. 299-317, 2012a. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/00220411211225557>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

HJØRLAND, B. Knowledge Organization (KO). *Knowledge Organization*, v. 43, n. 6, p. 475-484, 2016.

HJØRLAND, B. Knowledge Organization = Information Organization? *Advances in Knowledge Organization*, v. 13, p. 8-14, 2012b. Disponível em: <http://pure.iva.dk/files/34193818/Abstract_KO_and_IO_full.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2016.

HJØRLAND, B. Reviews of Concepts in Knowledge Organization. *Knowledge Organization*. v. 44, n. 2, p. 97-128, 2017. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=izh&AN=122682214&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 17 set. 2017.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization? *Knowledge Organization*, v. 35, n. 2/n. 3, p. 86-101, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277803483_What_is_Knowledge_Organization_KO>. Acesso em: 02 jun. 2016.

HUDON, M. Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. *Knowledge Organization*, Würzburg, v. 24, n. 2, p. 111-123, 1997.

HULME, E. Wyndham. Principles of Book Classification. *Library Association Record*, n. 13-15, pp. 354-358, 389-394, 444-449, 1911-12.

HULME, E. W. *Statistical Bibliography in Relation to the Growth of Modern Civilization*. London: Butler and Tanner, 1923.

KERBAUY, M. T. M. Diversidade cultural e política de informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. Nova Série. São Paulo, v. 5, n. 1/2, p. 60-69, jan./dez. 2009. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/148>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

KWASNIK, B. H. Semantic Warrant: A Pivotal Concept for Our Field. *Knowledge Organization*, v. 37, n. 2, p. 106-110, Apr. 2010. Disponível em: <<https://search.proquest.com/docview/902064144?accountid=14643>>. Acesso em: 17 set. 2017.

KWASNIK, B.; RUBIN, V. Stretching Conceptual Structures in Classifications Across Languages and Cultures. *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 37, n. 1-2, p. 33-47, July 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1300/J104v37n01_04>. Acesso em: 17 set. 2017.

LANGRIDGE, D. *Classificação: abordagem para estudantes de biblioteconomia*. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

LARA, M. L. G. de. Dos sistemas de classificação bibliográfica às search engines (I). *Ensaio APB*, n. 90. São Paulo, 2001.

LARA, M. L. G. de. Conceitos de Organização e Representação do Conhecimento na Ótica das Reflexões do Grupo Temma. *Informação & Informação*, v. 16, n. esp, p. 92-121, jun. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2011v16n2p92>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

LEE, J. M. E. Wyndham Hulme: A reconsideration. *The Variety of Librarianship: Essays in Honour of John Wallace Metcalfe*. (Ed.) W.B. Rayward. Sydney, Library Association of Australia, p. 101-113, 1976.

LEE, W-C. Culture and Classification: An Introduction to Thinking about Ethical Issues of Adopting Global Classification Standards to Local Environments. *Knowledge Organization*, v. 42, n. 5, p. 302-307, 2015.

MAI, J-E. Classification in a social world: bias and trust. *Journal of Documentation*, Bradford, v. 66, n. 5, p. 627-642, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/00220411011066763>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

MAI, J-E. The modernity of classification. *Journal of Documentation*, Bradford, v. 67, n. 4, p. 710-730, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/00220411111145061>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

MAI, J-E. Ethics, Values and Morality in Contemporary Library Classifications. *Knowledge Organization*, v. 40, n. 4, p. 242-253, 2013. Disponível em: <http://jenserikmai.info/Papers/2013_Ethics.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.

MAI, J-E. Marginalization and Exclusion: Unraveling Systemic Bias in Classification. *Knowledge Organization*, v. 43, n. 5, p. 324-330, 2016. Disponível em: <http://jenserikmai.info/Papers/2016_festschrift.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D; OLSON, H. A.; KIPP, Margaret E. I. New Roles and Global Agents in Information Organization in Spanish Libraries. *Knowledge Organization*, v. 39, n. 2, 2012, p. 125-136. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,shib,sso,uid&db=iih&AN=73389458&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D; BUDD, J. M. Epistemic warrant for categorizational activities and the development of controlled vocabularies. *Journal of Documentation*, v. 73, n. 4, 2017, p. 700-715. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/JD-10-2016-0129>>. Acesso em: 17 set. 2017.

MATTELART, A. Diversidade cultural e mundialização. São Paulo: Parábola, 2005.

MIGNOLO, W D. *Local Histories/ Global Designs. Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. *Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies*. Baltimore: 2005. Disponível em:

http://www.niso.org/apps/group_public/download.php/12591/z39-19-2005r2010.pdf>. Acesso em: 02 out. 2014.

OLSON, H. A. A potência do não percebido: Hegel, Dewey e seu lugar na corrente principal do pensamento classificatório. *InCID: R. Ci. Inf. e Doc.*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v2i1p3-15>>. Acesso em: 04 dez. 2014.

OLSON, H. A. Bacon, Warrant, and Classification. *dLIST*, p. 1-5, 2004a. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10150/105397>>. Acesso em: 27 out. 2015.

OLSON, H. A. Classification and universality: Application and construction. *Semiótica*. v. 2002, n. 139, p. 377–391, 2006. DOI: <<https://doi.org/10.1515/semi.2002.031>>. Acesso em: 27 out. 2015.

OLSON, H. A. Difference, Culture and Change: The Untapped Potential of LCSH. *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 29 n.1-2, 2000, pp. 53-71. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1300/J104v29n01_04>. Acesso em: 14 nov. 2015.

OLSON, H. A. Distilling essence, enforcing shibboleth. *Estudos Avançados em Organização do Conhecimento: Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade*. v. 1, p. 107-121, 2012. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/CEDHUM/livro-isko-brasil-finalizado.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2014.

OLSON, H. A. How We Construct Subjects: A Feminist Analysis. *Library Trends*, Baltimore, v. 56, n. 2, 2007, p. 509-541. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/231609>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

OLSON, H. A. Patriarchal structures of subject access and subversive techniques for change. *Canadian Journal of Information and Library Science/Revue Canadienne des Sciences de l'Information et de Bibliothéconomie*. v. 26, n. 2-3, p. 1-29, jun-sep 2001a.

OLSON, H. A. Sameness and difference: a cultural foundation of classification. *Library Resources & Technical Services*, v. 45 n. 3, p. 115-122, 2001b. Disponível em: http://polaris.gseis.ucla.edu/gleazer/462_readings/olson_2001.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2014.

OLSON, H. A. *The Power to Name: Locating the Limits of Subject Representation in Libraries*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

OLSON, H. A. The Power to Name: Representation in Library Catalogs. *Signs*, v. 26, n. 3, p. 639-668, 2001c, The University of Chicago Press. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3175535>>. Acesso em: 14 out. 2014.

OLSON, H. A. The Ubiquitous Hierarchy: An Army to Overcome the Threat of a Mob. *Library Trends*, Baltimore, v. 52, n. 3, p. 604-616, 2004b. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2142/1688>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

OLSON, H. A.; FOX, M. Gayatri Chakravorty Spivak: Deconstructionist, Marxist, Feminist, Postcolonialist. In LECKIE, G. J.; GIVEN, L. M.; BUSCHMAN, J. E. (Ed.). *Critical Theory for Library and Information Science: exploring the social from across the disciplines*. Santa Barbara: ABC-CLIO, p. 295-308, 2010.

OLSON, H. A.; SCHLEGL, R. Standardization, Objectivity and User Focus: A Meta-Analysis of Subject Access Critiques. *Cataloguing and Classification Quarterly*, v. 32 n. 2, p. 61-80 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1300/J104v32n02_06>. Acesso em: 14 nov. 2015.

ORTIZ, Renato. Identidades culturais no contexto da globalização. *Comunicação & Educação*, São Paulo, n. 18, p. 68-80, sep. 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i18p68-80>>. Acesso em: 14 nov. 2016. Entrevista concedida a R. A. F. Paulino.

PIEIDADE, M. A. R. *Introdução à teoria da classificação*. Rio de Janeiro: Interciencia, 1983.

PIERTESE, V.; KOURIE, D. Lists, Taxonomies, Lattices, Thesauri and Ontologies: Paving a Pathway Through a Terminological Jungle. *Knowledge Organization*, v. 41, n. 3, 2014. Disponível em: <<http://search.proquest.com/docview/1700661797?accountid=14643>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

PINHEIRO, L. V. R.; FERREZ, H. D. *Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação*. Rio de Janeiro; Brasília: IBICT, 2014. Disponível em: <<http://www.ibict.br/publicacoes-e-institucionais/tesouro-brasileiro-de-ciencia-da-informacao-1>>. Acesso em: 14 mai. 2016.

SAID, E. W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*. 1988, v. 2, n. 2, p. 46-71. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141988000200007>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAYERS, W. C. B. *An introduction to library classification*. London: Grafton, 1922.

SCHEUERMAN, W. Globalization. *Stanford Encyclopedia of Philosophy Online*. 2002, rev. 2014. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2014/entries/globalization/>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

SMIRAGLIA, R.P. Bibliocentrism, Cultural Warrant, and Resource Description Ethics: a case study. *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 47, n.7, 2009, p. 671-686. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/01639370903112013>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

SMIRAGLIA, R. P. *The Elements of Knowledge Organization*. Milwaukee, WI: Springer 2014.

SMIT, J. W. A Informação na Ciência da Informação. *InCID: R. Ci. Inf. e Doc.*, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101, jul./ dez. 2012. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/incid/article/view/48655/52726>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

SZOSTAK, R. Complex Concepts into Basic Concepts. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. v. 62, n. 11, p. 2247-2265, 2011.

SZOSTAK, R. Classifying for Social Diversity. *Knowledge Organization*, v. 41, n. 2, p. 160-170, 2014. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=lih&AN=95782277&lang=pt-br&site=eds-live>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

SZOSTAK, R. A Pluralistic Approach to the Philosophy of Classification. *Library Trends*, Baltimore, v. 63, n. 3, p. 591-614, 2015. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/journals/library_trends/v063/63.3.szostak.html>. Acesso em: 30 mai. 2016.

TAYLOR, A. *The Organization of Information*. Englewood, Colorado: Libraries Unlimited Inc., 1999.

TENNIS, J. T. Foundational, First-Order, and Second Order Classification Theory. *Knowledge Organization*, v. 42, n. 4, p. 244-249, 2015. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=lih&AN=108624161&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 30 out. 2016.

UNESCO. *Building Knowledge Societies*. Disponível em: <<https://en.unesco.org/themes/building-knowledge-societies>> Acesso em: 30 nov. 2017.

UNESCO. *Ethics of Information*. Disponível em:
<<http://en.unesco.org/themes/ethics-information>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

UNESCO. *Learning to Live Together*. Disponível em:
<<https://en.unesco.org/themes/learning-live-together>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

ZHANG, L; OLSON, H. A. Distilling Abstractions: Genre Redefining Essence versus Context. *Library Trends*, Baltimore, v. 63, n. 3, 2015, p. 540-554.
Disponível em: <<https://doi.org/10.1353/lib.2015.0015>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

APÊNDICE A – Palavras-chave/assuntos, resumo e trechos dos artigos selecionados.

1. ALBRECHTSEN, H.; JACOB, E. K. The dynamics of classification systems as boundary objects for cooperation in the electronic library. *Library Trends*, Baltimore, v. 47, n. 2, p. 293-312, 1998. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2142/8212>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Assuntos: Classification; Information theory; Library users; Cooperation

Resumo:

The notion of the classification scheme as a transitional element or "boundary object" (Star, 1989) offers an alternative to the more traditional approach that views classification as an organizational structure imposed upon a body of knowledge to facilitate access within a universal and frequently static framework. Recognition of the underlying relationship between user access and the collective knowledge structures that are the basis for knowledge production indicates the dynamic role of classification in supporting coherence and articulation across heterogeneous contexts. To this end, it is argued that the library should be an active participant in the production of knowledge, and that this role can be affected by the development of classificatory structures that can support the needs of a diverse information ecology consisting of a complex web of interacting agents, users, and technologies. Within such an information ecology, a classificatory structure cannot follow a one-size-fits-all paradigm but must evolve in cooperative interaction between librarians and their user groups.

Trechos selecionados:

In classification research, empiricism is the prevalent epistemology in bottom-up thesaurus construction based either on user warrant or on terminology warrant, particularly when the process lacks grounding in a theory of knowledge. (p. 3)

And, because maintenance and development of these classification schemes was often based on literary warrant, reflecting only those subjects represented in large national collections, they can be interpreted as imposing an implicitly empiricist view of knowledge. (p. 7)

2. BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. *Journal of Documentation*, Bradford, v. 58, n. 5, p. 507-532, May 2002. DOI: <https://doi.org/10.1108/00220410210441>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Assuntos: Knowledge representation; Knowledge organization; Ethics

Palavras-chave do autor: Ethics; Information systems; National cultures; User satisfaction

Resumo:

New technologies have made the increased globalization of information resources and services possible. In this situation, it is ethically and intellectually beneficial to protect cultural and information diversity. This paper analyzes the problems of creating ethically based globally accessible and culturally acceptable knowledge representation and organization systems, and foundation principles for the ethical treatment of different cultures are established on the basis of the United Nations Universal Declaration of Human Rights (UDHR). The concept of "cultural hospitality", which can act as a theoretical framework for the ethical warrant of knowledge representation and organization systems, is described. This broad discussion is grounded with an extended example of one cultural universal, the concept of time and its expression in calendars. Methods of achieving cultural and user hospitality in information systems are discussed for their potential for creating ethically based systems. It is concluded that cultural hospitality is a promising concept for assessing the ethical foundations of new knowledge representation and organization systems and for planning revisions to existing systems.

Trechos selecionados:

The concept of "cultural hospitality", which can act as a theoretical framework for the ethical warrant of knowledge representation and organization systems, is described (p. 507).

In the literature of knowledge representation and organization, the supposition that individuals in different cultures need different kinds of (and avenues to) information has been called "cultural warrant " (Beghtol, 2001b; 1986). The term is based on Hulme's (1911a, b, c; 1912a, b) term "literary warrant" and was coined by Lee (1976). Cultural warrant means that any kind of knowledge representation and/or organization system can be maximally appropriate and useful for the individuals in some culture only if it is based on the assumptions, values, and predispositions of that same culture. (p. 511)

In this paper, to recognize the complexity of the relationships among individuals and cultures, the term "cultural warrant " is taken to include the concept of "user warrant " (Albrechtsen and Jacob, 1998; Fraser, 1978). User warrant refers to the collaboration of potential users, either directly or indirectly, in the development and use of any knowledge management system, including knowledge representation and organization systems (Patterson et al., 2000). The containment of user warrant within cultural warrant is justified on the assumptions that individuals are considered to be members of a certain culture(s), as discussed above, and that they act as representatives of one or another cultures) when participating in the development and use of information systems. (p. 511)

How to resolve the tensions among various kinds of access methods, how to incorporate potentially antithetical cultural warrants into knowledge representation and organization systems, how to integrate them with each other and how to negotiate among their differing priorities are issues that raise noteworthy ethical, as well as intellectual and technical, questions and problems. (p. 512)

We seek, then, to combine some of the major ethical considerations of the two fields to create what might be called a multiethical foundation that would constitute an ethical warrant for globalized knowledge representation and organization systems. (p. 513)

As discussed above, knowledge representation and organization systems are most useful when and if they reflect the cultural warrant of a particular social group and are understandable and acceptable to the individuals who belong to and seek to perpetuate that group. (p. 517)

Thus, the cultural expansion of information technology generates major ethical difficulties for the development of globally useful and appropriate knowledge representation and organization systems because these, to be useable and appropriate to individuals from different cultures, must be based on the potentially conflicting warrants of those different cultures. (p. 517)

Second, we may include not only the addition of new concepts, but also the addition of entirely different cultural warrants that in turn may include entirely different user warrants. That is, we need to make each knowledge representation and/or organization system, which by definition is based on some cultural warrant, "permeable" (Olson, 1996, p. 9) to other cultural warrants and to the specific levels and layers of individual user choice within each culture. (p. 518)

Like the concept of cultural warrant and for the same reasons, the concept of cultural hospitality includes hospitality to the individual needs of specific users. Cultural hospitality that allows for personal and community choice thus appears to provide a useful term and a fruitful conceptual basis for the theoretical framework of an ethical warrant for knowledge representation and organization systems and theories. (p. 518)

Modern librarianship and the other information professions have often espoused neutrality toward materials (Trosow, 2001), and broadening the concept of hospitality to include different cultural warrants is generally in accordance with this neutrality (Sargent, 1993). (p. 518-519)

Instead, the intention of the concept of cultural hospitality as an ethical warrant is to respect individuals and cultures on a level that allows informed debate about ethical questions among those individuals and cultures to take place. (p. 519)

Nevertheless, examination of one universal concept (time) embedded in local societal practices (calendars) serves as a starting point for discussion of the concept of cultural hospitality as an applicable ethical warrant for knowledge representation and organization systems. (p. 522)

The overall ethical warrant of an information system that has been suggested is based on two principles from UDHR and GIJ that specify the access, communication and information rights of individuals and the access, communication and information rights of communities. (p. 523)

Adherence to an ethical warrant articulated through the concept of cultural hospitality requires that we avoid biased representation by providing access to information and by encouraging its dissemination by and for individuals and communities based on any assumption, point of view, or feature of any culture. (p. 523)

Thus, the availability of different perspective-based cultural warrants could theoretically be made available within a culturally hospitable knowledge representation and organization system. (p. 526)

3. BEGHTOL, C. Bibliographic Classification Theory and Text Linguistics: Aboutness Analysis, Intertextuality and the Cognitive Act of Classifying. *Journal of Documentation*, Bradford, v. 42, n. 2, p. 84-113, 1986a. DOI: <https://doi.org/10.1108/eb02678>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Assuntos: Aboutness; Concept analysis; Technical services; Information storage and retrieval; Information work; Subject indexing; Classification

Resumo:

A strong definition of aboutness and a theory of its role in information retrieval systems have not been developed. Such a definition and theory may be extracted from the work of T.A. van Dijk. Discusses some of the implications of van Dijk's work for bibliographic classification theory, 2 kinds of intertextuality are identified: that between documents classified in the same class of the same classification system; and that between the classification system as a text in its own right and the documents that are classified by it. Consideration of the 2 kinds of intertextuality leads to an investigation of the linguistic/cognitive processes that have been called the translation of a document topic into a classificatory language. A descriptive model of the cognitive process of classifying documents is presented.

Trechos selecionados:

Lee suggested that these elements [cultural and bibliographic heritage] of classification systems be called the 'cultural warrant' of the system. Recognition of the existence and significance of such a cultural warrant for bibliographic classification systems is implicit in works that formulate methods of extracting a sociology of knowledge from the uses made of documents classified by a particular system. (p. 97)

In a series of lectures delivered at Cambridge University, Hulme advised historians to study bibliographic classification systems as cultural indicators because, he argued, statistical analyses of the literary warrant expressed through a classification system would illuminate the thought and structure of the society for which that particular system was especially devised. This argument can be seen as a development of Hulme's concept of literary warrant (p. 98)

Whether or not a universally valid syntactics (e.g. citation order) and/or semantics (e.g. non-culturally orientated warrants for classes) is possible for a bibliographic classification system, neither has been universally accepted in theory nor adopted in practice. We may then posit the cultural and bibliographic heritage of the classification system - its cultural warrant - as the highest macropropositional expression of its aboutness. (p. 98)

[...] extralinguistic reality (e.g. the particular library for which the document is being classified and literary warrant at the time of classification) adds a further ingredient that must be accounted for in a theoretical description of the classifying process. (p. 101)

For this reason, it is impossible for the classification system to respond quickly to changes of literary warrant; recognition of the time lag between primary and derivative texts results in complaints about the difficulty of using an outmoded classification text to classify contemporary documents. (p. 102)

In the case of classifying documents, these elements [cognitive, social, communicative] of contextual relevance would be contributed by the cultural and classificatory warrant of the classification system and by the particular library for which the classifying is done. (p. 104)

4. BEGHTOL, C. Domain analysis, literary warrant, and consensus: the case of fiction studies. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 46, n. 1, p. 30-44, Jan. 1995. DOI: 10.1002/(SICI)1097-4571(199501)46:1<30::AID-ASI4>3.0.CO;2-F. Acesso em: 18 nov. 2017.

Assuntos: Subject indexing; Literary warrant; Consensus; Literary criticism; Fiction

Resumo:

Reports research that descriptor subfields used in MLA Bibliography online to quantify literary warrant in the domain of scholarly work about fiction (i.e. about fiction studies). Uses Hulme's concept of literary warrant and Kernan's description of the interactive processes of literature and literary scholarship to justify quantifying existing subject indexing in existing bibliographic records as a First step in the domain analysis of a field. Certain of the MLA Bibliography online's descriptor subfields and certain of the descriptor terms within those subfields occurred more often than would occur by chance. The techniques used in the research might be extended to domain analysis of other fields. Use of the methodology might improve the ability to evaluate existing and to design future subject access systems. Original abstract-amended.

Trechos selecionados:

To this end, two concepts, "literary warrant " (e.g., Hulme, 1911-1912) and "consensus" (e.g. Bliss, 1939) were analyzed for their ability to contribute theoretical frameworks for the research. (p. 31)

Previous work (e.g. Albrechtsen, 1992a; Prieto-Diaz, 1992) emphasized the need for a strong theoretical basis for domain analysis in all fields, and it was useful to start with the concepts of "literary warrant " and "consensus" to assess whether they have sufficient power to explain existing

observations about the structures and contents of the literatures under consideration. (p. 31)

Hulme (1911-1912) coined the term "literary warrant" to describe the rationale he preferred for defining and naming classes in a bibliographic classification system, and the concept of literary warrant has become pivotal in discussions of subject access. (p. 31)

For the purposes of this project, literary warrant may be generally characterized as the topics around which a literature has become established. (p. 31)

Bliss (1939) used the term "consensus" for the views that scientists (broadly conceived to include humanists) and educators share about the structures of their disciplines. Bliss maintained that consensus should underlie bibliographic classification systems;(p. 31)

Literary warrant and consensus are not mutually exclusive or opposing concepts, and the relationships between the two have not been fully explicated in the literature (p. 32)

Literary warrant and consensus can be compared along a number of dimensions. (p. 32)

The expression of literary warrant in a documentation language would rely primarily on semantic and verbal techniques and concepts. (p. 32)

For example, renaming classes in accordance with current usage would be a response to changes in literary warrant. (p. 32)

Consensus, then, is primarily concerned with how the topics in a particular literary warrant are arranged, and the expression of consensus in a documentation language would rely on syntactic and structural techniques and concepts. (p. 32)

Thus, at the most general level, literary warrant emphasizes description of the content of a set of documents and consensus emphasizes description of the structures needed to organize the topics of the same set of documents appropriately. (p. 32)

Similarly, de Grolier (1982) pointed out that classification systems may themselves be seen as cultural artifacts that reflect social concerns. In addition, by extension, established subject access systems in general can be seen as social institutions that both reflect and shape views of the structure of intellectual inquiry. (p. 33)

That is, topics that authors write about (i.e., the literary warrant of the domain) form the basis for any subject bibliography, and the descriptors of a specific bibliography may thus be said to name topics that are of current interest in the domain. (p. 33)

It follows that if we examine topics covered for a certain time period, we may extrapolate from them a statement of the "cultural warrant" (cf. Lee, 1976) that the subject headings and/or descriptors reflect. (p. 33)

In the case of MLA Bibliography, aspects of the cultural or social warrant of literature studies, including fiction, would presumably be evident from analysis of the topics that make up the literary warrant of the domain. (p. 33)

A major assumption of the research was that it would be possible to investigate the literary warrant of fiction studies quantitatively using MLA Bibliography descriptors. (p. 33)

Subtopics indexed within each of the 19 supercodes would express the specific literary warrant for periodical literature for that supercode for the time period studied. (p. 33)

This constraint [retrieved all occurrences] meant that occurrences of these terms were not randomly distributed among the records; since all the records contained at least one of the terms, the terms themselves are not meaningful for discussion of the warrant of fiction studies. (p. 36)

As Fraser (1978) suggested, "literary warrant," "user warrant," and "logical warrant" may be regarded as constraints on categories that should be established in a subject access system, and the research presented here can be viewed as revealing constraints that operate in the domain of fiction studies. (p. 41)

5. BEGHTOL, C. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 56, n. 9, p. 903-912, Jul. 2005. DOI: 10.1002/asi.20184. Acesso em: 18 nov. 2017.

Assuntos: Computer science; Knowledge representation; Decision making; Ethics

Resumo: In this article, ethical decision-making methods for creating, revising, and maintaining knowledge representation and organization systems are described, particularly in relation to the global use of these systems. The analysis uses a three-level model and the literature on ethically based decision-making in the social and technical sciences. In addition, methods for making these kinds of decisions in an ethical manner are presented. This multidisciplinary approach is generalizable to other information areas and is useful for encouraging the development of ethics policies for knowledge representation and organization systems and for other kinds of systems or institutions.

Trechos selecionados:

In a globalized information environment, the ethical framework for knowledge representation and organization systems arises from the concept of cultural warrant, which underpins knowledge representation and organization systems of all kinds. (p. 904)

Cultural warrant means that the personal and professional cultures of information seekers and information workers warrant the establishment of appropriate fields, terms, categories, or classes in a knowledge representation and organization system. (p. 904)

Thus, cultural warrant provides the rationale and authority for decisions about what concepts and what relationships among them are appropriate for a particular system. (p. 904)

This [cultural] warrant traditionally arises from the presumed information needs of the potential users of the system. (p. 904)

Similarly, the Art and Architecture Thesaurus (AAT; Petersen, 1990) is more appropriate for workers in cultural heritage fields than it is for workers in design and engineering fields because the AAT is based on the cultural warrant of heritage institutions, not on the cultural warrant of engineering. (p. 904)

In addition, cultural warrant means that a particular knowledge representation and organization system is more useful for some people than it is for others because each system is predicated on the assumptions made by a particular small or large discourse community, knowledge domain or culture. (p. 904-905)

For knowledge representation and organization systems, a less expensive option may be attractive to an employer, but an information professional may prefer a more expensive option because it offers options that address ethically the issues of cultural and user warrant. (p. 905)

In addition, this higher-level basis for ethical analysis may be considered to be a moral basis as discussed above (Tolman, 2003, p. 39). (p. 905)

Cultural hospitality means that a knowledge representation and organization system can ideally accommodate the various warrants of different cultures and reflect appropriately the assumptions of any individual, group, or community. (p. 905)

In this way, the concept of cultural hospitality helps operationalize a fundamental moral warrant for globally useful knowledge representation and organization systems. (p. 905)

In the present instance, we have claimed that the theory of cultural warrant and cultural hospitality, which is based on the principles enunciated in the UDHR, is correct and that it is systematic and unified. (p. 909)

6. BEGHTOL, C. Semantic validity: Concepts of warrant in bibliographic classification systems. *Library Resources and Technical Services*, v. 30, n. 2, 1986b. Disponível em: <http://downloads.alcts.ala.org/lrts/lrtsv30no2.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Assuntos: Semantic warrant; Literary warrant; Technical services; Information storage and retrieval; Information work; Subject indexing; Classification

Resumo: Argues that the semantic axis of bibliographic classification systems can be found in the various warrants that have been used to justify the utility of classification systems. Classificationists, theorists, and critics have emphasised the syntactic aspects of classification theories and systems, but a number of semantic warrants can be identified. The evolution of semantic warrants is traced through the development of twentieth-century classification theory: literary warrant, scientific/philosophical warrant, educational warrant, and cultural warrant. It is concluded that further examination of semantic warrants might make possible a rationalised approach to the creation of classification systems for particular uses.

Trechos selecionados:

One such underlying semantic rationale for a classification system may be identified in the concept of the warrant upon which the system is based. (p. 110)

In general, the warrant of a classification system can be thought of as the authority a classificationist invokes first to justify and subsequently to verify decisions about what classes/concepts to include in the system, in what order classes/concepts should appear in the schedules, what units/classes/concepts are divided into, how far subdivision should proceed, how much and where synthesis is available, whether citation orders are static or variable and similar questions. (p. 110)

Warrant covers conscious or unconscious assumptions and decisions about what kinds and what units of analysis are appropriate to embody and to carry the meaning or use of a class to the classifier, who must interpret both the document and the classification system in order to classify the document by means of available syntactic devices. (p. 110)

The semantic warrant of a system thus provides the principal authorization for supposing that some class or concept or notational device will be helpful and meaningful to classifiers and ultimately to the users of documents. (p. 111)

The close correlation between meaning and function or use that is implicit in the concept of warrant can be philosophically justified by Wittgenstein's arguments that language has no a priori meaning but attains meaning only through use. (p. 111)

A bibliographic classification is meant to convey meaningful subject relationships to users of documents that are classified by the particular system, and the fundamental meaningfulness and utility of the system derive initially from its warrant. (p. 111)

Although the most familiar kind of warrant is Hulme's "literary warrant," a number of other kinds of warrant can be discerned in both traditional hierarchical classifications and in more recent faceted systems. (p. 111)

An exploration of the various semantic warrants that have guided the creation of bibliographic classification systems can start by identifying at least four basic kinds of warrant: literary warrant, scientific/philosophical warrant, educational warrant, and cultural warrant. (p. 111)

These different warrants, which will be examined in the following sections of this paper, are not mutually exclusive; instead, they interact to produce the unique semantic theory and character of each classification system. (p. 111)

A class heading is warranted only when a literature in book form has been shown to exist, and the test of the validity of a heading is the degree of accuracy with which it describes the area of subject matter common to the class (HULME, 1911). (p. 112)

A number of writers concur that Hulme's original idea of literary warrant has undergone change. Bury, for example, asserts that there is no choice but to base classification schemes on the way subjects appear in documents and remarks that literary warrant is often taken to mean "basing a classification scheme on the actual holdings of one library, and LC is cited as so based. (p. 112)

Langridge calls literary warrant a necessary "practical check" on the multitude of theoretical distinctions that potentially exist between subjects and differentiates this view of literary warrant from Hulme's. (p. 112)

Hulme's view of literary warrant actually encompassed the two elements that Bury and Langridge argue are not quite legitimately included in the term. (p. 112)

Bury's contention that literary warrant excludes the idea of basing a classification scheme on the holdings of one library is undercut by Hulme's remark that, under the principle of literary warrant, "class and shelf list will tend to coincide" because the "unit of registration" (i.e., the book) should be treated by the library as indivisible. (p. 112)

In addition, Hulme himself suggested what Langridge calls a too narrow view of literary warrant when he qualified his definition to include different strengths of

literary warrant that varied' 'with the number of works conforming to the type of each class definition'. (p. 112)

Although Hulme's view of literary warrant as basic to a classification system was quite broad, his idea of subject classification was confined to literature published in book form. (p. 112)

The CRG, however, narrowed Hulme's original idea from 'literary' to what might be called 'terminological' warrant. That is, instead of basing systems on the subjects of books, members

of the Group based systems on the terminology of a subject field. (p. 113)

In this way, the Group managed to move from traditional universe of knowledge systems to the universe of concepts (i.e., faceted) systems formalized by Ranganathan and, simultaneously, to retain a solid footing in published literature as the most meaningful warrant on which a bibliographic classification system can be validly based. (p. 114)

To Bliss the general agreement of scientists and educators on an ordering of knowledge that was notably conducive to systematic study, scholarship, and research constituted the only acceptable warrant for a classification system, and he based his own Bibliographic Classification (BC) on this premise, while also allowing for alternative orders in special circumstances. (p. 114)

For the purposes of this paper, the two elements - scientific and educational - in Bliss' conception of consensus are considered separately. Although this separation is somewhat artificial in terms of Bliss' writings, the historical development of each kind of warrant in later classification theory can be traced more precisely if each element is treated alone. (p. 114)

Bury considers the principle of consensus to be the same as that of literary warrant because both are based on a reading of the literature. (p. 115)

Fiering's description of Bliss as a "modern encyclopedist", supports Rodriguez' view that consensus is not a mere restatement of literary warrant, but is theoretically based on Bliss' lifelong erudite research into the history of the philosophy of science. (p. 115)

Bliss' reliance on the concept of scientific/philosophical thought as the semantic warrant for bibliographic classification systems, although most extensively developed in "The Organization of Knowledge" and "The Organization of Knowledge in Libraries", never altered fundamentally from opinions he had expressed much earlier. (p. 115)

For Bliss, then, part of the authoritative semantic warrant of a library classification rested on its conformity to the practical needs of educational institutions and this practical utility rendered a library classification relatively permanent by responding to the best consensual thinking of the scientific and educational communities. (p. 117)

Although Osborn gives no source for this information, LC may thus have been at least partially based on an academic warrant. (p. 117)

Coates, however, working for UNISIST, has recently based a general scheme on what he calls "concrete institutional warrant." (p. 118)

According to Coates, concrete institutional warrant produces classes that are mostly discipline-based, but also others, phenomenon- or mission-based, that can accommodate institutions oriented toward a certain phenomenon or guided by a certain mission. (p. 118-119)

In this way, the original ideas of both Hulme and Bliss, moderated by the CRG, have influenced the semantic warrant by which a new general classification system is governed. (p. 119)

Lee, in a discussion of Austin's view that the semantic or categorical basis of a given classification is the product of the culture which produced it; there is no common

underlying structure of the kind [i.e. syntactic ordering of concepts] considered above', suggested that this idea might be called cultural warrant.' (p. 119)

Lee sees Austin's concept of cultural warrant as an extended manifestation of Hulme's literary warrant because a library classification system rooted in the existing literature will necessarily reflect the intellectual tendencies and preoccupations of the society in which the literature is published. (p. 119)

In making this connection, Lee seems unaware that Hulme himself, although he did not name the concept, recognized and wrote on the cultural warrant of classification systems. (p. 119)

Hulme outlined and illustrated the potential usefulness of examining the cultural warrant of classification systems (p. 119)

Hulme thus appears to have been the first to identify, although not to name, cultural warrant as one of the semantic bases of a bibliographic classification system and to suggest that the study of classifications can add an extra dimension to the historical study of a field of knowledge, a culture or an epoch. (p. 120)

Cultural warrant is an umbrella concept that covers and at least partially explains the developmental changes in the kinds of semantic warrant that have been outlined here. (p. 121)

Changes in the conceptions and uses of literary warrant, scientific/philosophical warrant, and educational warrant can all, then, be viewed as detailed case studies of the more general concept of cultural warrant. (p. 121)

The CGR's changes in the various warrants emerge as reactions to user's demands upon libraries and information services for more precisely delineated and rationally justifiable information retrieval systems. One may speculate that direct responses to users' demands may result in increasingly theoretical investigation of the concept of enquiry warrant that was discussed at the CRG's two hundred and fiftieth meeting in December 1984. (p. 121)

Enquiry warrant may be identified as the semantic rationale behind the creation of such systems as the Detroit Public Library Reader Interest Arrangement and Pejtersen and Austin's Analysis and Medialion of Publications multiple-entry classification scheme for fiction. (p. 121)

Whatever these nonarbitrary principles may be, they constitute the semantic warrant of the classification system, whether or not the warrant is completely and explicitly recognized by the classificationist. (p. 122)

A semantic warrant inevitably governs syntactic techniques and devices, just as in natural language the intended meaning of a sentence must be understood before an appropriate syntax can be chosen. (p. 122)

More detailed examination of the interrelationships among various kinds of semantic warrant is needed before the underlying semantic theories of bibliographic classification systems can be clearly defined and their effects and advantages exploited with confidence. (p. 122)

7. BISWAS, P. Rooted in the past: Use of "East Indians" in Library of Congress Subject Headings. *Cataloging and Classification Quarterly*, v. 56, n. 1, p. 1-18. 2018. DOI:10.1080/01639374.2017.1386253. Acesso em: 18 nov. 2017.

Assuntos: Library of Congress Subject Headings

Palavras-chave do autor: East Indians; Library of Congress Subject Headings; literary warrant; colonial bias; Indians (India)

Resumo:

This article argues that the use of the Library of Congress subject heading "East Indians" in reference to individuals from India represents not only a problematic vestige of colonialism, but also a failure of the principle of literary warrant. It provides an overview of the term's historical

roots and then examines whether the term is still widely used in published resources. Although assigning a subject heading is not easy and can involve a choice between contested realities of diverse peoples, the author contends that a rejection of outdated terminology is central to providing any culturally sensitive tool for resource organization.

Trechos selecionados:

A study of the use of the term “East Indians” within the titles of information resources supports the argument that it lacks literary warrant. E. Wyndham Hulme in his 1911 paper “Principles of Book Classification” offered the principle of literary warrant as the basis of library classification in the early 20th century identifying it as the subject matter offered by the book itself. Literary warrant became one of the major principles of subject heading practice for the Library of Congress and is commonly understood as “concepts identifiable from books titles or ... referred to in the literature of disciplines.” (p. 6)

As noted by Elaine Svenonius, literary warrant is operationalized in terms of frequency of appearance, that is, terms are considered for inclusion in controlled vocabularies based on their frequency of appearance in the existing literature. Literary warrant in this sense ties directly to the theory of the user principle. (p. 7)

Notwithstanding the criticism ascribed to Cutter’s idealization of a singular “public,” using terms sanctioned by literary warrant underscores Cutter’s emphasis on using terms used by users. Hulme’s literary warrant has been perceived as a manifestation of “cultural warrant” in that subject headings based on this principle are reflective of the cultural values represented in the literature of a culture. As Clare Beghtol points out, literary warrant in the sense of cultural warrant must incorporate multiple local realities into knowledge organization to ensure its appropriateness and usefulness for all users (p. 7)

Despite the inclusivity implied in the definition of cultural warrant, and that of the Library of Congress itself when looking at diverse sources in establishing headings, literary warrant has not always been consistently applied by LC. The following sections demonstrate the failure of literary warrant for “East Indians” when considering its lack of usage in WorldCat titles and in the broader sense of user principle as demonstrated by a lack of usage in other information resources. (p. 8)

A move away from “East Indians,” is imperative, however, for acknowledging the term’s lack of literary warrant and rejecting an identity rooted in the colonial imagination. (p. 13)

8. BULLARD, J. Warrant as a means to study classification system design. *Journal of Documentation*, Bradford, v. 73, n. 1, p. 75-90, Jan. 2017. DOI: 10.1108/JD-06-2016-0074. Acesso em: 18 nov. 2017.

Assuntos: Design; Classification; Ethics; Theory; Values; Designers; Epistemology

Palavras-chave do autor: Classification; Classification theory; Controlled language construction; Fan fiction; Folksonomies; Warrant

Resumo:

Purpose: The purpose of this paper is to examine the role of warrant in daily classification design in general and in negotiating disparate classification goals in particular. Design/methodology/approach - This paper synthesizes classification research on forms of warrant and uses examples of classification decisions from ethnographic engagement with designers to illustrate how forms of warrant interact in daily classification decisions. Findings - Different forms of warrant, though associated with incompatible theories of classification design, coexist in daily classification decisions. A secondary warrant might be employed to augment the primary warrant of a system, such as to decide among equally valid terms, or to overturn a decision based on the primary warrant, such as when ethical impacts are prioritized above user preference. Research limitations/implications - This paper calls for empirical research using the application of warrant as an object of analysis. Originality/value - The paper connects a ubiquitous and observable element of classification design - the application of warrant – to longstanding

divisions in classification theory. This paper demonstrates how the analysis of daily classification design can illuminate the interaction between disparate philosophies of classification.

Trechos seleccionados:

Instead, classification designers express their allegiance with particular theories of classification through their appeals to warrant – the body of evidence and terminology taken as authoritative in the design of a classification system (Beghtol, 1986). (p. 76)

The latter approach [classificationist has autonomy] suggests that classification designers have a great deal of responsibility for the character of finished systems, while the former approach [based on procedures] suggests that values and bias are the result of error or are carried over from the source of warrant (e.g. a biased collection necessarily produces a biased classification system). (p. 76)

One way to speak across these longstanding divides in classification research is to treat warrant as a meaningful design choice. Warrant is an element of all classification design, regardless of whether it is named as such and regardless of the particular technological basis of the system. Indeed, warrant is a common thread across a wide variety of systems ranging from traditional library classification to in-application menus and categories for web-based collections – all designers of textual organizing schemas must look to some source for terminology. Warrant is simultaneously an everyday, mundane aspect of classification design and one that necessarily spawns deep discussions of the purpose of systems and the designers' claims to "truth" or objectivity, connecting daily practice to longstanding theoretical concerns in classification research. (p. 76)

I propose that in navigating the mutually contradictory positions of different types of warrant, classification designers make the choices that we later recognize as imbuing the system with a particular set of values or point of view.

If it is indeed inevitable that classification designers have to make compromises among stakeholders (Albrechtsen and Jacob, 1998; Young and Mandelstam, 2013), resolve cases in which a given warrant is insufficient (Mai, 2005), or interpret vague steps in construction methods (Wild et al., 2009), such moments are fundamental to understanding how classification systems come to be as

they are – subjective, biased, and embodying particular values. (p. 78)

Beghtol (1986) provides a review of classification theory focused on the debate over sources of evidence, examining how a core classification principle such as literary warrant is interpreted by different scholars. Beghtol (1986, p. 110) defines warrant as "the authority a classificationist invokes first to justify and subsequently to verify decisions" about terms, their relationships, and their order. When claiming adherence to a type of warrant, classificationists identify the primary form of evidence used in their decision making, each of which carries a history of arguments regarding the purpose and potential of classification systems. This analysis focuses on literary, scientific, user, and ethical warrant. These types of warrant are chosen not only because they align with dominant categorizations of classification principles (Hjørland, 2013a; Beghtol, 1986) but also because they represent strongly held and mutually contradictory positions persistent in classification research. (p. 78)

Literary warrant, first articulated as a principle by Hulme (1911), is a component of most classification schemes, though the mechanics vary widely from the themes arising from the literature represented in the library collection to the terminology used in the library holdings (Beghtol, 1986). The basic premise of literary warrant is that classification decisions are derived from the scholarship being organized. For example, Hulme (1911) argued that a chemistry library would not need "Gold" as a subject heading when no monographs on individual elements had been published (p. 46). Hulme's example makes clear that he intended for literary warrant to determine not only the terminology of a system but its organizing logic including its levels of specificity. To build a system according to literary warrant is to recreate the collection as a classification system; the finished system should present a compressed version of the collection as a whole, no more and no less. (p. 78)

Literary warrant informs the construction of classification systems at different levels. (p.78)

Where literary warrant is applied exclusively, Mai (2005) and Fidel (1994) refer to the method as the “document-centered approach” in which the work itself is examined without context. (p. 78)

The literary warrant approach represents an empiricist point of view in which the signals found in items of the collection are presumed to convey the sufficient and total elements for the encompassing organizing structure (Albrechtsen and Jacob, 1998). (p. 79)

Bliss (1929) replaces literary warrant as a central principle of evidence with scientific or consensus warrant, organizing knowledge and individual works according to the contemporary scientific conclusions on the relation between fields and the nature of knowledge. (p. 79)

Though it is not always invoked by name, Bliss’ scientific warrant is as ubiquitous as literary warrant in classification theory and design (p. 79)

Scientific warrant is consistent with a rationalistic epistemology that presupposes some external organization of knowledge which can then be applied to sets of items (Albrechtsen and Jacob, 1998). (p. 79)

User warrant has a shorter history as an explicit source of evidence for classification decisions but is a constant thread in the library and knowledge organization literature. (p. 80)

The division among classification designers who prioritize user warrant – and a criticism often levied from those who do not – is whether there is an expectation of a single “user need” that might be derived from search terms and user studies (Feinberg, 2007; Hjørland, 2013b). (p. 80)

The turn toward recognition of both the subjectivity of classification design and the impacts of systems on users and collections has spurred the urgency to consider ethical warrant, the notion that the final justification for decisions of terminology and structure must be ethically sound. To consider ethical warrant as an input to the system means interrogating the bias and impact of all other inputs [...] (p. 81)

Ethical warrant is less a material for classification design than a position on the responsibility of the designer in applying any type of warrant. (p. 81)

In typical accounts of classification design the designer applying warrant is an individual actor or a member of a small team. (p. 81)

In folksonomies, individual users may employ a variety of forms of warrant in their decision making; an “autopoetic [sic] warrant” emerges in which authority derives from the aggregation of user choices (Mai, 2011). (p. 81)

Whereas user warrant follows from the assumption that the classification system is meant to serve its users – that the ideal system is one that is compatible with user’s mental models (López-Huertas, 1997) and that the system’s terminology should adapt to user language (Bates, 1986). (p. 87)

9. CAMPBELL, D. G. Tensions Between Language and Discourse in North American Knowledge Organization. *Knowledge Organization*, v. 37, n. 1, p. 51-57, Jan. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.7152/nasko.v2i1.12808>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Assuntos: Classification; Knowledge organization; Language; North America

Resumo:

This paper uses Paul Ricoeur's distinction between language and discourse to help define a North American research agenda in knowledge organization. Ricoeur's concept of discourse as a set of utterances, defined within multiple disciplines and domains, and reducible, not to the word but to the sentence, provides three useful tools for defining our research. First, it enables us to recognize the important contribution of numerous studies that focus on acts of organization, rather than on

standards or tools of organization. Second, it provides a paradigm for reconciling the competing demands of interoperability, based on widely-used tools and techniques of library science, and domain integrity, based on user warrant and an understanding of local context. Finally, it resonates with the current economic, political and social climate in which our information systems work, particularly the competing calls for protectionism and globalization.

Trechos seleccionados:

Furthermore, they [participants of ISKO North America Conference] showed a profound awareness that all practice, whether global or local, draws, not only on contextual knowledge, but on universal principles such as hierarchy, synonymy, warrant, syndetic structure and faceted classification. (p. 51)

Familiarity with specific professional and knowledge domains has long been recognized as an essential part of information organization, particularly in the understanding of literary and user warrant (Lancaster 1986) and the provision of services for special libraries (Foskett 1966, xiii). (p. 52)

Finally, Ricoeur's treatment of discourse offers us a chance to situate knowledge organization within a multidisciplinary framework that links our concerns with domains, warrant, and aboutness productively with concerns posed in other fields. (p. 55)

Knowledge organization has traditionally made extensive use of this allocutionary perspective in its notions of user warrant and intensional aboutness; further connections could be made with reader-response criticism in literary studies, and with media theory, particularly with Stuart Hall's classic taxonomy of responses to media messages (2001).

10. DESROCHERS, N. Bilingual Conundrums: A Study of the Use of Subject Headings Pertaining to Québec as a Distinct Society.: Équivalences énigmatiques: représentation du Québec en tant que société distincte dans les systèmes de vedettes-matière. *Canadian Journal of Information & Library Sciences*, v. 37, n. 1, p. 1-23, Mar. 2013.

Assuntos: Bilingualism; Library cataloging; Canadian studies; Cities

Palavras-chave do autor: Répertoire de vedettes-matière, Canadian Subject Headings, Library of Congress Subject Headings, bilingual cataloging, distinct society

Resumo:

Using a theoretical framework inspired by Pierre Bourdieu and Hope Olson, the discursive space of the Canadian bilingual cataloguing system is examined for its application of subject headings to documents which discuss Québec as a distinct society. A historical warrant for this status is presented along with an over-view of the principles underlying the development of and relationship between the Canadian Subject Headings and the French-language vocabulary Répertoire de vedettes-matière. Through the use of specific examples, bilingual equivalencies pertaining to people, identity, history, and society are discussed.

Trechos seleccionados:

Given the fact that the terms "distinct society" and "société distincte" are not present in the vocabularies, other terms used when attempting to represent the aboutness of documents pertaining to this issue were studied. A historical and cultural review of the "distinct society" concept was conducted by consulting historical, scholarly, and political documents pertaining to the history of Canada as a nation and Québec as a perceived or "stateless nation" (Fricker 2005, 169), gathered through title and keyword searches for "distinct society" and "société distincte". (p. 4)

This policy is not new; it was presented in similar terms by both Ingrid Parent (1995, 13) and reiterated in more detail by Alina Schweitzer (1995, 17) at the IFLA Satellite meeting in Lisbon in 1993. It is stated on the LAC website that "coverage focuses on the Canadian cultural, economic, historical, literary, political and social experience," while offering "in-depth coverage of Canadian topics, including those recently in the news" (LAC 2012). The latter phrase is of particular interest, for two reasons: It infers

that current events may supersede literary warrant in establishing headings, and it suggests that headings relevant to recent history should already be in use. (p. 9)

The literary warrant is there. The parliamentary documents such as *The Meech Lake Accord: Linguistic Duality and the Distinct Society* (Carson 1989d), *The Meech Lake Accord: A Constitutional Conundrum* (Carson 1989c), and *Distinct Society: Origins, Interpretations, Implications* (O'Neal 1995a) might have been considered too narrow in publication scope to constitute literary warrant (although they all have ISBNs and are part of LAC's collection), but titles such as Ian McGilp's *The Distinct Society Clause and the Charter of Rights and Freedoms* (1992) or Guy Laforest's *Pour la liberté d'une société distincte* (2004), both of which refer directly to this term, demonstrate that this notion is, in itself, an aboutness. (p. 15)

11. FEINBERG, M. Two kinds of evidence: How information systems form rhetorical arguments. *Journal of Documentation*, Bradford, v. 66, n. 4, p. 491-512, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/00220411011052920>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Assuntos: Design; Libraries; Information professionals; Information literacy; Women

Resumo:

Purpose: This paper aims to examine how systems for organizing information construct rhetorical arguments for a particular interpretation of their subject matter. Design/methodology/approach: The paper synthesizes a conceptual framework from the field of rhetoric and uses that framework to analyze how existing organizational schemes present evidence in support of arguments regarding the material being organized. Findings - Organizational schemes can present logical arguments as posed in rhetoric, using two forms of evidence for their claims: relationship evidence from the category structure and resource evidence from the ways that items are assigned to categories. Research limitations/implications: This study does not attempt to identify all types of evidence that organizational schemes might use in argumentation. Further research may describe additional forms of evidence and argumentative structures. Practical implications: When creating organizational schemes, designers might develop a strategy to facilitate persuasive argumentation. Moreover, because arguments may be either strengthened or undermined through the assignment of resources to categories, both indexing and collection development may be seen as contributing to the overall design of an organizational scheme. Originality/value - While many researchers have asserted that organizational schemes form arguments, and while various studies have described what information systems might be said to communicate, this study focuses on how such communication may take place more or less effectively. This analysis foregrounds the potential for organizational schemes to be systematically and purposefully designed as rhetorical communication, to express particular ideas.

Trechos selecionados:

The basis, by which a classificationist includes or excludes concepts from an organizational scheme, or the semantic warrant, also involves a form of evidence (various forms of warrant are described by Beghtol, 1986; the domain-analytic approach of Hjørland and Albrechtsen, 1995; may also be considered as a type of warrant). (p. 492)

The warrant defines the potential sources and rationale by which a classification designer determines the content of the classification. For example, if a classificationist includes a category for the subject of ecofeminism because documents have been written about that subject, the classificationist has made use of publication evidence in accordance with literary warrant. (p. 492)

In the Toulmin model, a claim is the conclusion of the argument, the grounds are the evidence, and the warrant represents the means by which the grounds might be connected to the claim. The primary structure of the argument involves the movement from the evidence (grounds) to the claim (endpoint or conclusion) based on the reasoning provided by the warrant. (p. 497)

This seems to indicate that a classification purposefully designed to persuade its audience of a specific argument must use that argument as its semantic warrant; future research might explore this possibility in more depth. (p. 509)

12. GNOLI, C. Ten Long-Term Research Questions in Knowledge Organization. *Knowledge Organization*, v. 35, n. 2/3, p. 137-149, Apr. 2008. Disponível em: [https://www-dimat.unipv.it/gnoli/gnoli2008b.pdf](https://www.dimat.unipv.it/gnoli/gnoli2008b.pdf). Acesso em: 18 nov. 2017.

Assuntos: Knowledge organization; Research

Resumo:

Research can benefit by periodical consideration of its status in a long-term perspective. In knowledge organization (KO), a number of basic questions remain to be addressed in the 21st century. Ten of them are identified and synthetically discussed: (1) Can KO principles be extended to a broader scope, including hypertexts, multimedia, museum objects, and monuments? (2) Can the two basic approaches, ontological and epistemological, be reconciled? (3) Can any ontological foundation of KO be identified? (4) Should disciplines continue to be the structural base of KO (5) How can viewpoint warrant be respected? (6) How can KO be adapted to local collection needs? (7) How can KO deal with changes in knowledge? (8) How can KO systems represent all the dimensions listed above? (9) How can software and formats be improved to better serve these needs? (10) Who should do KO: information professionals, authors or readers?

Trechos selecionados:

How can viewpoint warrant be respected? (p. 141)

To face such problems, Beghtol (1998b) has proposed the notion of viewpoint warrant, which “would

presumably have the advantage of providing infinite hospitality for adding any viewpoint—cultural, multidisciplinary, disciplinary, or sub-disciplinary—that might arise in future,” “to be able to support multiple perspectives in a looser structure.” (p. 141-142)

Users of a system should be allowed to switch between different viewpoints, both to choose their preferred one, and to explore how related knowledge is expressed from different perspectives. (p. 142)

13. GOKHALE, P.; DEOKATTEY, S.; BHANUMURTHY, K. Ontology development methods. *DESIDOC Journal of Library & Information Technology*, v. 31, n. 2, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14429/djlit.31.2.860>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Palavras-chave: Ontology

Resumo:

An ontology defines a common vocabulary for researchers who need to share information in a specific domain. It includes interoperability of basic concepts in the domain and relations among them. The present paper takes a brief overview of different tools and methods for developing ontologies, their relationship with artificial intelligence, followed by a review of literature on the same. Method for developing an ontology on energy amplifiers is discussed in brief.

Trechos selecionados:

If an ontology has to be developed, the first requirement would be, that it should be based on the concept of literary warrant; which means that only domain knowledge would be utilised to develop an ontology (p. 81)

A concept encompasses keywords, descriptors, and their corresponding linkages. These linkages should also take into account, institutional, cultural, and national warrants. (p. 82)

14. HIDER, P. A Survey of the Coverage and Methodologies of Schemas and Vocabularies Used to Describe Information Resources. *Knowledge Organization*, v. 42, n. 3, p. 154-163, June 2015. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,shib,sso,uid&db=iih&AN=108590897&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Palavras-chave do autor: Information resources; Metadata; Schemas; Standards; Vocabularies; Warrant

Resumo:

Riley's survey (2010) of metadata standards for cultural heritage collections represents a rare attempt to classify such standards, in this case according to their domain, community, function and purpose. This paper reports on a survey of metadata standards with particular functions, i.e. those of schemas and vocabularies, but that have been published online for any domain or community (and not just those of the cultural heritage sector). In total, 53 schemas and 328 vocabularies were identified as within scope and were classified according to their subject coverage and the type of warrant used in their reported development, i.e. resource, expert or user warrant, or a combination of these types. There was found to be a general correlation between the coverage of the schemas and vocabularies. Areas of underrepresentation would appear to be the humanities and the fine arts, and, in the case of schemas, also law, engineering, manufacturing and sport. Schemas would appear to be constructed more by consulting experts and considering end-users' search behaviour; vocabularies, on the other hand, are developed more by considering the information resources themselves, or by combining a range of methods.

Trechos selecionados:

Although other lenses could have been used for framing the comparison, warrant afforded for a relatively simple and straightforward typology that could be readily and consistently applied, without being associated with one particular kind of knowledge-representation system. (p. 156)

Beghtol's identifies (1986) four types of semantic warrant for bibliographic classification systems, that is, bases on which library classification schemes could be constructed: literary, philosophical/scientific, educational and cultural. Although Howarth and Jansen (2014) have suggested that other types of warrant may also be applied, the four approaches identified by Beghtol appear prominently in guides to the development of controlled vocabularies, including, but not limited to, classification schemes. For example, Aitchison, Gilchrist and Bawden (2000) recommend collecting concepts, as well as terms, from: reference works and experts' experience and knowledge (i.e. educational and scientific warrant); the literature (i.e. literary warrant); and, search logs and users' experience and knowledge (i.e. a form of cultural warrant). Theoretically, one can see how the typology supports basic functions of controlled vocabularies: they need to a) represent users' queries (cultural or user warrant); b) represent the resources available (literary or resource warrant); and, c) help users, particularly inexperienced ones, identify and articulate their information needs (educational or scientific warrant). (p. 156)

Although focused on textual matter originally, literary warrant could be, and eventually was, applied to a wide range of information resources; I use the term resource warrant to represent the broader application. (p. 156)

For the purposes of this survey, the concepts of philosophical, scientific and educational warrant are collapsed under the superordinate "expert warrant." (p. 156)

R = resource warrant, i.e. concepts are based on the resources being described

E = expert warrant, i.e. concepts are based on expert guidance

U = user warrant, i.e. concepts are based on users' search needs

C = combined (p. 158)

15. HUVILA, I. Ecological framework of information interactions and information infrastructures. *Journal of Information Science*, v. 35, n. 6, p. 695-708, Dec. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0165551509336705>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Assuntos: Knowledge organization; Information work

Palavras-chave: Ecological approach, information infrastructures, information interactions, information work, knowledge organization, knowledge organization systems

Resumo:

There has been notably little convergence between information organization and information use studies. A framework for explicating the contextual interplay of information interactions and infrastructures of information, and more specifically the interface of information work and knowledge organization systems, is proposed. The theoretical foundations of the framework are based on systems theory and ecological approach. It is suggested that the interplay of information use and information infrastructures may be conceptualized as a systemic interaction, which is driven by the simultaneous influence of human activity related warrants and infrastructural affordances and constraints. The model provides an instrument that explicates the interplay of human information use and information infrastructures.

Trechos selecionados:

Conceptually the suggested approach combines ecological theories (more specifically the Gibson's ecological approach and the concepts of affordance and constraint [42–44]) and the concept of warrants used in information science literature to explicate the relation of KO and information work. (p. 696)

The KOS needs to be warranted in order to exist. (p. 699)

In spite of some critique, the concept of 'warrant' has been adopted widely as a practicable concept to denote the intellectual criteria of KO. (p. 699)

To replenish the approach, the scholarly discourse has assumed several complementary warrants such as user, logical [Fraser], phenomenological [Ward], cultural [Beghtol] and work domain [Albrechtsen; Pejtersen] warrants. (p. 699)

The various warrants raise an immediate question on their respective interrelations and how it might be possible to found a single KO scheme on multiple warrants. Combining the different warrants is not straightforward. Svanberg points out, however, that the diverging warrants may be used to complement each other [37]. (p. 699)

Besides complementing each other, warrants may be contrary to each other. (p. 699)

Beghtol introduced the concept of hospitality to address the issue of the coexistence of the warrants. Hospitality refers to the ability of a KOS to incorporate new concepts and to found new semantic and syntactic relationships between the existing and the new structures. In a slightly broader sense of meaning, the concept of hospitality may be used to denote an ability to incorporate intra- and interwarrant differences, i.e. eventual changes within and between individual warrants. A hospitable KOS is aware of them and is prepared to cope with them in an efficient and, in a sense, 'respectful' manner. (p. 699-700)

16. JOHNSON, M. Transgender Subject Access: History and Current Practice, *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 48, n.8, p. 661-683, 2010. Disponível em: <https://10.1080/01639370903534398>

Assuntos: Library of Congress Subject Headings; Thesauri; Homosexuality

Palavras-chave: Library of Congress Subject Headings, information retrieval thesauri, transgender people, LGBT studies, gender studies

Resumo:

This article evaluates representation of transgender people and experiences in Library of Congress Subject Headings (LCSH). It compares LCSH treatment of transgender topics to that of controlled vocabularies developed to describe lesbian, gay, bisexual, transgender (LGBT) collections, as well as their treatment by scholarly LGBT encyclopedias. The appraisal of these knowledge domains demonstrates the continued relevance of subject descriptors as a mode of knowledge production both for information professionals and for those we serve. It also suggests strategies available to librarians to render transgender people more visible and accessible in

library catalogs, including incorporating new technologies as well as modifying established cataloging instruments. Adapted from the source document.

Trechos seleccionados:

A key concept for the formulation of LCSH (and indeed many sets of descriptive terms) is literary warrant. (p. 662)

The use of literary warrant as a rule of thumb for the development of LCSH is marked by its conservatism. Monographs are treated as inherently more stable and authoritative sources than periodical literature or other media. The classic definition of literary warrant has the benefit of allowing for a relatively fixed set of referents that allows for a measured evolution of those vocabularies that rely on it. However, the deployment of literary warrant has historically had the effect of excluding entire knowledge domains from consideration by LCSH (either due to their mode of publication or their perceived conceptual lability) as well as unintentionally enshrining idiosyncratic, anachronistic, ethnocentric, and even objectionable terminology. (p. 662)

17. KWASNIK, B. H. Semantic Warrant: A Pivotal Concept for Our Field. *Knowledge Organization*, v. 37, n. 2, p. 106-110, Apr. 2010.

Assuntos: Classification; Knowledge representation; Semantics; Theories; Beghtol, Clare

Resumo:

Through its focus on the semantic, rather than the syntactic axis of bibliographic classification systems, Beghtol's 1986 article on four perspectives of warrant provides us with a set of conceptual tools that can be used to understand, analyze, evaluate and design any knowledge-representation system. In this way warrant, as a concept, joins the ranks of relevance as a pivotal notion, offering a lens for contextualizing the meanings and uses to which ever-evolving classifications are put. With reference to examples, this paper concludes by invoking Beghtol's warrant as a means for systematically evaluating how legacy and emerging classification systems measure up to their mandates.

Trechos seleccionados:

Beghtol identifies four perspectives on warrant. I purposely use the term perspectives rather than kinds, since this is not a mutually exclusive list and, indeed, the different aspects of warrant can often be interpreted as mapping onto each other. (p. 107)

What I take away from Beghtol's argument is that warrant is not a feature of a classification as, say, the classes are, but rather it acts as a lens through which we can assess the extent to which a classification has meaning and utility for the purposes it was created. In fact, an articulation of warrant can be thought of as a conceptual framework for assessing any knowledge-representation system. In this way warrant, as a concept, joins the ranks of relevance as a pivotal notion, open for many interpretations and applications but rich in its ability to capture essential qualities. What makes warrant even more appealing than relevance, in my opinion, is that it offers points of comparison and definition. If we say, for instance, that we are basing our classification on "scientific consensus," and we have some notion of what that consensus is, then by such identification all assertions, criticisms and classificatory decisions can be made with reference to the system's warrant. Now, the warrant might reveal injustice or wrongheadedness. As well, all of this is predicated on the fact that we are even aware of the basis of our warrant, and that all parties are in agreement, and that the warrant makes sense both on the level of the designer and the user, and that it hasn't changed over time. (p. 107-108)

Warrant is one way to capture that context because it represents the relationship of the classification to the world. (p. 109)

Like DNA or carbon dating, warrant can serve as a tool for systematically evaluating how the classification measures up to its mandate. (p. 109)

In answering these questions, it's amazing what emerges. Students realize that in fact there are many examples of mixed warrant, misunderstood warrant, misapplied warrant, and changing warrant. (p. 109)

18. LEE, J. M. E. Wyndham Hulme: A reconsideration. *The Variety of Librarianship: Essays in Honour of John Wallace Metcalfe*. Edited by W.B. Rayward. Sydney, Library Association of Australia, p. 101-113, 1976.

Assuntos: Hulme E W; Literary warrant; Technical services; Information storage and retrieval; Information work; Subject indexing; Classification

Resumo:

Few writers in the history of classification and subject analysis have been so consistently neglected as Hulme (1859-1954), for many years librarian of the UK Patent Office. His writings on subject classification consist of only 5 articles published in the Library Association Record between 1900 and 1912. The minimal attention Hulme has received can be attributed to several factors: his terminology has led to some misunderstanding of his work; and ambiguities and questions have arisen from his lack of emphasis on the ideal form of the catalogue-dictionary or classified. However, even though Hulme's approach is in conflict with the mainstream of British classification theory, recent work of the UK Classification Research Group has resulted in some conclusions which actually give credence to Hulme's concept of library warrant. The only champions of Hulme in over 60 years have been Savage, Metcalfe and Olding.

Trechos selecionados:

Olding (1968) also provides a useful application of Hulme's literary warrant. Noting that Hulme directed his studies toward the classification of literature as found in books, he extends the literary warrant to *all* kinds of units of information, according to the special interests and needs of the library and its users. Olding postulates an "information warrant", which would "provide for the establishment of classes 'information on' or 'catalog entries for information on' whatever subjects we have information on *which we wish to indicate*. (Olding, 1968) This view implies that the cataloguer need not now be bound, as Hulme believed he should be, by books as units for analysis, but rather that the information warrant can be applied to subject analysis for any type of material and even to sections of books, provided the literature – and the need for its indication in the catalogue – actually exist. (p. 110-111)

Viewing philosophical classification as a cultural phenomenon, Austin [1976] arrives at a conclusion not very different from what Hulme suggested. The belief that the culture in which we live is the source of our values implies that the literature produced by our society will, along with classification of concepts, reflect the values, needs and accumulated knowledge of our culture. This analysis suggests that a kind of "cultural warrant" for our definition of class headings can be discerned. In such a context, Hulme's "literary warrant" can be perceived as a manifestation of "cultural warrant": a practical application of cultural values to the literature produced by that culture. Therefore, the concept of a library classification has even greater validity, making the classification truly reflect the culture. There can be no truer "order of sciences" than that warranted, indeed demanded, by the literature of one's own society. (p. 112)

19. LEE, W-C. Culture and Classification: An Introduction to Thinking about Ethical Issues of Adopting Global Classification Standards to Local Environments. *Knowledge Organization*, v. 42, n. 5, p. 302-307, 2015.

Assuntos: Ethics; Classification schemes; Knowledge organization

Resumo:

Ethical issues arise from adapting standardized classification schemes to local environments. Research affirms mutual influences between culture and classification schemes, however, there are various conceptions of culture. Before diving deeper into discussions on designing a culturally sensitive model of classification and providing ethical information services, it is critical to clarify

how culture is defined in the literature. In order to gain a deeper understanding of how scholars view the concept of culture, we review, compare, and aggregate discussions on culture from two bodies of literature: knowledge organization and anthropology. Based on the review, we then propose a working definition of culture for knowledge organization research. This definition points to areas of further research concerning culture, ethics, and knowledge organization.

Trechos seleccionados:

Culture has been listed as one of the four semantic warrants of classification theories and systems by Beghtol (1986). (p. 302)

Warrant, as defined, justifies the assumptions and decisions made by classificationists. (p. 302)

In addition, both Olson (2000) and Mai (2013) point out the underlying values of warrants, and the myth of pursuing neutral and universal classification scheme and subject description. (p. 303)

20. MAI, J-E. Folksonomies and the New Order: Authority in the Digital Disorder. *Knowledge Organization*, v. 38, n. 2, p. 114-122, 2011. Disponível em: http://jenseriimai.info/Papers/2011_folksonomies.pdf. Acesso em: 18 nov. 2017.

Assuntos: Information professionals; Tagging; Collaboration; Knowledge organization

Resumo:

While the organization and representation of information and knowledge have historically been done by professionals, the rise of social media has spread the notion that this can be done more collaboratively. A more collaborative approach would entail a change in the role of professionals and in the goals and values of the systems. This paper explores the notion of authority and the role of professionals in a changing environment where more people participate in the organization and representation of information and knowledge. The paper questions the traditional role of the professionals and argues that systems must be designed to facilitate trust and authority, and that the authority of folksonomies and systems comes from the users' collective interpretations and meaning production.

Trechos seleccionados:

The democratic approach to indexing, therefore “determines the authority from the agreement of its users: its warrant comes from the constructive interpretation of its users” (Rafferty and Hilderley 2007, 406). In other words, the authority and trustworthiness of the system comes from the collective agreement among the users about the best terms to represent a particular object and, as such, the

warrant of the system is the users' interpretation of the object. This not only shifts the authority of the system from professionals to users, it also introduces an alternative conception of warrant. (p. 117-118)

The professional should be able to point to something and justify the inclusion of the term or class, because of the fact that it appears in these external sources. The warrant establishes and protects the professional's authority. (p. 118)

The kind of authority that warrant is supposed to invoke is cognitive authority, as opposed to administrative authority in which one has authority by virtue of being in a particular position (Wilson 1983).

In most instances of warrant, information professionals invoke “institutionalized cognitive authority”

(Wilson 1983, 82) to justify the assignment of terms and creation of classes. (p. 118)

As such [professional indexers, formal analyses and surveys, contributors to folksonomies, external sources], an alternative conception of warrant emerges; in this conception the authority is created within the system. I propose to call this phenomenon autopoietic warrant. Here users of the system in a self-referential manner establish the terms and classes to be included in the system and the authority of the system emerges from its use. Autopoiesis is the best way to describe

this, since autopoiesis denotes a living system that “holds constant its organization and defines its boundaries through the continuous production of its components” (Winograd and Flores 1986, 44). (p. 119)

21. MARTÍNEZ-ÁVILA, D; BUDD, J. M. Epistemic warrant for categorizational activities and the development of controlled vocabularies. *Journal of Documentation*, Bradford, v. 73, n. 4, p. 700-715, Jul 2017. Disponível em: 10.1108/JD-10-2016-0129. Acesso em: 18 nov. 2017.

Assuntos: Reviewing; Complement; Libraries; Classification; Bibliometrics; Epistemology; Trends; Philosophy; Vocabularies & taxonomies; Algorithms; Jargon; Library of Congress Subject Headings; Knowledge organization; Information science; Information retrieval

Palavras-chave do autor: Categorization; Epistemic warrant; Epistemology; Knowledge organization; Literary warrant; Warrant

Resumo:

Purpose: The purpose of this paper is to update and review the concept of warrant in Library and Information Science (LIS) and to introduce the concept of epistemic warrant from philosophy. Epistemic warrant can be used to assess the content of a work; and therefore, it can be a complement to existing warrants, such as literary warrant, in the development of controlled vocabularies. In this proposal, the authors aim to activate a theoretical discussion on warrant in order to revise and improve the validity of the concept of warrant from the user and classifier context to the classificationist context. Design/methodology/approach: The authors have conducted an extensive literary review and close reading of the concept of warrant in LIS and knowledge organization in order to detect the different stances and gaps in which the concept of epistemic warrant might apply. The authors adopted an epistemological approach, in the vein of some of the previous commenters on warrant, such as Hope Olson and Birger Hjørland, and built upon the theoretical framework of different authors working with the concept of warrant outside knowledge organization, such as Alvin Plantinga and Alvin Goldman. Findings: There are some authors and critics in the literature that have voiced for a more epistemological approach to warrant (in opposition to a predominantly ontological approach). In this sense, epistemic warrant would be an epistemological warrant and also a step forward toward pragmatism in a prominently empiricist context such as the justification of the inclusion of terms in a controlled vocabulary. Epistemic warrant can be used to complement literary warrant in the development of controlled vocabularies as well as in the classification of works. Originality/value: This paper presents an exhaustive update and revision of the concept of warrant, analyzing, systematizing, and reviewing the different warrants discussed in the LIS literary warrant in a critical way. The concept of epistemic warrant for categorizational activities is introduced to the LIS field for the first time. This paper, and the proposal of epistemic warrant, has the potential to contribute to the theoretical and practical discussions on the development of controlled vocabularies and assessment of the content of works.

Trechos selecionados:

To be more specific, we propose epistemic warrant as a sound combination to existing warrants, such as literary warrant, to develop controlled vocabularies and classification mechanisms. (p. 700-701)

In order to overcome these problems, some authors have proposed different warrants, or,

better yet, the combination of different warrants. (p. 702)

As Beghtol (1986, p. 113) reported, the CRG narrowed Hulme’s original idea from “literary” to what might be called “terminological” warrant. (p. 703)

Today, the definition of literary warrant by the ANSI/NISO Z39.19-2005 (more concerned with “words and phrases” than ideas) seems to be in the CRG “terminological” line too.

In a prescriptive way, the ANSI/NISO Z39.19-2005 defines literary warrant in this vein as the “Justification for the representation of a concept in an indexing language or for the selection of a preferred term because of its frequent occurrence in the literature” (pp. 6, 162). (p. 703)

However, as Barité (p. 17) noted, both the DDC and the Universal Decimal Classification, in spite of claiming literary warrant as their basis, do not explicitly state the methodological criteria for their use of the warrant, so it is assumed that it is considered just as a general guiding principle. (p. 703)

As for other warrants that have been proposed or used in the literature, Beghtol (1986) identified and discussed three other warrants related to literary warrant, namely scientific/ philosophical warrant, education warrant, and cultural warrant, and also mentioned an academic warrant (p. 117, probably just as a synonym of education warrant) (concrete) institutional warrant (pp. 118-119, that “produces classes that are mostly discipline-based, but also others, phenomenon- or mission-based, that can accommodate institutions oriented toward a certain phenomenon or guided by a certain mission.” This is the warrant that was coined and used by Coates for the development of the Broad System of Ordering Coates, 1978), and enquiry warrant (p. 121). Over time, several other warrants have also been proposed or studied in the literature, including market warrant (Martínez-Ávila, 2012), ethical warrant (Beghtol, 2002b), use warrant (Svenonius, 2000), structural warrant (Svenonius, 2000; Kent et al., 1975; Mitchell, 2007 cited in Barité 2011), phenomenological warrant (Ward, 2000), autopoietic warrant (Mai, 2011), logical warrant (Fraser, 1978), gender warrant (Olson and Ward, 1998; Olson, 2003, 2007 cited in Barité, 2011), as well as the aforementioned user and organizational warrants (NISO). (p. 703-704) – TABELA

As for the concept of “User Warrant,” Beghtol refers to the definition of Patterson et al. (2000): “the collaboration of potential users, either directly or indirectly, in the development and use of any knowledge management system, including knowledge representation and organization systems.” Although Beghtol’s paper was published after the ANSI/NISO Z39.19-1993, the choice of Patterson et al.’s definition over the NISO one (“justification for the representation of a concept in a [thesaurus] or for the selection of a preferred term because of frequent requests for information on the concept.”) might be deliberate or might be due to the title of the standard referencing thesauri, since it was not until the 2005 version that the title was changed from “thesauri” to “controlled vocabularies” (that also includes library classifications, subject headings and more). On the other hand, some other authors (e.g. Barité, 2011, p. 4) have identified an early reference to user warrant (Lancaster, 1977, p. 140, labeled by Greenberg, 2001, as “end-user warrant” and also citing Rodriguez, 1984) that might be missed or omitted by Beghtol. As for the prescriptive ANSI/NISO Z39.19-2005 definition of “user warrant,” this is the “Justification for the representation of a concept in an indexing language or for the selection of a preferred term because of frequent requests for information on the concept or free-text searches on the term by users of an information storage and retrieval system” (pp. 10, 167), also adding for the usage that “Users should be asked to review drafts of the vocabulary to add missing terms, identify terms that are incorrect or obsolete, create more useful term forms, and validate relationships among terms” (p. 30). (p. 705-706)

A similar concept to “user warrant” is the “use warrant,” proposed by Svenonius (2000) and also listed in Mai (2011), that considers the vocabulary of those who search for the literature and not only the vocabulary of those who create the literature as in literary warrant. Use warrant draws on Charles Cutter’s principles of the convenience of the public and empirical research on the common terms that are used by users (common usage). (p. 706)

Another kind of warrant mentioned by Beghtol in 1986, also related to the user-based and cognitive approaches in Library and Information Science, is the Enquiry Warrant (p. 121). (p. 706)

In relation to BISAC, Martínez-Ávila also proposed the concept of “Market Warrant” (Martínez-Ávila, 2012, 2016 Martínez-Ávila et al., 2013; Martínez-Ávila and Kipp, 2014). According to Martínez-Ávila (2016), “market warrant” would be “the justification for the inclusion of terms in a controlled vocabulary based on publishing activities and current market demands” (p. 658). (p. 706)

As for the organizational warrant listed by the ANSI/NISO Z39.19-2005, it is defined as “Justification for the representation of a concept in an indexing language or for the selection of a preferred term due to characteristics and context of the organization” (pp. 7, 163), adding that “Determining organizational warrant requires identifying the form or forms of terms that are preferred by the organization or organizations that will use the controlled vocabulary” (p. 16). Although the NISO’s “organizational warrant” and Beghtol’s “institutional warrant” seem to have points in common, it seems that the difference is that the NISO’s definition expands the target group (the organization) to a wider range of institutions, as Beghtol spoke on the institutional warrant just in the context of academic institutions. (p. 706)

Historically, warrants have been used as mechanisms for justification of the classification

systems. [...] Warrant can be treated as a meaningful design choice related to the epistemological foundations of the system (Bullard, 2017) (p. 706-707)

Today, warrants can also be considered methodological components of the development of classification and other knowledge organization systems (as evidenced by the inclusion of the concept in the NISO guidelines for the construction of controlled vocabularies). (p. 708)

Hope Olson (2004, pp. 3-4) made the distinction between ontological warrants and epistemological warrants for bibliographic classifications, while drawing on Francis Bacon’s identification of gaps in human knowledge. (p. 708)

Olson concludes that an ontological warrant is aimed at reflecting states of being rather than achieving knowledge (something that seems to be unacceptable in information institutions of today), while epistemological warrant would be a better choice for devising a classification that can contribute to the discovery of knowledge. (p. 708)

What follows is a proposal that states that epistemic warrant is a means that can assist information seekers in locating content that closely matches the desired purpose of searches. (p. 708)

Epistemic warrant has a substantial pedigree in a couple of ways, including argumentation and the theory of knowledge. Stephen Toulmin (1958) has developed a well-defined schema for assigning warrant within argumentation. In argumentation, data proceed toward claims, with reason(s) being the linking element. Warrant – logical reasons for believing and accepting premises – is necessary if a claim is to be articulated. Working backward, warrant is necessary for the evaluation of a claim. Anyone stating an argument, according to Toulmin, must integrate warrant into the formulation of all

components. (p. 708) Warrant, therefore, is in a very real sense, constitutive of acceptable argument. (p. 708)

One of the most prominent proponents of epistemic warrant is Alvin Plantinga. Plantinga (1993a) sums up his conceptualization succinctly; warrant is “that which distinguishes knowledge from mere true belief” (p. 3). (p. 709)

22. MIKSA, F. The Legacy of the Library Catalogue for the Present. *Library Trends*, Baltimore, v. 61, n. 1, p. 7-34, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/lib.2012.0023>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Assuntos: Information retrieval; Libraries; Books; Dictionaries; Public access

Resumo:

The specter of impending change in library catalogues is strong but not very clear. In an attempt to help the clarification process, the first part of the present report discusses historical themes from the modern library catalogue legacy that has developed since the mid-nineteenth century—the origins and subsequent dominance of the dictionary catalogue for more than a century, considerations of library catalogue users and use over the same period, developments apart from

the library catalogue during the twentieth century that have affected it, and aspects of the idea of the objects of a catalogue. In a second part, the general environment for the most recent period of library catalogue development is described, after which aspects of the historical legacy are used as a basis for raising questions relevant to impending library catalogue change.

Trechos seleccionados:

It has been noted here that an emphasis on a whole-item approach to access had at least some cultural warrant in the nineteenth century, a warrant that was related to how the public library movement perceived its mission in helping people pursue self-improvement and self-education. Does the emphasis on distinguishing works from books (as whole items) have some new general cultural warrant that has arisen in the twentieth century, or does its present-day warrant spring mainly from the needs of a relatively small number of bibliographical and textual experts? (p. 27)

23. MILLS, J. Faceted classification and logical division in information retrieval. *Library Trends*, Baltimore, v. 52, n. 3, p. 541-570, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2142/1687>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Assuntos: Classification; Library science; Information retrieval; Logic

Resumo:

The main object of the paper is to demonstrate in detail the role of classification in information retrieval (IR) and the design of classificatory structures by the application of logical division to all forms of the content of records, subject and imaginative. The natural product of such division is a faceted classification. The latter is seen not as a particular kind of library classification but the only viable form enabling the locating and relating of information to be optimally predictable. A detailed exposition of the practical steps in facet analysis is given, drawing on the experience of the new Bliss Classification (BC2). The continued existence of the library as a highly organized information store is assumed. But, it is argued, it must acknowledge the relevance of the revolution in library classification that has taken place. It considers also how alphabetically arranged subject indexes may utilize controlled use of categorical (generically inclusive) and syntactic relations to produce similarly predictable locating and relating systems for IR.

Trechos seleccionados:

The Broad System of Ordering (1978), or BSO as it is usually called, was first designed as a switching language - i.e., an intermediary through which other classifications could translate into each other. Its lack of detail stems from the fact that it was initially based on an institutional warrant - i.e., of subjects displaying institutional organizations underpinning them rather than on the much larger literary warrant of library collections. (p. 549)

24. OLSON, H. A. The ubiquitous hierarchy: An army to overcome the threat of a mob. *Library Trends*, Baltimore, v. 52, n. 3, p. 604-616, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2142/1688>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Assuntos: Philosophers; Philosophy; Hierarchies; Library science

Resumo:

This article explores the connections between Melvin Dewey and Hegelianism and Charles Cutter and the Scottish Common Sense philosophers. It traces the practice of hierarchy from these philosophical influences to Dewey and Cutter and their legacy to today's Dewey Decimal Classification and Library of Congress Subject Headings. The ubiquity of hierarchy is linked to Dewey's and Cutter's metaphor of organizing the mob of information into an orderly army using the tool of logic.

Trechos seleccionados:

Another telling instruction for showing hierarchical relationships requires that an intermediate heading be established if needed to fill a hierarchical gap created by a new heading (SCM:SH, H 370, p. 5). This requirement avoids unnecessary

“orphans” by making certain that all headings in a hierarchy have a BT without jumping the chain of command.] What is interesting about this rule is that LCSH operates on the basis of literary warrant, which requires that a subject heading be established “for a topic that represents a discrete, identifiable concept when it is first encountered in a work being cataloged, . . .” (SCM:SH, H 187, p. 1). (p. 614)

25. SANTINI, M. Zero, single, or multi? Genre of web pages through the users' perspective. *Information Processing & Management*, v. 44, n. 2, p. 702-737, Mar 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ipm.2007.05.011>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Palavras-chave do autor: user study; web users; genre classification; web pages; web genres; user warrant

Resumo:

The goal of the study presented in this article is to investigate to what extent the classification of a web page by a single genre matches the users' perspective. The extent of agreement on a single genre label for a web page can help understand whether there is a need for a different classification scheme that overrides the single-genre labelling. My hypothesis is that a single genre label does not account for the users' perspective. In order to test this hypothesis, I submitted a restricted number of web pages (25 web pages) to a large number of web users (135 subjects) asking them to assign only a single genre label to each of the web pages. Users could choose from a list of 21 genre labels, or select one of the two 'escape' options, i.e. 'Add a label' and 'I don't know'. The rationale was to observe the level of agreement on a single genre label per web page and draw some conclusions about the appropriateness of limiting the assignment to only a single label when doing genre classification of web pages. Results show that users largely disagree on the label to be assigned to a web page.

Trechos selecionados:

The difficulty of assigning a single label to a web page is analysed using the principle of 'user warrant'. According to the standard ANSI/NISO11 Z39.19-2005 (NISO, 2005): “User warrant is generally reflected by the use of terms [my emphasis] in requests for information on the concept or from searches on the term by users of an information storage and retrieval system”. (Z39.19- 2005, NISO, 2005). (p. 706)

This concept was discussed by Lancaster (1986) to explain the inclusion of certain indexing terms in retrieval systems. Currently, the “Information Retrieval Expert Answers” web-based service defines this concept as “User warrant means that the vocabulary of users or potential users should be accepted as terminology for index headings, descriptors, or preferred terms in thesauri, because it is warranted (authorized) through actual usage by users.”. (p. 706)

User warrant is one of the standards used by multi-lingual countries to develop their vocabularies. For example, it is included in the Guide to the Development and Maintenance of Controlled Vocabularies in the Government of Canada, supported by the Treasury Board Secretariat of Canada (TBS), where it is defined as follows: “‘User warrant’ refers to a justification for selecting terms based on words or phrases employed by users [my emphasis] of information resources for information retrieval or information management. Evidence of such usage may be derived from search engine logs or interviews. User warrant ensures that the language of the vocabulary matches the language of the user community.” (Guide to the Development and Maintenance of Controlled Vocabularies in the Government of Canada). (p. 706)

26. SCHROEDER, C. D. Digital Warrant: Revised DDC 004-006 in a public library. *Library Resources and Technical Services*, v. 32, n. 4, p. 367-377, Oct. 1988.

Assuntos: Technical services; Information storage and retrieval; Information work; Subject indexing; Classification; Classification schemes; General classification schemes; Dewey Decimal Classification; Computers

Resumo: Describes the application of the Dewey Decimal Classification phoenix schedules, for data processing, computer science and computer engineering (004-006), to a selection of

materials classified according to older schedules in a Boston public library. The revised schedules were easy to learn and apply, and browsability was improved by the reclassification. Original abstract—amended.

Trechos selecionados:

Ver Resumo.

27. SCHWING, T; McCUTCHEON, S; MAURER, M. B. Uniqueness Matters: Author-Supplied Keywords and LCSH in the Library Catalog. *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 50, n. 8, p. 903-928, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2012.703164>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Palavras-chave: Library of Congress Subject Headings (LCSH), subject access, electronic theses and dissertations, keyword indexing, cataloging evaluation, cataloging quality analysis, ETD.

Resumo:

This study concerns the overlap between author-supplied keywords and Library of Congress Subject Headings (LCSH) in Electronic Thesis and Dissertation (ETD) bibliographic records in the library catalog. The article provides a discussion on uniqueness, matching, and complementariness based on a replication of Strader's methodology and rubric from a 2009 article. Findings support most of Strader's conclusions, including the complementary nature of keywords and controlled vocabularies. Both keywords and LCSH provide unique terms that enhance access. Researchers also broke new ground regarding partial matching, particularly within LCSH. The fact that uniqueness matters has implications for the continued use of LCSH, for LCSH maintenance, and for further research.

Trechos selecionados:

To show the effect of literary warrant on LCSH, consider that literary warrant, according to Hjørland, means that an indexer or classifier has to provide adequate ground for including a term in a controlled vocabulary. There are other kinds of warrant, such as user, scientific, educational, and cultural warrant, but LCSH headings are created primarily when materials are added to LC's collections, and the scope and nature of LC's collections will therefore impact the terms available for use internationally. NISO-controlled vocabulary guidelines recommend that the word or phrase chosen should represent prevailing usage in the domain's literature. This is determined through research. The literary warrant guideline for LCSH, therefore, greatly affects ETDs [electronic thesis and dissertations] because of both their currency and subject matter. (p. 915)

28. SMIRAGLIA, R. P. Bibliocentrism, Cultural Warrant, and the Ethics of Resource Description: A Case Study. *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 47, n. 7, p. 671-686, Sept. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639370903112013>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Assuntos: Library cataloguing; Ethics; Cultural aspects

Palavras-chave do autor: Activity theory; Bibliocentrism; Case study; Cultural warrant; Information ethics; Resource description

Resumo:

We have not properly studied the uses to which catalogs are put by their users, nor have we attempted until recently to consider empirical evidence in the construction of cataloging rules. The result is an oddly rationalized sort of pragmatism inherent in generations of rules for resource description. This lack of theoretical commitment in resource description has ethical implications for all of information organization because it leads to poorly served users of catalogs. One particularly egregious ethical issue is bibliocentrism. Beghtol challenges us to engage in applications research to affirm a theoretical basis, contrasting cultural warrant with ethical warrant. The importance of cultural warrant in the ethics of knowledge representation follows closely on Hjørland's emphasis on activity-theoretic and domain-specificity. The present study asks whether schemas for resource description restrict access by constraining objectivity. The objective is to discover empirically, via case-study method, some of the ways in which standards for resource

description might present threats to information ethics. The analysis of a set of specific cases uses bibliographic records analyzed using the aforementioned lenses: bibliocentrism, activity theory and use, cultural warrant, and exploitative power. Results show a paradigm of description that has little reference to potential uses of resources, raising a specter of unfulfilled expectations. We see the ethical limits of just this one aspect of resource description. We look toward design of an ethical, culturally focused, information retrieval paradigm. Adapted from the source document.

Trechos selecionados:

Beghtol challenges the domain to engage in applications research to affirm what she calls a “core theoretical basis for ethical assessment.” She contrasts cultural warrant - the personal and professional milieu of information seekers - with ethical warrant - in which the concept of cultural hospitality is adapted to allow interpolations from different cultural milieus. (p. 674-675)

29. SMIRAGLIA, R. P. Empirical Methods for Knowledge Evolution across Knowledge Organization Systems. *Knowledge Organization*, v. 43, n. 5, p. 351-357, Sept. 2016. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,shib,sso,uid&db=iih&AN=116362594&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Palavras-chave do autor: knowledge; domain; UDC; classification evolution; empirical analysis

Resumo:

Knowledge organization systems, including classifications, can be evaluated and explained by reference to what is called concept theory, attributing to concepts atomic status as basic elements. There are two ways to test knowledge organization systems; both are means of measuring the efficacy of concept theory in specific situations. These are: 1) analyze how well a system represents its warranted concepts; and, 2) analyze how well individual knowledge organization systems are populated with classified target objects. This paper is an attempt to bring together examples from ongoing research to demonstrate the use of empirical approaches to understanding the evolution of knowledge across time as it is represented in knowledge organization systems. The potential for using knowledge organization as a roadmap for the world of knowledge is revealed in the capability of knowledge organization systems to serve as roadmaps and data-mining tools for the knowledge landscape.

Trechos selecionados:

Warrant is the justification for using a specific term to represent a particular concept. (p. 351)

30. SPITERI, L. F. Social discovery tools: extending the principle of user convenience. *Journal of Documentation*, Bradford, v. 68, n. 2, p. 206-217, Mar. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/00220411211209195>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Assuntos: Web 2.0; Library cataloguing; User needs; User generated content

Palavras-chave do autor: Catalogues; Cataloguing; Cultural warrant; Ethics; Information searches; Social discovery systems; User convenience

Resumo:

Purpose: New social discovery systems have social-type Web 2.0 features that allow users to enhance the content of bibliographic records by adding their own tags, ratings, and reviews. One of the primary underlying principles of cataloguing is that catalogue records be designed with the user in mind, i.e. user convenience. The purpose of this paper is to explore the relationship between the principle of user convenience and social discovery systems. Design/methodology/approach: A review of the literature and codes of ethics of associations of information professions was undertaken to examine: the ethical dimensions of creating catalogue records to reflect user convenience, the relationship between culture and user convenience, and how social discovery tools can facilitate the creation of interactive and flexible catalogue records that reflect the culture(s) and needs of the library communities in which they exist. Findings: Social

discovery systems can address the primary barriers to creating catalogue records that meet user convenience: determining and reflecting the needs and cultural warrant of the users and maintaining the quality and integrity of the catalogue records. Practical implications: Social discovery systems can serve as a bridge between cataloguers' desire to create accurate catalogue records that conform to accepted cataloguing standards, and their ethical imperative to ensure that these records meet the needs of the clients. Originality/value: The findings of this study pave the way for further research into how user-contributed metadata allow clients to express their needs and cultural warrant and to interact with one another and library staff. Adapted from the source document.

Trechos seleccionados:

In her discussion of the ethical imperatives for knowledge organization and representation, Beghtol (2002, 2005) refers to the concept of cultural warrant, which suggests that any knowledge organization or representational system should reflect the assumptions, values, and predispositions of the culture(s) in which it exists. (p. 209)

Included in cultural warrant is the principle of user warrant, wherein individuals are considered to be members of a certain culture(s) and represent that culture(s) when they participate in the development and use of knowledge organization systems. (p. 209)

A corollary to cultural warrant is the concept of hospitality which, in the field of knowledge organization, has been used to refer to the ability of a classification system to accommodate new concepts and new relationships amongst existing concepts. (p. 209)

The principle of cultural warrant is related closely to Hjørland's activity-theory analysis, which advocates that knowledge organization and representation cannot be isolated from the culture, environment and context in which these processes take place (Hjørland, 1997). (p. 209)

As has been seen, an important component of cultural warrant is cultural hospitality, that is, the ability of a subject representation system (in our case, a catalogue record) to reflect the individual needs of specific users. (p. 212)

31. STRADER, C. R. Author-assigned keywords versus library of congress subject headings: Implications for the cataloging of electronic theses and dissertations. *Library Resources & Technical Services*, Chicago, v. 53, n. 4, p. 243-250, 2009. Disponível em: <https://journals.ala.org/lrts/article/view/5183/6292>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Assuntos:Catalogs; Searches; Studies; Online data bases

Resumo:

This study is an examination of the overlap between author-assigned keywords and cataloger-assigned Library of Congress Subject Headings (LCSH) for a set of electronic theses and dissertations in Ohio State University's online catalog. The project is intended to contribute to the literature on the issue of keywords versus controlled vocabularies in the use of online catalogs and databases. Findings support previous studies' conclusions that both keywords and controlled vocabularies complement one another. Further, even in the presence of bibliographic record enhancements, such as abstracts or summaries, keywords and subject headings provided a significant number of unique terms that could affect the success of keyword searches. Implications for the maintenance of controlled vocabularies such as LCSH also are discussed in light of the patterns of matches and nonmatches found between the keywords and their corresponding subject headings.

Trechos seleccionados:

Warrant is a foundational concept that underlies the presentation and searchability of terms in systems like library catalogs and databases. (p. 239)

Using warrant to select terms for a controlled vocabulary is explained in Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled

Vocabularies (ANSI/NISO Z39.19-2005), which states, The process of selecting terms for inclusion in controlled vocabularies involves consulting various sources of words and phrases as well as criteria based on: The natural language used to describe content objects (literary warrant); The language of users (user warrant), and The needs and priorities of the organization (organizational warrant). (p. 239)

32. TENNIS, J. T. Extending the Simple Knowledge Organization System for Concept Management in Vocabulary Development Applications. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 59, n. 1, p. 25-37, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.20702>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Assuntos: knowledge management; metadata; universal decimal classification; vocabulary – software; revisions; conceptual structures (information theory); bibliographic databases; author keywords: index language construction; metadata; SKOS; thesaurus management

Resumo:

In this article, we describe the development of an extension to the Simple Knowledge Organization System (SKOS) to accommodate the needs of vocabulary development applications (VDA) managing metadata schemes and requiring close tracking of change to both those schemes and their member concepts. We take a neopragmatic epistemic stance in asserting the need for an entity in SKOS modeling to mediate between the abstract concept and the concrete scheme. While the SKOS model sufficiently describes entities for modeling the current state of a scheme in support of indexing and search on the Semantic Web, it lacks the expressive power to serve the needs of VDA needing to maintain scheme historical continuity. We demonstrate preliminarily that conceptualizations drawn from empirical work in modeling entities in the bibliographic universe, such as works, texts, and exemplars, can provide the basis for SKOS extension in ways that support more rigorous demands of capturing concept evolution in VDA.

Trechos selecionados:

For our purposes, concepts are known through a combination of texts (i.e., literary warrant, scheme warrant, and user warrant) and are made manifest at the hands of the interpreter, whether he or she is the designer, the indexer, or the user of the scheme. (p. 30)

Though our systems of indexing ask us to present documents on a particular subject matter, Wilson posited that our task always is incomplete, and indefinite. He stated that our task is tenable only because we have provided a sense of position—relative to other declarations of subject matter. Here, he invoked a type of warrant—the warrant of the scheme. We know where something is in relation to where it is not. (p. 30-31)

33. TENNIS, J. T. Three Creative Tensions in Document Interpretation Theory Set as Evidence of the Need for a Descriptive Informatics. *Knowledge Organization*, v. 36, n. 4, p. 190-199, Oct. 2009. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,shib,sso,uid&db=iih&AN=47660327&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Assuntos: Indexing; Information organization; Content analysis (Communication); Aboutness (Library science); subject headings; Standard language; Synchronic linguistics; Literary warrant (Indexing); Information science

Resumo:

Describes three tensions in the theoretical literature of indexing: chief sources of evidence indexing, process of indexing (rubrics and methods), and philosophical position of indexing scholarship. Following this exposition, we argue for a change in perspective in Knowledge Organization research. Using the difference between prescriptive and descriptive linguistics as a metaphor, we advocate for a shift to a more descriptive, rather than the customary prescriptive, approach to the theoretical and empirical study of indexing, and by extension Knowledge Organization.

Trechos seleccionados:

One practice among many roots valid interpretation in the document - the only stable evidence a subject analyst has in his or her hands (Langridge 1989, 5; Mai 2005) - and relates to Hulme's concept of statistical bibliography, which is now commonly understood as literary warrant (Hulme 1923; Svenonius 2001). In this practice, concepts can be recognized from the text at hand. (p. 192)

Wilson identifies four methods that can be used to say what a particular writing is about: (1) Purpose Way, (2) Figure-Ground Way, (3) Objective Way, and (4) the Appeal to Unity (or the Appeal to Rules of Selection and Rejection). These four methods are what Langridge would call content analysis. We are primarily, if not solely, concerned with the document.] The Objective Way counts references to items addressed in the document (Wilson 1968, 83-86) and is reminiscent of Hulme's statistical bibliography (Hulme 1923), the foundations of literary warrant and bibliometrics (Pritchard 1969). The item that gets the most counts is what the document is about. (p. 194)

34. YEE, M. M. Two Genre and Form Lists for Moving Image and Broadcast Materials: A Comparison. *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 31, n. 3/4, p. 237-295, 2001.

Assuntos: Library of Congress Subject Headings; Films; Audiovisual materials; Form; And; Genre

Resumo:

The Moving Image Genre-Form Guide and Library of Congress Subject Headings are compared as sources of genre or form terms for moving image and broadcast materials. Based on the findings of this comparison, it is recommended that any library, media collection or archive that uses LCSH for the provision of topical subject access to moving images and broadcast materials strongly consider using LCSH for genre and form access to moving images and broadcast materials as well. A number of recommendations are made for improving LCSH as a tool for form and genre access to moving image materials and an exhaustive list of LCSH terms which are examples of a form or genre is appended.

Trechos seleccionados:

The principle of literary warrant refers to the practice of deriving the language of a subject heading from the literature it is being used to index. (p. 24)

The theory is that the principle of literary warrant provides a method by which the term commonly known by library users for a particular concept can be chosen for the subject heading used in catalogs for works about that concept. (p. 24)